



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA | FACULDADE DE ARQUITECTURA

A JANELA NO CONTEXTO URBANO DO INÍCIO DO SÉCULO XX À ACTUALIDADE: UMA INTERPRETAÇÃO PORTUGUESA -ATRAVÉS DA ARQUITECTURA RESIDENCIAL EM LISBOA-

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM ARQUITECTURA – HISTÓRIA DA
ARQUITECTURA

VOLUME I

Inês Domingues Serrano

Orientador Científico: Professora Doutora Marieta de Moraes Dá Mesquita, Professora Associada da FAUTL;

Co-orientador Científico: Professor Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro, Professor Auxiliar da FAUTL.

JÚRI

Presidente: Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor Rui Barreiros Duarte, Professor Catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutora Marieta de Moraes Dá Mesquita, Professora Associada da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Jorge Moradji dos Remédios Dias Mascarenhas, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Instituto Politécnico de Tomar;

Doutora Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira, Professora Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

Doutor Rui Jorge Garcia Ramos, Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro, Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Michel Toussaint Alves Pereira, Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

DOCUMENTO DEFINITIVO
2011



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA | FACULDADE DE ARQUITECTURA

A JANELA NO CONTEXTO URBANO DO INÍCIO DO SÉCULO XX À ACTUALIDADE: UMA INTERPRETAÇÃO PORTUGUESA -ATRAVÉS DA ARQUITECTURA RESIDENCIAL EM LISBOA-

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM ARQUITECTURA – HISTÓRIA DA
ARQUITECTURA

VOLUME I

Inês Domingues Serrano

Orientador Científico: Professora Doutora Marieta de Moraes Dá Mesquita, Professora Associada da FAUTL;

Co-orientador Científico: Professor Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro, Professor Auxiliar da FAUTL.

JÚRI

Presidente: Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor Rui Barreiros Duarte, Professor Catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutora Marieta de Moraes Dá Mesquita, Professora Associada da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Jorge Moradji dos Remédios Dias Mascarenhas, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Instituto Politécnico de Tomar;

Doutora Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira, Professora Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

Doutor Rui Jorge Garcia Ramos, Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro, Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Michel Toussaint Alves Pereira, Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

DOCUMENTO DEFINITIVO
2011

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores:

Em especial à Professora Doutora Marieta Dá Mesquita, pelo apoio constante, estímulo e amizade.

Ao Professor Doutor Jorge Ribeiro pela perspectiva crítica.

A toda a equipa do projecto de investigação “Arquitecturas de Papel” pela partilha mútua.

Ao Arquitecto Luiz Moreira pela generosa disponibilidade que teve para discutir alguns aspectos do trabalho.

Aos meus pais e à minha irmã Isa

Ao Santiago e ao Manuel

Esta tese teve o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através da Bolsa de Doutoramento: SFRH/BD/312999/2006

ÍNDICE

1

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 OBJECTO.....	4
1.2 JANELA E HABITAÇÃO.....	5
1.3 OBJECTIVOS.....	7
1.4 MÉTODOS.....	8
1.5 CRITÉRIOS – CASOS DE ESTUDO	13
1.6 – ESTRUTURA DO TRABALHO	20

2

2 A JANELA: ENTRE A DEFINIÇÃO E A FORMA	23
2.1 PARA UMA DEFINIÇÃO DE JANELA: ORIGENS (ÉTIMO-SEMÂNTICA)	23
2.2 ABERTURA/ENQUADRAMENTO EXTERNO.....	25
2.3 ENQUADRAMENTO INTERNO - CAIXILHO	30
2.4 PREENCHIMENTO DO VÃO	35
2.5 JANELAS PROJECTADAS : BOW E BAY WINDOW	38
2.6 ESPAÇOS EXTERIORIZADOS: VARANDA, JARDINS DE INVERNO E <i>MARQUISE</i>	39
2.7. AS JANELAS E A JANELA.....	43

3

3 - PÚBLICO E PRIVADO : A JANELA COM VISTA PARA A CIDADE	62
3.1- PÚBLICO E PRIVADO - DIALÉCTICA EXTEIRIOR/INTERIOR	71
3.2. A REGULAÇÃO DO ESPAÇO – O CONTROLO PÚBLICO SOBRE O PRIVADO.....	73
3.3. LUZES NA CIDADE.....	75
3.4. MOVIMENTO	78
3.5. PAISAGEM ÚBANA	91

4

4 – LISBOA: HABITAR NA CIDADE”	119
4.1. O REGIME PRESCRITIVO.....	122
4.2. DIVULGAÇÃO- REVISTAS E CONGRESSOS - <i>A CONSTRUÇÃO MODERNA</i>	137
4.3 LICHT, LUFT, OEFFNUNG	141
4.4. REGULAMENTOS: RGCU E O RGEU	146
4.5. AS RELAÇÕES ENTRE EDIFICADO E AS PRESCRIÇÕES REGULAMENTARES	150
4.6 .OS PLANOS - LISBOA SÉCULO XIX-XX: UM TERRITÓRIO EM MUDANÇA.....	152
4.7. A ARQUITECTURA DOMÉSTICA PLURIFAMILIAR EM LISBOA	199

5

5 – CASOS DE ESTUDO LEITURA CRÍTICA.....	258
5.1. SÉRIE 1900-1920.....	258
5.2 SÉRIE 1920-1940.....	276
5.3 SÉRIE 1940-1965.....	301

6

6. NOTAS FINAIS	316
------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	326
REFERÊNCIAS DAS IMAGENS.....	352

1. INTRODUÇÃO

1.1 OBJECTO

A *modernidade* pode ser assumida como uma mudança na relação entre o indivíduo e a sociedade. De modo similar a arquitectura reflectirá essa alteração no modo como afirma a relação entre o interior e o exterior. Construir uma parede é separar duas categorias de espaço, é afirmar que há um “dentro” que se associa ao espaço privado e um “fora” que se lê como público. A janela, interrompendo o muro, funciona como elemento de mediação, que materializa a fronteira entre essas duas ordens.

As mentalidades são estruturas de longa duração e a Arquitectura pertence a esse tempo longo, como também *habita* na fachada, mais maleável e tendente a integrações de moda, mas também dependente da disposição interna e da relação procurada entre o interior e o exterior.

Na arquitectura doméstica o(s) modo(s) de habitar reflectem-se na fachada, onde a janela se define como elemento de mediação: ao contrário do que se poderá supor a janela não pode ser considerada apenas como um vão que se “recorta” no muro e que participa na composição da fachada –nesse sentido evidenciando *urbanidade* -mas na ideia de *interface* que permite um fluxo constante de sinergias.

A janela é pois um elemento de *profundidade* ela permite olhar o *outro* e materializar essa vista *ali* (enquadrada). Permite que a luz se corporize no interior da habitação como forma.

Da luz que sempre diferente altera o espaço interno e do habitante que olha em direcção ao exterior. São dois tipos de *matéria* mas que ancoram a janela na categoria ambivalente que reflecte a sua matriz etimológica derivada de *Janus*¹.

“The architectural elements that define the intersections and borders between what is inside and outside take on threshold qualities, as area of boundary and contact. Architecture is about setting limits”.²

¹ Nome de uma divindade da mitologia romana donde deriva a palavra “janela”.

² The Architecture of the window, Vittorio Lampugnani (Ed), p. 34

Pretende-se através deste elemento enquadrar as mudanças no habitar urbano através do registo semântico em que entendemos a janela: por um lado as qualidades/exigências funcionais às quais deve responder: a ventilação a iluminação e a vista e por outro lado o modo como concretiza a articulação entre interior e exterior reflectindo o modo dinâmico desta relação.

1.2 JANELA E HABITAÇÃO

A janela no espaço doméstico esteve contida durante muito tempo a funções aparentemente banais mas imprescindíveis e que se encontram referenciadas nos tratados de arquitectura e construção: a iluminação dos compartimentos e a ventilação³. Embora se admita que a *abertura para a luz é uma forma de construção espacial*, a ausência de um simbolismo religioso/místico no programa da arquitectura doméstica, explica que as janelas na habitação configurassem durante muito tempo, uma situação pacífica e de certo modo balizada pela constância da tipologia.

Com o início da Época Moderna observa-se um certo renascer da prática urbana, e *da cidade como atracção e espectáculo do quotidiano*.

“Encontramos (na renascença) indícios da origem de uma cultura de “investigação mútua” que privilegiava o olhar como instrumento de acção; da origem do hábito de ver a cidade e os seus moradores, de dentro do espaço privado. A casa é o lugar privilegiado desse olhar. Da sala da casa ou sacadas que avançavam sobre a rua partiam os vários tipos de olhar (...)”⁴

Não pretendemos no entanto alargar o nosso espectro e lançarmo-nos numa aventura de cinco séculos, basta-nos referir que se inicia no Renascimento a *descoberta do olhar*, e que esse movimento não cessa, antes se renova durante os séculos seguintes em novas solicitações e exigindo dos arquitectos soluções que enquadram a(s) relação(ões) entre o interior doméstico e a cidade /urbano.

Durante o século XVII, e sobretudo nos países protestantes, as janelas podiam ser elementos de transgressão das normas vigentes: a ostentação (pela

³ Estas funções eram por vezes substituídas por outros dispositivos, os pátios interiores e as portas

⁴ Luis António Jorge – Desenho da Janela, p. 36

dimensão do envidraçado) estava sujeita à cobrança da *tax window* mas também através do olhar recíproco que a janela permite se viola esse cosmos sagrado da família burguesa e puritana⁵

São os séculos XIX como o XX marcantes na redefinição da janela, que incorpora outras funções e materializa uma nova relação entre o interior, tido como o espaço privado da habitação e o exterior como espaço público da rua.

Se responder a estas novas solicitações da janela foi tarefa dos arquitectos/construtores do século XX, reabilitar a arquitectura doméstica como programa arquitectónico era algo já em marcha a partir da segunda metade do século XIX. Utilizar a janela – como elemento chave - para reinventar a relação interior/exterior foi o programa do modernismo.

“Quanto mais a janela vai perfurando a pedra ou o concreto mais leve vai ficando a construção até que a janela horizontal, *en longueur*, de Le Corbusier, na ville Savoye, marque a clivagem para a estrutura metálica (...)”⁶

Embora se possa pensar que a radicalidade das propostas modernistas acabaria por de algum modo “destruir” a janela *convencional*, a janela com soleira, limitada e enquadadora; pôde-se também verificar, com maior intensidade a partir do pós-modernismo uma reacção a essa “exposição máxima”. Contudo a previsão de P. Scheebart (1863-1915) que preconiza o desaparecimento da janela⁷ concretizou-se em parte, ou melhor a janela tradicional, como “buraco” na parede desaparece como paradigma. O debate actual não se centra na janela mas na fachada como superfície moldável e *atectónica*.

⁵ Embora “mal visto” o olhar para a rua não deixa de ser um “pecado” desejado, como provam os frequentes espelhos que ainda hoje se encontram nas salas das habitações da Holanda que permitem ver o exterior sem ser visto. Ver Hernan Vera - On Dutch window. Qualitative Sociology [em linha] Vol. 12(2), Summer 1989 [consult. 18.02.2010] disponível em <http://www.springerlink.com/content/v08m22250357/?p=8f481243552c4118bebf7b9>

⁶ Luis Antônio Jorge – Desenho da Janela, p. 10

⁷ “When glass architecture comes in, there will not be much more talk of windows either: the word window will disappear from the dictionaries. Who ever want to look at nature can go onto his balcony or his loggia, which of course can be arranged for enjoying nature as before (...)” apud Anne Friedberg – The Virtual Window -From Alberti to Microsoft, p. 115

1.3 OBJECTIVOS

Os vãos de janela são indicadores sensíveis do processo intrínseco à construção invisível da arquitectura. Elementos que de algum modo, ajustam sincreticamente ou sinteticamente, os pretextos da arquitectura.

Mais do que isso, como elemento “entre”, -de superfície, de pele-, reflecte exactamente essa “temperatura” exterior e interior. Do lado de dentro apercebe-se associado a uma forma de habitar: onde janela é “ventana” e “window” para ventilar e para entrar a luz. Mas também para ver e ser visto, para enquadrar a paisagem urbana, conquistando a parede, destacando-se na fachada através dos balcões e da “bow window”. Janela e muro como elementos associados, parceiros dialécticos.

O século XX, ainda resiste: a rua da cidade quarteirão, afirma uma polaridade, entre a rua e as traseiras, dois valores, duas funções, que também se resgatam, se permutam, até se diluírem na cidade modernista por uma similitude de valor entre as fachadas.

Os objectivos desta tese procedem de duas ordens que assumem a janela como interface entre categorias espaciais distintas: o exterior e o interior. A articulação entre estes dois espaços procede de uma ordem relacional entre as janelas e a cidade, então revelada como facto paisagístico

Esse olhar de dentro para o exterior não só organiza o olhar como lhe impõe regras codificadas: enquadra a visão através de um dispositivo metafórico: a janela, a janela que emoldura e que enquadra.

Esse “olhar” sobre o exterior que é recíproco, encena um sistema relacional que é ele próprio dependente dos modos de habitar: num sentido lato do “habitar/fruir a cidade” mas fundamentalmente percebido na inscrição no espaço doméstico.

Na construção de um enquadramento tipológico/formal e na procura de modelos e paradigmas espera-se contribuir para, no quadro cronológico que limita o século XX português, equacionar uma ordem dialéctica entre os valores de permanência e mudança, revelados pela janela.

1.4 MÉTODOS

neste trabalho que pretende estudar a janela na arquitectura doméstica em Lisboa, considerou-se um período cronologicamente balizado entre o início do século XX até à actualidade. Uma actualidade lida com a distância que se considera conveniente a um estudo desta natureza: isto é, a aproximação ao tempo histórico contemporâneo, deverá ser conduzida por uma atenção redobrada aos sinais ainda por decifrar. A distância temporal interpõe interferências várias ao sinal emitido outrora; a dificuldade reside numa classificação desses sinais do passado filtrados pela sensibilidade actual. Que critérios avaliam (validam) a sua importância? Constituem-se como rupturas ou continuidades?

“Pretende-se demarcar um período? Mas ter-se-á o direito de estabelecer rupturas simétricas, em dois pontos do tempo, para fazer surgir entre elas um sistema contínuo e unitário?”⁸

Ainda reflectindo no arco temporal implícito no título, dir-se-á, que essa actualidade ao qual alude é referente ao culminar de uma sucessão de acontecimentos que façam sentido, que revelem uma ordem; é nessa medida que o passado pode construir o presente, ordem essa intrínseca aos objectos e acções mas que resulta do processo heurístico: uma rede que lançamos ao passado não tem uma forma pré-definida onde os acontecimentos se agarram, antes são os acontecimentos que a devem *enformar*.

A aproximação ao tempo histórico contemporâneo, deverá ainda implicar algumas decisões metodológicas que se ancoram nas diferenças intrínsecas aos objectos de estudo, concretamente ao seu tempo próprio. O facto de se poder situar o início do século XX como passado (facto cronológico) e a actualidade como presente abre uma cisão que adverte diferentes leituras dos objectos: primeiro pela própria construção do discurso. “(...) a divisão entre presente e passado da qual ela depende, fundada numa concepção linear da história, pertence ela própria ao passado, e um passado que pesa ainda sobre o presente, mas que não chega para o definir”⁹ Por outro lado e de um modo estritamente operativo a pesquisa

⁸ Michel Foucault - As palavras e as Coisas, p. 105.

⁹ Fazer História, (dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora) 1º vol: (Novos problemas), p. 526

arquivista referente a períodos menos recuados oferece algumas dificuldades, tais como o acesso condicionado e a dispersão dos documentos.

As questões ligadas a uma definição do objecto de estudo no sentido de aferir a sua possibilidade geográfica e temporal, o seu território e duração, implica um olhar que ordena e classifica, uma *taxis* pragmática, onde cabem os passados evocados num presente que se fez momento, actualidade.

Desse modo constitui-se como operativa a cisão do período considerado em três séries cronológicas. As datas que balizam estas séries foram construídas com base em vários critérios julgados pertinentes, não as ancorando em datas de eventos políticos sociais e económicos que julgamos não serem particularmente relevantes para o processo de criação.

Ainda assim a constituição de períodos correspondentes a duas décadas, com inícios e fins fixos a uma cronologia convencional, com excepção para a última série, obedece precisamente a uma simplificação que evita a coincidência com eventos marcantes do século XX português e cria uma rede autónoma mas que permite construir um filtro que acompanha os ciclos de génese e desenvolvimento de um sistema serial/formal, onde os intervalos cronológicos regulares, com a duração de 20 anos, fixam as balizas, admitindo a existência de *limiares*¹⁰ (na impossibilidade de estabelecer *Um inicio* e *Um fim*, a não ser do ponto de vista canónico) e de *interlúdios*¹¹, zonas de sombra que de algum modo podem resolver as imprecisões que as datas fixas apresentam.

Esta estrutura é devedora das metodologias presentes na História de Arte, disciplina que desde cedo se apercebeu que *o(s) modo(s) de contar a História faziam parte integrante dessa mesma história*. Baseamo-nos nos estudos/ensaios de autores que reflectiram de um modo geral sobre a classificação dos *objectos* como H. Focillon (1881-1943), *Vie des formes*, 1934 e G. Kubler, (1912-1996) *The Shape of Time*, 1962 e das propostas de

¹⁰ “Mas os limiares são muito mais espaços ou clareiras que simples cortes ou descontinuidades no tempo. As cesuras são limites, os limiares são zonas mais ou menos imprecisas e contextuais onde eventos se aglutinam e sugerem, quando em confrontos com outros eventos, a intelegibilidade do caso em apreciação. Seja como for, os limiares têm sempre uma cronologia precisa, isto porque anda à volta de uma data, ou de um preciso intervalo cronológico. A esta data ou intervalo cronológico faz-se associar, quase sempre, um lugar preciso no espaço. Ao redor destes parâmetros temporais e/ou espaciais descrevem-se acções e eventos que se iluminam reciprocamente” Luis Quintais– Franz Piechowski ou a analítica do arquivo. pp. 58-59.

¹¹ “(...) as zonas de transição, a existirem (e elas existem quase sempre), servem de elo narrativo entre diversos limiares. Representam-se sempre através de um hiato cronológico. Chamo-lhes interlúdios.” ibidem

periodização da arquitectura portuguesa dos séculos XIX e XX presente nos contributos de N. Portas (1934-) *A evolução da arquitectura moderna em Portugal : uma interpretação*¹², 1973; J-A. França (1922-), *A Arte em Portugal no Século XX*, (1974); S. Fernandez (1937-) - *Percorso da Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, 1985; P. V. Almeida (1933-) e J.M. Fernandes (1953-), *A Arquitectura Moderna em Portugal*¹³, 1986 e A. Tostões (1959-), *Arquitectura da primeira metade do século XX*¹⁴, 1995.

A leitura dos objectos produzidos durante o período em estudo, tendo em conta a sua filiação tipológica mais do que formal, permitiu uma clarificação do âmbito e periodização pretendidas. A série cronológica constituiu-se como um conjunto não fechado¹⁵ de vários objectos que surgem e se desenvolvem numa determinada duração, enquanto a classificação tipo-morfológica implicará a “redução de complexidade dos diferentes exemplos concretos a parâmetros abstractos que permitam uma classificação como base para a análise e comparação”.¹⁶

1.4.1 SEQUÊNCIAS FORMAIS

Na época que se pretende investigar, o século XX português, pode-se apor uma cronologia aberta. Trata-se de criar um sistema sobreposto ao cronológico tomando uma duração na qual os acontecimentos e as suas circunstâncias são enquadrados remetendo para séries exógenas.

Seguimos a hipótese de G. Kubler¹⁷ de classificação dos objectos em estruturas seriadas: início, fim, posição serial, simultaneidade, características dos períodos, mudanças dentro da série, objectos originais/réplicas, idade cronológica/ idade sistemática, são dados que importa caracterizar.

¹²Nuno Portas - *A evolução da arquitectura moderna em Portugal : uma interpretação* In Bruno Zevi - *História da arquitectura moderna*, [S.l.] : Arcádia, 1973.

¹³ P. V. Almeida e J.M. Fernandes - *A Arquitectura Moderna em Portugal* in *História da Arte em Portugal*, volume 14, Edições Alfa, Lisboa; 1986

¹⁴Ana Tostões - *Arquitectura da primeira metade do século XX* in *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), III vol., Círculo de Leitores, (pp.506-547), Lisboa, 1995.

¹⁵ Seguindo a proposta de Kubler em que os objectos respondem a “problemas” que podem ser reincidir no tempo.

¹⁶ Barata fernandes? Ver ou kubler

¹⁷ George Kubler, *A Forma do Tempo*, Lisboa, Vega, 1991.

Nesta forma de descrição dos acontecimentos/objectos sobressaem as circunstâncias em que ocorrem (em que casos, onde, quando e como, isto é o modo como o objecto se inscreve no espaço/tempo) preterindo a individualidade da obra/autor, uma vez que as soluções aparecem enquadradas num largo espectro de *respostas* ao mesmo problema.

Podem existir simultaneidade de séries, que embora ocorram no mesmo tempo cronológico pertençam a *idades sistemáticas* distintas. Mesmo quando falamos de um único objecto podemos detectar várias idades sistemáticas diferentes "traços ou aspectos cada um dos quais com a sua idade"¹⁸ uma parte do objecto pode revelar-se inovadora dentro de uma quadro de soluções coevas, e extremamente convencional em outros aspectos. A duração não pode ser medida apenas pelo tempo cronológico mas pelas várias idades sistemáticas que um objecto pode conter.

As séries poderão ser mais ligadas à tradição ou integrar-se num quadro de maior autonomia. Num movimento circular a séries mais arrojadas ligam-se às tradicionais e tornam-se aceites, sendo então substituídas por outras que expressam novos entendimentos do(s) problema(s).

Do mesmo modo estão relacionadas cópia e invenção. Se a réplica traduz a regularidade do tempo, a sua constância com pequenas variações imperceptíveis, a invenção é um corte, uma ruptura na regularidade dos acontecimentos. A cópia (objectos, acções) mantém o elo com os objectos/acções passadas. Uma ligação entre passado e presente mantendo familiar a forma original.

Torna-se claro que quando queremos olhar para o objecto para além da narração histórica é necessário encontrar cortes e clivagens que separem diferentes tipos de acontecimentos.

Estamos sempre a descrever um tempo indirecto medido através das mudanças ou das permanências numa sucessão de acontecimentos entre quadros cronológicos estáveis. As formas do tempo não se resgatam no tempo biológico que consiste em durações interruptas entre dois momentos, o nascimento e a morte; mas num tempo histórico intermitente e variável. Os intervalos entre as acções são variáveis em duração e conteúdo com fim e

¹⁸George Kubler - A Forma do Tempo, p.136

princípios indetermináveis, mas é possível marcar esses inícios e fins porque as acções se intensificam ou esbatem nesses períodos.

Quando uma série é substituída por outra, não termina exactamente nesse momento todo um conjunto de objectos, conceitos, enunciados e soluções da série precedente, pois a transformação das relações que levou à sua substituição não se estende necessariamente a todos os elementos que caracterizam uma série. Assim não é a obra/objecto nem o autor o recorte pertinente da série mas sim uma linha que define “tipos e regras de práticas discursivas que atravessam as obras individuais, e, às vezes, as comandam inteiramente”¹⁹

Para o século XX português alguns autores sustentam cronologias formais marcadas por acontecimentos políticos, sociais ou estéticos. Analisámos duas propostas de sistematização, a de Ana Tostões (A.T.) e a de Pedro Vieira de Almeida (P.V.A.). Veremos até que ponto estas duas periodizações estão próximas ou onde e quando se distanciam.

No âmbito da 49ª edição da feira do Livro de Frankfurt foi apresentada a exposição "Portugal Arquitectura do Século XX" comissariada por Ana Tostões onde se propõem sete núcleos cronológicos: o primeiro que se inicia em 1900 e termina em 1921 designado "A casa portuguesa" e os novos programas" onde destaca a acção de dois arquitectos de feição antagónica, Ventura Terra e Raul Lino, entre o eclectismo oitocentista e a questão da "casa portuguesa".

Na sequência proposta por Pedro Vieira de Almeida²⁰, o início coincide com a mesma data 1900, não exactamente por ser formalmente o início de século XX, mas porque é, em Portugal, o início da publicação da revista "Construção Moderna" e o ano de realização da Exposição de Paris com projectos de Raul Lino e Ventura Terra do qual este último sai vitorioso. Esta série finda em 1927 data onde se forma a chamada "geração de compromisso" (Pardal Monteiro, Cottineli Telmo, José Segurado, Rogério de Azevedo, Cristino da Silva).

Ora o segundo período começa então em 1922 para A.T. neste período que designa por "o efémero modernismo" e em 1927 para P.V.A., no entanto ambos

¹⁹Michel Foucault - A Arqueologia do Saber. p.160

²⁰ P. V. Almeida e J.M. Fernandes - A Arquitectura Moderna em Portugal in História da Arte em Portugal, Volume 14, Edições Alfa, Lisboa; 1986.

terminam numa mesma ocorrência história (a II Guerra Mundial) sendo que A.T. a situa numa data próxima do início da guerra, 1938, onde lê sinais de um endurecimento do regime português, enquanto P.V.A., a situa em 1945 no fim da guerra e data próxima do I Congresso dos Arquitectos Portugueses (Em 1948 o congresso debate o tema “o problema português da habitação”. Opondo-se ao modelo oficial nacionalista da “casa portuguesa” os arquitectos irão reivindicar uma nova política baseada nas intenções expressas na Carta de Atenas.)

O terceiro período inicia-se em 1938 para A.T., e em 1945 para P.V.A., e enquanto A.T. termina esta curta cronologia na data do I Congresso dos Arquitectos Portugueses, em 1948, P.V.A. estende-a até 68 (morte política de Salazar). De 1948 a 1961 (início da guerra colonial) e de 1968 a 1974 (revolução de Abril) são as periodizações seguintes respectivamente de A.T. e P.V.A.

As sequências seguintes são mais consensuais: A.T. inicia uma série de 1961 a 1974, mas ainda descreve uma interrupção justificada pelo período revolucionário instado pelas operações do SAAL, de 1974-76; enquanto P.V.A. faz seguir a série iniciada em 1974 até ao fim do século XX, data onde aliás ambas terminam.

O que estas periodizações nos demonstram é sobretudo a maleabilidade dos critérios de corte nas acções, isto é a consciência que se está a lidar com aparências assinaladas no presente mas ocorridas no passado e que esse espaço de tempo entre o acontecimento original (primeira transmissão) e o presente implica uma interpretação que significa mais um “estádio na perturbação do impulso original”²¹

Resta-nos pois, entre a permanência e a mudança, bipolaridade talvez forçada, encontrar clivagens que nos permitam retratar os objectos/acontecimentos, enfim a descrição de detecção de formas do tempo.

²¹George Kubler- A Forma do Tempo Lisboa, p.35

1.5 CRITÉRIOS – CASOS DE ESTUDO

1.5.1 GEOGRAFIA

Não é possível excluir alguma aleatoriedade na selecção realizada, sobretudo porque devemos contar sempre que uma investigação aplicada está sujeita ao imprevisto – na pesquisa de arquivo, os processos perdidos ou deteriorados ou os equívocos ligados à mecânica arquivista; - no *campo*, as demolições e as condições de acesso ao edifício- pelo que houve a necessidade de construir duas ordens de critérios, sem hierarquia definida, para a selecção deste conjunto: a geografia/localização e a autoria.

O primeiro critério está subjacente ao título da tese; uma vez que se trata de uma “interpretação portuguesa” e “urbana” do tema da “janela” conviria desde logo decidir se a tese teria um carácter “enciclopédico”, abrangendo vários territórios e caracterizando a janela sem uma rede tipológica no sentido do seu “uso”.

Do plano prévio da tese ficaria fixado outro caminho exposto nos vários capítulos que a estruturam nomeadamente que o território ficaria restrito a Lisboa. Explicam-se aqui os motivos: a importância inerente da “capital do império” como campo privilegiado da “experimentação” arquitectónica mas igualmente, pela sua dimensão, campo plural de exemplos e manifestos da arquitectura portuguesa e onde o crescimento contínuo da cidade permitiu precisamente que as áreas ligadas à construção civil se manifestassem de forma mais premente. Por outro lado não se pode deixar de referir, que a logística associada à pesquisa de arquivo é, em Lisboa, menos penosa e mais acessível que noutros locais do país, embora este seja um motivo secundário.

Estando definida esta geografia introduziu-se uma sub-categoria que dela deriva: o da localização – não sendo totalmente evidente, pode-se perceber uma menor pressão a uns ou a outros imperativos formais e tipológicos nas zonas “novas”, uma vez que, por princípio, as pré-existências são inexistentes ou dispersas e não se pretendem como modelos; antes as construções *ex-novo* deveriam poder constituir-se como “inovadoras” e exemplares. As áreas de expansão da cidade que com um maior ou menor grau de planeamento foram características de uma determinada ideologia, uma pretendida imagem

da cidade, uma organização espacial e formal da política urbana. É nesse quadro que participam vários actores; arquitectos/construtores, promotores, marcam, em Lisboa, os vários eventos que transformarão a cidade de um *modo planeado*: o primeiro na fronteira do século XIX e XX é o plano de Ressano Garcia (1847-1911) para a Avenida da Liberdade (iniciado ainda antes da presença deste engenheiro na CML) e as “Avenidas Novas”.

Até aos anos trinta do século XX, a edificação das artérias e avenidas riscadas neste plano, ocupa boa parte dos intervenientes ligados à área da construção.

Mais tarde a zona de Alvalade (Plano da Av. Alferes Malheiro, 1945), ampliação quase natural da urbanização das Avenidas, vai, até meados dos anos 60, constituir-se como pólo dinamizador do mercado de habitação lisboeta.

O fim dos anos 50 marcam o início dos planos de Olivais Norte e Sul; Chelas e Olaias a atravessar os anos 70 e 80, com uma importante quota de fogos destinada a habitação social. É a primeira expansão a Oriente (onde já existia a antiga freguesia de Olivais Velho correspondente a um pequeno aglomerado rural²²) coesa pelo triângulo Alvalade, Aeroporto (1942), Olivais e de certo modo (em Chelas sobretudo) absorvida pelo inesperado retorno dos portugueses das ex-colónias em 1974-5. Virá a expansão a norte do Campo Grande nos anos 70/80, no Lumiar e a poente desse grande eixo viário o bairro de Telheiras. Proceder ao levantamento das características destas artérias seria um caminho para perceber um dos sentidos dominantes do crescimento da cidade entre 1900 e 1980 e os seus objectivos estratégicos: Av. da Liberdade-Av. da República-Campo Grande - Av. Padre Cruz-Calçada do Carriche.

Na faixa pertencente ao porto de Lisboa, entre os Olivais e o rio Tejo (doca dos Olivais) um parque industrial obsoleto dá origem, nos anos noventa e tendo como mote a Exposição Universal de 1998, ao Parque das Nações, área onde

²² “Criada em 1397 por D. João Anes, arcebispo de Lisboa, em terras situadas, então, no termo da capital, a freguesia dos Olivais compreendia à época pequenos aglomerados urbanos, espalhados por uma vasta área, que ia desde o Grilo, a sul, até Sacavém, a norte, incluindo Marvila e Cabo Ruivo. O violento terramoto de 1755 destruiu a igreja paroquial, prontamente reconstruída. Foi nesta época que se delineou o Rossio - que mais tarde seria nomeado Praça Viscondessa dos Olivais - no antigo campo da feira, situado na zona posterior da igreja matriz, abrindo-se também os primeiros arruamentos, como a Calçadinha dos Olivais, a Rua Nova ou a Rua das Casas Novas.” IGESPAR [em linha] Património [consult. 23.01.2010] Núcleo Urbano - Conjunto da Praça da Viscondessa dos Olivais. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74784/>

dominam as habitações plurifamiliares que se estendem até à Portela de Sacavém, atingindo já o município de Loures.

Há naturalmente, numa cidade que até meados dos anos oitenta²³ cresce continuamente, uma necessidade renovada de habitações²⁴, oferta que é nas acções que nomeamos, regulada exclusivamente pela iniciativa pública (M.O.P. e C.M.L.²⁵), com alguns casos de menor extensão e importância afectos à iniciativa privada.

Assim sendo esta sub-categoria pretende ancorar os casos de estudo às zonas de expansão contemporâneas, fazendo coincidir temporalmente, os planos com a arquitectura. Interessam-nos as edificações coevas à sua planificação e recorte inicial. Não porque se tente encontrar “pontos de restauro” mas encontrar correspondências entre as expectativas objectivas expostas em regulamentos, planos e manifestos, e subjectivas (aquilo que se espera como resposta) e as soluções propostas que estão necessariamente enquadradas por esse clima de tensão e exigência a que outras zonas da cidade (áreas urbanas consolidadas) não seriam tão sensíveis, e que por isso se podem estabelecer precisamente como contraponto.

1.5.2 AUTORIA

Quis-se também introduzir um segundo critério, o da autoria, não no sentido biográfico, mas contemplando uma dupla vertente: é que, se nos seria algo penoso excluir alguns autores que marcaram a produção arquitectónica do século XX, também se verificou, num levantamento prévio, que muitos dos edifícios não tinham uma autoria expressa ou reconhecível. Por motivos de coerência, estes casos não foram ser excluídos: muito pelo contrário, é esse equilíbrio entre obras de autores legitimados pela História ou pelos seus contemporâneos e outros sem essa *fortuna*, que pode formar um conjunto que não seja completamente espartilhado pelos mecanismos de legitimação

²³ Pela informação recolhida das estatísticas do INE (www.ine.pt), até 1960 há um crescimento contínuo da população em Lisboa (concelho), sendo que o censo de 1970 apresenta uma ligeira queda em relação à década precedente (1960: 802.250, 1970: 769.044) mas que é recuperada na década seguinte: o censo de 1980 conta 807.937 mil pessoas correspondentes à população residente. Já o censo de 1991 tem um saldo negativo com 677.790 que continua a decrescer na década seguinte (2001) com 556.796 (quantidade só comparável à população do concelho de Lisboa em 1930 que teria 591.931)

²⁴ Também motivada pela falta de investimento na reabilitação/requalificação urbana.

²⁵ Ministério das Obras Públicas e Câmara Municipal de Lisboa.

vigentes. Assim a autoria é um critério válido quando nos parece haver de facto uma correspondência entre os objectivos da tese e as obras que se apresentam. É por esse motivo que se excluem dos casos de estudo obras de Raul Lino (1879-1974), uma vez que a sua produção mais significativa não é urbana. Por outro lado um engenheiro como Jacinto Robalo () interessa-nos, porque nas suas obras estão ausentes quaisquer reflexões ou preocupações sobre as janelas quer do ponto de vista da iluminação do interior, da relação exterior/interior. Em certo sentido representa uma tendência que a série (1920-1940) anuncia, onde o grau de tipificação de soluções arquitectónicas (planimétricas e volumétricas) é muito evidente e onde o recurso a uma linguagem que deriva num primeiro momento mais inspirado de um modernismo *art déco* mas que rapidamente se transforma numa plataforma de banalidade repetida diligente e indiferenciadamente. Serve pois para caracterizar alguma da construção deste período tentando não ocultar que parte da produção arquitectónica estava (e está) muitas vezes subjugada a um canône corrente (por vezes imposto pelo promotor/proprietário mas até frequentemente tomado como *à-priori* pelo próprio autor) ou sujeita a uma tipificação pouco escrupulosa.

1.5.3 TIPOLOGIA

Chegado a este ponto das justificações e do método, resta-nos fazer uma referência à questão da tipologia em que se enquadram as janelas. A primeira sujeição voluntária foi a de circunscrever o estudo da janela à arquitectura doméstica, a segunda foi a de partir de uma transformação objectiva da cidade como território onde há uma relativa indiferenciação entre as habitações uni e plurifamiliares para *uma outra* cidade, onde o aumento demográfico e as distorções próprias de um mercado especulativo pouco regulado tornam o prédio urbano num valor que obrigará a soluções de alta densidade – da qual a construção em altura (habitação plurifamiliar e colectiva) é a manifestação mais directa. No entanto, desta evolução do perfil urbano, não se podem descartar outros factores, uma vez que em muitos países, sobretudo do norte da Europa as habitações construídas nos subúrbios e arredores das cidades privilegiam

soluções de baixa densidade, habitações unifamiliares num vasto território contrariamente às soluções encontradas em Lisboa e nos seus subúrbios.²⁶

A arquitectura doméstica e apesar dos diversos estudos recentemente publicados, foi até há pouco tempo uma tipologia pouco apetecível; situação que só se inverteria com o interesse dos arquitectos modernistas por esta tipologia²⁷, e posteriormente com o interesse da História pelo quotidiano das famílias, dos indivíduos e das relações.

De um modo geral as descrições do espaço da habitação, tiveram nos estudos de Eleb Vidal e Anne Debarre, *L'invention de l'habitation moderne: Paris 1880-1914. Architecture de la vie privée, suite*²⁸ e de Christian Moley em *Regard sur l'immeuble privé: architecture d'un habitat (1880-1970)*²⁹ um amplo panorama da habitação colectiva parisiense entre o Segundo Império (1852-1870) e a I Guerra Mundial (1914-1918). O primeiro trata de um estudo sobre a habitação plurifamiliar burguesa e as mudanças no espaço doméstico que se desenvolvem neste período. No livro de Moley há uma reflexão particular sobre a habitação desde a relação com o lote urbano até ao esquema distributivo interno, estruturada numa análise tipológica.

Num estudo sobre as relações entre o espaço público, resultante da intervenção novecentista de Haussmann e o imóvel, refira-se o trabalho de François Loyer, *Paris XIXe Siècle, L'immeuble et La Rue*³⁰

Embora estes estudos caracterizem realidades diversas, a identidade dos grupos sociais referida aos códigos comportamentais, é transversal aos vários países; assim como a forma de habitar, nos países ocidentais, têm uma estrutura comum revelando apenas especificidades locais. Esta circunstância, e o facto da sociedade portuguesa ter sido amplamente influenciada pela

²⁶ "De notar que apesar desta tendência dominante do mercado imobiliário "(...) o modelo que serviu de inspiração ao Estado Novo foi sobretudo o Britânico, onde a ideologia da casa-jardim prevalecia. A opção pela casa unifamiliar vinha já do programa de casas económicas da 1ª República. (...)" Carlos Nunes da Silva - Política urbana em Lisboa, 1926-1974, p. 312

²⁷ Motivada pela crescente individualização da sociedade, do carácter profano das encomendas públicas, do problema do alojamento, etc os arquitectos modernistas resgatam a habitação unifamiliar e nas pesquisas relativas à habitação social, as *siedlung* e o conceito de *Existenzminimum* como manifesto doutrinário e campo de experimentação privilegiado.

²⁸ M. Eleb Vidal e Anne Debarre - *L'invention de l'habitation moderne: Paris 1880-1914*, Paris: Hazan & Archives d'architecture moderne, 1995.

²⁹ Christian Moley - *Regard sur l'immeuble privé: architecture d'un habitat (1880-1970)*, Paris : Le Moniteur, 1999.

³⁰ François Loyer - *Paris XIXe Siècle, L'immeuble Et La Rue*, Paris, Hazan, 1970

cultura francófona, permite-nos estruturar a análise do espaço doméstico, cotejando os exemplos franceses com os nacionais.

Em Portugal devem referir-se duas obras que se debruçaram sobre a temática da habitação, a primeira de F. Barata Fernandes - *Transformação e permanência na habitação portuense - as formas da casa nas formas da cidade*³¹ que, apesar de retratar um período anterior ao estudado nesta tese, reflecte sobre os antecedentes e as relações da tipologia de habitação plurifamiliar com a cidade.

Partindo igualmente de uma dissertação académica o trabalho de Rui Ramos, *A Casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*³² faz uma viagem pela habitação unifamiliar burguesa, sob uma perspectiva pluridisciplinar tentando oferecer um olhar múltiplo sobre a origem e evolução dos espaços da habitação sediado nos conceitos de intimidade, domesticidade, conforto e privacidade

Por último refira-se o estudo de Ricardo Agarez, *O moderno revisitado : Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950*³³ que compreende a evolução da habitação colectiva em Lisboa sob o signo do modernismo arquitectónico.

³¹ F. Barata Fernandes -*Transformação e permanência na habitação portuense - as formas da casa nas formas da cidade*, Porto, Faup : 1999 (publicação a partir da Tese de Doutoramento com o mesmo título, 1997)

³² Rui Ramos - *A Casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto, FAUP Publicações, 2010 (publicação a partir da Tese de Doutoramento com o mesmo título, 2005)

³³ Ricardo Agarez - *O moderno revisitado : Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950*, Lisboa, C.M.L.; 2009. (publicação a partir da Tese de Mestrado, 2004)

1.6 – ESTRUTURA DO TRABALHO

A organização deste trabalho exigiu a divisão em dois volumes: o primeiro que integra os textos principais os índices e as referências bibliográficas. O segundo volume inclui a informação em formato de ficha dos casos de estudo e um texto de introdução à metodologia que foi adoptada para a organização das mesmas.

A estrutura capitular do primeiro volume vai de encontro aos objectivos propostos numa sequência formalizada em seis capítulos:

O capítulo primeiro “A JANELA: ENTRE A DEFINIÇÃO E A FORMA” pretende estabelecer as origens étimo-semânticas da palavra “janela” para aferir o trânsito semântico do termo. Determinou-se também como objectivo traçar um percurso da janela através da relação entre o elemento parietal e as aberturas, para entender o seu papel como elemento compositivo na arquitectura.

No segundo capítulo “PÚBLICO E PRIVADO: A JANELA COM VISTA PARA A CIDADE” procurou-se enquadrar a janela como elemento de mediação entre o espaço público e o privado: a dialéctica exterior/interior, evoca uma função “nova” da janela, *a da vista urbana*. A constituição da paisagem urbana a partir da janela - quadro dá origem a uma relação que levará a soluções diversas *na arquitectura da janela*.

O capítulo terceiro “LISBOA: HABITAR NA CIDADE” desenvolve um enquadramento plural em que se revela a pertinência de uma análise integrada entre arquitectura e cidade. Através dos planos urbanos formais estabelecem-se um quadro de relações entre a matriz fundiária, as acções políticas-regulamentos e leis e a arquitectura. Neste quadro relacional realiza-se uma caracterização da arquitectura doméstica plurifamiliar em Lisboa, contemplando uma análise dos espaços interiores, tendo em conta os padrões de conforto, as inovações técnicas, os sistemas construtivos e as afectações do espaço, ao longo da periodização proposta.

A leitura dos casos de estudo contém um corpo interpretativo que está incluído no capítulo quarto “CASOS DE ESTUDO LEITURA CRÍTICA” e que se complementa na forma sintética das fichas apresentadas no segundo volume

As notas finais no capítulo “A JANELA NO ESPAÇO DOMÉSTICO - TRADIÇÃO E INOVAÇÃO” pretendem encerrar algumas reflexões que de alguma modo se encontram dispersas nos vários capítulos. É portanto uma análise panorâmica que resulta do estudo comparativo, em diacronia, do estatuto das variantes e continuidades lidas através dos casos de estudo e à luz do enquadramento que os capítulos precedentes acolheram.

No segundo volume, as fichas organizam-se segundo as três sequências formais que se construíram (séries) e que correspondem a intervalos cronológicos no período a que se reporta esta dissertação. No interior de cada série a numeração das fichas corresponde a uma ordem cronológica que se refere à data da obra/projecto. A localização dos casos de estudo está registada na cartografia que precede as fichas.

A JANELA: ENTRE A DEFINIÇÃO E A FORMA

2 - A JANELA: ENTRE A DEFINIÇÃO E A FORMA

"Ouverture la vie en close"

em latim
"porta" se diz "janua"
e "janela" se diz "fenestra"
a palavra "fenestra"
não veio para o português
mas veio o diminutivo de "janua",
"januela", "portinha",
que deu nossa "janela"
"fenestra" veio
mas não como esse ponto da casa
que olha o mundo lá fora,
de "fenestra", veio "fresta",
o que é coisa bem diversa
já em inglês
"janela" se diz "window"
porque por ela entra
o vento ("wind") frio do norte
a menos que a fechemos
como quem abre
o grande dicionário etimológico
dos espaços interiores
[...]

Paulo Leminski.

«La vie en close», São Paulo, Brasiliense, 1991.

2.1 - PARA UMA DEFINIÇÃO DE JANELA: ORIGENS ÉTIMO-SEMÂNTICAS

*Janus*³⁴, uma das divindades mais importantes do panteão romano é facilmente reconhecível pela sua representação convencional com as duas faces de perfil, olhando em dois sentidos da mesma direcção, simbolizando o dom, oferecido por Saturno, da "dupla ciência" do passado e do futuro.

A dupla articulação, passado - futuro, entrada - saída, início - fim, migra também para o étimo janela, que é constituído por *ianua* + *ella* (diminutivo latino) – significando pequena porta.

No dicionário de Raphael Bluteau (1638-1734) alude-se a essa identificação, tanto etimológica como semântica entre *Janus* e *janela*:

³⁴ «Janus: Dieu ambivalent à deux faces adossées, d'origine indo-européenne, l'un des plus anciens dieux de Rome. (...) Gardien de portes, qu'il ouvre et ferme, il a pour attribut la baguette du portier et la clef. Son double visage signifie qu'il surveille aussi bien les entrées que les sorties qu'il regard aussi bien l'intérieur que l'extérieur, la droite que la gauche, devant et derrière, le haut et le bas, le pour et le contre.» Jean Chevalier e Alain Gheerbrant - Dictionnaire des symboles – mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres, p. 530

Janella : “(...) E o mesmo author, não satisfeito desta etymologia, deriva a palavra janella de Jano, por duas razoens. A primeira porque as portas do Templo, já se cerravão, já se abrião, conforme as occasioens, & as janellas seguem muito as contingencias do tempo, em abrirse, & cerrarse. (...) **A segunda razão, he, que como em Portugal se usa abrir as janellas, ou cerrallas, segundo as occasioens de alegria, ou tristeza, fazendo ellas demonstração destes dous effeitos, tão differentes, se parecem com Jano, que com dous rostos significava cousas diversas; ou como Jano se pintava com quatro rostos, que olhavão para as quatro partes do mundo, à sua imitação se chamarão janellas, as que nas casas perfeitas se abre a todas as quatro partes; ou como antigamente as janellas pella mayor parte se fazião com huma columna, ou pilar no meyo, que daa lugar para duas pessoas, se chamarão janellas, por ter Jano dous rostos.**”³⁵

É contudo interessante perceber que as línguas derivadas do Latim agrupam para o mesmo significado étimos de raiz diversa, do qual o mais próximo do original é o *fenêtre* (fr) e *finestra* (it) que vêm do Latim *fenestra*.

No entanto, existem em português³⁶ palavras com raiz em *fenestra*, como *defenestrar*, lançar pela janela, e *fenestrado*, designando a propriedade de “ter” janelas.

Para o castelhano *ventana*, que vem de *ventus*, identifica, tal como a palavra inglesa *window*³⁷ a função de ventilar, de permitir a passagem de ar.

Estas referências levam-nos a pensar que embora não seja possível estabelecer uma relação directa entre a raiz etimológica e a semântica da palavra, se pode permitir uma correspondência que identifica primariamente as suas funções.

Ventilar (*ventus*, *ventana*), fenestrar (abrir uma fresta), onde *Janus* pode resultar como signo da ambiguidade de uma dialéctica nem sempre inequívoca (recíproca) entre interior/exterior, entre o dentro/fora, reflectindo a matriz simbólica da janela.

É pois nesse registo semântico que a janela se posiciona, por um lado as qualidades/exigências funcionais às quais deve responder: a ventilação a iluminação e a vista e por outro sempre subjacente a articulação entre interior e exterior e o modo como esta relação é *realizada pela janela*.

³⁵ Raphael Bluteau - Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico..... (8 vol.). (1712-1728), p. 11 [em linha] [consult. 12.11.2010] disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>

³⁶ Também para o inglês há “*fenestration*” apesar da palavra *window* se formar a partir de outra raiz.

³⁷ “The English word “window” derives from the old Icelandic *vindauga*, meaning “wind eye”, literally an opening protected by a lattice (gelosia) of reeds (junco) or withes. In its crudest form the window was simply a modification of the doorway and another way of letting light into the building while still offering some protection from the weather” Amanda Baillieu – Contemporary Windows, p.11

2.2 ABERTURA/ENQUADRAMENTO EXTERNO

Uma janela é, por definição, uma abertura na parede que admite a entrada de luz, permite a vista do exterior e eventualmente participa na renovação do ar de um edifício³⁸. O controle lumínico e o *ver e deixar ver* evidenciam a janela como *interface*, um dispositivo de mediação entre uma atmosfera controlada e um exterior. A janela, inicialmente desenvolvida como componente da arquitectura também foi adaptada a outros espaços "habitáveis"³⁹. Contudo, aquilo que nos interessa neste trabalho é a relação com o espaço arquitectónico, na capacidade de criar dinâmicas entre um espaço contido e o que está fora dele. Por outro lado a janela é um corte, uma interrupção no elemento parietal, gera uma descontinuidade tanto formal como funcional no plano. Podemos perceber essas interrupções como a irrupção de ritmos ou como rupturas tensas sobre superfícies homogéneas, dependendo se as entendemos como valor compositivo ou um problema estrutural.

Talvez por isso a janela não pode ser vista como um elemento neutro mas algo que, abrindo o espaço interior ao exterior, (e vice-versa) força rupturas e rotinas. A janela materializa o modo de ver e de ser visto da casa.

"On the one hand, it could be said that the window is where the interior runs out,- it escapes through the window. On the other hand, it is where the exterior comes to an end-it is trapped by the window (...). Building a wall is a statement that there is an inside and an outside, that interior and exterior are two different categories."⁴⁰

Essa ambivalência está presente na polémica entre Le Corbusier (1887-1965) e A. Perret (1874-1954) sobre a janela horizontal (janela panorâmica) e a janela vertical⁴¹, que configura o momento formal da tensão ideológica que resulta de uma ruptura já enunciada: se a parede pode deixar de funcionar como elemento estruturante, o equilíbrio construtivo/estático entre vão e nêmo desaparece, e a janela vertical "which combine the three design functions in a single architectural element with a minimal lintel (...) and was the archetypal

³⁸Ver Maria João Rodrigues; Pedro Fialho Sousa e Horácio Bonifácio - Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura.

³⁹ Por exemplo o comboio ou o automóvel.

⁴⁰ Rafael Moneo in The Architecture of the Window, (ed. Vittorio Lampugnani), p. 227

⁴¹Ver Bruno Reichlin in The Architecture of the Window, (ed. Vittorio Lampugnani)

window until twentieth century”⁴² deixa de constituir a única solução de janela pois perdeu a relação de integridade com a economia construtiva do edifício.

Se a janela tradicional abre o interior ao exterior mas simultaneamente define um espaço e uma soleira (limiar) estabelecendo uma relação de exclusão espacial, na janela horizontal, esse limite esbate-se e o efeito de transição entre interior e exterior é mais ténue. Enquanto a janela em altura (vertical) enquadra uma paisagem dando-lhe a aura de uma vista, a janela horizontal simulará uma ideia de objectividade (olhar de todos os pontos de vista) de abrangência e de transparência associada ao movimento moderno.

Esta controvérsia entre os dois arquitectos, “was much about the integrity of the frame as it was about the iconology of the reflections, vistas and framed views”⁴³, reflecte também o modo como a “janela” se constituiu como resposta a um determinado problema ou desejo. Pode-se dizer que a evolução da janela, as suas formas e tipos, se liga às formas do habitar e dos diferentes modos de ver. Entenda-se porém que uma vez que a janela se enquadra/fixa na parede, as soluções construtivas e técnicas serão razoavelmente influentes na sua forma e dimensão.

As definições de janela constantes em dicionários e enciclopédias de Architectura dos séculos XIX e XX dedicam-se à descrição das funções que a janela realiza na arquitectura, considerando que se constitui primariamente como uma interrupção do muro que permite ventilar e iluminar o interior, isto é destinada a funcionar como elemento de comunicação entre o dentro e fora.

“Fenêtre: le nom générique que l'on donne à toute ouverture pratiquer dans les edifices pour éclairer leur interieur.”⁴⁴

“Fenêtre: (...) En effet, une fenêtre est faite pour donner du jour et de l'air à l'intérieur d'une salle, d'une chambre; si le vaisseau est grand, il est naturel que la fenêtre soit grande; s'il ne s'agit que d'éclairer et d'aérer une cellule, on comprend que la fenêtre soit petite.”⁴⁵

“Janela: abertura de forma regular (rectangular, quadrada, circular, oval, etc) praticada numa parede para iluminar e arejar e facilitar visibilidade para o exterior e o interior de um edifício.”⁴⁶

⁴² Pierre Von Meiss - The Elements of Architecture – From form to place, p. 3

⁴³ Jilly Traganou e Miodrag Mitrašinović - Travel, Space, Architecture. p. 58

⁴⁴ Antoine Quatremere de Quincy (1755-1849) - Encyclopédie méthodique. Architecture. [em linha] (T. 2.), p. 387 [consult. 23.10.2010] disponível em *Gallica* - <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40964281m>

⁴⁵ E. Viollet-le-Duc – Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XI au XVIe Siècle [em linha] (T. 5) [consult. 23.10.2010] disponível em: http://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire_raisonné/C3%A9_de_l%27E2%80%99architecture_fran%C3%A7aise_du_XIe_au_XVIe_si%C3%A8cle_-_Tome_5,_Fen%C3%AAtre.

“Janela: s.f. do latim *janua*, fr *fenêtre*, it *finestra*, hesp, *ventana*, ing, *window* (*archit.*) abertura na parede da casa, é de maior dimensão para entrar luz e ar, e mais alta que a fresta V. fresta.”⁴⁷

Em geral admite-se que o termo janela corresponde ao vão aberto sobre a parede, mas considera-se que o seu significado é indissociável do “preenchimento interno”, (o vidro, mais usual a partir do século XVIII), da moldura e dos caixilhos que suportam do vidro

“It is impracticable to distinguish in terms between the opening and the filling, as can be done between Doorway and Door”⁴⁸

Distinguem-se então três componentes da janela: a abertura/vão com a moldura (expressão exterior do vão), os caixilhos/enquadramento, e o preenchimento, e que aparecem descritos separadamente nas definições de “janela”.

O primeiro elemento recorda-nos que a janela se constitui em oposição/relação ao muro, um vão que determina uma zona de fragilidade estrutural. Esta situação muda evidentemente quando a parede pôde deixar de ser portante e se transforma numa superfície de fechamento, liberta da estrutura.

As formas e dimensões da janela/abertura estão directamente ligadas ao comportamento do muro: uma parede com funções estruturais não admite a abertura de grandes vãos, e, geralmente recorre-se ao lintel em arco para as obter. Enquanto num lintel recto as cargas distribuem-se uniformemente pelo elemento horizontal podendo ocorrer a ruptura ou a deformação do mesmo; a utilização do arco, que funciona em compressão, transporta o peso da construção para os pilares de suporte e para os lados (impulso lateral e diagonal) permitindo a abertura de vãos maiores sem risco de colapso.

O tratamento arquitectónico da abertura é geralmente marcado na parede - os elementos da moldura têm uma expressão plástica que assinala os limites do vão e que no seu conjunto formam o chamado lancil: verga ou padieira no

⁴⁶ Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado - Dicionário de termos de Arte e Arquitectura. p. 207

⁴⁷ Francisco Assis Rodrigues - Diccionario tecnico e historico de pintura, esculptura , architectura e gravura. p. 229

⁴⁸ Illustrated dictionary of historic architecture, (ed. Cyril M. Harris), p. 1050.

“As molduras são constituídas por superfícies planas ou curvas, limitadas entre arestas paralelas, mais ou menos salientes, servindo para separar os diversos componentes dum edifício, para guarnecer os vãos das portas e janelas, etc.”⁵⁰

Architectural drawing of a typical window detail. The drawing shows a vertical window with a decorative top and bottom frame. The window is divided into a grid of panes. Dimensions are provided in feet and inches. The top frame is 6' 0" wide and 1' 0" high. The window opening is 6' 0" wide and 6' 0" high. The bottom frame is 6' 0" wide and 1' 0" high. The total height of the window assembly is 8' 0". The drawing is labeled "TYPICAL WINDOW DETAIL".



Imagem 5- Janela com moldura em ligeira saliência do paramento e fechado com portadas de madeira. Cano

⁵⁰ João Emílio Segurado – Edificações, p. 55



Imagem 6– Janela de esquina. Tomar

Imagem 7- Janela de esquina recuada formando varanda. Avis



Imagem 8– Janelas de peito com moldura em cantaria 1. Caixilhos com duas folhas com e sem bandeira fixa. Tavira

Imagem 9– Janela de sacada com varandim e grade. Tavira

Imagem 10– Janela de sacada com varanda projectada. Tavira

Imagem 11- Janela geminada com vão dividido por um mainel e com lintel em arco Tavira



Imagem 12– Janela com verga curva. Tavira

Imagem 13- Janela com moldura em pedra com marcação do lintel através de decoração da cantaria Marvão

Imagem 14– Janela de lintel triangular. Av. Liberdade, Lisboa

Imagem 15– Janela em forma de ferradura. Av. Duque de Loulé, Lisboa



Imagem 16– Janelas de várias formas. Estremoz



Imagem 17– Janela corrida. Tavira

2.3 ENQUADRAMENTO INTERNO - CAIXILHO

2.3.1 O CAIXILHO FIXO CRUZADO

Em geral o caixilho é um elemento móvel e serve para fixar o vidro, mas durante muito tempo era comum, a utilização de um elemento fixo em pedra, que se “confundia” com a definição de própria janela. De tal modo que os autores franceses do século XIX como Quatremère de Quincy (1755-1849) e os autores da *Encyclopédie*⁵¹, ainda referem a “croisée”⁵² como sinónimo de janela

FENÊTRE, s. f. (*Architect. voyez Croisée*)

“Croisée – C’est le nom qu’on donne à la baie d’une fenêtre, à la menuiserie qui enforme le chassis, et à la decoration qui encadre l’ouverture de la fenêtre.”⁵³

“CROISEE, s. f. *terme d’Architecture*, en latin *fenestra*, formé du grec FAI/NEIN, *reliure*; ce qui a fait jusqu’à présent regarder comme synonymes les noms de *croisée* & de *fenêtre*: néanmoins celui de *croisée* est plus universellement reçu, soit parce qu’anciennement **on partageoit leur hauteur & leur largeur par des montans & des traverses de pierres ou de maçonnerie en forme de croix** (...).”⁵⁴

⁵¹ J. F. Blondel (1705-1774) é um dos autores que mais entradas escreve sobre termos de Arquitectura.

⁵² Em Portugal, não encontramos um termo que designasse esses elementos, aliás de uso menos frequente, pelo que aproximamos para “caixilho fixo em cruz ou cruzado”

⁵³ Antoine Quatremere de Quincy - *Encyclopédie méthodique. Architecture.* (T. 2), p. 150 [em linha] disponível em *Gallica* - <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40964281m>

⁵⁴ *Enciclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des metiers*, I; (*terme d’Architecture*, s.f. CROISEE) Page 4:505 [em linha] [Consult. 23.10.2010] disponível em <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/getobject?p.27:85./var/artfla/encyclopédie/textdata/IMAGE/>.



Imagem 18 – Janela com caixilho fixo cruzado

Imagem 19 - Janela com caixilho fixo cruzado

Imagem 20 – Desenho de janela com caixilho fixo cruzado

2.3.2 O CAIXILHO MÓVEL

A partir do século XVII quando foi possível o fabrico de vidros maiores os caixilhos fixos de pedra são lentamente substituídos pelos de madeira. Uma outra evolução se realiza, impulsionada pelo avanço da marcenaria, que permite fechar as folhas da janela sobre um batente central - “dans les dernières années du regne de Louis XIV avec l'apparition de la grande fenêtre dont les ouvrants se referment l'un sur l'autre sans montant fixe dans la partie central»⁵⁵

O acto de abrir e fechar as janelas torna-se também mais fácil com a invenção da *espagnolette*⁵⁶ (carmona⁵⁷) e depois da *cremona*⁵⁸ que substituem “les anciens verrous peu adaptes à des ouvrants de grandes dimensions”⁵⁹

⁵⁵ P. Crahay, AATL - Le châssis de fenêtre en bois, p. 13. Direction des Monuments et des Sites) [em linha] [consult. 14.12.2009] disponível em http://www.curbain.be/download/BrochassisFr_000.pdf

⁵⁶ «Est composée d'une tige métallique verticale de section circulaire munie d'un crochet à chaque extrémité. Par un mouvement de rotation de la tige au moyen de la poignée qui y est fixée, les crochets s'engagent dans des gâches fixées sur les traverses hautes et basses de la fenêtre». Idem, p. 10

⁵⁷ “Ferrolho que posto a toda a altura de janela ou porta se embebe ao mesmo tempo em cima e em baixo”. Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado - Dicionário de termos de Arte e Arquitectura. p. 81.

⁵⁸ “Cremona: sistema de fechadura usado em Cremona e em Espanha. Haste de ferro vertical que desliza sobre o batente de uma armação de janela» Idem, p. 117

«La crémona remplit la même fonction que l'espagnolette, mais au moyen de deux tiges verticales assemblées dans un boîtier central. Un mécanisme actionné au moyen d'un bouton pivotant permet de faire coulisser les deux tiges qui s'engagent vers le haut et vers le bas dans des gâches fixées sur les traverses hautes et basses de la fenêtre». In P. Crahay, AATL - Le châssis de fenêtre en bois, p. 10 Direction des Monuments et des Sites - [em linha] [consult. 14.12.2009] disponível em http://www.curbain.be/download/BrochassisFr_000.pdf

⁵⁹ ibidem



Imagem 21– *Espagnolette* (carmona)

Imagem 22– Cremona

Imagem 23– Cremona

Durante o século XIX o formato da janela, usualmente rectangular, tinha uma proporção usual em que a dimensão vertical (altura) era duas vezes a dimensão horizontal (largura)⁶⁰, com caixilhos de duas folhas e bandeira fixa. O desenho das janelas definia-se cada vez mais pelo trabalho de marcenaria dos caixilhos e também pela moldura do vão (lintel- ombreiras e peitoril) com elementos de cantaria.

“Com a evolução da técnica das construções, principalmente com a técnica das estruturas independentes, as J. passaram a constituir os chamados panos de caixilharia das fachadas livres, enquanto antigamente as janelas eram pequenas aberturas nos muros de alvenaria de sustentação, que não poderia ser comprometida por vãos muito grandes”⁶¹

A forma e dimensão dos caixilhos, atende à proporção do vão, (e por inerência à tipologia do edifício) e determina o modo de abertura da janela, outra das categorias segundo a qual se podem também classificar as janelas – correr⁶², guilhotina⁶³, basculante⁶⁴ giratória⁶⁵, pivotante⁶⁶ e fixa⁶⁷

⁶⁰ “La proportion des *croisées* consiste à leur donner une largeur relative à leur hauteur, selon la solidité ou l'élégance de la décoration du bâtiment. Plusieurs croient qu'il suffit de leur donner de hauteur le double de la largeur. Il seroit vicieux sans doute de leur en donner moins; mais il faut savoir que cette règle générale ne peut être propre à toutes les ordonnances (...)». Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, I; [em linha] (*terme d'Architecture*, s.f. CROISEE) Page 4:505 [consult. 23.10.2010] disponível em http://portail.atilf.fr/cgi-bin/getobject_?p.27:85./var/artfla/encyclopedie/textdata/IMAGE/

⁶¹ Jorge Henrique Silva e Margarida Calado – Dicionário de termos de arte e arquitetura, p. 207

⁶² Janela cujo caixilho desliza em calhas, no sentido vertical ou horizontal. *Tesouro* do IHRU[em linha] [Consult. 22.10.2010] disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_G2.aspx?CoHa=2_G1.

⁶³ Janela composta por duas folhas que deslizam (uma ou ambas), verticalmente em ranhuras dipostas no aro, em prumos distintos, permitindo, quando abertas, a sua sobreposição. *Ibidem*

No final do século XIX, as técnicas construtivas e a tecnologia do vidro e do ferro vão permitir a abertura de maiores vãos e possibilitar a construção de espaços projectados sobre a fachada totalmente ou parcialmente envidraçados, como as *bow* e *bay windows*, mas também, os designados jardins de inverno e as estufas constituem “espaços exteriorizados” que permitem relacionar o interior com o exterior através da transparência que o vidro oferece.



Imagem 24– Janela (interior). Bruxelas

Imagem 25– Janela exterior. Tomar

As construções com superfícies totalmente envidraçadas em estrutura de ferro foram experimentadas a partir da segunda metade do século XIX nas galerias das exposições mundiais⁶⁸, nas grandes estufas⁶⁹ e nas gares de caminho de ferro⁷⁰

A decomposição do muro tradicional aparece no programa dos arquitectos da modernidade ancorada nas possibilidades construtivas da designada arquitectura dos “engenheiros”, do ferro e do vidro. As encomendas no campo da arquitectura industrial e nos edifícios de escritórios permitem os primeiros ensaios do início do século XX: A Fábrica de turbinas da AEG (1908-09), de Peter Behrens (1868 – 1940); a fábrica de formas de calçado Fagus (1911) de Walter Gropius (1883-1969) ou o projecto de Mies Van der Rohe (1886-1969)

⁶⁴ Janela com folha móvel a partir de um eixo horizontal, na base, topo ou centro da mesma. *Tesouro* do IHRU [em linha] [Consult. 22.10.2010] disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_G2.aspx?CoHa=2_G1.

⁶⁵ Janela que abre a partir de um eixo fixo, vertical ou horizontal. *ibidem*

⁶⁶ Janela que gira em torno de um eixo vertical ou horizontal, colocado no centro do vão. *ibidem*

⁶⁷ Janela cuja folha não se pode abrir, tendo apenas a função de iluminação. *ibidem*

⁶⁸ Nave das máquinas de Dutert e Contamin, na Exposição de Paris, 1889

⁶⁹ P. ex. jardin des plantes, Paris, 1834-1836

⁷⁰ Gare de l'Est, Paris, 1849, Estação do Rossio, 1886-1887

para o edifício na *Friedrichstrasse* em 1919. Nos EUA, a “Escola de Chicago” impunha, desde a última década de novecentos, na paisagem da cidade os primeiros arranha-céus com estrutura em aço com obras de Louis Sullivan (1856-1924), Daniel Burnham (1846-1912) e William Jenney (1832-1907).

A partir dos anos 20, ensaiam-se também na arquitectura doméstica soluções que utilizam grandes superfícies de envidraçado. A Casa Tugendhat em Brno (1929), de Mies (1886-1969) a Villa Savoye, *Le Corbusier* (1887-1965) em Poissy (1927-31) ou a casa de vidro (1928-32) de Pierre Chareau (1883-1950) são exemplos paradigmáticos dessa ruptura.

Algumas obras dos anos 50 do século XX revelavam a janela como uma fachada de vidro e a moldura que se constituía como expressão do vão no muro, desaparece. Os caixilhos fixos ou móveis ainda se constituem como elementos figurativos na fachada mas os avanços técnicos que permitem a oclusão dos caixilhos ou a sua fusão na estrutura irão permitir um perfil contínuo da superfície de fechamento. A parede envidraçada pode substituir-se às funções da janela, admite a entrada de luz, controlada pela inovações no fabrico do vidro e permite a vista mas relega a função de ventilação para os meios mecânicos, uma vez que as fachadas-cortina são geralmente constituídas por caixilhos fixos. O jogo da parede reflectora substitui a parede na sua tradicional retórica de relevo e ornamentação à medida que a parede cessa de ter essa função decorativa a janela (e os caixilhos) tornam-se o único elemento compositivo

“(…) nos grandes panos de janelas modernos das fachadas livres, a verga confunde-se com a lage do forro, e as ombreiras com as paredes laterais de construção”⁷¹

A partir da segunda década do século XX, desenha-se um novo perfil da janela, um perfil multifacetado, que pulveriza a janela “arquetipal” em soluções diversas: “free façades, glazed bays, vertical slots, picture window, corner windows, glazed verandas, curtain walls, and other devices offer many new solutions for modelling space and light”⁷².

⁷¹Jorge Henrique Silva e Margarida Calado – Dicionário de termos de arte e arquitectura, p. 207

⁷² Anne Friedberg – The Virtual Window - From Alberti to Microsoft, p. 4



Imagem 26 – Museu de Arte Rupestre, Vila Nova de Foz Côa

Imagem 27 – Museu de Arte Contemporânea, Santiago de Compostela

Imagem 28– Janela-ecrã - Centro de Arte Caja de Burgos, Burgos



Imagem 29– Centro de Arte Contemporânea, Santiago de Compostela

Imagem 30– Edifício da Vodafone, Parque das Nações, Lisboa

Imagem 31 – Edifício no Parque das Nações, Lisboa

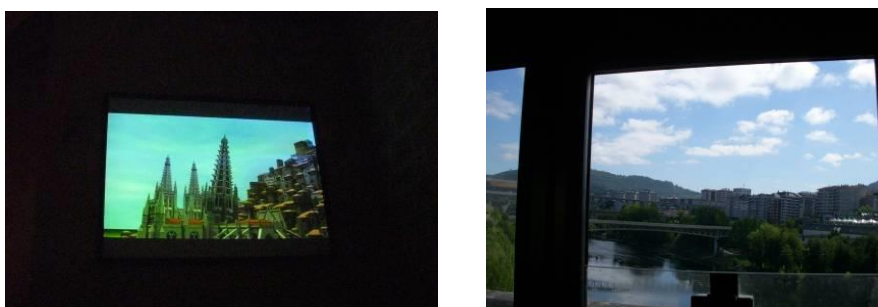


Imagem 32– Janela virtual – (vídeo de animação digital sobre as épocas de construção da catedral de Burgos), Burgos

Imagem 33– Janela em movimento - comboio

Imagem 34 - Janela- ecrã - televisão

2.4 PREENCHIMENTO DO VÃO

Até ao século XV, nas casas correntes, as janelas são geralmente pequenas e pouco numerosas. As descrições coevas dessas casas dão-nos conta da sua obscuridade e pouco conforto térmico das habitações.

Nos séculos XVI-XVII inicia-se a utilização de vidraças nas janelas. E se até ao século XVII, as partes altas (bandeiras) da janela têm um cristal fino e são fixas, só se podendo abrir as de baixo protegidas com portadas de madeira, a partir dessa data também se envidraçam os caixilhos inferiores e a luz é controlada por persianas ou portadas que permitam manter a intimidade.

Como refere Jorge Custódio⁷³ a aplicação de vidraças nas habitações é um fenómeno urbano e medieval “associado à construção de catedrais e à edificação de boas habitações nas urbes (...) uma nova forma de as isolar e dar transparência ao seu interior, em melhores condições de isolamento dos fenómenos atmosféricos.”⁷⁴

No entanto a vidraça, durante muito tempo, convive com outras formas de fechamento do vão que se mantiveram em uso.

Entre o século XV e XIX usaram-se os painéis de tela oleada (a que os franceses chamavam de *chasissiers*), as lâminas de talco, alabastro e de mica (materiais translúcidos) e a folha de flandres, em geral perfurada. Também se utilizavam materiais têxteis como o linho e o pergaminho. No entanto a utilização destes materiais não era generalizada uma vez que muitas casas apenas possuíam para fechar os vãos portadas de madeira ou gelosias⁷⁵, ou persianas⁷⁶, que tinham a função de proteger o espaço doméstico:

“Gelosia he palavra Italiana no mesmo sentido, que em Portuguez Gelosia, (...) *Si chiama quello ingraticolato di legno, il quale si tiene alle finestre, per vedere, & non esser visto*. E assim Gelosia se deriva do Italiano *Geloso*, que quer dizer cioso, & como as Gelosias de ordinário se poem nas janellas dos quartos das mulheres, parece que em Italia, Portugal, Castela, &c, o ciume foi o inventor das Gelosias (...)”⁷⁷

⁷³ Jorge Custódio –A problemática do fabrico da vidraça em Portugal entre os séculos XV e XIX, p. 2

⁷⁴ *ibidem*

⁷⁵ “*Gelosia* - grade de fasquias de madeira cruzadas. O mesmo que rótula quando veda vão de janela”. “*Rótula* – caixilho provido de fasquias de madeira entrecruzadas a intervalos usado em janelas, portas, escadas, que impede a devassa interna da habitação, mas faculta a visão para o exterior”.in Jorge Henrique Silva e Margarida Calado – Dicionário de termos de Arte e Arquitectura, pp. 178 e 322.

⁷⁶ Em relação às gelosias diferenciam-se porque são laminas fixas enquanto as da gelosia podem ser móveis. *Idem*, p. 285

⁷⁷ Raphael Bluteau - Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico..... (8 vol). p. 46 [em linha] [consult. 12.11.2010] disponível em <http://www.brasilliana.usp.br/dicionario/edicao/1>

Nas habitações com vidraças a transparência associada ao vidro impõe um outro entendimento das relações entre espaço privado e espaço público. Essa “exigência” de permeabilidade visual recíproca terá sido um dos motivos pelo qual o vidro, apesar das vantagens práticas, foi por vezes pouco atraente como solução de isolamento.

A tecnologia do vidro e o modo de fabrico acompanharia de certo modo essa necessidade de “privacidade” e de afastar os olhares da intimidade doméstica:

“O fabrico de vidraça pelo método do vidro em coros, quer pela sua cor quer pela sua espessura não uniforme, quer pela quantidade de bolhas que muitas vezes revela, motiva que a partir do interior, o exterior fique deformado, enquanto o interior permanece, também, melhor protegido de ser devassado pelos olhares exteriores”⁷⁸

Mas no início do século XIX com as possibilidades construtivas aliadas aos novos conceitos de higiene pública, a janela aparece como dispositivo central na conquista da luz e salubridade das habitações divulgando-se novos tipos de janela onde os caixilhos passam a receber vidraças mais largas e altas

As características do vidro como material transparente aperfeiçoavam-se com o aparecimento de outras técnicas de fabrico: o método dos cilindros⁷⁹, a vidraça fundida e vazada em mesa⁸⁰ e quando associada à tecnologia do ferro permitiu que o envidraçado ocupasse uma superfície cada vez maior do vão.

Actualmente a tecnologia do vidro permite um controle da transparência através da incorporação de pigmento colorido na massa, por processo serigráfico, ou pela fragmentação de uma das folhas do vidro (vidro quebrado) e ainda através dos vidros espelhados ou impressos. Estes processos admitem que o vidro alie outras qualidades/características que permitem contrair novas formas de relação entre o exterior e o interior veladas através dos valores da interpenetração, da sobreposição e da ambivalência.

“Todavia, mesmo hoje os problemas de relação interior exterior que a vidraça coloca, pela sua total planimetria e transparência encontram-se, de certa forma, **codificados** nas próprias

⁷⁸ Jorge Custódio – A problemática do fabrico da vidraça em Portugal entre os séculos XV e XIX, p. 4

⁷⁹ “O método dos cilindros ou mangas “sabe-se que resultou de uma apropriação da técnica de produção de chapa para espelhos. (...) por volta dos meados do séc. XVI esta técnica era já usada na Boémia universalizando-se depois no continente europeu para o fabrico de vidraças. Este processo entra em Portugal na 2ª metade do século XVIII ganhando um importante relevo no fornecimento de vidraças de novas medidas para a reconstrução pombalina”. Idem, p. 7-8

⁸⁰ “Conhecido entre os romanos veio contudo a perder-se no decurso dos séculos. Sabe-se hoje que o vidro era vazado então para um molde metálico rectangular, estando na origem de uma chapa de grande planimetria (...) nos finais do século XVII este processo volta a ser redescoberto em França”. Jorge Custódio – A problemática do fabrico da vidraça em Portugal entre os séculos XV e XIX, p. 8-9

técnicas de fabrico automático. Exige-se cada vez mais vidraça com películas metálicas integradas, reflectoras da luz solar, de modo a poder ver-se com a máxima nitidez o exterior, sem que seja possível “abrir” qualquer “janela do exterior para o interior, num respeito integral pelo isolamento”⁸¹

2.5 JANELAS PROJECTADAS: BAY E BOW WINDOW



Imagem 35- Bay window, Avis

Imagem 36- Bay window, Burgos

Imagem 37- Bay window, Burgos

Imagem 38– Bow window, Casa Havaneza, Tomar

Durante o século XIX popularizam-se nas habitações urbanas os espaços envidraçados que se projectam sobre a parede, reflectindo a procura de luz no espaço doméstico e a expressão na fachada da organização interna.

“The window was a membrane between inside and outside, and light was the material that modulated this relation. In the late eighteenth century and into the nineteenth century middle and upper class residences in Europe demonstrated an ambivalence toward the invasion of light into the domestic interior”⁸²

Os dispositivos mais comuns são os balcões e as bow e as bay windows, espaços projectados sobre a fachada cuja terminologia é de origem inglesa: bow é arco, curvatura e remete para a secção elíptica que encontramos nestas construções.

“Bow window - Janela de perfil semicircular, que se projecta da fachada, podendo prolongar-se por um ou mais andares.”⁸³

“Bow window – a rounded bay window-, projects from the face of a wall in a plan which is the segment of a circle.”⁸⁴

“Bay Window - Janela de perfil poligonal, que se projecta da fachada, podendo prolongar-se por um ou mais andares.”⁸⁵

⁸¹Jorge Custódio – A problemática do fabrico da vidraça em Portugal entre os séculos XV e XIX, p. 6

⁸² Anne Friedberg – The Virtual Window - From Alberti to Microsoft, p. 111

⁸³IGESPAR. [em linha] *Tesouro do IHRU : Bow Window* disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_G2.aspx?CoHa=2_G1

⁸⁴Cyril M. Harris (ed) - Illustrated dictionary of historic architecture, p. 71

2.6 ESPAÇOS EXTERIORIZADOS: VARANDA JARDIM DE INVERNO E MARQUISE

Enquanto o balcão é uma janela com sacada⁸⁶ a *bow* e a *bay window* são janelas que prolongam o espaço interno. Têm como característica comum a projecção da lage em consola, que no caso das *bay windows* tem uma secção poligonal. O vão realiza-se no muro mas os caixilhos (elementos de madeira, metal ou cantaria, onde se fixam as vidraças, que protegem uma folha) e o vidro avançam sobre a superfície da parede criando um espaço interno projectado no exterior.

Quando o clima o permite os balcões são uma solução frequentemente utilizada, a designada *loggete*⁸⁷ é precisamente o fechamento do balcão através de caixilharia e integra-se na fachada seguindo o “movimento de expansão expressiva dos espaços interiores” que se inicia no século XIX:

Outros dispositivos exteriorizados, que não se podem considerar janelas, como as “estufas” os “jardins de inverno” as varandas” ou as “marquises”, marcam a sua presença nas habitações, desde meados do século XIX. Mas enquanto as estufas e os jardins de inverno caem em desuso no século XX, o uso expressivo das varandas na arquitectura doméstica constitui um reflexo da influência do vocabulário modernista.

As estufas são construções envidraçadas destinadas ao cultivo e crescimento de plantas onde o clima é controlado artificialmente. O aparecimento nos jardins e nos parques públicos das estufas “*qui repondent à la fascination du public pour les plantes nouvelles et les contrées exotiques.*”⁸⁸ são fruto de uma

⁸⁵[GESPAR [em linha] *Tesouro do IHRU : Bay Window* disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_G2.aspx?CoHa=2_G1

⁸⁶“Sacada - plataforma em ressalto, fazendo saliência, em frente de janelas, na fachada de um edifício, suportada por consolas em pedra ou suportes em ferro e guarnecida de uma balaustrada. Algumas sacadas só ocupam a largura de uma abertura, outras alongam-se diante de várias janelas ou sobre todas a fachada.” Jorge Henrique Silva e Margarida Calado – Dicionário de termos de Arte e Arquitectura, p. 324

⁸⁷“La logette est un petit ouvrage en surplomb qui s’étend sur un seul étage, contrairement à l’oriel qui en compte plusieurs ou s’allonge sur plusieurs travées. Contrairement au bow-window, logette et oriel sont d’ordinaire de plan rectangulaire ou trapézoïdal et semblent appliqués sur la façade.”– *Inventaire du patrimoine architectural* [em linha] Glossário de *Région de Bruxelles-Capitale* [Consult. 16.10.2010] disponível em http://www.irismonument.be/fr/glossaire.definition.Logette_oriel.html.

⁸⁸ Vicent Heymans - Les dimensions de l'ordinaire: la maison particulière entre mitoyens à Bruxelles: fin XIXème-début XXème siècle, p. 117

política de “embelezamento” das cidades que se estabeleceu em várias capitais europeias desde a segunda metade de oitocentos.

Estes dispositivos rapidamente se integram no programa da habitação, convertendo-se num espaço habitável, vulgarmente associado às divisões de recepção, tomando o nome de “véranda” ou “jardim de inverno” se ainda conservam a função de aclimatização de plantas (embora as estufas possam constituir uma construção independente do edifício principal com funções de cultivo de plantas.)

“**Serre (estufa)** - Bâtiment indépendant, à parois translucides, où l'on abrite les plantes l'hiver et cultive des végétaux sensibles au froid. Contrairement au jardin d'hiver, la serre ne constitue pas une pièce de vie.”

“**Jardin d'hiver ou véranda.** - Largement vitré, adossé à la façade arrière d'un bâtiment, le jardin d'hiver constitue une pièce d'agrément où l'on profite l'hiver des rayons du soleil dans une atmosphère de plantes vertes. Contrairement à la serre dont il dérive, le jardin d'hiver est une pièce de vie.”

“**Véranda** : galerie entièrement vitrée, de structure légère, en métal le plus souvent, est importée d'Angleterre via des Indes (...)”⁸⁹

Imagem 39 – Estufa fria, Lisboa



“**Véranda**: galerie couverte en construction légère, rapportée en saillie le long d'une façade, et pouvant être fermée pour servir de serre, jardin d'hiver...”⁹⁰

A designada “veranda” entra no vocabulário da arquitetura europeia por via portuguesa “*The word came into English through the Hindi varandā, but it is related to the Spanish baranda, meaning “railing,” and thus most likely entered Hindi via Portuguese explorers of India.*”⁹¹ Mas *Varanda*, em português, adquire outro significado, eventualmente mais próximo do original e que se identifica com o balcão.

⁸⁹Monique Eleb Vidal e Anne Debarre - L'invention de l'habitation moderne: Paris, 1880-1914, p. 264.

⁹⁰ABCdaire du particulier : Veranda. [em linha] Disponível em <http://www.urcaue-idf.archi.fr/abcdaire/imprimer.php?fiche=316>

⁹¹Disponível em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/625820/veranda>

“Varanda : Peça saliente da linha do edifício sustentada por colunas ou mísulas, e fechada por uma balaustrada de pedra, bronze ou ferro que ocupa ordinariamente maior espaço que o balcão.”⁹²

“Varanda s.f.- Obra saliente praticada no sitio da abertura de uma janela ou porta rodeada de grade ou balaustrada; sacada; balcão.”⁹³

“Veranda - in architecture, most frequently, an open-walled, roofed porch attached to the exterior of a domestic structure and usually surrounded by a railing.”⁹⁴

“Balcão, s.m. (ital balcone) plataforma que se projecta da fachada de um edifício, ao nível do pavimento dos pisos, geralmente sustentada por colunas, cachorros ou mísulas, guarnecida de balaustrada ou grade.”⁹⁵

“Balcon : plate-forme à hauteur de plancher, formant saillie sur une façade, et fermée par une balustrade ou un garde-corps. Contrairement à une terrasse ou à un perron, un balcon n’est normalement accessible que par l’intérieur du bâtiment. C’est un balconterrasse s’il sert de toiture à des locaux de l’étage inférieur.”⁹⁶

Por outro lado a designação popular de varanda envidraçada e que é mais próxima do significado da “véranda” é a palavra “marquise” homónima da palavra francesa mas com um significado inteiramente diferente:

“Marquise : auvent vitré au-dessus d’une porte d’entrée, d’un perron, d’un quai L’armature en métal (plus rarement en bois) est scellée dans le mur avec des tirants, et souvent soutenue par des consoles, ou même par des colonnettes en fonte.”⁹⁷



Imagem 40– Marquise – catálogo L. Mott

Imagem 41– Cobertura vidrada sobre a porta, Av. Almirante Reis, Lisboa

Segundo o dicionário genérico de português *Marquise* é uma *varanda ou galeria envidraçada, anexa a um edifício maior*⁹⁸. Mas o dicionário de termos de

⁹² Francisco de Assis Rodrigues- Dicionário Technico e Histórico de pintura, escultura, architectura e gravura, p. 373

⁹³ Maria João Madeira Rodrigues; Pedro Sousa Fialho; Bonifácio, Horácio - Vocabulário Técnico e Crítico de Architectura. p. 274

⁹⁴ Definição disponível em <http://dictionary.reference.com/browse/veranda>

⁹⁵ Idem, p. 53

⁹⁶ Charte Architectural – Elements architecturaux referents - *Les constructions adventices* [Consult. 13.09.2010] Disponível em http://www.arcachon.com/upload/urbanisme/Elem_Rem_Archi_Cons_ADv.pdf

⁹⁷ Ibidem

⁹⁸ Dicionário de Português Lello, 2006 p.1082

Arte e Arquitectura⁹⁹ adianta mais definições, que remetem para o significado específico em arquitectura: “cobertura leve geralmente vidrada ou simples dossel provisório em tela formando um guarda vento por cima de uma porta de entrada, para impedir uma pessoa que saia de uma viatura de se molhar com a chuva”¹⁰⁰

Não deixa contudo de notar a evolução semântica da palavra sublinhando o uso corrente da palavra na actualidade: *Hoje: toda a espécie de coberturas lateralmente abertas ao lado de edifícios ou pequena construção envidraçada próximo de um edifício maior.*¹⁰¹

Imagem 42– Varanda envidraçada/marquise. Tomar

Imagem 43– Galeria envidraçada. Quinta dos Lilases, Lisboa



Imagem 44– Varanda. Av. Elias Garcia, Lisboa

Imagem 45– Varanda. Av. Defensores de Chaves, Lisboa



Neste enquadramento procurou-se traçar uma evolução da janela através da relação entre o elemento parietal e as aberturas, constituindo um catálogo ilustrado que se cruza com as definições de *janela* constantes em dicionários e enciclopédias dos séculos XIX e XX.

⁹⁹ Jorge Henrique Silva e Margarida Calado – Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura, Lisboa : Presença, 2005.

¹⁰⁰ Jorge Henrique Silva e Margarida Calado – Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura, p. 231

¹⁰¹ Ibidem

Tem como ponto de partida a definição da janela apreendida singularmente e decomposta nos seus elementos (vão, moldura e caixilhos) referenciada às funções que desde sempre cumpriu no edifício: a ventilação e a iluminação como binómio funcional que se condensa na janela tradicional. As alterações decorrentes das inovações técnicas permitiram que a relação entre o muro e o vão se transformassem criando novas formas de relacionar interior e exterior, modular a luz e ventilar.

Pretendeu-se igualmente enquadrar outros dispositivos de abertura na fachada como as *bow windows*, a varandas, a estufa, ou o jardim de inverno como formas de integrar nas fachadas outras formas de mediação/fronteiras entre os dois espaços: o interior e o exterior.

2.7. AS JANELAS E A JANELA

2.7.1.A JANELA COMO ELEMENTO COMPOSITIVO

A janela cumpre as funções a que já aludimos: a ventilação, a iluminação e a vista são atributos que derivam do seu carácter essencial: a abertura na fachada. Mas quando a consideramos em conjunto, essas funções não perdem relevância mas articulam-se entre si e na composição do *todo*.

A organização funcional da fachada (lat. *Facies* - face/aparência) não conta apenas com os vãos, mas estes são (foram) certamente os elementos mais importantes na dicotomia plástica/expressiva entre cheio/vazio que regulou, quase em exclusivo, a composição arquitectónica (na arquitectura doméstica) até meados do século XX.

O arquitecto Giorgio Grassi (1935-) reconhecendo que a janela põe em relação interior e exterior prefere talvez por isso destacar a sua acção como elemento compositivo:

"Indirect link between interior and exterior is primarily a compositional element of the façade. It bestows rhythm and scale to a building and renders the type intelligible. I think that an office building has a given type of window and an apartment building another"¹⁰²

¹⁰² The Architecture of the Window, (Ed. Vittorio Lampugnani), p. 239

Expondo a ligação entre composição arquitectónica e arquétipo tipológico, (enquadrável na teoria de Durand (1760-1834), a janela define-se como *elemento* ajustado a uma função inscrita na arquitectura.

Também Álvaro Siza (1933) tem um cuidado particular na articulação entre as janelas, convicto que actualmente já não é possível pensar a janela de uma forma particularizada:

“(...) whether we like it or not, architecture is increasingly becoming a job of assembling various components. I think it is right to separate the project from designs of one special element. This means that I am more concerned with the relation between the various windows than with the window itself.”¹⁰³

Como elemento compositivo a janela funciona de dois modos: Na articulação muro/vão considerada pelo ritmo e equilíbrio entre cheio e vazio, disposição e alinhamentos quer na relação da superfície com o interior, isto é a profundidade (corte/perfil) do vão na parede. Os componentes fixos do vão - a moldura- que pode ser constituída por verga, peitoril e ombreiras e os elementos móveis do vão –os caixilhos- participam na composição mas estes últimos são à partida mais sujeitos a alterações decorrentes da durabilidade do material.

A transmissão de um saber construtivo através da oralidade, e que funcionou quase em exclusivo até ao Renascimento, perde importância a partir daí e é gradualmente substituída pela difusão através da palavra e da imagem impressa. As regras de composição arquitectónica foram a partir da Era Moderna reguladas pela interpretação das regras clássicas contidas nos tratados de arquitectura e construção.

Mas as formas de comunicação dos modelos são (ainda) essencialmente “visuais”: através dos exemplos *in situ* (no estaleiro), pelas viagens de “estudo” especialmente *Le Grand Tour*, ou indirectamente pela via da imprensa, - tratados, manuais, livros e periódicos. Os centros de difusão mais importantes são as escolas, sendo o ensino académico *Beaux Arts*¹⁰⁴, aquele que procurou ancorar-se a um dogma vulgarmente de cariz classicista baseado na cópia dos modelos antigos exemplificados na tratadística.

¹⁰³ Idem, p. 222

¹⁰⁴ Académie des Beaux-Arts, 1795

É possível, em algumas obras, detectar um quadro de influências, mas sem dúvida que a transmissão de modelos não obedece a variáveis fixas e, portanto pode resultar num sincretismo desse enquadramento formativo.

Em Portugal, no século XIX e até meados do século XX, o projecto arquitectónico foi actividade compartilhada por diversos profissionais. Arquitectos, engenheiros, construtores civis, desenhadores e mesmo donos de obra, exerciam o mesmo labor. O espectro de formações em presença não permitiria traçar um quadro inequívoco das influências formativas no desenho arquitectónico. No entanto para os arquitectos que até 1910¹⁰⁵ frequentaram o curso/aulas de Arquitectura Civil elas incluem normativas claras. Dos manuais recomendados aos alunos refira-se o tratado de José da Costa Sequeira (1800-1872) compilado em *Noções Theoricas de Architectura Civil* publicado pela primeira vez em 1839 e que completa a tradução sintética do tratado das cinco ordens de J.B. Vignola (1507-1573). Recomendam-se igualmente dois tratados franceses, o *Cours d'Architecture*¹⁰⁶ de Jacques François Blondel (1705-1774) (que exerceu a sua influência também através das definições que escreveu para a *Encyclopédie*¹⁰⁷) e de J.N.L. Durand (1760-1834) através dos *Précis*.¹⁰⁸ Por outro lado a viagem das formas no meio não erudito tinha outras fontes, e se “construir no século XIX era geralmente uma actividade sem arquitecto, (mas) isso não quer dizer que promotores e construtores não estivessem a par da tendências e modas”¹⁰⁹. Por outro lado as regras e recomendações constantes nos tratados arquitectónicos migravam frequentemente para as publicações de “vulgata” ainda que “despidos” do *corpus* teórico subjacente à divulgação da Arquitectura erudita de matriz clássica. O manual *Elementos de desenho linear* publicado anonimamente em 1853, dava conta dos processos de desenho exemplificando as construções geométricas necessárias ao desenho de vãos, de arcos, o “traçado das figuras geométricas” onde a principal aplicação era “o desenho da arquitectura ou do ornamento”. Já no final do século XIX, o Manual de Edificações de João Emílio Segurado (1872-1942)

¹⁰⁵ Em 1836, com os diplomas que fundaram as academias de Lisboa e do Porto. Sobre este assunto ver Maria Helena Lisboa - As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910).

¹⁰⁶ Cours d'architecture ou Traité de la decoration, distribution et construction des batiments, contenant les leçons données em 1750 et les annés suivantes.

¹⁰⁷ Encyclopédie de Diderot e D'Alembert (1751-1772)

¹⁰⁸ Précis des Leçons d'architectutre données à l' École Royale Polytechnique (3 tomos), 1809

¹⁰⁹ A. Vaz Milheiro – O Gótico e os Sistemas de Desenho presentes na Arquitectura Oitocentista. Produções teóricas europeias e a recensão portuguesa na obra escrita de Possidónio da Silva” (1998).

explicava como é que deveriam ser as proporções dos vãos nos edifícios da Arquitectura Civil:

“Uma frente deve apresentar certa proporção entre o comprimento e a altura. As divisões verticais do edifício como os eixos das portas e janelas, os das pilastras divisórias, etc, e a divisão horizontal em andares devem ter entre si uma certa harmonia, que combinada com os motivos arquitectónicos e decorativos, concorra para dar à fachada um carácter adequado ao destino da habitação.”¹¹⁰

Os manuais, ao contrário dos tratados não se debruçavam sobre as questões relacionadas com a concepção dos edifícios, mas antes com recomendações práticas procurando ultrapassar os limites da transmissão oral do saber construtivo, mas também integrando textos sobre processos geométricos, ou cálculo bidimensional de elementos construtivos resistentes¹¹¹

Um indicador relativamente fiável desse cruzamento de influência e modelos são os projectos para modificações nas pré-existências nos prédios em Lisboa durante a segunda metade do século XIX. Estas alterações são referentes aos alçados, pois apenas estes são analisados pelo técnico camarário. São, em geral, alterações de pequena dimensão mas que prenunciam uma vontade de dinamizar a frente urbana, adaptando-a aos novos comportamentos sociais, tanto no exterior, naquilo que se apercebe da rua, como interiormente integrando a exigências do conforto burguês.

A tese de Alexandre Tojal¹¹² sobre o arquitecto camarário Malaquias Leal (1787-1859) dá-nos conta dessa realidade em termos numéricos: na sua investigação procedeu à análise de cerca de mil quatrocentas e vinte informações técnicas¹¹³, referentes ao licenciamento dos projectos enviados à câmara. Mais de metade, correspondem a pedidos de autorização para construir de novo¹¹⁴ e 249 de acrescentos. Os pedidos para alteração de vãos e a varanda geral vêm logo a seguir nas pretensões dos requerentes com 146 propostas e 116, respectivamente.

¹¹⁰ João Emílio Segurado – Edificações, p. 117

¹¹¹ Ver José Luis González Moreno-Navarro – El legado Oculto de Vitruvio: Saber construtivo y teoría arquitectónica, p. 22

¹¹² Alexandre Arménio Tojal - Malaquias Ferreira Leal - Arquitecto da cidade na primeira metade de Oitocentos: O Exercício do poder regulador sobre a arquitectura privada em Lisboa, (Dissertação de Mestrado em História da Arte), Universidade Lusíada, Lisboa, maio de 2003.

¹¹³ Número de amostras que foram estudadas exaustivamente pelo autor da tese.

¹¹⁴ Distribuição por anos: 20 em 1853, 17 em 1838 e 41 em , 16 em 1839, 23 em 1837

A apreciação dos requerimentos pelo arquitecto camarário rege-se pelo plano da cidade de 1755 (plano publicado no diploma de 12 de Junho de 1758) como referência formal. Mas os prospectos apresentados revelam outros modelos:

“Uma arquitectura de feição vernacular que sobrevive e se adapta, redesenhando-se na busca de simetria na fachada, melhor definição dos vãos, onde as janelas de sacada se preferem às de peito, na altura, nos remates (platibanda a coroar o alçado principal), ou nas varandas a toda a largura da fachada e um discurso erudito mais tradicional, numa derivação directa do pombalino, ou mais inovador, classizante ou goticizante, seguindo modas europeias, que acabariam por chegar”¹¹⁵

A hierarquia presente no desenho pombalino que apesar de tudo prevalece como fonte, dilui-se nos modos de articulação/composição dos elementos da fachada.

Embora se possa remeter o discurso inovador mais erudito a uma forma classizante ou goticizante ou incluí-lo numa tradição que faz depender as alterações formais de um processo culturalista; é provável que da análise dos prospectos de particulares, onde são raros os projectos assinados por arquitectos ou técnicos especializados, emerja um discurso fundamentalmente prático, embora naturalmente preocupado com um partido estético que se firma ao nível do gosto, ignorando por certo a dimensão teórico-crítica ou mesmo as considerações técnicas implícitas numa “linguagem”.

Enquanto na prática da arquitectura se cruzam influências “populares” e eruditas, nas academias, nas aulas de Arquitectura Civil, a bibliografia recomendada inclui os tratados já referidos. Como afirma M. H. Lisboa, é difícil avaliar os efeitos que a produção teórica contida nos tratados teve na formação dos alunos. A resposta poderá estar nos critérios de avaliação : “no concurso de 1867, enunciavam-se como princípios a ter em conta na elaboração dos projectos de Arquitectura, a solidez, a disposição e a decoração, enunciados e entendidos exactamente da mesma forma que Costa Sequeira o fazia na sua obra”¹¹⁶

A influência de J. F. Blondel imprimia-se na valorização de conceitos tradicionais: “o papel principal atribuído à decoração, fundamentada nas leis da simetria, na regularidade, na proporcionalidade (das ordens clássicas) e na adequação à função e carácter

¹¹⁵ Alexandre Arménio Tojal - Malaquias Ferreira Leal - Arquitecto da cidade na primeira metade de Oitocentos: O Exercício do poder regulador sobre a arquitectura privada em Lisboa, p. 117

¹¹⁶ Maria Helena Lisboa— As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino artístico (1836-1910), p. 307

do edifício.”¹¹⁷ e a introdução de critérios de comodidade e salubridade, aproximavam-se das ideias defendidas por Durand.

De uma forma geral os tratados baseiam a sua exposição nos exemplos, onde procedem à decomposição do edifício em partes de menor dimensão mediante os elementos constituintes¹¹⁸ – muros, coberturas, vãos, colunas, entablamento, ou então segundo outras áreas da construção: carpintaria, serralharia,

Este processo reflecte uma matriz estruturante hierarquizada e ordenada da arquitectura enquanto sucessão formal de caracteres de uma sintaxe¹¹⁹. O sistema hierárquico taxinómico define-se na divisão “ilimitada” sempre em grupos mais e mais pequenos, e a classificação através das suas características comuns e o sistema filogénico na relação entre os membros, através das suas diferenças de modo a mostrar essas relações claramente.

Assim na arquitectura de raiz clássica essa hierarquia mantém-se assumindo-se a reinvenção da forma; mas nos exemplos fora dessa herança o lugar das definições claras é substituído pelo termos vagos e genéricos com o título de eclectismo a significar a sobreposição de vários vocabulários mais ou menos identificáveis, mas onde a ordem dos elementos, a sua posição, a sua forma, a sua disposição não segue, no conjunto do objecto a mesma norma. Assim dentro da arquitectura civil do século XX, na habitação, seja ela unifamiliar ou plurifamiliar, mas sobretudo na primeira, onde a vontade do encomendante se pode expressar na obra de um modo dominante, as linguagens da arquitectura, porque sob a enorme capa do eclectismo, desagregam-se no catálogo de referências estilísticas.

¹¹⁷ Ibidem

¹¹⁸ Baseando-se nas categorias definidas na “*Poeticas*” de Aristóteles para a estrutura compositiva da arquitectura clássica, Tzonis e Lefaivre em *Classical architecture: the poetics of order* - consideram três níveis de dispositivos formais: a *taxis* que divide o trabalho arquitectónico em partes, a *genera*- os elementos individuais que compõem as partes divididas pela *taxis* e a *simetria*- relações entre os elementos individuais.

A própria *taxis* contém dois subníveis a que se chamará *schemata*: a grelha e o esquema tripartido. A grelha divide o edifício em dois sets de linhas. No esquema rectangular que é o mais usado na arquitectura clássica linhas direitas encontram ângulos rectos. A distância entre essas linhas é igual, dividindo a composição em partes iguais. Em casos em que essa distância não é igual é regular.

¹¹⁹ A tarefa fundamental do discurso clássico consiste em atribuir um nome às coisas e por esse nome nomear o ser delas. Durante dois séculos o discurso ocidental foi o lugar da ontologia. (...) Quando atribuía a cada coisa representada o nome que convinha e dispunha a rede de uma língua perfeita sobre todo o campo da representação, era ciência, ou seja nomenclatura e taxionomia. Michel Foucault - As palavras e as coisas, p. 173 -4

O ecletismo vai importar elementos de estilos passados, mas sem a sua carga significativa, escolhe (catálogo) aqueles que melhor se adaptam ao seu projecto não do ponto de vista simbólico, mas formal, utilitário, decorativo, num conjunto que já não procura uma doutrina, mas uma arquitectura para o seu tempo.¹²⁰

Os tratados de arquitectura até N. Durand exprimem o sistema das ordens onde vigora a teoria das proporções, um conjunto de formas e razões, passível de ser aplicada nas várias tipologias. As ordens são já de si apreciadas como elementos tripartidos (base, fuste e capitel) que variam nas proporções na decoração e no carácter. As janelas e as portas são geralmente articulados com os restantes elementos da fachada, cornija, entablamento e colunas pilastras, na composição do alçado.

Na **Encyclopédie** a definição de “croisée” por Blondel, evoca precisamente a solidariedade dos elementos, através do código das ordens:

“La proportion des *croisées* consiste à leur donner une largeur relative à leur hauteur, selon la solidité ou l'élégance de la décoration du bâtiment. Plusieurs croient qu'il suffit de leur donner de hauteur le double de la largeur. Il seroit vicieux sans doute de leur en donner moins; mais il faut savoir que cette regle générale ne peut être propre à toutes les ordonnances; & que ces parties si essentielles à un édifice, doivent avoir dans leurs dimensions des proportions plus ou moins élégantes, qui répondent à la diversité des ordres que l'on peut employer ensemble ou séparément dans les bâtimens: ensorte que la hauteur d'une *croisée* d'ordonnance toscane, puisse être réduite au plus à deux fois la largeur; celle dorique à deux fois un quart; celle ionique à deux fois un quart; & celles corinthienne & composite (...)”¹²¹

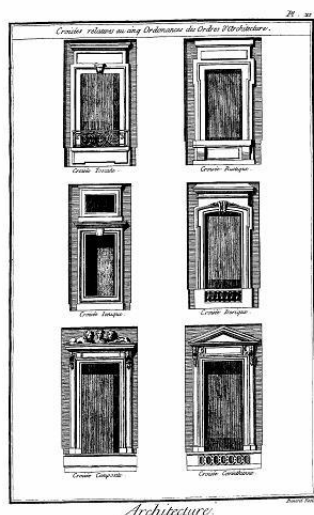


Imagem 46 – Coisée - Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Architecture, Planche 29

¹²⁰ Ver J-P. Épron – Compreende l’eclectisme, pp. 12-13

¹²¹ Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, I; [em linha] (*terme d'Architecture*, s.f. CROISEE) Page 4:505 [consult. 23.10.2010] disponível em <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/getobject?p.27:85./var/artfla/encyclopedie/textdata/IMAGE/>.

Os tratados de Architectura recomendados na academia portuguesa desde 1836¹²² revelam a sua influência no ensino e a sobrevivência dos códigos clássicos. J-F Blondel é um dos tratadistas mais influentes do século XVIII e esta ascendência não é apenas directa, como professor de alguns arquitectos que se destacaram na geração seguinte como E. Boullée (1728-1799) e Ledoux (1736-1806), como se estende indirectamente através da sua obra escrita quer as definições que escreveu para a *Encyclopédie*, quer no seu tratado que fixa os seus ensinamentos.

Depois da remodelação de Claude Perrault (1613-1688), que divide no tratado os princípios architectónicos numa relação estanque e unívoca, denominada por teoria tripartida¹²³, coube a Blondel, entre outros, a consolidação e divulgação desta proposta.

O princípio da conveniência atravessa o seu *Cours*¹²⁴, com referência às ordens architectónicas como princípio regulador (*ordonnance-conveniência*)

“Il en est des ouvertures des croisées, comme de celles de portes, c'est-à-dire, que le rapport de leur hauteur avec le largeur doit se reflecir de l'expression solide ou délicate qui préside dans l'ordonnance du bâtiment, que l'ordre y foit absent ou présent: ensuite il ne s'agit plus que de décider leur forme & les membres d'Architecture qui les entourent, les couronnement ou les accompagnent (...)”¹²⁵

Também os intervalos entre os vãos, os nembos, (*trumeaux*) compõem o muro Acrescentando que, tal como para as janelas e portas as proporções dos nembos devem atender ao “carácter” de cada ordem: “la partie qui, dans un mur de face, se trouve placée entre les ouvertures de portes & des croisées d'un bâtiment”¹²⁶

“Nous avons déjà vu, en parlant des portes & des croisées, que Vignole assignoit la même proportion à toutes les ouvertures Toscane, Dorique, Ionique, Corinthienne & Composite, sans avoir égard aux différentes expressions des ordres. Nous ajouterons ici, comme une suite du même principe, que les trumeaux doivent également avoir plus ou moins de largeur selon le caractère solide, moyen ou délicat qui préside dans l'ordonnance de la décoration des bâtiments”¹²⁷

¹²² Em 1836, com os diplomas que fundaram as academias de Lisboa e do Porto.

¹²³“La teoria vitruviana queda reestructurada en tres grandes capítulos comunicados entre si : el de la solidez, que contiene todo lo referente al saber constructivo, el de la comodidad que recoge lo prescrito sobre la configuracion general de los edificios, y de la teoria de los órdenes. Se ignora completamente el orden tipológico de Vitruvio y se impone la aplicación literal de los tres vértices de la triada” José L. González Moreno-Navarro - El legado oculto de Vitruvio, p. 101

¹²⁴ Jacques François Blondel - Cours d'architecture ou Traité de la decoration, distribution et construction des batiments, contenant les leçons donnes em 1750 et les annés suivantes.

¹²⁵ Jacques François Blondel - Cours d'architecture ou Traité de la decoration, distribution et construction des batiments, contenant les leçons donnes em 1750 et les annés suivantes.(tomo III), p. 156

¹²⁶ Idem, p. 330

¹²⁷ Idem, p. 331

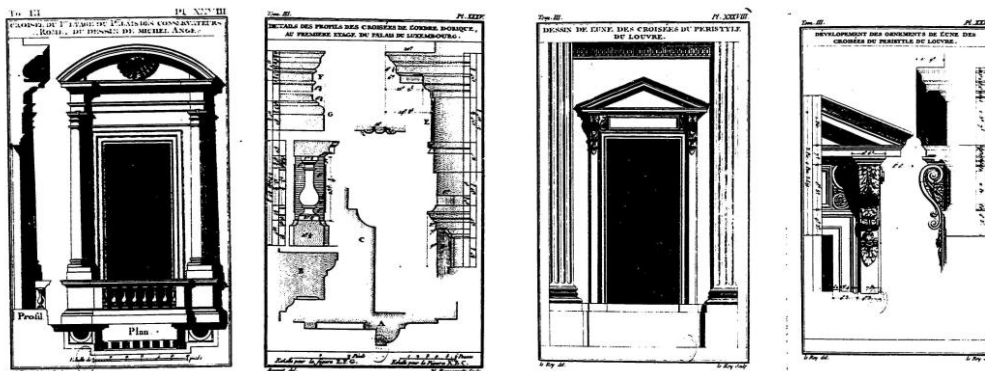


Imagem 47 – Palais des Conservateurs, Roma (tábua XXVIII do Tomo III)

Imagem 48 – Palais du Luxembourg (tábua XXXV do Tomo III)

Imagem 49 - Peristyle du Louvre (tábua XXXVIII do Tomo III)

Imagem 50 - Peristyle du Louvre (tábua XXXIX do Tomo III)

No século XVII, um contemporâneo de Perrault, Charles d'Aviler (1653-1701) evoca a metáfora de Scamozzi¹²⁸, (1548-1616) da janela como olho, porque esta possibilita a entrada de luz do exterior para o interior. Revela-se aqui a ideia de janela enquanto dispositivo óptico, afinal é a presença da luz que permite o olho ver, embora para Scamozzi se trate de uma analogia biológica¹²⁹: “Al igual que Alberti, Scamozzi utiliza la analogia con un organismo animal, para resaltar la complejidad de los edificios y la diversidad de funciones de sus elementos.”¹³⁰

Por outro lado as indicações quanto às dimensões da janela referem-se à relação física com a parede, num compromisso entre a abertura de vãos que sejam suficientemente amplos para assegurar a iluminação do interior e que simultaneamente o protejam dos elementos atmosféricos, não pondo em risco o equilíbrio da parede.

“Par la meme comparasion que Scammozzi fait de la principale Porte de l'Edifice avec la bouche, il dit aussi que les fenestres sont semblables aux yeax, puisqu'elles reçoivent la lumiere de dehors, & qu'elles introduisent au dedans.

Il faut d'abord considere que la grandeur de leurs ouvertures, doit estre proportionnée aux lieux qu'elles eclairent, parce que si elles sont petites & trop éloignes, elles rendent le lieu obscur : & si elles sont trop grandes, & trop proches les unes des autres, elles assoiblissent le mur dans lequel elles sont percées, & causent l'excez du froid & du chaud, & la ruine de l'Edifice.”¹³¹

¹²⁸ V. Scamozzi - Dell' *Idea dell' Architettura Universale*, 1615

¹²⁹ “L'edificio (...) e un corpo materiale colligato insieme, il quale hà fondamente, e parti, e membra, & ossa, e nervi, & apriture.” Vincenzo Scamozzi - Dell' *Idea dell' Architettura Universale*, venecia, 1615, 2º parte, p. 272 apud José L. González Moreno-Navarro - El legado oculto de Vitruvio, p. 76

¹³⁰ José L. González Moreno-Navarro - El legado oculto de Vitruvio, p. 77

¹³¹ Augustin-Charles d' Aviler – Cours d'Architecture. (2 vols, Paris, 1691), p. 132

Eventualmente este conceito poderá ter como origem a descrição de Alberti (1404-1472) em “Della Pittura” (1436), da constituição do quadro como uma janela que permite a permuta entre o olhar e o espaço exterior enquadrado pela janela.

“Painting as a view through the window became an extension of the natural world, where the beholder's space and the picture space are meant to form a continuum, connected by the gaze of the beholder penetrating the 'transparent' canvas - an illusion depending on the construction of (and looking at) the painting from a single, stable point of view”¹³²

No entanto, à semelhança de outros tratados, as janelas aparecem submetidas ao código estrutural das ordens, que regulam a harmonia entre as partes o todo.

“Et par l'union & le rapport de ces parties, il en resulte ce qu'on nomme l'ensemble de l' Edifice, dont l'harmonie des proportions est le fondement. Les Ordres d'architecture contribuent notablement à la decoration; mais il faut que les parties que ces Ordres renferment, comme les Portes, Les Fenetre, Les Niches, &c. Ayent les proportions qui leur sont propres, & les ornements convenables à l'Ordre (...)”¹³³

Mas noutro nível de registo mais imediato, aplicável aos edifícios de habitação, adverte quais as relações de proporcionalidade entre janelas e nembos apontando como regra geral que se igualem “cheios” e “vazios” na fachada:

“La meilleure regle pour ranger les croisées, est de les espacer tant plein que vuide, c'est à dire que la largeur du treteau foit égale à celle de la croisée (...)”¹³⁴

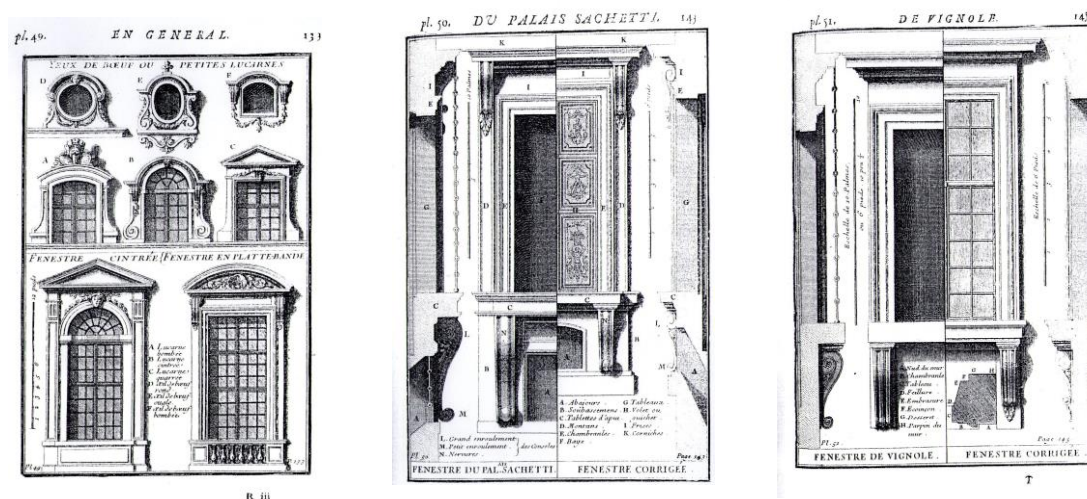


Imagem 51 – Janelas

Imagem 52 – Janela (do palácio Sachetti)

Imagem 53 – Janela (de Vignola)

¹³² Julia Orell – Window. Disponível em <http://lucian.uchicago.edu/blogs/mediatheory/keywords/window/>

¹³³ Augustin-Charles d’ Aviler – Cours d’Architecture. (2 vols, Paris, 1691), p. 182

¹³⁴ Idem, p. 137

No século XIX, o tratado de Durand¹³⁵ professor da École Polytechnique, relega para segundo plano a questão do estilo e limita a finalidade à arquitetura à utilidade pública e privada.

No seu tratado, os Précis des leçons d'architecture (1802-1805), destaca-se a componente utilitária, a salubridade como a comodidade: a arquitetura será salubre se for implantada num lugar são, se o ar e o pavimento é elevado acima do solo, e isolado da humidade; e se os muros são abertos de modo a deixar entrar o ar e a luz. Será cómoda, se o número e a grandeza de todas as suas partes, se a sua forma, a sua situação e o seu arranjo estão em relação com o seu destino.

“Après avoir exposé les principes généraux, ainsi que nous venons de le faire dans notre introductions, nous nous occuperons de éléments de édifices, qui sont les soutiens isolés et engagés, les murs, les différentes ouvertures que l'on y pratique, les fondements, les planchers, les voûtes, les combles et les terrasses. Nous envisagerons ces divers objets: 1^o sous le rapport des différents matériaux qui peuvent être employés dans leur construction; 2^o sous celui des différentes formes et proportions qu'ils doivent naturellement avoir.”¹³⁶

A composição dos elementos dos edifícios podem variar em função do programa e das combinações horizontais e verticais das partes e o texto está dividido de uma forma sistematizadora: uma primeira parte que enquadra as formas e proporções dos diversos elementos dos edifícios e outra que propõe múltiplas combinações tendo em conta o quadro tipológico

I Partie

“Les portes et les croisée, ou se font en arcades lorsqu'elles sont fort larges, ou se terminent carrément lorsqu'elles n'ont qu'une largeur ordinaire. on leur donne en hauteur, dans les principaux étages, le double de leur largeur ainsi qu'aux arcades. Dans les étages accessoires, on leur donne une fois et demie ou une fois leur largeur, ou seulement les deux tiers de cette largeur.”¹³⁷

II Partie

“Les croisées et les portes, non-seulement établissent une communication entre les diverses parties de l'édifice, ou procurent le plaisir de voir les objets extérieurs, mais encore donnent passage à l'air et à la lumière: ainsi, elles doivent se correspondre le plus qu'il est possible. On les placera donc sur des axes communs, et dont on fixera la position en divisant en deux les entre-axes dans lesquels elles devront se trouver.”¹³⁸

¹³⁵ J. N. L. Durand – Précis des Leçons d'architecture données à l'École Royale Polytechnique (II vol)

¹³⁶ J. N. L. Durand – Précis des Leçons d'architecture données à l'École Royale Polytechnique vol II, p. 29

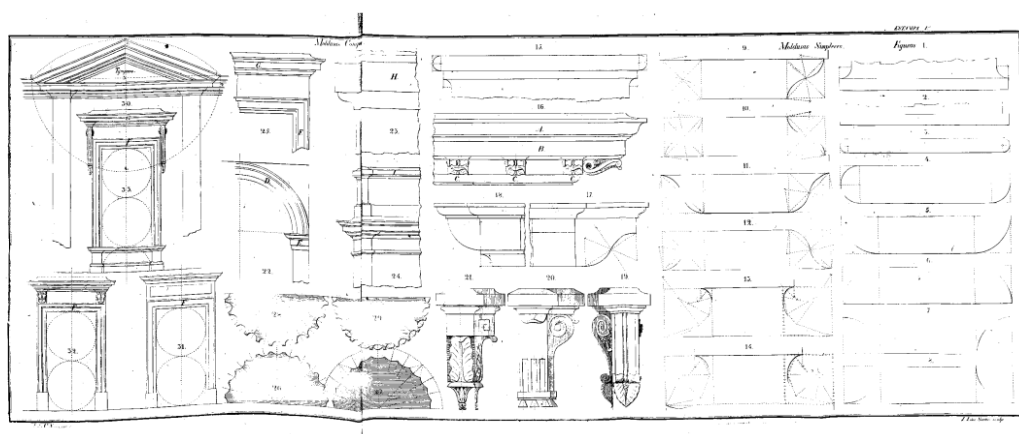
¹³⁷ Idem, p. 66

¹³⁸ J. N. L. Durand – Précis des Leçons d'architecture données à l'École Royale Polytechnique vol II, p. 76

A produção teórica nacional dos professores da academia foi escassa, no entanto os ensinamentos de José da Costa Sequeira (1800-1872), um manual referente à disciplina de Desenho¹³⁹ de arquitectura civil foram compilados pela primeira vez em 1839 (três anos após a abertura da academia) em *Noções Theoricas de Architectura Civil*.

“A finalidade principal que Costa Sequeira defende para a arquitectura é o bem estar dos indivíduos” ou seja, a utilidade pública e particulares, pelo que se aproxima de Durand ao estabelecer a prioridade da utilidade da arquitectura sobre a sua beleza” (...) no que respeita à decoração, poderá mesmo dizer-se que seguiu J. F. Blondel ao optar pela teoria das cinco ordens de Vignola (...)”¹⁴⁰

Imagem 54 – Desenho de Frontões e cimalkhas em *Noções theoricas de architectura civil*



As indicações em relação à abertura de portas e janelas de Costa Sequeira, são claramente práticas, relacionado-as com o todo, a escala do edifício mas estabelecendo proporções gerais de relação – altura o dobro da largura-

“Das portas e janellas nobres” - “86º as dimensões das Portas, e Janellas nobres, tanto exteriores, como interiores, devem ser de uma proporção relativa à escala pela qual se construir o edifício, à grandeza de suas diferentes peças, e finalmente às particularidades da obra, e do local em que esta fôr feita. Quanto à relação que devem guardar os vãos, em altura e largura, será bom que se não perca de vista, um preceito quasi geralmente seguido, qual o de estabelecer a altura pelo dobro da largura; podendo assim augmentar-se com mais uma 4ª parte da mesma largura, nas Ordens nobres, porém em nenhum caso diminuir-se.”¹⁴¹

Os tratados e teorias de arquitectura deixam, a partir do século XX, de exercer uma influência quase exclusiva na formação dos profissionais. O abandono

¹³⁹ Um curso geral de desenho preparava os alunos para as aulas práticas de diversas especialidades – arquitectura, pintura escultura e gravura. Lições auxiliares sobre anatomia, tecnologia da pintura

¹⁴⁰ Maria Helena Lisboa– As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino artístico (1836-1910), p. 307

¹⁴¹ José da Costa Sequeira - *Noções theoricas de architectura civil*, p. 28

progressivo do ensino *Beaux Arts* baseado na semelhança e na cópia, com algum grau de liberdade, de alguns modelos antigos e no *tradição estética académica fundada nas leis de composição clássicas da simetria e proporção*. Contudo as formas de transmissão através da imagem permanecem actuais:

“But throughout all of the phases of this centuries –long process, the printed image in all its avatars (whether a woodcut, postcard, or photograph in a glossy magazine) has never ceased to be the main vector for the communication of architectural experience”¹⁴²

A diferença entre as formas icónicas dos tratados e a arquitectura moderna, não está tanto no modo de transmissão dos modelos como na intenção subjacente : A janela como elemento “predesenhado” de uma arquitectura que valoriza um sistema estrutural e taxinómico onde a janela “funciona” na fachada como parte integrante do conjunto:

“The Renaissance orders were not prefabricated. They were pre-designed The system of orders standardized the design process and only incidentally the manual actions of artisans or masons”.¹⁴³

Na arquitectura moderna a janela cessa de funcionar como “parte” submetida a um “todo” limitado regrado pelas ordens, já não se constitui como um elemento pré-desenhado. As janelas deixam de funcionar com “buracos” no muro mas como interrupções que tendiam a tornar-se nos elementos “positivos” do edifício

“Cada janela é uma palavra que vale por si própria, pelo que diz, para aquilo que serve; não é necessário delinear-la, proporcioná-la. Pode adoptar qualquer forma: rectangular, quadrada, circular, elíptica, triangular, ser composta, ter um perfil livre.”¹⁴⁴

Ao definir a metodologia do projecto na arquitectura moderna, Bruno Zevi enuncia o “princípio do catálogo” considerando que a noção de fachada desaparece e que “dado o carácter episódico das aberturas, altas e baixas, rectas e tortas, não obrigadas pelas relações axiais, deixa de ser um objecto fechado, autónomo, que tem o seu fim em si próprio”¹⁴⁵

¹⁴² Mario Carpo - Architecture in the Age of Printing, p. 13

¹⁴³ Mario Carpo - Architecture in the Age of Printing, p. 7

¹⁴⁴ Bruno Zevi – A Linguagem Moderna da Arquitectura. p. 18

¹⁴⁵ Bruno Zevi – A Linguagem Moderna da Arquitectura, p 18

Este princípio de composição, por “catálogo” de formas, constitui-se como um amplo repertório de formas pré-construídas/fabricadas alheias ao vocabulário inspirado na tradição clássica”e deriva, em parte, da evolução das máquinas que, segundo M. Carpo, “have shaped the visible architecture of our world, first with the standardization of images, then with the standardization of things”¹⁴⁶.

Embora a tradição dos tratados, se tenham debilitado nos séculos XIX e XX as teorias, os manuais e os guias, continuam a constituir-se como formas de transmissão de ideias e conhecimentos e enunciados mais ou menos dogmáticos sobre a prática da arquitectura: Otto Wagner (1841-1918) em *Moderne Architektur: Seinen Schülern ein Führer auf diesem Kunstgebiete*¹⁴⁷, 1895, Bruno Taut (1880-1938), *Die Stadtkrone*¹⁴⁸, 1919 e *Alpine Architektur*, 1919 Le Corbusier (1887-1965) em *Vers une Architecture*, 1923; ou mais recentemente, Aldo Rossi (1931-1997) com *L’A Archittetura della città*, 1966, Robert Venturi (1925-) *Complexity and Contradiction in Architecture*, 1966, ou *Learning from Las Vegas*, 1972 em co-autoria com Scott Brown e Izenour e Rem Koolhaas (1944-), *Delirious- New York: A retroactive manifesto for Manahtann*, 1978.

Estes são alguns dos arquitectos que se ocuparam em compilar e expor a sua experiência de projecto, uma análise pessoal sobre o enquadramento da disciplina. Nesse sentido estas teorias exprimem de um modo exemplar as premissas de trabalho do arquitecto e o modo como interpreta essas condições particulares.

A janela do século XX, múltipla nas suas formas, deixa de poder obedecer a imperativos compositivos derivados de uma ordem preestabelecida. A obediência a uma rotina compositiva baseada em princípios gerais de simetria, ordem e proporção afasta-se das ferramentas operativas do arquitectos a partir precisamente do repúdio do ensino *Beaux-Arts*

Um ensino que se afasta da semelhança não deixa contudo de reflectir o apego a determinadas tendências/tradições/corrente formais e construtivas. O modernismo ainda é nos anos 70 (do século XX) o modelo vigente:

¹⁴⁶ Mario Carpo - *Architecture in the Age of Printing*, p. 13

¹⁴⁷ Modern architecture - a guide book for his students to this field of art (trad. Inglesa)

¹⁴⁸ A coroa da cidade

“When i began my university studies – in Italy, in the late 1970s- the first signs of postmodernism had not yet infiltrated the academic routines of most architecture departments (...) it was still necessary for us to come to terms with the imperatives of industrial production, to bring the building site into the age of mechanization, we envisioned architectural forms that should embody and express “soberly, advisedly” the physical qualities of the new materials and means of production”¹⁴⁹.

Ainda que não se manifeste de forma explícita, o interesse dos arquitectos pela janela não cessa. Mas de certo modo a arquitectura move-se e está submetida a uma cultura que reflecte as premissas da normalização dos meios de produção.

O guia que Otto Wagner escreve para os estudantes, adverte para essa ligação, embora estabeleça que os princípios compositivos se prendem também com outros factores físicos:

“(...) composition must always conform to the material and to the technology and not the reverse. Therefore composition must **clearly reveal the material of construction and the technology used.**”¹⁵⁰

“Yet composition evidently has to take into account many other factors. The most important are the financial means available, the geographic location, the consideration of cardinal points, the expected duration of the building’s use, the aesthetic need to harmonize with its surroundings, the consistency between interior structure and exterior appearance, etc.”¹⁵¹

Alguns anos mais tarde Le Corbusier publicava o seu manifesto, *Vers une Architecture* as premissas na nova arquitectura, que revela a janela como elemento enfantizador da forma arquitectónica. Exprime, de forma poética, o papel ordenador da janela na superfície e o repúdio pelas teoria das Ordens:

“To let a volume retain the splendor of its form in light but, on the other hand, to appropriate its surface for tasks that are often utilitarian: that is to find, in the divisions imposed on the surface, the accentuators, the generators of the form. In other words, an architecture is a house, temple, or factory. The surface of the temple or factory is, most of the time, a wall pierced by holes that are doors and windows: these holes are often the destroyers of form, it is necessary to make them into accentuators of form. If spheres, cones and cylinders are the essentials of architecture, the generators and accentuators of these forms are based in pure geometry”¹⁵².

Afirmaria mais tarde que a história da janela se confunde com a da Arquitectura, numa luta contínua entre o cheio e o vazio:

¹⁴⁹ Mario Carpo - Architecture in the Age of Printing, p. 2

¹⁵⁰ Otto Wagner - Modern architecture - a guide book for his students to this field of art. (Traduzido de Otto Wagner, Moderne Architektur. Vienna, Verlag von Anton Schroll & Co. First edition, 1896). p. 83

¹⁵¹ Ibidem

¹⁵² Le Corbusier - Toward an Architecture, p. 111

“On serait en droit d’affirmer que l’histoire de la fenêtre est aussi celle de l’architecture, disons, du moins, d’une tranche des plus caractéristiques de l’histoire de l’architecture”

“Perçer les fenêtres dans un mur portant des planchers est un geste antagoniste à la fonction précitée : perçer le mur de fenêtre c’est l’affaiblir. Et l’on assistera à la lutte entre plein et le vide au cours de l’histoire. Et la proportion s’établissent entre les pleins et les vides constituera une part plus déterminante qu’on ne croit de ce que beaucoup aiment à appeler les «styles»”¹⁵³

A obra de Le Corbusier, embora renegue o código das Ordens parte, e nesse ponto encontram-se com alguns dos tratados renascentistas, de uma reinterpretação de alguns aspectos da arquitectura clássica. Essa fonte da arquitectura ocidental, foi várias vezes revisitada no século XX. A crítica pós-moderna ao modernismo, ancorou-se numa releitura de algumas obras do passado: no livro de R. Venturi *Complexity and Contradiction in Architecture* ou no *L’ Architectura della città* de Aldo Rossi recorre-se frequentemente a exemplos da arquitectura do século XV e XVI, para de certo modo, justificar a constância de certos valores da arquitectura.

A janela é actualmente encarada pelos arquitectos de forma diversa, fora do sistema das ordens ou de uma forma compositiva canónica. Alguns projectistas afirmam a sua importância como elemento de “acerto” de uma tipologia, aferindo a cada função um determinado valor expressivo convencionalizado (pela adequação entre forma e função).

Renzo Piano (1937) na sua actividade projectual considera a janela, por vezes como produto *standard*, quando há uma pressão orçamental:

“(…) in other projects we have treated the window more traditionally (…) the window is a standard product available on the market, selected to must a stringed budget.”¹⁵⁴

Outras vezes atento à forma como permeia interior e exterior:

“The choice of window determinates the relationship between inside and outside-the place where view are selected, where bits of world are cut out.”

“It is not the window, but windows, that really exist (…)”¹⁵⁵

¹⁵³ Le Corbusier – oeuvre complete 1939-1956. publiée par W. Boesiger. Les editions d’architecture zurich. Problemes de l’ensoleillement. Le brise soleil, p. 103

¹⁵⁴ The Architecture of the Window (ed. Vittorio Lampugnani), p. 169-170

¹⁵⁵ The Architecture of the Window (ed. Vittorio Lampugnani), p. 170

Também Álvaro Siza acredita que os meios de produção actuais não permitem pensar a janela, enquanto elemento singular, e por isso está mais interessado no modo com que as janelas se relacionam entre si do que com a “janela”:

“There is no longer a culture that can regulate light that can choose what to show by open just a small section of wall – sometime beautiful as been radically simplified.”¹⁵⁶

O arquitecto Japonês Fumihiko Maki (1928) destaca as duas dimensões, formal e representacional da janela, demarcando o seu papel como interface entre interior e exterior:

“As an architect I am interested in two somewhat contradictory roles that windows play in design: first, the abstract formal rule of definition and interconnection of space through light, and second, the representational role concerned not only with the figural reading of the window itself but also with the manner in which it frames or represents what lies beyond. (formal and representational dimensions)”¹⁵⁷.

A forma de relacionar o interior e o exterior é uma das “funções” mais referidas, na possibilidade de expandir a fronteira através da vista presente nas declarações de Jean Nouvel (1945), na polarização entre os dois universos, o dentro e o fora como princípio fundamental da arquitectura como testemunha Rafael Moneo (1937) ou como filtro entre os dois espaços na opinião de Piano:

“The window, like observatory is a viewing point: someone, somewhere is looking somewhere else. The window brings into relation the exterior and the interior through a void.”¹⁵⁸

“On the one hand, it could be said that the window is where the interior rooms out – it escapes through the window. On the other hand, it is where the exterior comes to an end-it is trapped by the window”.¹⁵⁹

“(…) thus, the window is not just a single dividing element between interior and exterior, but a filter that creates multiple planes”¹⁶⁰

Uma janela é sempre única se pensada numa relação com o indivíduo: a janela que enquadra uma vista, a janela que ilumina o quarto. É plural quando se pensa na articulação com o edifício. Por outro lado se a fachada se realizar como uma “grande janela” excepionalidade desaparece.

¹⁵⁶ idem, p. 222

¹⁵⁷ Idem, p. 209

¹⁵⁸ Idem, p. 180

¹⁵⁹ Idem, p. 227

¹⁶⁰ Idem, p. 169

A singularidade só tem valor em si quando é apercebida subjectivamente, ou num quadro em que a referência ao valor de modulação da luz e da vista/paisagem seja relevante. A pala de Siza no pavilhão de Portugal (1994-98) é uma janela singular. As suas janelas *standartizadas*/prefabricadas no complexo habitacional de Haia (1983-88), por exemplo, são a expressão de uma totalidade, reflectem na fachada a disciplina do desenho, e por isso todos os elementos de subjugam a esta lógica.

Na habitação plurifamiliar são as janelas no seu conjunto articulado onde a repetição e a *standartização* deixa pouco espaço à singularidade dos elementos da arquitectura.

Contudo a tecnologia actual permite que os objectos industriais incorporem dissemelhanças entre si: “in modern factories, computer –aided manufacturing permits economies of scale independent of the visual normalization of the product; today we can mass produce (or rather mass-customize”) objects that don’t all look the same.”¹⁶¹

Por outro lado a investigação em arquitectura distanciou-se da questão da janela como elemento singular para se endereçar às relações entre superfície, como pele flexível e estrutura ou entre os modos como essa superfície pode significar fechamento, abertura, opacidade, transparência, etc autonomizando-se da própria fachada.

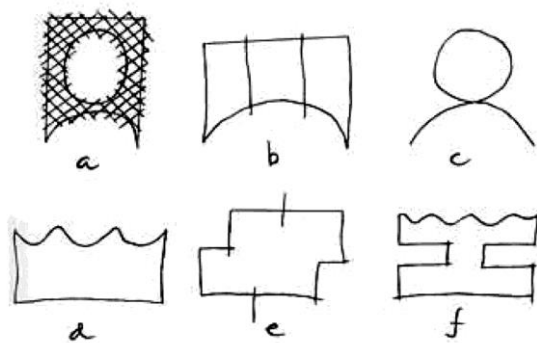


Imagem 55 - Robert Venturi, *Complexity and Contradiction in Architecture*, il. 199

“El esquema ilustra seis casos generales. La fachada cóncava de la iglesia barroca se adapta a las necesidades espaciales que son específicamente diferentes en el interior y en el exterior. El exterior cóncavo, en contraposición con la función esencial cóncava del interior, admite la necesidad exterior contrastante de una interrupción espacial en la calle. (..) el espacio sobrante debido a esta contradicción se trató como volumen.”¹⁶²

¹⁶¹ Mario carpo, p. 14

¹⁶² Robert Venturi - *Complexity and Contradiction in Architecture*, pp. 135-136

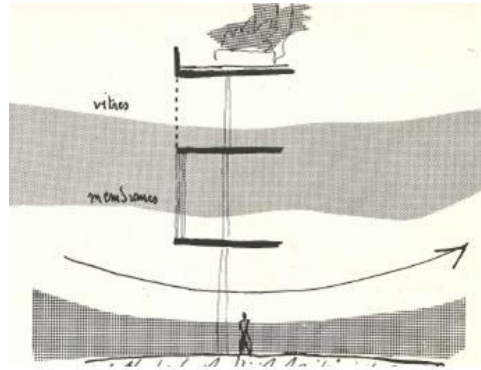


Imagem 56 e 57– Desenhos de Le Corbusier

PÚBLICO E PRIVADO: A JANELA COM VISTA PARA A CIDADE

3 – PÚBLICO E PRIVADO: A JANELA COM VISTA PARA A CIDADE

A definição da janela que perseguimos no capítulo anterior resultou de três parâmetros: o primeiro referiu-se à definição etimológica na convicção que encontramos correspondência entre as origens étimo-semânticas e as funções que a janela desempenha. As definições nos dicionários e enciclopédias especializadas também são importantes na condução ao mesmo objectivo: autonomizar a janela, sem perder de vista a sua hipótese como elemento de composição. A segunda refere-se naturalmente à relação dialéctica entre janela e muro, que permaneceu durante muito tempo como par articulado na fachada dos edifícios. Outro caminho proposto incidiu precisamente na dissolução dessa relação tradicional nembo/vão através de dispositivos de abertura para o exterior, que irrompendo da parede prolongam o espaço interno; são eles as *bow-windows*, os balcões e as varandas *loggias*, estufas e jardins de inverno que se apropriam do espaço entre a superfície do muro e o interior.

No capítulo presente assumimos a janela a partir do momento charneira, onde ainda corporiza o modelo da janela tradicional, mas evoca uma função “nova” da janela, *a vista urbana*. Uma relação entre exterior/ interior que levará a soluções diversas *na arquitectura da janela*, já presentes na multiplicidade formal da arquitectura ecléctica mas que tomará foros de dogma na arquitectura modernista.

Dos vários sentidos que a palavra modernidade¹⁶³ teve (e tem), pretendemos incidir sobre aqueles que se formulam durante século XIX.

Mais do que um conceito intelectual a modernidade novecentista emerge (e é submergida) no tumultuoso processo de transformações das cidades europeias.

A sua cronologia difere em consonância com o grau de penetração das políticas reformistas ligadas à industrialização da sociedade e pode-se ancorar em três níveis:

1.O desenvolvimento social através dos avanços tecnológicos e da industrialização dos modos de produção.

¹⁶³ Como presente, novo e novidade- quebra com a tradição

2. As experiências quotidianas do indivíduo.
3. As manifestações/expressões culturais daqueles que integram a ideia de “progresso” no seu trabalho criativo.¹⁶⁴

Caracterizada por um incremento da autonomia entre os campos da ciência e da arte, ou entre o campo da objectividade e do “espiritual”, a modernidade irá impor no seu programa a racionalização das relações entre indivíduo/mundo exterior.

Neste capítulo interessa-nos cotejar que alterações e inovações se definem na sociedade novecentista vinculadas ao programa progressista da modernidade que podem ser endereçadas às soluções formais/espaciais e ao uso do vão de janela durante o século XX.

Os argumentos da arquitectura deste período assumiram em alguns momentos o compromisso com as transformações da cidade sobretudo na definitiva cisão entre as funções estritas do habitar e a do comércio e a consequente emergência da rua como espaço público por excelência, concretizada num novo padrão: o *boulevard*.

O olhar, o passeio, as relações de sociabilidade pública, o consumo, as deslocações nos transportes públicos ou individuais, tem nas grandes avenidas o cenário privilegiado. Os edifícios que as bordejam entregam-se também a esse jogo de olhares recíprocos: da janela, da *bow window*, do balcão, da *loggia*¹⁶⁵, olha-se/observa-se o exterior, feérico e iluminado, construindo através do “vão” leituras e apropriações visuais e espaciais que redefinem essa relação entre o espaço privado e o público. As fachadas exibem a profusão de elementos decorativos de carácter eclético, colunas, pilastras, mísulas que suportam os balcões, cariátides, ajudando a transformar a cidade “num espectáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos”¹⁶⁶

Na proposta modernista, (fim do século XIX e princípio de XX) a janela irá reflectir uma resposta aos paradoxos do eclectismo arquitectónico. A partir de

¹⁶⁴ Ver Mauro Guillén - The Taylorized beauty of the mechanical: scientific management and the rise of modernist architecture. Princeton University Press, 2006

¹⁶⁵ Esses elementos surgiram frequentemente na arquitectura doméstica do século XIX/XX

¹⁶⁶ Marshall Berman – Tudo o que é sólido se dissolve no ar, p. 166

uma ideologia fabricada sob a influência das transformações na produção industrial, das técnicas de construção e dos meios de deslocação individuais (mecânicos) empresta à tecnologia um enunciado estético. O desejo de leveza e de transparência como contraproposta à densidade – ornamental e decorativa da arquitectura ecléctica, surge apoiada nas inovações técnicas que lhe permitiriam autonomizar a parede exterior da estrutura portante. Mais: explora a relação exterior/interior a partir de um *a-priori* ontológico, em que a janela se inventa como elemento de mediação entre o homem, abrigado no interior de sua casa, e a paisagem¹⁶⁷.

Uma paisagem que já não significa “congestionamento, acumulação e caos”, mas fluidez e ordem, onde já não cabe a *rua* como elemento simbiótico¹⁶⁸ entre espaço público e comércio. A cidade deve “funcionar” com diversos níveis de movimento: de pessoas, de bens, de tráfego automóvel, separados e hierarquizados. Dispostos como elementos autónomos fora da unidade *teatral* da rua formam-se na paisagem pastoral que Le Corbusier descreve em “Towards a new Architecture” (*Vers une Architecture*, 1923) :

“no more courtyards, but flats opening on every side to air and light, and looking, not to the puny trees of our boulevards of to-day, but upon green sward, sports ground and abundant plantations of trees”¹⁶⁹

Em “Maneiras de pensar o Urbanismo” (*Manière de penser l’urbanisme*, 1946) reitera que a rua-corredor como espaço comum a peões, carros e autocarros deve ser abolida: deve-se verificar a divisão entre os vários níveis de modo a organizar o fenómeno urbano, dentro dos seus três “materiais” essenciais: ar puro, sol e verdura que virão a servir de base aos princípios enunciados na carta de Atenas (CIAM, 1933)

“Sob a pressão das velocidades mecânicas , uma decisão se impõe com urgência: libertar as cidades do constrangimento da tirania da rua(...)”¹⁷⁰

“(...) alargada aos quarteirões contíguos, ela provoca espontaneamente a libertação do solo, com classificação das circulações de peões e de veículos automóveis (...) os prolongamentos

¹⁶⁷ Para *Le Corbusier*, como para Mies essa paisagem não é urbana. Ver Marshall Berman - Tudo o que é sólido se dissolve no ar, no capítulo III, pp. 143-179.

¹⁶⁸ Em biologia simbiose define a associação de “dois indivíduos de espécie diferente com benefício mútuo como acontece com as algas e os fungos. Vai de encontro ao argumento de Le Corbusier de que “cafés and places of recreation would no longer be that fungus eats up the pavements of Paris (...) in Towards a new Architecture, (ed. Original de 1923), p. 60.

¹⁶⁹ Traduzido em 1923 para inglês - Le Corbusier – Towards a new Architecture, p. 120

¹⁷⁰ Le Corbusier – Maneiras de pensar o urbanismo, p. 84

da casa encontram no solo os espaços úteis. A cidade transforma-se pouco a pouco num parque.”¹⁷¹

Mas mesmo no universo tecnológico que desenha Antonio Sant’Elia¹⁷² (1914) ou Eugène Hénard¹⁷³(1910), a rua descobre-se exclusivamente como elemento de circulação renunciando à função social e de permuta/limite assumindo um processo gradual de interiorização do espaço público. Uma interiorização que se assiste no limite pela reorganização actual da paisagem urbana em torno dos centros comerciais transferindo as relações de comércio de uma plataforma exteriorizada¹⁷⁴ como a rua para um interior¹⁷⁵que compacta várias actividades sociais ligadas ao consumo e ao lazer.

“Modern shopping centers, some offices, and large apartment buildings bring public space actually inside the building. Pedestrian space has moved inside the large project and public private interplay has also moved inside”¹⁷⁶

Mas é necessário distinguir entre os protótipos visionários e as realizações que, de um modo geral se distanciaram da radicalidade das propostas. Por outro lado o desenho da cidade não se guiou exclusivamente pelo programa do modernismo funcionalista, de facto devem-se considerar igualmente determinantes as propostas e intervenções de Camillo Sitte¹⁷⁷ (1843-1903) e Raymond Unwin¹⁷⁸ (1863-1940), entre outros. Apresentam alternativas ao repertório tecnológico e funcionalista da forma urbana, elegendo uma imagem “ruralizante” da rua marcada pelo ritmo pedestre¹⁷⁹ e em que dispositivos como o designado “cul de sac¹⁸⁰” “retira” e protege a vida quotidiana dos habitantes e funciona como travão às velocidades mecânicas. A habitação de baixa densidade, os percursos “naturalizados” ajudam a marcar a escala intimista

¹⁷¹ Le Corbusier – Maneiras de pensar o urbanismo, p. 87

¹⁷² Antonio Sant’Elia – Città Nuova, 1914

¹⁷³ Eugène Hénard – The Cities of the Future, RIBA, Town Planning Conference London, 10-15 October, 1910

¹⁷⁴ Este movimento não é completamente uma novidade já no século XIX eram populares as galerias e as arcadas, ruas comerciais cobertas, na tradição dos bazares orientais. A este propósito veja-se Friedrich Johann Geist - Arcades: The History of a Building Type.

¹⁷⁵ No interior das superfícies destinadas à actividade comercial simulam-se as características da rua: designação toponímica, decoração, iluminação, percursos, etc.

¹⁷⁶ Security and the Built Environment: An Interview with John Habraken por Clinton J. Andrews in IEEE Technology and Society Magazine | FALL 2004.

¹⁷⁷ Autor do livro *City Planning According to Artistic Principles*, 1889

¹⁷⁸ Autor de cidades jardim em Inglaterra como Letchworth (1902) de acordo com os princípios de Howard e do subúrbio-jardim de Hampstead (1905) em Londres. Autor do livro *Town planning in practice: an introduction to the art of designing cities* (1909)

¹⁷⁹ «Pour celui que marche, la logique de l’orientation demeure semblable à celle que l’on a dans un milieu rural; elle est intuitive (...)» Paul Claval – La Logique des Villes, p. 451

¹⁸⁰ Becos sem saída

destas propostas bem como a “(con)fusão” entre os elementos naturais e artificiais da paisagem.

Contudo se há pontos de contacto relativamente às propostas e planos de ortodoxias diversas é a aposta no território suburbano. A possibilidade de ampliação e expansão da cidade através de urbanização de territórios contíguos aviva-se como alternativa ao modelo intervencionista¹⁸¹, não apenas avisado pela instabilidade económica e social que essa solução induz mas sobretudo inibida pelo desenvolvimento de uma sensibilidade que apela à valorização e conservação do património edificado dos centros urbanos. Outro motivo liga-se com o redesenho social do espaço urbano na cidade industrial que agitando a dualidade centro/periferia convida à promoção do subúrbio face à cidade congestionada e poluída.

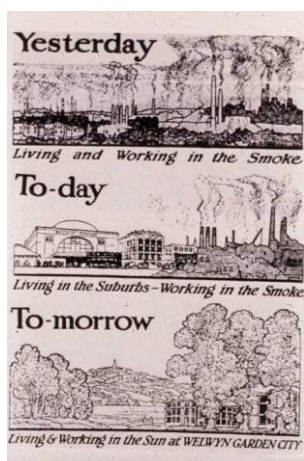


Imagem 57 - Poster de promoção à cidade jardim de Welwyn (1920) promovida por Ebenezer Howard (1850-1928) e desenhada por Louis de Soissons (1890-1962)

O fenómeno de “rurbanização”¹⁸² expressão referida para designar o resultado da expansão urbana para as áreas rurais à volta da cidade, exige uma grelha de análise diferente da que é utilizada na análise da “traditional closed city”¹⁸³. Na lógica particular da organização do espaço urbano, a análise morfo-tipológica, enunciada por alguns autores¹⁸⁴, constrói uma rede analítica que permite pôr em relação os elementos considerados constantes na construção

¹⁸¹ Renovação do tecido urbano através da demolição de zonas da cidade, tal como foi feito em 1850 em Paris.

¹⁸² Ver G. Bauer, J. M Roux - La rurbanisation ou la ville éparpillée, Paris: Éditions du Seuil, 1976

¹⁸³ Designação de Albert Levy – Urban morphology and the problem of the modern urban fabric : some questions for research. Urban Morphology [em linha] 1999 (3)2, pp. 79-85 [Consult. 3.04.20010] disponível em http://www.urbanform.org/online_unlimited/um199902_79-85.pdf

¹⁸⁴ Entre os quais Gianfranco Cannigia, Carlo Aymonino ou Philippe Pannerai,

da cidade: a malha urbana, as ruas, o edificado e os espaços abertos no qual se incluem jardins e praças.

Mas a organização aberta e dispersa, característica da “modern open city”¹⁸⁵ que privilegia o trânsito, a mobilidade e os espaços para estacionamento deve ser encarada segundo uma outra perspectiva em que os elementos em análise se alteram:

“(...) in the creation of new urban landscapes: ring roads, urban motorways, bypasses, detours, interchanges and traffic circles replace avenues, boulevards, streets, crossroads and corners, while elevated walkways, platforms and shopping centres become the new public spaces; supermarkets and malls replace department stores, market streets and covered markets; laws and playing fields replace parks and gardens; towers and linear buildings replace individual units and blocks, and the new private housing estate supersedes the garden city”¹⁸⁶

A ausência de ligações entre a malha urbana, as edificações e as ruas inibe ainda um estudo que ponha em relação estes elementos.

Na textura dos novos espaços públicos, as ruas servem predominantemente como infra-estruturas para transporte, os jardins substituídos por relvados ou campos de jogos, as praças por centros de comércio, ou até parques de estacionamento em consequência do esvaziamento das suas funções materiais e simbólicas.

A relação entre a forma urbana e o tipo de edificação perde sentido na obediência ao princípio de autonomia e abertura da estrutura. A conexão dos edifícios com as ruas, tradicionalmente marcada pela “regra” de proporção entre a altura dos edifícios e a largura das ruas e pelo posicionamento e alinhamento fronteiro desaparece precipitando a deterioração da função social que a rua acolhia.

A alteração do repertório de formas da paisagem urbana e do processo relacional que o organizava resulta na perda da legibilidade do percurso axial. A rua perde a sua unidade num espaço pontuado por volumes próximos e distantes que balizam o percurso e por outro lado, nas grandes cidades, o percurso feito muitas vezes por automóvel impede a apreensão dos detalhes

¹⁸⁵ Albert Levy, *op. cit.*, p. 60

¹⁸⁶ Albert Levy – Urban morphology and the problem of the modern urban fabric : some questions for research, p. 83. Urban Morphology [em linha] 1999 (3)2, pp. 79-85 [Consult. 3.04.20010] disponível em http://www.urbanform.org/online_unlimited/um199902_79-85.pdf

das fachadas (ao nível dos primeiros pisos) e a vista apreende apenas os signos mais legíveis¹⁸⁷.

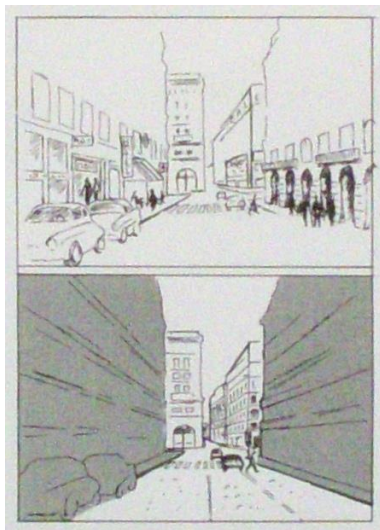


Imagem 58 - Neste desenho ilustra-se a diferença entre a percepção pedestre e a automóvel

A proposição que se pretende salientar dirige-se precisamente as relações, entre a parte o todo, entre edifício e malha urbana, e o contributo dessa dinâmica espacial na dialéctica entre a rua como espaço público e os edifícios/fachadas tendo na janela um elemento que, dentro de uma macro-estrutura, realiza/manifesta (uma afirmação material) de forma sensível as fronteiras entre o espaço público e o privado.

Pela dificuldade em enquadrar hierarquicamente as acções que estão na génese das transformações que descrevemos, uma vez que elas próprias não podem ser consideradas apenas como *efeitos ou como causas*, e.g. *a transformação das cidades europeias durante o século XIX e XX foi uma resposta a uma dinâmica já em marcha - desenvolvimentos industrial, comercial, tecnológico, etc. - mas simultaneamente cria uma nova geografia, um lugar que define, ele próprio, percursos específicos*.

As máquinas, engenhos novecentistas, como o “vapor” que dá origem à primeira locomotiva, e os dispositivos visuais e cinéticos que precederam a invenção do cinema tiveram um papel preponderante na construção da alteridade; provocaram, através da velocidade, da repetição, da óptica (visão) um novo olhar sobre a paisagem, uma percepção “alterada” do mundo.

¹⁸⁷ Ver Paul Claval – La Logique des Villes, p. 450

Nas viagens de comboio a experiência perceptiva do indivíduo é modificada pela velocidade, e a paisagem lida em fragmentos serve como metáfora à própria experiência da “metrópole moderna”.

As máquinas de visão, anteriores ao cinema, acentuam a perda da visão centrada e estática enunciada no Renascimento através da dissolução dos mecanismos de percepção da imagem. Mas também se mostram e com alguma ambiguidade, formas de compensação através da visão. Substituição da viagem, do encontro com o exótico, do idílico ou do anacrónico no simulacro da cidade que se mostrava na íntegra.

Estas invenções, aparelhos mecânicos na qual a experiência do indivíduo é submetida a um determinado efeito (visual) permitem encontrar o “olhar” do homem do século XIX no seu quotidiano.

Por outro lado as consequências das alterações sobre o regime perceptivo afectam também o indivíduo comum, porque estas invenções não se destinavam apenas às elites, antes se desenvolveram no quadro de uma sociedade capitalista, vinculada na produção em massa dos objectos.

Para compreender, fora da interpretação sociológica e filosófica, as metamorfoses da vida urbana orientada por essa inversão dos modos de ver, reflectimos sobre duas *imagens* de matriz arquitectónica que se constituem como símbolos¹⁸⁸ da modernidade - a rua e a janela - olhamos para estes signos do lugar em que estes se aproximam inexoravelmente: a janela, como ponto de observação da rua traduz as relações entre o indivíduo, no seu domínio privado, e o espaço público¹⁸⁹.

O percurso que seguimos passa então pela notícia das alterações na esfera do público/privado medida pela nova relevância do espaço público –a rua, os *boulevards*, os jardins públicos- e à *revelação* da janela como elemento de permeio entre o exterior e o interior num espaço que se concretiza na fachada. O processo relacional das acções concertadas nos espaços existenciais, também depende da deriva subjectiva que resulta, parcialmente, das medidas/acções objectivas sobre o espaço.

¹⁸⁸ Certamente que se poderiam eleger outros mas de certo modo o que interessa não é a análise exaustiva mas concentrada e concertada (mas não maniqueísta) em relação ao tema.

¹⁸⁹ O espaço da rua nem sempre foi entendido como espaço público.

Quando a percepção se descobre alterada pela irrupção do *breve e do fugaz* na vivência diária, impõe-se reportar em que medida é a que a vida urbana *retida* nas representações correntes e nas relações do indivíduo com os espaços da cidade permite exprimir um dos sentidos mais prementes da industrialização: a alteração do sentido espaço-tempo e as suas consequências sobre a leitura da cidade.

3.1- PÚBLICO E PRIVADO – DIALÉCTICA EXTERIOR/INTERIOR

Escreve Adriano Rodrigues¹⁹⁰ que é através do direito romano que se “veio a regular a ordem feudal, assumindo, no entanto, uma nova configuração, a do livre acesso do povo ao espaço público, isto é, a *res extra commercium*, na qual se compreendiam as estradas, as praças, os rios, que escapam ao domínio da apropriação privada. É no contexto da ordem medieval que surge a ideia de comunidade, enquanto conjunto de espaços comuns subtraído à apropriação exclusiva. Por seu lado, o domínio privado adquire a feição de domínio derivado do público, regido por conseguinte por regras emanadas da jurisdição colectiva, deixando portanto de ser uma esfera antitética da primeira. De facto, no caso das cidades medievais não é possível estabelecer uma fronteira clara entre o que era espaço privado e espaço público; eram, ambos, prolongamentos um do outro.”

As actividades e práticas que hoje se manifestam no espaço privado tinham expressão na rua e vice-versa. A rua é um interior exteriorizado na cidade medieval.¹⁹¹

A assunção da rua como lugar público, não se pode apartar do processo histórico que começou a esboçar-se na Época Moderna e que se define de forma inequívoca durante o século XIX: o carácter público da rua é uma “mudança que não pode ser separada da emergência do Estado enquanto entidade emanada do todo social e da consolidação do seu poder”¹⁹² e portanto da afirmação de poder, dito público, face à debilidade do poder privado incapaz de responder de forma vigorosa aos problemas da cidade novecentista.

¹⁹⁰ Adriano Duarte Rodrigues – O público e o privado. [em linha] [consult. 10.06.2010] disponível em <http://www.cecl.com.pt/rci/02/rci02-01.html>

¹⁹¹ Veja-se entre outros o trabalho de Luisa Trindade – A casa corrente em Coimbra dos finais da Idade média aos Inícios da época Moderna e de Iria Gonçalves - Um olhar sobre a cidade medieval e Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa.

¹⁹² Gonçalo Rocha Gonçalves - Para que servem as ruas? A acção do Estado na transformação dos usos do espaço público urbano (séc. XIX – XX), CIES – ISCTE, Portugal [em linha] [Consult. 10.06.2010] disponível em <http://n-a-u.org/pontourbe02/goncalves2008.html>

A rua ganha funções que derivam da nova ordem pública e das actividades permitidas e incentivadas nesse contexto; que são cirurgicamente separadas daquelas que se convencionaram para a esfera do privado.

A casa perde a ligação com a rua que foi, durante séculos uma extensão do espaço doméstico sobretudo nas actividades laborais¹⁹³ e onde a definição do habitar se equilibrava na hibridez de funções ora públicas ora privadas, tomadas em reciprocidade.

Ao mesmo tempo que essa relação se debilita inaugura-se uma outra: a do interdito imposto pela separação¹⁹⁴ entre casa e rua, criando uma oposição clara entre os dois universos. A fachada “principal”, designará a vertente pública do edifício que se passa a ler epidermicamente, (não mais em profundidade ou atravessamento do espaço da rua para a horta) e o alçado tardo ficará remetido ao esconso, ao lugar do *não-visto* (*invisível*). Determinada pela política burguesa das aparências e da respeitabilidade, esta dualidade irá também forçar o conflito no fogo entre espaços de representação e funcionais, entre as divisões sobre a fachada da rua e os espaços de serviço que se “arrumam” nas traseiras. No exterior faz accionar os dispositivos de controle/filtro entre rua e edifício - separação entre acessos de serviços e principais, isolamento/autonomia dos espaços comerciais que não comunicam com os andares de habitação.

“Throughout history acts of building always helped establish territorial boundaries, by way of gates, walls, and other forms of transition between one area of control and another. Indeed, this was often a major source of architectural inspiration. Historically, cities minimized public space and maximized private space. Buildings tended to be placed at the edge of private spaces (...)”¹⁹⁵

¹⁹³ “Em Lisboa, alguns nomes de ruas são ainda o rasto de uma estruturação do espaço urbano bastante diferente da actual. Desde os nomes que remetem para actividades económicas: o beco as escadinhas ou o largo das Olarias, o Largo das Alcaçarias bem junto do beco dos Curtumes, o beco dos Agulheiros ou as mais centrais ruas dos Sapateiros, Retroseiros e Douradores. Passando também por uma ligação às sociabilidades aí praticadas, como são os exemplos dos vários espaços “jogos da bola” ou a calçada do Jogo da Pela. Estes nomes são uma indicação de tudo o que numa rua se passava, quer nas casas que a ladeavam, quer no seu próprio leito.” Gonçalo Rocha Gonçalves - Para que servem as ruas? A acção do Estado na transformação dos usos do espaço público urbano (séc. XIX – XX), CIES – ISCTE, Portugal [em linha] [Consult. 10.06.2010] disponível em <http://n-a-u.org/pontourbe02/goncalves2008.html>

¹⁹⁴ Num primeiro momento essa separação ainda é mediada pela inclusão de comércio no R/C, onde entrar no interior do edifício, se estabelece pelas relações de consumo. A fachada lateral que abre uma passagem entre a rua e o logradouro configura outra hipótese de mediação.

¹⁹⁵ Security and the Built Environment: An Interview with John Habraken por Clinton J. Andrews IEEE Technology and Society Magazine [em linha] FALL 2004 [Consult. 22.09.2010] disponível em <http://www.e-doca.eu/content/docs/John-Habraken.pdf>

Porém as aberturas na fachada, as janelas, permitem observar, isolada e sobranceiramente, as actividades e o esplendor da rua, que direccionada para o mundano e para o comércio/ consumo se abre aos novos espaços de sociabilidade: os teatros, os cafés, as montras, os clubes, etc.

A construção de varandas, “marquises” e galerias na fachada tardoz prolongam nos logradouros algumas interacções semi-públicas e que permitem manter as traseiras como espaços físicos de transição onde a formalidade das relações burguesas se esbate.

Estas relações vão definir-se primeiro nos países mais industrializados da Europa. As noções de domesticidade, intimidade, conforto, lar e família ancoram os valores burgueses e a nova fórmula social que mostrou a sua expressão também no âmbito doméstico: a individualidade¹⁹⁶.

São as transformações do espaço, o urbano e o doméstico, os indicadores físicos que nos guiam neste percurso: Em Portugal, no início da segunda metade do século XIX, as acções modernizadoras de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) incidiram sobre o território. Mais tarde a intervenção de Rosa Araújo (1840-1893) na Câmara Municipal de Lisboa com a inauguração dos trabalhos da Avenida da Liberdade em 1879 define o início das acções urbanísticas. Em certa medida esse processo já tinha legibilidade desde 1860 na vontade em reformar a cidade, planos¹⁹⁷, propostas e intenções em grande parte de genealogia *haussmaniana*.

É nas novas avenidas da Capital (entre 1879 e 1911) a da Liberdade e o conjunto das designadas Avenidas Novas que se esboçam, nas intenções do plano e nas propostas da arquitectura, redes de relações entre espaço público e privado que, embora expressas de modo incipiente, iram alterar a fisionomia da cidade.

3.2. A REGULAÇÃO DO ESPAÇO – O CONTROLO PÚBLICO SOBRE O PRIVADO

Mas se podemos ler essas alterações através da arquitectura, um dos processos mais imediatos de perceber as mutações na *concepção e práticas*

¹⁹⁶ Ver Philippe Aries e Georges Duby (ed.) – História da vida privada.

¹⁹⁷ Como as propostas do engenheiro camarário, J. P. Pezerat em 1860

dos espaços públicos e privados é a consulta das acções descritas e regulamentadas na legislação contemporânea.

Se só há necessidade de regular as acções correntes, logo podemos assumir que a legislação apenas interdita e regula aquilo que se constituía previamente como prática comum. No que diz respeito à arquitectura e urbanismo¹⁹⁸ elas são particularmente reveladoras

A legislação que se concentra no controle das acções concretas sobre o espaço urbano e arquitectónico, aparece num primeiro momento como tentativa de gestão do espaço público e só mais tarde intervém na habitação.

Uma das referências mais precoces data de 1845. Segundo esta deliberação camarária de 2 de Outubro volta a ser obrigatório entregar *prospectos*¹⁹⁹ de todas as obras particulares a efectuar na cidade de Lisboa. O controlo exercia-se na imagem do espaço público e a apreciação incidiria nos critérios subjacentes aos princípios da composição arquitectónica: a proporção, a simetria, a tripartição, o emprego das ordens, etc.

Mais tarde o Decreto de 31 de Dezembro de 1864²⁰⁰, altera a instância à qual se apresentam os projectos, que terão a sua aprovação condicionada pelo Ministério das Obras Públicas, *passando a incluir, embora não uniformemente, plantas sumárias da distribuição interior*²⁰¹.

Contudo é só no início do século XX, com o RSEU²⁰² (1903), que se altera a normativa referente à apresentação de projectos que devem incluir as plantas, alçados, cortes e “demais elementos necessários à verificação das prescrições fixadas pelo diploma de 1864, designadamente as de sanidade”²⁰³. Esta disposição impele à execução de memórias descritivas que expressem o cumprimento das referidas prescrições, embora sejam muito desiguais no seu conteúdo, ora contendo uma declaração, *tout court* da conformidade à norma, ora descrevendo os materiais, a estrutura, a distribuição, etc.

¹⁹⁸ Há legislação integrada no código civil também importante, mas dada a “lateralidade” do tema, não foi estudada.

¹⁹⁹ Segundo Raquel Henriques da Silva “a maior parte dos documentos gráficos são sumário, consistindo numa única folha de cartão espesso, das mais variadas dimensões que incluem o desenho da fachada principal, um pouco rigorosa escala em palmos e memória descritiva como nome do proprietário, a localização e o objectivo da obra, adicionamento ou edificação” Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura 1777-1874, pp. 490-491

²⁰⁰Do título III do decreto: disposições relativas às ruas e edificações no interior das cidades, villas e povoações, secção I - do plano de edificações e reedificações em Lisboa, medidas geraes para se levar a effeito e prescripções de policia.

²⁰¹ Ibidem

²⁰² Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas. Decreto de 14 de Fevereiro de 1903.

²⁰³ RSEU [preâmbulo]

A exigência inequívoca da planta cria um efectivo controlo (crescente) sobre o espaço privado. O Estado (representante do domínio público) não se limita a controlar *o que se vê de fora* (exterior) mas igualmente o interior. Um interior que se pode entender nas suas gradações semânticas: privado ou semi-público como o espaço do logradouro. E de que forma pode ser controlado esse interior? Já não servem as regras de composição clássica relativamente subjectivas, mas a ordem do objectivo e quantificável: quantas janelas, quantos acessos, que dimensões, quantas divisões e até mesmo que tipo de distribuição, etc.

É certo que estas regras são resultado de uma valoração social, médica, técnica dos espaços da habitação. Elas indiciam por um lado uma tendência para criar uma grelha racional²⁰⁴ de classificação, mas por outro a sua aplicação ainda se refere ao desenho da cidade-quarteirão, um sistema dual de frente-traseira que pressupõe a resistência do *piano nobile* na regulação do pé-direito dos vários andares da habitação plurifamiliar.

O espaço privado pode ser objectivamente escrutinado com o objectivo de garantir ao proprietário a sua segurança, conforto, salubridade e adequação a um espaço normativo (em termos de dimensões, nº de divisões, tipo de divisões obrigatórias, etc) e regulado pelos poderes estatais. Neste sentido os regulamentos conduzem (e são conduzidos) à definição de um tipo arquitectónico.

3.3. LUZES NA CIDADE

O século XIX e ainda o início do XX, já o dissemos, serão palco de mudanças profundas no domínio da arquitectura: não nos referimos apenas aos novos materiais e tecnologias, mas também aos modos de produção, (standardização, pré-fabricação). Concomitantemente outras mudanças da sociedade permitem o esboçar de outros modos de habitar; o conforto²⁰⁵ entra progressivamente nas casas burguesas (sobretudo em termos quantitativos)

²⁰⁴Essa deslocação de *valor* acabará por limitar o poder decisório dos arquitectos, afastados, por formação e natureza disciplinar, do domínio estrito do quantificável do racional e do mensurável.

²⁰⁵ Embora o século XVIII seja considerado no domínio do conforto doméstico uma época de transição, a sua definição ainda está associada a “uma sensação generalizada de bem estar, que não é possível quantificar”, a tecnologia doméstica só entrará em pleno nas habitações ao longo do século XIX. Ver Witold Rybczynski – La Casa – historia de una idea.

quer através da inclusão de sistemas mecânicos (aquecimento, luz eléctrica), ou do mobiliário mais variado e específico, indiciando a especialização funcional que se operava nos interiores domésticos, como também na presença cada vez mais frequente de divisões destinadas a lavabos e casas de banho. A preocupação cada vez mais alargada com a higiene e salubridade, abrange sobretudo a habitação operária, onde o articulado legislativo de teor sanitário irá lentamente alterar os requisitos mínimos de *habitabilidade*.

Mas essas mudanças não se podem ler como fenómenos isolados e autónomos, antes fortemente dependentes das transformações ocorridas na sociedade novecentista e que, de um modo geral, foram de forma directa ou indirecta, decorrentes do processo de industrialização²⁰⁶.

De uma nova ordem entre a vida pública e a vida privada, das relações sociais e familiares, dos rituais de sociabilidade e dos afectos por um lado e dos espaços privilegiados onde estes tomam lugar, a urbe e a casa.

A cidade, como a habitação, tornar-se-ão o palco deste fervilhar, onde a celeridade das mudanças, o rápido aumento demográfico, convivem com a velocidade dos novos transportes²⁰⁷ que fazem prolongar a cidade para lá dos seus limites, invadindo as quintas, os territórios rurais que a circundam e abastecem, transformando-os em territórios híbridos.

O traçado das cidades também reflecte a introdução dos meios mecânicos de deslocação e incorpora o percurso e a distância nos planos urbanos. Num sentido mais amplo, tentará através da instalação de uma rede de transportes trans-urbano desenhar uma centralidade regional ou mesmo europeia/ultramarina nas ligações a outros centros.

Nessa medida o planeamento (urbano) constitui-se como disciplina fundamental na administração e reorganização espacial da cidade confrontando duas ordens de preocupações relativamente autónomas: Uma que reflecte sobre os problemas derivados do crescimento demográfico, nas deficientes condições de habitabilidade da classe operária, e nas estratégias de recuperação/renovação desses espaços. Outra que estabelece como

²⁰⁶ Simmel on culture : selected writings (edited by David Frisby and Mike Featherstone), p. 184

²⁰⁷ Veja-se o filme de Dziga Vertov " Man with a movie camera" (1929) inebriado com o movimento, o movimento das coisas, dos mecanismos, dos transportes e o movimento do olho.

prioridade a construção de uma “nova” cidade²⁰⁸ que corresponda ao ideal progressista da burguesia novecentista²⁰⁹.

Com esse fim os instrumentos de planeamento tornam-se mais complexos e variados, incluindo medidas de controlo urbanístico que passam pelos regulamentos de edificação, de salubridade e mesmo pela reorganização administrativa do território, pela intensiva infra-estruturação do solo urbano - iluminação, esgotos, gás transportes- e pelos planos de *embelezamento*, que intentam estetizar o ambiente urbano integrando conceitos de monumentalidade cenográfica, através das largas e longas avenidas, dos parques e jardins urbanos e dos equipamentos estruturantes da dinâmica desta “nova cidade”²¹⁰: das estações de comboio, aos hotéis e teatros.

Mas se estas mudanças do “urbano” foram geralmente entendidas como manifestações do “progresso”, apesar das denúncias veementes dos problemas sociais e económicos inerentes²¹¹, implicaram necessariamente uma *perturbação perceptiva* que alteraria a natureza da visibilidade²¹².

Embora as transformações do espaço urbano se possam constituir como causa próxima dessa “desordem” elas são em maior medida também um efeito da dissolução de paradigma vigente.

A relação espaço/temporal claramente afectada pelo incremento da velocidade nos transportes terrestres (caminho de ferro e mais tarde o automóvel e avião), na informação (telégrafo, tipografia), na imagem (fotografia) e na produção de bens duráveis (indústria), as máquinas ópticas tão em voga a partir da segunda metade do século XIX (panoramas, dioramas, estereoscópios) e as teorias inovadoras sobre a fisiologia da percepção, contribuem decisivamente para o

²⁰⁸ Essa nova cidade pode resultar na renovação do tecido antigo mas frequentemente na sua ampliação. A cidade antiga aparece como contraponto fraco: é monótona, insalubre, e oferece escassas possibilidades de reconversão a um ideal tecnológico e progressista da cidade.

²⁰⁹ Já no século XVIII se iniciam os planos para a cidade

²¹⁰ Referimo-nos sobretudo ao plano de Haussmann e à sua influência no urbanismo europeu, sem contudo esquecer que se desenharam posteriormente correntes diferentes que procuravam uma relação mais orientada para a fruição dos espaços da cidade na articulação entre os seus elementos como a proposta de Camillo Sitte (1843-1903).

²¹¹ Não é matéria deste capítulo aprofundar a natureza destas perturbações sociais, aliás já bastante exploradas em textos relativos ao processo industrialização.

²¹² “(...) the inhabitants familiar with the old Paris experienced a situation similar to that of the first railroad travellers. As the latter, accustomed to the space-time perceptions of coach travel, experienced the railroad journey as a destructions of space and time, the former saw new traffic oriented city of Paris as destroyed in a double sense: demolished physically as well as in its spatial and historical continuity” W. Schivelbusch - The Railway Journey: the industrialization of time and space in the 19th century, p. 184

aparecimento de um novo regime de visibilidade, um mundo que podia ser interpretado através da sua imagem.

“Over the course of the nineteenth century, an observer increasingly had to function within disjunct and defamiliarized urban spaces - The perceptual and temporal dislocations of railroad travel, telegraphy, industrial production, and flows of typographic and visual information”²¹³

Uma nova imagem desdobrada pelas inovações e invenções da tecnologia oferecia-se ao “observador”. Tudo se dá ao olhar: à cidade sensorial dos odores, do tacto, sobrepõe-se a cidade desinfectada, as ruas largas e iluminadas e os interiores domésticos “medicalizados”.

“an ambulatory observer shaped by a convergence of new urban spaces, technologies, and new economic and symbolic functions of images and products- forms of artificial lighting, new use of mirrors, glass and steel architecture, railroads, museums, gardens, photography (...).”²¹⁴

3.4. MOVIMENTO

As consequências da modernidade não foram uniformes em toda a Europa. Se é comum alegar a precocidade da Inglaterra e França, a historiografia recente tem feito esforços em recolocar os tempos dessa modernidade nos países onde ela não foi nem tão precoce nem tão acentuada. Por isso, parte daquilo que podemos descrever como causas/efeitos da sociedade industrial é de algum modo uma abstracção. Não se lê na sua globalidade, apenas se traduz nas mudanças que com diferenças significativas de cronologia entraram nas nossas sociedades. Contudo esse afastamento não tem como consequência um retardamento das respostas mas sobretudo que estas, longe do impulso original, tomem outros caminhos considerados menos assertivos, distantes, em forma e conteúdo, do modelo. Tendo em conta a hegemonia anglo-saxónica e francófona era de esperar que o paradigma vigente, as obras mais estudadas, os autores mais incensados pertencessem a esta “família” e que os restantes dessem força ao sinal mais forte pela sua situação de satélite.

Assim sendo retrata-se um conjunto de alterações na forma e na percepção do espaço urbano informadas pelas mudanças essenciais no arranque da sociedade capitalista moderna, sabendo que elas se manifestaram de modos e intensidades diversas e que, relativamente a Portugal e Lisboa em particular,

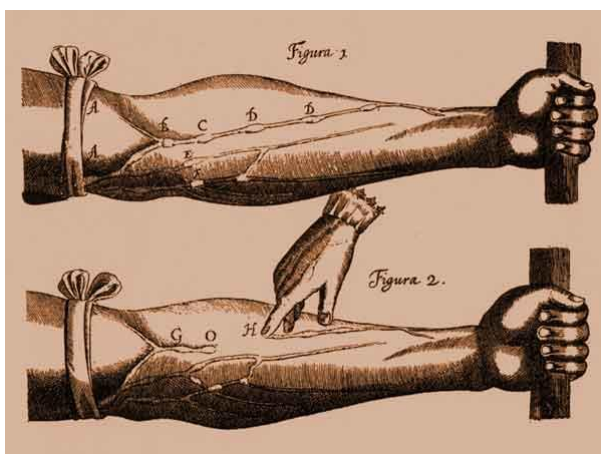
²¹³ Jonathan Crary - Techniques of the observer - on vision and modernity in the nineteenth century, pp. 15-16

²¹⁴ Idem, pp. 19-20

os signos materiais que (in)formaram a “modernidade” são mais esparsos e talvez menos eloquentes em relação à circunstância assente como paradigma.

O nosso perfil prende-se com a *natureza* da cidade e dos factos urbanos e com o(s) modo(s) como a cidade é lida pelos seus contemporâneos. Essa leitura, sabemos, não é independente da sociedade que a informa, antes pelo contrário pertence a esse mesmo estrato; no entanto sendo a cultura material relativamente autónoma e mais perene do que a sociedade que a criou, autoriza-nos uma leitura actual dos “objectos” que possa ser analisada e percebida hoje independentemente do(s) significado(s) que a produziram originalmente.

Desde o século XVIII que se preparam as mudanças que se avolumam no século XIX num lugar específico onde irrompe a sociedade industrial: a cidade. Uma cidade que cedo surge associada a uma concepção de espaço identificada com um novo entendimento do corpo humano. Contemporâneo de R. Descartes (1596-1650), o médico inglês William Harvey (1578-1657) publica em 1628 o “*Exercitatio Anatomica de Motu Cordis et Sanguinis in Animalibus*”²¹⁵ livro sobre a circulação sanguínea e que é considerada a “primeira descoberta da medicina científica”.



“Harvey’s discovery and his model of the circulation of the blood created the requirement that air, eater and products also be kept in a state of movement”²¹⁶

Imagem 59 – Circulação do sangue, 1628.

Muito contestados na sua época os estudos de Harvey prosseguiram com os seus sucessores. Ernest Platner (1744-1818), aplicando esses conhecimentos

²¹⁵ Estudo Anatômico do Movimento do Coração e do Sangue nos Animais

²¹⁶ Alain Corbin - The foul and the fragrant, p. 91

à pele sugere que a sujidade obstrui os poros e que a película que muitas vezes é vista como filme protector impede a trocas aeróbias necessárias para o equilíbrio orgânico.

“Air, is like blood: it must circulate through the body, and the skin is the membrane which allows the body breathe air in and out.”²¹⁷

A fixação com a ideia de circulação está presente desde o início da era Barroca. O desenho urbano socorre-se dos temas da “circulação” eficiente de pessoas, veículos, ar e luz nas vias principais; na cidade e na medicina como na economia²¹⁸ a ideia de movimento livre de obstáculos, surge como palavra-chave.

“Avec les intérêts immédiats du nouveau capitalisme et son amour abstrait de l'argent et du pouvoir, la structure même de la pensée se modifie. Et surtout, on assiste à une nouvelle conception de l'espace. Un des triomphes de l'esprit baroque tient à ce qu'il sut organiser l'espace, le rendre continu, lui imposer mesure et ordre, repousser les limites de la grandeur en réunissant à embrasser les éléments extrêmement distant et les éléments les plus petits, associer enfin l'espace et le mouvement.”²¹⁹

O tema do movimento e do indivíduo (e que se posiciona ideologicamente desde a afirmação cartesiana do “penso logo existo”) é uma constante que atravessa o pensamento e as acções dos homens de oitocentos e que passa para o século XIX animada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes essenciais ao pleno funcionamento do sistema capitalista²²⁰.

O plano de renovação da cidade de Paris, em 1850, que ainda exercita a organização barroca sublinhando o movimento das vias em direcção a um clímax/momento arquitectónico, está pensado como uma rede de artérias com funções e escalas diferentes, onde as principais ligam a cidade aos arredores e às gares de caminho de ferro que como “portas da cidade” regulam as entradas e saídas feitas colectivamente pelos passageiros. Ensaia igualmente a divisão do tráfego por tipo de trânsito no *boulevard* Ricard Lenoir que se implanta sobre um dos canais do Sena, e que reserva para o centro o tráfego mais rápido e para as faixas laterais a circulação dos veículos mais lentos.

²¹⁷ Richard Sennett – *Flesh and Stone*, p. 256

²¹⁸ Em “*Wealth of Nations*” Adam Smith (1723-1790) emprega 94 vezes as palavras “free circulation” referindo-se quase sempre à sua importância na circulação do capital, dos bens e do trabalho.

²¹⁹ G. C. Argan – *L'âge du Baroque*, p. 33

²²⁰ Segundo Marx a natureza do capital é a ausência de fronteiras espaciais. Pelo que as condições físicas (estruturais) à troca de bens são essenciais.

Os problemas de salubridade, que não foram esquecidos, inspiraram a cidade que “respira” e que se abre sobre as largas vias e, na modernização da rede de infra-estrutura subterrânea, os esgotos da cidade, iluminados a electricidade, fizeram-se motivo de visita celebrizados pelas fotografias de Félix Nadar²²¹ (1820-1910) nos anos 60²²² do século XIX.

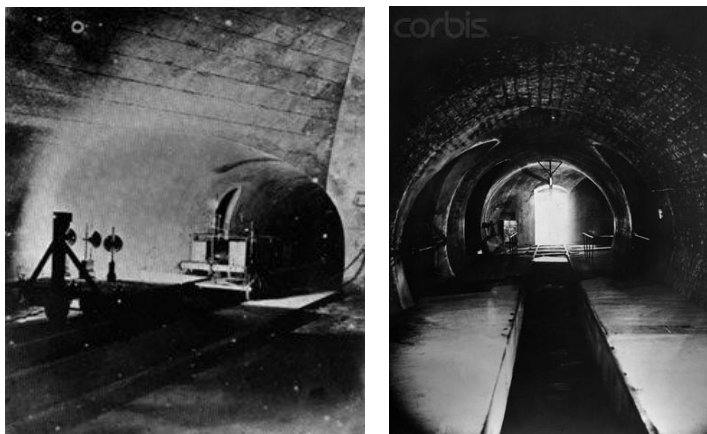


Imagem 60 e 61 - Fotografias dos esgotos de Paris, Nadar

“Si los higienistas recorren la ciudad en busca de miasmas y proponen reformas que hagan circular la aire, la luz, el agua y los detritus, los ingenieros añaden a sus propuestas la necesidad que circulen las gentes y las mercancías que entran sucesivamente en la urbe por las estaciones de ferrocarril o los puertos”²²³

Nas calçadas da cidade surge a figura pitoresca do Paris haussmaniano, que endereça tipicamente a ideia de movimento se bem que, estrategicamente marginal à circulação das massas e subtraído às velocidades mecânicas²²⁴. É o indivíduo solitário, o *flanêur*²²⁵ que deambula pela cidade, simultaneamente um detective, um “botânico do asfalto” e um colecionador que junta conversas e outras impressões nos seus passeios desenvolvendo uma nova forma de representar a cidade “fora do tempo”. Nos *boulevards* circula o homem da multidão. Em movimento. E em contraste a figura emblemática do

²²¹ Também conhecido por ter realizado uma série de fotografias aéreas da cidade em balão (1861)

²²² 1864-65

²²³ Tiago Saraiva - Ciencia y Ciudad. Madrid y Lisboa (1851-1900). p. 16.

²²⁴ “(...) por volta de 1840, era de bom-tom passear tartarugas nas passagens. O *flanêur* deixava de bom grado que elas lhe ditassem o ritmo da passada. Se dependesse dele, o progresso teria de aprender esse passo. (...) Walter Benjamin – A Modernidade, (Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire), p. 39

²²⁵ The *Flâneur* was the man of leisure who went into the street in search of some satisfaction for his overdeveloped sensibilities. He was, by various accounts, a gastronome, a connoisseur, an idler, an artist, and “the one, the true sovereign of Paris.” If the *Flâneur* was a familiar character in the nineteenth century, it was Walter Benjamin who made him the object of scholarly interest in the twentieth.” Gregory Shaya, “The Flâneur, the Badaud, and the Making of a Mass Public in France, circa 1860-1910. The American Historical Review [em linha] February 2004 [Consult. 29.12.2009] disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/109.1/shaya.html>

individualismo nascente: o burguês isolado no seu retiro, a casa. Em contemplação. Da janela ou do balcão.

As actividades comerciais dirigem ainda o movimento das compras²²⁶ bem como os equipamentos de recreio e lazer encaminham os transeuntes para percursos dirigidos: os cafés, os teatros, os clubes, não se podem considerar como espaços privados²²⁷ são espaços em que a vida na cidade entra onde a fachada funciona não como obstáculo mas como diafragma : “elle ne ferme pas, n’isole pas, elle met en communication, comme par osmose deux entites spatiales différents quant à l’échelle et à l’intensité lumineuse, mais d’un intérêt urbain et fonctionnel égal”²²⁸

A estrutura formal do plano enfatiza a rua como espaço de circulação pedonal; mas sobretudo facilita a introdução das velocidades mecânicas pelo comboio e transportes públicos. A cidade percebe-se como uma rede sobreposta de infra-estruturas que organiza um sistema de circulação de ar, de luz, de água, de pessoas, de máquinas, de bens comerciais, como de detritos.

Tendo em conta que a natureza do capital pode ser caracterizada pela ausência de fronteiras espaciais, o desenvolvimento das condições físicas (estruturais) à troca de bens através dos meios de comunicação e transportes são essenciais ao seu pleno funcionamento.

As acções, as manifestações visíveis **no** e **sobre** o espaço público, que aqui enumeramos sumariamente têm naturalmente uma forte repercussão no espaço privado. O capitalismo trouxe uma mudança radical nas noções de público e privado naquilo que é individual e comunitário. Sobre a natureza e distinção entre estes dois territórios. É essa alteração fundamental que tentamos dar notícia através dos objectos que a corporizam destacando as relações dinâmicas que a janela envolve:

²²⁶“Bourgeois women were rarely flâneuses because to stroll the city alone was consider improper. Shopping in family or other groups was their pretext.” *Renovation and Modern Viewpoints – Roads, Bridges and city spaces*, p. 32 (Consult. 5.10.2009] disponível em <http://www.ucpress.edu/content/chapters/10620.ch01.pdf>

²²⁷ Argan argumenta que alguns espaços fechados da cidade barroca não se podem considerar privados dado o seu carácter público. Seguimos o seu raciocínio para os espaços fechados característicos da sociabilidade novecentistas. “On remarque déjà que l’espace urbain n’est plus seulement celui des rues et des places. L’espace intérieur d’ une église, du couloir, de la cour ou de la escalier d’un palais n’appartient pas moins ao monde urbain du fait qu’il est fermé plutôt qu’ouvert.” G. C. Argan- *L’ agê Baroque*, p. 56

²²⁸ Ibidem

“(...) objects, such as windows, can be read for cultural understandings. (...) as a threshold that can be kept open or closed in everyday life, is a statement {on the Dutch} **sense of the boundary between the public and the private.**”²²⁹

Se conseguimos perceber as “novas” fronteiras entre público e privado através dos documentos legais que regulamentam essa relação interessa-nos antes de mais analisá-las do ponto de vistas das suas manifestações materiais/concretas reguladas por códigos informais.

Num ensaio²³⁰ sobre o espaço da cidade e a habitação durante o II Império Francês, Sharon Marcus polemiza a interpretação de Paris como cidade do espectáculo, *flanêrie* e circulação, opondo-a à “interiorização” literal e subjectiva do espaço urbano presente nos discursos e representações que surgem na segunda metade do século XIX. Os manuais de civilidade, as prescrições higienistas, a literatura urbana e as imagens da cidade deslocam-se da rua para o interior do apartamento onde a janela se evoca como elemento simultaneamente de abertura e de isolamento (fechamento).

A compreensão das relações que a forma urbana induz através dos elementos que a compõem e das invenções que sufragaram essa mudança é o objectivo a que nos propomos. As personagens desempenham seus papéis: O comboio, a alteração da percepção através do movimento/velocidade. As máquinas de visão na qual se integram os dispositivos ópticos precedentes do cinema acolhem representações de outros territórios, cidades, lugares exóticos combinando as recentes descobertas no campo da fisiologia e da percepção com a imagem fotográfica. Iludindo o longe e distância de formas diferentes estes dois dispositivos convergem na compressão espaço-tempo.

A percepção e apreensão do espaço urbano e das relações que determina e enforma através dos seus elementos: o espaço público da rua e o privado dos edifícios de habitação. Pretendemos perceber como é que a janela urbana se assume como espaço/objecto que mede as relações entre público e privado que se perfilam durante o século XIX.

²²⁹ Hernan Vera - On Dutch window. Qualitative Sociology [em linha] Vol. 12(2), Summer 1989, p. 217 [consult. 18.02.2010] disponível em

<http://www.springerlink.com/content/v08m22250357/?p=8f481243552c4118bebf7b9>

²³⁰ Sharon Marcus Apartment stories: city and home in nineteenth-century Paris and London.

3.4.1. CAMINHO-DE-FERRO

No comboio, a possibilidade de deslocação de grandes distâncias num curto espaço de tempo, revela uma paisagem que se lê por fragmentos e induz, nos primeiros passageiros, uma sensação de fascínio e temor simultaneamente²³¹. Relatos de época das primeiras viagens de comboio trazem-nos essa memória: uma paisagem que vista através da janela do comboio se torna uma sucessão de panoramas, de recortes de diferentes formas, onde o observador tem um olhar necessariamente distraído e impreciso.

“The landscape through which the train traveler was projected suddenly turned into a vast screen unrolling its fleeting tableaux”²³²

No entanto, de certo modo fruto da impossibilidade técnica, os registos dessas viagens integram-se quase sempre numa iconografia convencional: os centros históricos e monumentos das cidades de paragem, algumas paisagens isoladas (fragmentos que são por vezes montados num diorama para darem a ilusão do movimento).

Às imagens canónicas vão contudo introduzir-se subtilmente outros elementos que à partida não parecem configurar qualquer incongruência: as modernas estações de comboio, as pontes, os viadutos, os túneis, etc, - as imagens da modernidade tecnológica que emergem da paisagem tradicional.

Também o desenho e a fruição das paisagens pitorescas e dos parques urbanos da segunda metade do século XIX atestam essa hibridez, a composição do “natural” com as formas “industriais”²³³. O parque parisiense de Buttes-Chaumont desenhado por Alphand (1817-1891) reflecte essa sobreposição de imagens com a sua rocha falsa com cascata e a ponte

²³¹ Um exemplo a esse propósito são algumas transcrições do diário da viagem de D. Pedro V pela Europa (veja-se Filipa Lowdey Vicente - *Viagens e exposições: D. Pedro V na Europa do século XIX*).

O engenheiro Filipe Folque que viajava integrado no séquito de D. Pedro V escreve no seu diário uma descrição que resume esse sentimento comum aos passageiros das primeiras viagens de comboio: “A commoção que senti quando me achei transportado pela superfície do nosso globo em uma tal velocidade, (...), o desaparecimento rápido de todos os objectos proximos de mim, a vista fugitiva de outros trens, que passavam, o panorama que por meus olhos passava (...)” Maria Clara Pereira da Costa – Filipe Folque: o homem e a obra: 1800-1874. Revista do Instituto Geográfico e Cadastral. Lisboa: I.G.C. Nº 6 (1986), p. 95-160

²³²M. Christine Boyer - The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments, p. 41

²³³ Ver Vasco Melo – Máquinas na Paisagem - A arquitectura dos funiculares e comboios de cremalheira na Suíça. Porto : Dafne, 2008.

suspensa de 63 metros acentuando o contraste entre o pastoral e o tecnológico que convivem no mesmo espaço.



Imagem 61 - Postal do parque de Buttes Chaumont, circa 1900

“The contrast between modern bridges, signs of a new engineering age, and the fake archaic landscape underlines the neopastoral atmosphere in the park. These contradictions seem harmonized by the admiring looks of the passersby as they take in these “creations” existing side by side.”²³⁴

A sensação de velocidade, as multidões nas estações de comboio, as sequências de impressões visuais traçam seguramente uma influência na configuração dos espaços: Há quem veja inclusive um certo paralelismo entre a infra-estrutura da ferrovia e os modelos urbanos da época : Haussmann ao propor a ligação entre os elementos do plano à ferrovia parece ter a mesma abordagem que um engenheiro ferroviário faz a um terreno onde a linha férrea tenha que ser estabelecida.²³⁵

“The system of boulevards, that connected railway stations with squares, monuments and monumental buildings, created a succession of isolated monuments : in this urban scenography one move from one monument to another”²³⁶

Para a primeira geração de viajantes a sucessão de impressões visuais que desfilam através da janela do comboio não é, num primeiro momento, possível de acompanhar. Os passageiros comentam com frequência a incomodidade

²³⁴ Anette Freytag - When the Railway Conquered the Garden: Velocity in Parisian and Viennese Parks. p. 224. *Landscape Design and the Experience of Motion*, edited by Michel Conan, Dumbarton Oaks Research Library and Collection Washington, D.C., 2003. [em linha] [consult. 10.05.2009] disponível em www.doaks.org/etexts.html

²³⁵ W. Schivelbusch - The Railway Journey: The Industrialization of Time and Space in the Nineteenth Century, p.182

²³⁶ Bruno Notteboom - From monument to landscape and back again- *Photography in the Bulletin du Touring Club de Belgique in the early XXth century*, p. 182. Strates [em linha] Paysage urbain: genèse, représentations, enjeux contemporains Numéro 13-2007. [consult. 10.05.2009] Disponível em <http://strates.revues.org/document5673.html>

que a velocidade importa: olhar para o exterior, a paisagem indistinta e, quando se quer deter sobre este ou aquele pormenor ele já passou.

A esta percepção acelerada e fragmentada da realidade que W. Schivelbusch designa por “percepção panorâmica” e o sentido que lhe inscreve aproxima-se da aceção de G. Simmel (1858-1918) sobre os estímulos na metrópole moderna²³⁷:

“The psychological basis of the metropolitan type of individuality consists in the intensifications of nervous stimulation which results from the swift and uninterrupted change of outer and inner stimuli. (...) the rapid crowding of changing images, the sharp discontinuity in the grasp of a single glance, and the unexpectedness of onrushing impressions. These are the psychological conditions which the metropolis creates.”²³⁸

“Panoramic perception, in contrast to traditional perception, no longer belonged to the same space as the perceived space as the perceived objects: the travellers saw the objects, landscape, etc through the apparatus which moved him through the world”²³⁹.

As viagens de comboio modificaram a percepção da realidade não apenas pelo efeito da velocidade na fisiologia humana, mas igualmente pela diluição das fronteiras entre mundo rural e urbano.

As viagens de recreio para o subúrbio tornam-se mais frequentes como modo de fugir à vida urbana e encontrar o cenário pitoresco recriado nas pequenas localidades à volta da cidade. O caminho-de-ferro é o elemento que liga estes percursos atraindo os visitantes desde a cidade ao campo/subúrbio.

A compreensão da cidade, realizada na pintura e na fotografia e presente nas práticas do espaço, distancia-se da visão panorâmica e do ponto de vista centrado (e fixo) nasce (desenvolve-se em uníssonos) com o comboio e os novos modos de transporte – a velocidade traz um novo olhar sobre o espaço anulando a percepção do “espaço-entre”.

3.4.2. MÁQUINAS DE VISÃO

São as máquinas de visão um dos primeiros indicadores seguros de uma mudança no estatuto da visibilidade - É surpreendente o sucesso que estas

²³⁷ Fica claro que para Simmel estas condições da metrópole derivam de uma nova ordem de relação entre indivíduo e sociedade, da especialização/divisão do trabalho, da ideia de individualidade, que resultam na transformação do mundo numa realidade objectiva.

²³⁸ Georg Simmel - Spatial and Urban Culture, p. 175 in Simmel on Culture – Selected writings. Ed. David Frisby and Mike Featherstone. Londres, Nova Deli, California : Sage publications, 2006.

²³⁹ W. Schivelbusch – The Railway journey: the industrialization of time and space in the 19th century. p.64

“máquinas de visão” tiveram durante todo o século XIX e que a quantidade de imagens hoje disponíveis em museus, bem o demonstra”²⁴⁰

As “máquinas ópticas”, como diaporamas e panoramas, constituem novas formas de visualização diversa da perspectiva monocular e centrada do Renascimento e os estereoscópicos em particular²⁴¹ rompem definitivamente com esse modo de ver - os estereoscópicos consistem em duas imagens quase idênticas, que colocadas lado a lado e a uma distância calculada dos olhos são lidas como uma única imagem a três dimensões.

As imagens produzidas para os estereoscópios são muito variadas mas se podemos evocar uma temática comum serão os monumentos e as paisagens, mas também os lugares distantes; as primeiras representando a procura de uma identidade nacional²⁴² impressa nas formas arquitectónicas e na geografia, as outras reflectindo um olhar exótico.

Tanto os estereoscópios como os dioramas são dispositivos portáteis e individuais e que portanto necessitam de uma produção massiva de imagens alusivas ao imaginário da viagem. Mas para os panoramas a quantidade não é relevante, a sua acção não se apoia na constituição de um fundo potencialmente inesgotável de imagens, mas na *ilusão coerente* de uma impossibilidade perceptiva – ver a cidade como um espaço *uno e limitado*, ou perceber o fragmento como uma sequência legível de acontecimentos/paisagens.



Imagem 62 – Fotografia estereoscópica, NY, USA

²⁴⁰ Between the 1840s and the 1920s, stereographs served as an important method of entertainment, education, and virtual travel—predecessors to contemporary forms of media such as television and movies. People viewed stereographs at homes, schools, and churches, gazing at images documenting almost every subject imaginable from astronomy to zoology. L. A Spiro - Brief History of Stereographs and Stereoscopes [em linha] [Consult. 30.10.2006] Disponível em <http://cnx.org/content/m13784/1.5/>.

²⁴¹ Veja-se Jonathan Crary - Techniques of the observer” on vision and modernity in the nineteenth century.

²⁴² Bruno Notteboom - From monument to landscape and back again- Photography in the Bulletin du Touring Club de Belgique in the early XXth century, p. 182 .Strates [em linha] Paysage urbain: genèse, représentations, enjeux contemporains Numéro 13-2007. [consult. 10.05.2009] Disponível em <http://strates.revues.org/document5673.html>



Imagem 63 – Fotografia estereoscópica, Egito

Notavelmente os panoramas²⁴³ têm duas leituras que parecem inalienáveis, a primeira ligada ao modo operativo, na medida do seu funcionamento como dispositivo óptico, depois na asserção de W. Benjamin que considera o panorama como a inscrição da paisagem na cidade.

“Les panoramas sont l’ expression d’un sentiment nouveau de la vie. Le citadin, dont la superiorité politique para rapport à la campagne s’exprime maintes fois au cours du siècle, tente d’introduire la campagne dans la ville. Dans les panoramas la ville s’élargit aux dimensions d’un paysage, comme plus tard elle le fera, plus subtilement, pour le flâneur.”²⁴⁴

Como síntese deste duplo sentido refira-se o curioso espectáculo panorâmico que simulava as paisagens vistas de uma viagem de comboio, onde se entende a fragmentação das paisagens que decorre da observação acelerada da realidade como similar ao processo de decomposição inerente ao trabalho do panoramista, exigindo-se ao passageiro/espectador a reconstituição coerente da realidade/cena representada.

“D’ailleurs, dès les débuts du chemin de fer, les Américains proposèrent des spectacles intitulés Moving panorama qui simulaient les voyages ferroviaires ou fluviaux au moyen d’une longue toile peinte se déroulant latéralement entre deux cylindres placés de chaque côté de la scène. En 1834 était inauguré à Londres le Padorama qui proposait à des spectateurs répartis dans plusieurs wagons factices d’admirer sur une toile de plus de 900 m² les paysages les plus intéressants de la liaison Liverpool-Manchester. La mode des panoramas mouvants perdurera jusqu’au début de notre siècle, le dernier des grands spectacles ferroviaires, le panorama Transsibérien ayant été installé à Paris durant l’Exposition universelle de 1900.”²⁴⁵

Os panoramas como dispositivo inovador na forma de apreender as novas realidades reflectem igualmente o conteúdo nostálgico da relação do homem novecentista com a natureza: na adopção de um ponto de vista dominante e

²⁴³ Edifício no qual se expõe um quadro dito panorama, isto é executado no paramento interior de uma rotunda coberta de um telhado em cúpula ou cone. Os quadros deste género imitam exactamente o aspecto de um sitio visto de todas as direcções e de tão longe quanto a vista permita alcançar. O espectador está sobre uma tribuna ou galeria circular simulando uma torre disposta no centro da rotunda. Ver Bernard Comment - Le XIXe siècle des panoramas.

²⁴⁴ Walter Benjamin – Daguerre ou les panoramas in Paris Capitale du XIX Siècle, pp. 49-50.

²⁴⁵ Clément Chéroux - «Vues du train», *Études photographiques*, [En linha] Novembro 1996, [consult. 16.01.2009] disponível em <http://etudesphotographiques.revues.org/index101.html>.

reintegrando uma posição central oferecem ao indivíduo uma nova medida da cidade, reencontrando uma legibilidade e uma percepção do conjunto que perdera. As fronteiras outrora bem definidas entre a cidade murada e o seu exterior são, nesse tempo de aceleradas mudanças do estatuto/forma do “urbano”, reiteradamente ultrapassadas. A dissolução de uma realidade que se entendia estável desenvolve uma perturbação relativa à percepção do espaço urbano, claramente exposta em testemunhos coevos da “literatura urbana”

Nos “Tableux de Paris” (1783), Mercier (1740-1814) cronista da cidade²⁴⁶, propõe-se relatar a fisionomia moral “desta gigantesca capital” onde alguns habitantes são como estrangeiros na sua própria cidade. Mercier refere-se ao rápido crescimento e transformação da cidade, ainda anterior à reforma de Haussmann.

“(…) Paris s’agrandissant, on a bâti insensiblement les fauxbourgs sur les anciennes carrieres; de sorte que tout ce qu’on voit en-dehors, manque essentiellement dans la terre aux fondemens de la ville : de là les concavités effrayantes qui se trouvent aujourd’hui sous les maisons de plusieurs quartiers ; elles portent sur des abymes. Il ne faudroit pas un choc bien considérable, pour ramener les pierres au point d’où on les a enlevées avec tant d’effort (...)”

“On en est au dixième plan de Paris ; mais il déborde toujours ses limites; la clôture n’en est pas encore fixée, et ne sauroit l’être. Je m’égare, je me perds dans cette ville immense ; je ne reconnois plus moi-même les quartiers nouveaux. Les marais qui produisent les légumes, reculent et font place à des édifices.”²⁴⁷

Embora com intenções literárias bem diferentes Friedrich Engels (1820-1895), descreve numa publicação de 1872 a sua visão do “urbano”. Pretendendo pôr a nú a cumplicidade entre os instrumentos de planeamento moderno e a acção dos agentes de especulação urbana (como aconteceu em Paris após o Plano de 1850 que afastou os grupos sociais mais frágeis para a periferia com o aumento do custo do solo urbano nas áreas centrais) descreve as suas impressões sobre as cidades inglesas:

“Una ciudad como Londres, por la que se puede andar durante horas sin llegar ni siquiera al principio del fin, sin encontrar el menor indicio de la proximidade del campo-, constituye algo verdaderamente peculiar”²⁴⁸.

²⁴⁶ Também utópico no livro “Paris 2044” é contemporâneo do arquitecto/urbanista Pierre Patte (1723-1814)

²⁴⁷ Louis-Sébastien Mercier - Tableau de Paris [Document électronique]. I-IV / [par S. Mercier, 1997. Document numérisé en mode texte. - Nouvelle éd. originale, corrigée et augmentée. - Texte daté de 1782, d’après Frantext, p. 21-22 e 64-65

²⁴⁸ F. Engels- El problema de la vivienda y las grandes ciudades. Barcelona: GG, 1974, p. 95. As 1^o edições deste textos ocorreram separadamente em 1782 e em 1845, respectivamente.

Mas embora numa escala bem diferente, também Lisboa se transforma numa outra cidade onde “tudo é novo”. Segundo Zacarias d’Aça (1839-1908) a transformação da capital não lhe arranca que não uma admiração onde cabe alguma ironia. São aqui as consequências da modernidade vistas pelo lado do “espectáculo” da cidade:

“Lisboa, há cinquenta anos – que diferença da vida actual! A vida em Lisboa tem sofrido uma grande transformação. Tudo mudou – uma sociedade atrasada e adormecida, que acorda e renova tudo – as modas e os costumes- as ruas e os trens – os rufiões e a polícia – os cafés e os theatros –a prosa e a poesia.!”²⁴⁹

Não são apenas testemunhos de uma perturbação relativa às rápidas mudanças do cenário físico da cidade mas à destruição da continuidade histórica e espacial que se desenha desde o início do século XIX.

Na cultura tradicional, campo e cidade embora se apresentassem como duas realidades separadas, agiam interactivamente: da cidade construíam-se “janelas e balcões” que permitiam observar o território natural, mas também desde o campo circundante se procurava uma relação visual com a cidade. Aparecem assim os caminhos, os miradouros as praças externas e os passeios suburbanos que estabelecem um jogo de “olhares recíprocos” e propõem a cidade como objecto de contemplação.²⁵⁰

À medida que no século XIX a industrialização avança, a ausência da tradicional polarização cidade/campo assume-se na forma da cidade sem limites, a cidade que se renova e cresce continuamente. Mas ao mesmo tempo que é cada vez mais manifesto o predomínio sobre a natureza na qual a ideia de progresso²⁵¹ firmemente assenta, o “verde” entra na cidade e qualifica os seus espaços, através de plantações regradas e contidas, espécies seleccionadas em topografias claramente definidas.

A relação estabelecida por tantos séculos entre natureza e artifício ou entre cidade/campo e que desde o século XVII se vem a esbater, resulta (no século XIX) na inversão plena e à assumida substituição de uma pela outra, a

²⁴⁹ Zacharias D’Aça - Lisboa Moderna, Lisboa : Livraria editora Viúva T. Cardoso, 1906, apud Artur Nobre de Gusmão - Cidade Utopia, p. 42 in Yvette K. Centeno et. al.- O Imaginário da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ACARTE, 1989

²⁵⁰ Ver Carlos Marti-Aris - La Cimbra y el Arco, p. 59

²⁵¹ “Afinal o conceito moderno de Progresso tem ido buscar muita da sua credibilidade, desde o tempo da sua formulação definitiva durante o Iluminismo, ao aumento constante, bem como aos manifestos benefícios, da ideia tida pela humanidade de domínio sobre a natureza.” Leo Marx e Bruce Mazlish (org.) Progresso: Realidade ou Ilusão, Lisboa : Bizâncio, 2001, p. 312

supremacia e imposição do urbano sobre o rural.

Mas todas estas mudanças encerram contradições insondáveis: o sentimento de perda relativo à natureza será traduzido numa nostalgia manifesta primeiro num impulso romântico depois na tentativa de reconstituição do equilíbrio perdido. E em nenhum século, como no XIX, se terá entendido de modo tão claro que o tratamento analítico e instrumental da natureza implica não apenas um pôr à distância, mas uma espécie de integração do “vencido”, a constituição de um “conjunto de recursos susceptível de ser compreendido, controlado, melhorado e usado pela humanidade esclarecida”²⁵²

A utilização de verdura como elemento de organização do espaço urbano só se dá quando a ligação entre campo e cidade está completamente perdida. Isto é quando a paisagem rural já não é visível a partir da cidade.²⁵³

A constituição da paisagem no século XIX procederá então de duas acções, uma *in visu* que se desenvolve no domínio da representação essencialmente sob o espectro da “visualidade” e outra *in situ*, pelas acções desencadeadas sobre o território e que visam a sua transformação objectiva. Essa paisagem urbana é contudo, como já se referiu, contraditória. Assumindo-se a cidade como “facto paisagístico”, ela não deixa de reflectir a “perda” da natureza e acarreta a figuração desse fantasma através das representações correntes (panoramas, diaporamas) e simultaneamente “verga” a natureza a uma domesticidade simbólica: nos verdes urbanos, na vilegiatura balnear²⁵⁴ e campestre, emerge o pitoresco, a celebração da natureza enfim controlada, enfim contida, enfim terapêutica.

²⁵² Leo Marx e Bruce Mazlish (org.) - Progresso: Realidade ou Ilusão, p. 315

²⁵³ Ver F. Loyer – Paris, XIX^e siècle: l'immeuble et la rue, p. 312

²⁵⁴ «Au point d'ailleurs de donner naissance avec la ville d'eau (thermale ou balneaire) au prototype même de la ville paysage. Complément presque nécessaire de la métropole européenne, surtout à partir du milieu du XIX^e siècle avec l'extension des chemins de fer, la ville d'eau est, en effet conçue comme son antithèse» François Tomas – Du Paysage aux paysages (pour une autre approche paysagère). Revue de Géographie de Lyon, vol 69 4/94, p. 279

3.5. PAISAGEM URBANA

3.5.1 RUAS

Num artigo²⁵⁵ sobre Lisboa no período da Baixa Idade Média, Iria Gonçalves analisa o espaço público da rua através das numerosas posturas regulamentares de que foi alvo. Esta legislação urbana reflecte as disputas territoriais que se colocavam mediante as tentativas de privatização do espaço da rua.

As formas de apropriação do espaço colectivo pelos privados eram numerosas, e de certo modo incentivadas pelo “desconforto” dos espaços da habitação medieval. Uma das formas mais comuns do espaço fronteiro à habitação era através da fachada ao nível da R/C funcionava, sobretudo nas ruas dedicadas ao comércio, como uma parede permeável, um espaço simultaneamente de exposição e trabalho.

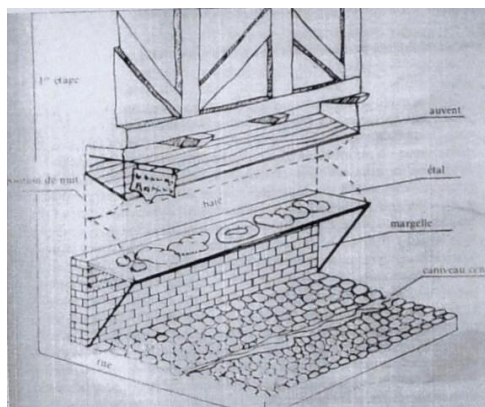


Imagem 64 – ilustração de banca para a rua através de um dispositivo que “abre” a fachada

“Muito comuns por toda a parte eram as sacadas e os balcões que avançando o edifício, faziam ganhar alguns metros quadrados para a superfície construída”

“(…) existiam por toda a parte outras formas de apropriação do espaço comum (...) Eram os poiais, as bancas, os tabuleiros, onde os comerciantes punham à venda os seus produtos (...)”

“(…) eram as escadas, eram os esteios, eram as casas reconstruídas, que avançavam um pouco para lá dos antigos alicerces (...)”²⁵⁶.

No espaço urbano medieval a rua é considerada como o espaço que restava depois das pessoas terem garantido o seu direito à propriedade privada. Do ponto de vista fisionómico tudo as separa da rua/boulevard/avenida novecentista.

²⁵⁵ Integrado na coletânea: Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média : o exemplo de Lisboa.

²⁵⁶ Iria Gonçalves - Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média : O exemplo de Lisboa. pp. 80-82.

Os planos urbanos, sobretudo os que reflectem a influência haussmaniana²⁵⁷ inauguram nas cidades o desenho bucólico das alamedas arborizadas, os parques públicos e o mobiliário urbano destinado a servir os novos usos da rua: candeeiros, plantações, urinóis, coretos, etc.

A vertente estritamente funcional não é esquecida, antes se pode dizer que esta nova cidade se define a partir da infraestruturação vertical desde o subsolo urbano com as redes de saneamento (que passam pelo interior dos prédios) à superfície com as linhas da ferrovia e dos transportes colectivos.

Ao nível do desenho urbano (composição), o *monumento em situação isolada*, continua a assegurar a organização do espaço - enquadramento das grandes vias acentuando os efeitos da perspectiva- mas a configuração da rua como eixo de circulação rápida, que liga um pólo a outro, fragiliza a leitura clara do contraponto e da articulação entre os elementos da forma urbana.

Em Lisboa, são as precisamente as características das ruas que estabelecem esse contraste entre o dentro e o fora do plano, promovendo a identidade do lugar, através da sua largura, dos alinhamento, dos espaçamentos, da presença de mobiliário urbano, e das plantações e tornando identificável os limites de um plano, que se decidiu pela heterogeneidade²⁵⁸ das construções²⁵⁹ Articular a rua com a construção não foi um problema equacionado pela Repartição Técnica da Câmara pelo menos até 1903, data da publicação do RSEU (Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas) que irá estabelecer algumas regras construtivas que, sendo generalizáveis ao resto da cidade, são sobretudo pensadas para as novas edificações.

A rua foi um espaço privilegiado deste plano não restam dúvidas: aliás o seu desenho é o da via, o elemento de circulação à beira da qual se dispõem as construções. À superfície circulam pessoas e carros num fluxo regado pela separação entre o passeio calcetado e a via, a fileira de plantações, as

²⁵⁷ É este modelo que nos interessa explorar porque em Lisboa é a partir dele que se formaliza o plano da Avenida da Liberdade e mais tarde das Avenidas Novas.

²⁵⁸ Ao contrário, na cidade de Paris a uniformidade compositiva e a dimensão das fachadas de Haussmann reflecte a vontade de coerência do novo espaço urbano

²⁵⁹ “A praça saldanha, (...) podia ficar sendo um dos encantados sítios da Lisboa recente, caso o Município tivesse levado os construtores à adopção de certos tipos de casa integrados num aro ou todo arquitectónico, lá está cheia de casarões e cubatas imbecis (...). Fialho de Almeida - Lisboa Monumental, (Ilustração Portuguesa, Lisboa : 29.10.1906 e 16.11.1906); CML, 1957, p. 13

iluminações. Debaixo do solo os esgotos, mais tarde o metro, a rede subterrânea de infra-estruturas.

A rua, nas funções que aqui se reconhecem e como elemento activo do desenho urbano, assume-se no urbanismo barroco, deixando para trás a imagem da rua sinuosa obedecendo à topografia do terreno, típica da cidade medieval.

Como o espaço de rua não tenha tido uma continuidade formal e funcional o espaço de *boulevard*²⁶⁰, que tem o seu último desenvolvimento na expansão de Paris na década de 50 do século XIX, materializa o contraste com as ruas medievais características da malha urbana do centro da cidade.

Deixa de ser o espaço que sobra entre os edifícios, para se apresentar como elemento espacial autónomo, em que os edifícios são vistos mais como planos contínuos (conjunto) do que como entidades independentes.

O *boulevard* é um espaço do e para o colectivo que contrasta com a “liberdade” da rua e das formas da apropriação que esta pode admitir.

Para estas duas realidades, a rua e o *boulevard*, temos olhares diferentes, que se podem enquadrar em duas sensibilidades sobre o urbano postas em conflito durante o século XIX e principio do XX.

«(...) nous avons affaire à deux types de regard : affectueux, lent, un peu indiscret, dans le cas de la rue; plus large, plus distant, plus aéré dans le cas de le boulevard».²⁶¹

Amplamente registada sob o olhar de fotógrafos, pintores, cronistas do urbano, a “nova cidade”, as suas ruas, as construções, a vida urbana contrapõe-se (e justapõem-se) à cidade que desaparece (é demolida) que, igualmente documentada, não sem alguma nostalgia, nas imagens fotográficas de Eugène Atget (1856-1927) ou de Joshua Benoliel (1873-1932)²⁶²

Testemunhos da oposição entre duas formas urbanas, as imagens expressam a impossibilidade de integração desses espaços na moderna estrutura da cidade.

²⁶⁰ “A boulevard is a wide, landscape street, within a city, with several lanes of traffic and pedestrian walkways, in a variety of combinations. The design of boulevards involves precise geometry to create pleasant recreational spaces trough extensive landscaping, the developing of vistas and the creation of a clear city structure.” In Encyclopedia of the city. (Ed. By Roger W. Caves). Routledge, London, N.Y., 2005.p. 33

²⁶¹ Pierre Sansot – Poétique de la ville, p. 193-194

²⁶² Entre outros, Marville (1816-1879) Francesco Rochinni (1820-1895) e Eduardo Portugal (1900-1958)

A disposição física da cidade antiga é caracterizada pelos seus edifícios, pela opacidade dos espaços privados, pelo fechamento e irregularidade das suas ruas enquanto na cidade recente se descobrem as vistas abertas e perspectivadas do espaço “vazio” e os edifícios diluem – se nesse espaço amplo e direccionado, a coberto das plantações que ladeiam as vias. A própria percepção em movimento acelerado²⁶³ tende a esquecer as fachadas sobre a rua e direccionar a vista para um ponto no infinito, sobre o eixo longitudinal da via. Esta nova configuração do espaço urbano reflecte-se no abandono da representação da vista frontal substituída pelas vistas perspectivadas sobrelevadas ou mesmos as vistas aéreas²⁶⁴.

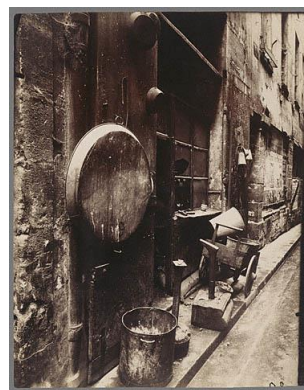
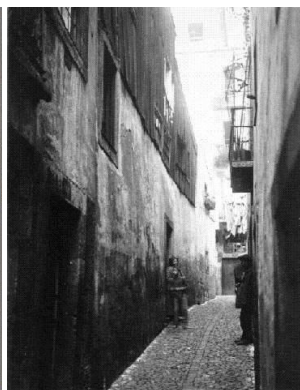
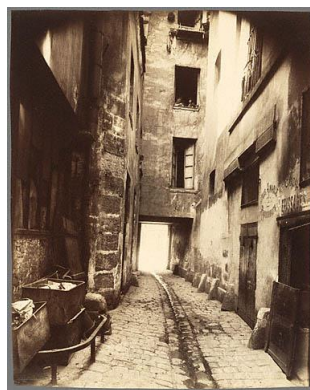


Imagem 65 - Lisboa, Alfama (Início do século XX) - Joshua Benoliel

Imagem 66 - Paris, pátio interior - 1908 – 1912, Eugène Atget,

Imagem 67 - Lisboa, Viela de Alfama, Início sec. XX - Joshua Benoliel

Imagem 68 - Paris, rue de la Reynie, latoeiro, 1912, Eugène Atget



Imagem 69 -Boulevard des Capucines vers la Madeleine; 1908?, Henri Deneux (1874-1969

Imagem 70 -Boulevard de la Tour-Maubourg inundado. Circulation hipomóvel. 1910, Séeberger (frères)

Imagem 71 -Carrefour Sèvres-Lecourbe pris du boulevard Pasteur.1901-1925, Séeberger (frères)

²⁶³ “O macadame, superfície com que as avenidas foram pavimentadas, era extraordinariamente macio e garantia às patas dos cavalos uma perfeita tracção. Pela primeira vez, os cavaleiros e cocheiros podiam lançar os seus animais em grande velocidade no coração da cidade.” Marshall Berman – Tudo o que é sólido se dissolve no ar, p 173

²⁶⁴ Em 1858 Felix Nadar faz as primeiras vistas aéreas de balão de pequena cidade de Petit Bicetre.



Imagem 72 - Avenida da Liberdade, Gravura, Estúdio Mário Novais

Imagem 73 - Restauradores, Paulo Guedes (1886-1947)

Imagem 74 - Passeio na Avenida da Liberdade, 1912, Joshua Benoliel

Em Lisboa, onde a expansão da cidade não exigiu a demolição das áreas do núcleo primitivo, mais por motivos financeiros do que ideológicos, a cidade que irrompe, não faz esquecer a outra, a dos bairros de Alfama, da Mouraria, do Bairro Alto, a outra cidade, das ruas estreitas, fracamente iluminadas, dos indigentes. A nova cidade não se dá a estes habitantes, nem serve os recém-chegados, mas à burguesia, uma elite social e económica que ganha um crescente protagonismo no século XIX.

As descrições de época falam-nos desses dois pólos. Não reconhecem nem beleza, nem virtude nas zonas pobres da cidade. As fotografias, desenhos e gravuras interessam-se pelo pitoresco ou corroboram as fixações da elite progressista.

As descrições²⁶⁵ que dela fazem são estereotipadas frequentemente caricaturais na caracterização social e das vivências e vêm frequentemente do meio literário, reformistas sociais e ocasionalmente de alguns técnicos ligados à construção. O director da Ilustração Portuguesa entre 1906 e 1910, Malheiro Dias, descreve nas “Cartas de Lisboa” a vida da cidade sob vários aspectos: um deles o contraste entre as habitações nas “duas” cidades. Norteado pela crítica ao mercado imobiliário especulativo mostra-se escandalizado com os preços “proibitivos” da habitação nas novas avenidas:

“A casa do pobre fica n'uma viella ou betesga, nas alfurjas da velha judiaria, em recantos de sombra e de humidade, entre saguões immundos. A janella é quasi uma fresta. O ar é quasi uma hypothese. Já em vida, o pobre se vae habituando á valia commum, na promiscuidade dos casarões de Alfama”²⁶⁶.

²⁶⁵ Alguns olissipógrafos como Júlio de Castilho e também Ribeiro Cristino da Silva em “Esthetica Citadina”. São no entanto opiniões excepcionais que não tiram peso à ideia generalizada.

²⁶⁶ Carlos Malheiro Dias – Cartas de Lisboa, Lisboa : Clássica ed, 1905, pp. 274-275.

Se são raros os comentários “técnicos” sobre a cidade, estes consubstanciam as ideias mais generalizadas: Sobre o Bairro Alto escreve o engenheiro Melo de Matos,²⁶⁷ director da revista *A Construcção Moderna* em 1908:

“O espirito sujo por toda aquella conspurcação que se ostenta na falta de architectura das casas, na tortuosidade das ruas, no mal cuidado das calçadas, na lobreguez dos portaes, na estreiteza das janellas, no almíscar dos gatos, na dissimulação das taboinhas (...)”.

E na visão urbana de 1906 intitulada “Lisboa Monumental” Fialho de Almeida²⁶⁸ (1857-1911) revolta-se com a situação de insalubridade de alguns bairros advogando a sua demolição

“(...) coincidirá isto com a derrocada, ou pelo menos a larga desibridação dos bairros infectos de Alfama, castelo, Mouraria, Alcantara e outros muitos onde a população trabalhadora se comprime, e mais ou menos são montureiras de gente (...). Ao derribar alguns destes redutos infames da tuberculose implacável, não devem os municípios dar ouvidos à arqueologia piegas que em certos bestuntos confunde o respeito das coisa artísticas com a monomania idiota de conservar tudo que é velho (...)”²⁶⁹

E finaliza a argumentação com um retrato cheio de bonomia:

“(...) de onde se saia enojado da porcaria das ruas e das lojas, da insulsez architectónica dos prédios, da irremissibilidade anti-higiénicas, enfim daquele imundo *getto*, onde pulula uma ralé de gente verde, ossosa, e que parece exumada depois de alguns meses de podridão subterrânea.”²⁷⁰

Mesmo autores ligados à prática da Architectura cedem à ideia de demolição de alguns bairros sem condições de habitabilidade.²⁷¹ Essa ideia comum perpassa o discurso da época. A valorização da rua admitindo-lhe novas funções está presente nas propostas de M. Ventura Terra (1866-1919), não apenas no desenho de uma avenida marginal ao rio para passeio como pela hipótese de revitalização da Rua do Arsenal.

²⁶⁷ Melo de Matos - Um rasgão no bairro Alto in *A Construcção Moderna*, Ano VIII, nº , 20 de janeiro de 1908, p. 147

²⁶⁸ Em “Lisboa Monumental”, Fialho de Almeida (que é formado em medicina), tem uma opinião sobre algumas zonas da cidade que coincidem com a dos seus pares, destacando-se a sua preocupação com a higiene e salubridade.

²⁶⁹ Fialho de Almeida - *Lisboa Monumental*, p. 29

²⁷⁰ *Ibidem*

²⁷¹ Ventura Terra - A cidade. Palestra com Ventura Terra.in *O Dia*, 5 de março de 1903 e ainda na sua acção como vereador da Câmara Municipal de Lisboa em 1908.

Embora se critiquem com veemência as condições de vida nas zonas antigas, a cidade nova também não agrada plenamente. Não evidentemente pelos mesmos motivos; dela se criticam frequentemente a falta de ambição, a heterogeneidade de soluções arquitectónicas resultante da falta de regulamentação “estética” ou mesmo a “imoralidade” dos estrangeirismos face à estilização tradicionalista.

“Com materiais, aliás ricos, com um sistema de construção perfeito e sólido, é inacreditável o aspecto de pelintrice e pobreza que muitos bairros de Lisboa nova entremostam, por falta de integração do elemento prédio, no todo cénico, perspectival, da praça ou rua nova em que enfileira.”²⁷²

Reconhece-se contudo o valor do plano urbano e as qualidades dos espaços que proporciona:

“A remodelação de que a cidade de Lisboa, tem nestes ultimos tempos sido objecto, proporcionando-lhe largas e espaçosas avenidas, planeando-se-lhe bairros de relativa importância, cuidando-se com certa grandeza e esmero os pontos mais proeminentes da sua planta geral, (...)”²⁷³

Mas criticam-se as soluções arquitectónicas, julgadas dissonantes do esforço empreendido no planeamento da forma urbana e percebendo a fachada como elemento indispensável para a legibilidade da imagem urbana e inscrevendo-a num propósito relacional com a rua e organização da estrutura viária:

“É inadmissível, é mesmo um contracenso, que a municipalidade, directa responsável pelo embelezamento da cidade, só intervenha, quando haja alguma construção a erigir, na parte que diz respeito propriamente à hygiene da habitação, que decerto merece todas as atenções, mas que não obsta a vistas mais largas. Se esta lhe merece, como é justo, todo o escrupulo de fiscalisação, a parte esthetica das fachadas, não póde ser despresada, porque d’ell depende indiscutivelmente a boa harmonia e sumptuosidade das ruas e praças, (...)”²⁷⁴.

E ainda a leviandade dos lisboetas que da janela *querem ver a rua*; abandonando o seus bairros de origem para viverem nas novas avenidas o que nos remete para as alterações de fundo no modo de “fruir” a cidade onde o lazer e as actividades recreativas se encontram intrinsecamente ligadas a uma nova estrutura urbana e ao consumo de bens e serviços que nela se localizam preferencialmente.

²⁷² Fialho de Almeida – Lisboa Monumental, p. 33

²⁷³ Ibidem

²⁷⁴ Portal - A esthetica das ruas. In A Construcção Moderna, ano I, nº 21, 01-12-1900, p 5-6 e nº 22, 16-2-1900, pp. 5-6.

“Mas Lisboa, a foliona, quer ver, das janellas de casa, passar os trens para o Campo Grande. Lisboa quer viver na Avenida, no perímetro da iluminação eléctrica, com americano á porta e os theatros á mão.

E eil-a que desce da Estrella e da Graça, avança da Junqueira e da Ajuda, despovoando os bairros onde nasceu, para disputar os terceiros andares dos bairros novos.

“Debalde, os preços das casas descem, n'esses bairros longínquos e desertos. A herva cresce nos últimos jardins d'essa Lisboa abandonada. Desde que totalmente se perderam os hábitos caseiros e se aboliu a convivência todos querem viver na proximidade dos theatros, entre o rumor da multidão, na própria entranha da cidade do vicio e do aparato.”²⁷⁵

Também Ramalho Ortigão (1836-1915) não poupará críticas à devassidão que associa às novas avenidas que não têm outra utilidade “senão para espalhar os maus hábitos do café e do *trottoir*, o amor da ostentação, a ociosidade, o *boulevardismo*, a cocotice, o luxo pelintra da *toilette*”²⁷⁶

Desta sùmula de críticas emerge o contraponto visível entre a cidade antiga e a nova. Os argumentos postos aqui em confronto somatizam valorações idênticas: os bairros antigos da cidade são lugares pouco recomendáveis, insalubres e sobrepovoados. Os novos padecem de um desajuste entre a regra do plano urbano e a ausência dela na edificação. Ao esforço de construir em Lisboa avenidas desafogadas com intenções cenográficas a resposta surge nas habitações das avenidas, casas, palacetes, prédios, que muitas vezes iludem a escala monumental proposta e se afirmam numa linguagem vista como incoerente ou que repete modelos estrangeirados.

Apesar dessa aparente desarticulação as avenidas afirmarão um novo padrão de rua que norteia as relações que nela se desenvolvem. Os usos do espaço e práticas de convivialidade que esta ancora: os teatros, os cafés, as lojas e armazéns comerciais que se estabelecem como os lugares da nova “prática do quotidiano”.

A opinião pública está dividida entre a vontade de ganhar um *boulevard* e a oposição a este projecto liderada por Ramalho Ortigão. Segundo uma noticia do “Jornal de Commercio” foi entregue um abaixo assinado de 1316 munícipes pedindo que enquanto a ligação com a nova avenida ou *boulevard* não estivesse pronta as grades do passeio do bairro central se mantivessem “que as

²⁷⁵ Carlos Malheiro Dias - Cartas de Lisboa, pp. 278-280.

²⁷⁶ As Farpas: O Pais e a sociedade portuguesa. Edição integral. Lisboa. Livraria clássica ed. 1989, tomo VII, p. 27.

grades do passeio do bairro central não fossem tiradas enquanto a projectada avenida ou boulevard não estivesse pronta a ligar com o passeio” (...) “o unico passatempo que a população de Lisboa (com especialidade a do bairro central)”²⁷⁷

É verdade que para Lisboa a avenida que primeiro configura essa passagem é a da Liberdade. É para ali que se desloca a vida mundana do Chiado. É a ela que se refere Malheiro Dias (1875-1941) quando nos fala dos americanos, dos teatros e da iluminação pública. Da janela olha-se: mas não se olham os becos os alfurges, as ruas estreitas, sujas e mal iluminadas: olham-se as avenidas com os seus candeeiros eléctricos²⁷⁸, as fileiras de árvores, o movimento dos transeuntes, dos carros eléctricos²⁷⁹. Olha o transeunte para o movimento das ruas e para as fachadas ornamentadas, onde os balcões e as bow windows salientes, participam na dinâmica cenográfica do espaço urbano.

É esta a rua, na sua possibilidade de relações e de estímulos que se torna símbolo vibrante da vida moderna. O *choque* é então apresentado como uma vivência sensorial da rua, não apenas pelos constantes contactos mas pelas interrupções da atenção/concentração que fragmentam a percepção.

Mas o que se entende pela experiência do choque? Choque sensorial? Contacto com a multidão tumultuosa? Mover-se através do trânsito, escreve, “significa para o indivíduo sofrer uma série de choques e colisões”.

Esse choque, dir-se-ia, tem um lado corporal, o da densidade da multidão que passa, e que provoca variadas reacções de protecção.

Por isso da rua do século XIX sobressaem descrições antagónicas e arrebatadas.

Lugar de fascínio, de espectáculo mas também de algum desajuste: Em a “Situação da classe operaria em Inglaterra em 1844”, Engels escreve que “o próprio burburinho das ruas tem algo de repulsivo, algo contra o qual a natureza humana se rebela. As centenas de milhar de pessoas de todas as

²⁷⁷ Barata, Ana – Lisboa: Realidades, Desejos e Ficções, p. 177

²⁷⁸ A Iluminação em Lisboa foi primeiro a gás mas a câmara exigiu que na Avenida da Liberdade fosse eléctrica. Também não é uniforme na sua distribuição. A zona privilegiada é a baixa e Chiado bem como a nova avenida da Liberdade. “Finalmente, em Maio de 1889, a iluminação eléctrica é instalada em definitivo no Chiado, rua do Ouro, praças D. Pedro IV, do Município e dos Restauradores e na avenida da Liberdade (...) in <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1246>

²⁷⁹ Em 1902 Linha Restauradores – Benfica (746) em 1904 Restauradores/Lumiar (36) em 1904 Restauradores/Campo Grande (36) e Restauradores/Campo Pequeno (36, 44, 745). É de notar que segundo o mapa da carris de 1908 a cidade aparece com uma extensa rede. Avenida da Liberdade-Fontes Pereira de Melo- Ressano Garcia- Campo Pequeno e também a partir do Av. da Liberdade pela Alexandre Herculano até S. Mamede. Ver <http://www.math.ist.utl.pt/~lcf/CCFL/historia/electricos.html#outros>

classes e condições que passam umas pelas outras na multidão (...)” Para o autor essa *massa* que atravessa as ruas precipitadamente inflige-lhe uma sensação negativa, de repulsa quase física que em Poe no “The man of the crowd”²⁸⁰ (1840) é de algum modo *aliviada* pela descrição dos tipos sociais dos transeuntes:

“Franziam as sobranceiras e os seus olhos giravam rapidamente de um lado para o outro; quando eram empurrados por outros transeuntes, não revelavam indícios de impaciência antes compunham a roupa seguindo prontamente o seu caminho.”

Ou “quando alguém lhes tolhia o passo (...) paravam subitamente de murmurar, mas redobravam de gestos e aguardam, com um sorriso ausente e forçado nos lábios, que passasse a gente que lhes barrava a passagem.”²⁸¹.

O narrador, sentado na mesa de um café, passa “a maior parte do tempo entretido, ou contemplando os anúncios, ora observando a promíscua multidão que enchia o salão, ora espreitando a rua através dos vidros fuliginosos”²⁸² e essa observação insta-o a seguir um indivíduo com uma fisionomia particular. Nessa altura deixa a distância protegida do interior envidraçado, janela limite entre um dentro e um fora, para passar ele próprio a misturar-se na multidão com um fito detectivesco. Anda às voltas pela cidade desde as ruas mais movimentadas, as praças, o bazar, o teatro até aos bairros insalubres de Londres. Durante todo o dia, mas também à noite “porque os raios dos candeeiros a gás, inicialmente débeis na sua luta contra a luz agonizante do dia, (...) lançavam sobre todas as coisas um brilho caprichoso e muito vivo.”²⁸³

3.5.2 JARDINS

Embora os jardins tenham sido sempre parte integrante da cidade, o jardim público, os parques urbanos e as alamedas arborizadas²⁸⁴ aparecem com o

²⁸⁰ Em português *O homem da multidão*

²⁸¹ E. A. Poe – *O homem da multidão*, pp. 110-111 in “Histórias extraordinárias”. Lisboa : Publicações Europa-América, s/d.

²⁸² Idem, p. 109

²⁸³ Idem, p. 114

²⁸⁴ “Les hommes qui ont vécu cette mutation (do domínio das máquinas sobre a natureza) adoptent à son égard des attitudes défectives. Les déracinés venus à l’usine portent dans leur mémoire le champ qu’ils ont quitté ; les mieux nantis s’isolent dans le silence de leurs parcs et la petitesse bourgeoise urbaine se crée des coins de nature dans les banlieues que le chemin de fer fait naître ici et là. Tous ont rompu avec le monde de la terre. tous sont dans la ville ou proches d’elles (....)” Michel Baridon - *Les jardins paysagistes-jardiniers-poètes*, p. 941

predomínio da burguesia, como lugar privilegiado da nova sociabilidade, tendo por vezes como modelo os jardins aristocráticos.

“Através de jardins, parques plantação de árvores em largos e artérias da cidade iludia-se o grave problema de saneamento da cidade como prova a grande epidemia de 1850 e de 1857, contudo valida a ideia de cidade como espaço lúdico, de lazer e de passeio promovendo os espaços exteriores em lugares de convivencialidade.”²⁸⁵

Os “espaços verdes” de novecentos tem ainda outras funções: numa sociedade em que a aparência é muito importante, o espaço público é também lugar de exposição; das novas modas e indumentárias, da troca de “novidades” e finalmente de encontros fortuitos ou procurados.

A função higiénica²⁸⁶ também se declara: a vegetação na cidade é tema de inúmeros artigos de “especialidade”²⁸⁷ onde se descrevem quais as espécies mais adequadas, como se devem plantar e que benefícios trazem para a vida citadina.

Os espaços verdes encerrados perfilam-se como pontuações no espaço urbano, pulmões que purificam o ar da cidade. As ruas-*boulevards* também se definem como elementos “rurais” pela sua genealogia mas dentro da metáfora biológica²⁸⁸ são como veias onde circula o sangue para os órgãos mais importantes.

A genealogia dos *boulevards*, ligada à definição e defesa da periferia da cidade perde-se no século XIX, mas o seu carácter rural continua marcado pela presença dos alinhamentos de plantações.

“Quand la muraille cede le pas au rempart de terre, avec l'invention de l'artillerie, la promenade s'élargit en boulevard, au sens militaire (c'est-à-dire voie d'accès pour l'installation et la desserte des pièces d'artillerie), et la plantation devient possible puis nécessaire. Cette disposition va peu à peu faire du boulevard de ceinture le lieu privilégié de la promenade, celle où l'on vient à l'ombre des arbres contempler le paysage, prendre le frais et tenir compagnie tout à la fois. Même quand la fonction militaire aura disparu, le boulevard se maintiendra comme espace de promenade.”²⁸⁹

²⁸⁵ Raquel Henriques da Silva - Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura 1777-1874, p. 407

²⁸⁶ “Através de jardins, parques plantação de árvores em largos e artérias da cidade iludia-se o grave problema de saneamento da cidade como prova a grande epidemia de 1850 e de 1857, contudo valida a ideia de cidade como espaço lúdico, de lazer e de passeio promovendo os espaços exteriores em lugares de convivencialidade.” *ibidem*

²⁸⁷ A título de exemplo vejam-se os artigos da “A Construção Moderna”: “(...) em todos os tempos se consideravam as plantações da cidade como condição de aformoseamento e de bem estar e também como de saneamento” C.C in “A Construção Moderna” - Saneamento das Povoações, Ano II, nº 40, 16-09-1901, p. 4; ou “Lisboa carece em absoluto de largos pulmões, pois apenas tem um, a avenida da Liberdade, e é organismo combalido aquele que só utiliza um pulmão (...)” M.R. in “A Construção Moderna” - Jardins Públicos, Ano IX, nº 266, 01-08-1908, p. 13

²⁸⁸ Ver Richard Sennett - *Flesh and Stone*.

²⁸⁹ François Loyer - *Paris XIXe Siecle - L' immeuble et la Rue*, p. 313.

“l’avenue proprement dite - dont le boulevard n’est que la forme urbaine à vocation périphérique-est d’origine rurale : par la plantation régulière de ses arbres en alignement et par le choix d’essences de haute tige, elle se distingue de paysages agricoles.”²⁹⁰

No interior das casas, já o referimos, aparecem com frequência espaços associados à natureza de carácter exótico; as estufas e os jardins de inverno começam por se construir nas grandes habitações e, na segunda metade do século XIX, integram-se nas casas mais modestas e nos prédios de rendimento através dos balcões e das *bow-windows* aliando às técnicas de construção inovadoras sobretudo no domínio do ferro e do vidro às da construção civil corrente.

Nas habitações plurifamiliares, onde se equaciona de modo premente a relação custo/qualidade, estes elementos surgem na composição da fachada como unidades independentes, uma mutação que também assume a progressiva integração destes dispositivos como um compatimento da habitação²⁹¹, onde as plantas são efectivamente relegadas para segundo plano.

Estes espaços envidraçados, de mediação entre interior e exterior que abrem, tal como as janelas, a habitação à luz natural e contribuem para um ambiente mais salubre, preconizam a diluição da ideia de janela enquanto lugar constrito, enquanto quadro que enquadra uma vista, rompendo a oposição tanto tempo assumida entre vazio/cheio, interrupção na parede, fragilidade estrutural, estabelecendo outro tipo de relação que no limite levará à ideia da janela como parede ou vice-versa.

3.5.3 FACHADA

A sociedade novecentista na reinvenção do espaço público cria a janela como espaço de diálogo entre exterior e interior, entre público e privado. É dessa nova relação que nasce a janela como elemento material dessa relação.

Os balcões e as janelas são repensados para procurar as vistas sobre a natureza artificial. A vista (paisagem urbana) adquire um estatuto valorizado através dos melhoramentos desses espaços aos quais fizemos referência

²⁹⁰ Ibidem

²⁹¹ “Les premiers jardins d’hiver furent privés et, le plus souvent, accotés à la maison d’habitation. Lorsqu’ils étaient isolés, ils étaient rattachés aux serres qu’ils dominaient. De tout façon c’était un lieu de réception, et, surtout, dans le premier cas, une sorte de prolongement du salon, dans lequel on pouvait aussi bien, converser, lire au feu qu’admirer les plantes.” Bernard Marrey e Jean-Pierre Monnet - La grande histoire des serres & des jardins d’hiver : France 1780-1900, p. 119

anteriormente: a dimensão das avenidas, o verde urbano, os equipamentos, as calçadas, a iluminação, os transportes, etc.

Jean Starobinski no ensaio: "Fenêtres - de Rousseau à Baudelaire" escreve que embora W. Benjamin²⁹² tenha contribuído em boa medida para ligar a imagem da cidade do século XIX (de Paris) à *flânerie*, entendida esta como, "movimento sem finalidade prática, aberto ao encontro, ao inesperado" esquece-se que essa deambulação solitária não é modo exclusivo do indivíduo moderno se relacionar com a cidade. Pelo contrário, ela só ganha um sentido pleno se vista em contraste com outra atitude:

"A imobilidade contemplativa, a cidade olhada apaixonadamente por um recluso voluntário, do alto de uma janela. Trata-se de dois pontos de vista sobre a cidade, um movente, levado pelo fluxo da rua, o outro, fixo, desdobrando o olhar sobre os diversos acidentes da paisagem urbana." ²⁹³

Se no conto de Poe a rua se assume como "personagem" activa que norteia as deambulações do homem *que se recusa a estar só*, o conto de Hoffmann, *Des Vetters Eckfenster*²⁹⁴ (1822), será provavelmente a matriz (literária) dessa outra imagem da modernidade assumida como mudança de regime de visibilidade. Conta-nos a história de um escritor paralisado que olha pela janela em busca de inspiração e que incita o primo que o visita:

"Let me see if i can't teach you at least the rudiments of the art of seeing (...) look directly down the street (...)"²⁹⁵

O escritor vê esse mundo exterior através do recorte da janela, através desse enquadramento involuntário, inventando para a multidão traços, enredos, como se a janela constituísse o quadro de uma paisagem que pode compor: é sobretudo uma paisagem de cores (do vestuário), de movimentos (percursos), de manchas (da multidão que se adensa ou rareia na praça), mas construída sob uma narrativa que (ainda) lhe dá um sentido.

²⁹² Especialmente em «Paris Capitale du XIX siècle.»

²⁹³ Jean Starobinski - Fenêtres - de Rousseau à Baudelaire. In: L'Idée de la Ville. Actes du Colloque International de Lyon. Lyon: Editions de Champ Vallon, 1984. p. 181 (pp. 179-187)

²⁹⁴ Em português *A janela de gaveto do meu primo*.

²⁹⁵ E.T.A. Hoffmann - My Cousin's corner window. p. 375 in "The Golden Pot and other tales". (translated by Ritchie Robertson)

“But this window is my comfort, it is here that life in all its colours has been revealed to me anew, and I feel at home with its incessant activity. Come on cousin, look outside!”²⁹⁶

Esse mesmo frenesim dos lisboetas que da janela (dos novos bairros) querem ver os eléctricos, a iluminação eléctrica, o movimento dos teatros.

As habitações que se constróem sobre as novas avenidas dispõem frequentemente de janelas, mas também de espaços abertos ou envidraçados (balcões, *loggias*, *bow-windows*) que sobre a fachada principal permitem uma vista sobre a rua em vários sentidos. Evidenciam essas soluções uma abertura ao exterior, um prolongamento do espaço privado, a procura de uma vista doméstica sobre o urbano.

“(…) the balcony stands between two faces of the newly rebuilt Paris of Haussmann: the domestic interior of the new apartment block and the building's exterior face onto the world of the boulevard”²⁹⁷

3.5.4 JANELA – DISPOSITIVOS ÓPTICOS

A JANELA QUADRO

O estudo dos dispositivos ópticos que contribuem de forma directa ou indirecta para a constituição da paisagem, embora constitua um tema relativamente marginal encontra claro eco na afirmação de A. Roger que sublinha que a constituição da janela como quadro marca decisivamente o nascimento da paisagem no Ocidente, referindo-se ao método perspectico explanado no tratado de Alberti (1404-1472) “Della Pittura” (1435)

A janela é quadro (enquadramento da janela – peitoril, lintel, e ombreiras) e metáfora da forma limite, fronteira entre duas ordens-exterior e interior. Inaugura, de certo modo, “la forme fenêtre (apparaît dès lors) comme le dénominateur commun d’une multitude d’outils inventés permettant de fixer la réalité visuelle.» P. 150

De facto, e de acordo com Roger, a janela como dispositivo óptico (ou como matriz/heterónimo dos vários dispositivos ópticos) tem a sua génese²⁹⁸ na

²⁹⁶ Idem, p. 379

²⁹⁷ Jonathan Crary - Suspensions of perception attention, spectacle and modern culture, p. 84

²⁹⁸ «La composition des images du monde les plus variées sur les murs (les mises en abîme de studios rappelle déjà les galeries de Pannini) anticipent l'utilisation de la fenêtre comme moyen de cadrage». Michael Jacob - Le Paysage, p.150

teoria exposta no “Della Pittura” onde se figura o quadro (perspéctico) como janela:

“Jusqu'à présent nous avons dit, à peu près, tout ce qui a rapport a ta puissance visuelle, ainsi qu'à la connaissance de l'intersection mais il nous importe de savoir non-seulement ce qu'est cette intersection et comment on l'obtient, mais encore par quel art on l'exprime en peinture. Laissant de côté tout le reste, je dirai ici ce que je fais quand je peins. Mon premier acte, quand je veux peindre une superficie, est de tracer un rectangle, de la grandeur qui me convient, en guise de fenêtre ouverte par où je puisse voir le sujet.”²⁹⁹

A partir desse momento, em que a janela se constitui argumento pictórico, como moldura que enquadra a vista, a natureza torna-se paisagem. A artificialização da natureza declara-se na sua assunção como facto visual.

E não mais cessou, apesar das várias transformações ocorridas, de se estabelecer esse paralelismo entre janela e paisagem. Inaugural, o tratado de Alberti abre uma genealogia da qual ainda somos herdeiros. A vocação da janela na arquitectura como lugar de onde se olha é uma conquista que se inicia com a invenção da paisagem: Como escreve Gerard Wajcman, *o olhar não é, à partida, um objecto architectónico mas sim um objecto pictural; é a partir da assunção do quadro como janela de onde se olha que Alberti introduz o olhar (ver) na arquitectura civil.*

É através da metáfora de Alberti, que a janela se eleva a instrumento óptico marcando o nascimento da paisagem enquanto natureza observável. Inaugura o longe (distância sobre), inaugura o dentro/fora na arquitectura. *Organiza uma visão, enquadra uma paisagem, separa e articula exterior e interior ou natureza e cultura*

A janela permanece ainda o lugar privilegiado, o lugar discreto e privado (o ponto de vista privilegiado) de onde se observa: “l'irruption du tableau dans la vie quotidienne permet de trouver, par des percées fictives, les murs de la maison ou de l'appartement.”³⁰⁰

Vejam-se as pinturas de J. Vermeer (1632-1675) onde as janelas se constituem como fonte privilegiada de luz filtrada, mas observem-se igualmente as de G. Caillebotte (1848-1894) onde se olha através da janela para percebermos

²⁹⁹ Leon-Battista Alberti - De la Statue e de la Peinture-traites de Leon-Battista Alberti traduits du latin en français par Claudus Popelin, Paris, 1869, p. 124

³⁰⁰ Paul Claval – Les ouvertures de l' espace domestique, p. 72 in Colloque sur les Espaces domestiques, Paris, 2002 . Espaces domestiques : construire, habiter, représenter : actes du colloque international sur les espaces domestiques qui s'est tenu du 17 au 20 septembre 2002.

como as funções da janela mudaram nesses dois séculos. A janela aparece no primeiro caso associada à iluminação da casa e às actividades que nela se desenrolam³⁰¹, mas no século XIX também lhe cabe a função da vista, do ponto de observação “senhorial” do bulício urbano, das longas avenidas bordejadas de verde.

“The landscapes they reveal, all crisply contained within architectural masses, can barely be termed exteriors at all. Only their skies allude to an unlimited space. These openings provide views of what is, in effect, another interior: that of the city.”³⁰²

A tensão entre o interior exterior onde a janela é ainda espaço de mediação desaparece quase totalmente na pintura moderna onde a janela não aparece mais como limite, mas como moldura que enquadra a vista distante:

“(…) Già in molte opere di Matisse con finestra e balconi questa dicotomia (tensione dell' ambiente interno el'esterno) era acordata sfumando, non facendi il pittore piú distinzione alcuna fra chiaro e scuro e tratando interno e esterno con la stessa luminosità.”³⁰³

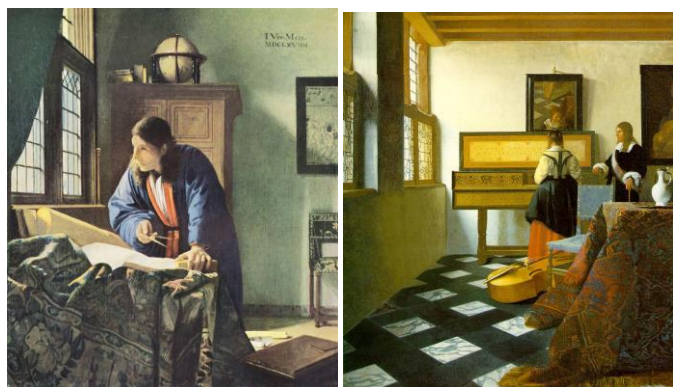


Imagem 75 - Jan Vermeer – O Geógrafo (1669)

Imagem 76 - Jan Vermeer – Aula de música (1662)

³⁰¹ Actividades que seriam necessariamente diurnas uma vez que a iluminação artificial era relativamente débil. Não esqueçamos que ela desempenha na pintura uma necessidade de localizar uma fonte de luz que, no caso das cenas interiores podem ser cumpridas pela janela.

³⁰² Rodolphe Rapetti - Paris seen from a window, p. 143 in Kirk Varnedoe; Anne Distel - Gustave Caillebotte : urban impressionist. Réunion des Musées Nationaux : Musée d'Orsay Chicago : The Art Institute New York London Paris : Abbeville Press, cop. 1995

³⁰³ Il Progetto Domestico. La casa dell'uomo: archetipi e prototipi. (coord. Georges Teyssot), p. 114



Imagem 77 - Gustave Caillebotte – Jovem homem à janela (1875)

Imagem 78 - Gustave Caillebotte – Um balcão (1880)

Imagem 79 - Henri Matisse – Janela aberta, Collioure (1905)

Efectivamente, e reportando-nos ao período em estudo, se durante o século XIX, o papel da janela é bastante claro, elemento valorizado, integrado e articulado na estrutura, adequado ao programa –já se indiciam os sinais de ruptura, alguns dos quais já demos conta anteriormente. As grandes construções envidraçadas, as gares, as estufas, as galerias, não são apenas um triunfo da técnica, a era dos engenheiros traz consigo um desejo de transparência irreprimível.

Este desejo não é porém uma novidade, já no palácio Alhambra (sécs. XIII-XIV), em Granada, se sugere a desmaterialização das formas através de outros recursos, como a água e a luz.

Mas as inovações técnicas do século XIX irão possibilitar a utilização do vidro como meio de alcançar a transparência e a leveza da forma: Foi no palácio de Cristal (1850-51) que pela primeira vez se mostraram as possibilidades construtivas e estruturais do ferro e do vidro. A luz invade o interior, anulando o contraste entre zonas iluminadas e zonas na penumbra, reduzindo as gradações da modulação da luz no espaço interior.

“It obliterated the old opposition of light and shadow which had formed the proportions of past architecture (...) it created a room of shadowless light”³⁰⁴

³⁰⁴ M. Cristine Boyer – The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments. p. 40

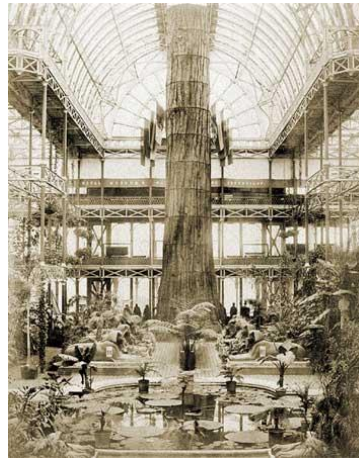
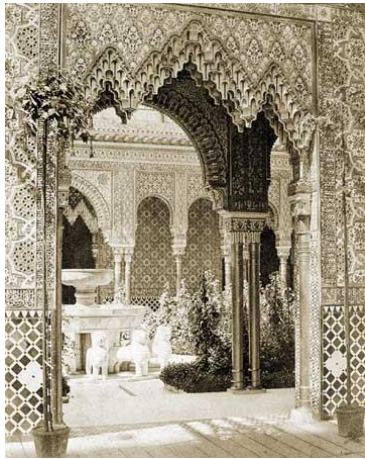


Imagem 80 – Palácio de Cristal (1859) – Pátio do Alhambra

Imagem 81 - Palácio de Cristal (1859) Galeria tropical com uma sequoia da Califórnia

Quase meio século depois, a construção da Torre Eiffel (1889) para a exposição de 1900 em Paris, exprimia pela nudez da sua estrutura³⁰⁵, uma outra dissolução emergente que as construções em vidro haviam iniciado: a das fronteiras entre interior e exterior onde se expõe a estrutura interior antes escondida sob a fachada.

“Gustave Eiffel, with his soaring open latticework ofn the Eiffel tower, thois empty and transparent monument of 1889, had produced the prototype for the dissolution of boundaries between exterior and interior forms, and for the fluctuations between solids and voids”³⁰⁶



Imagem 82 – Torre Eiffel em construção (1878)

³⁰⁵ As estruturas em ferro eram usadas como esqueleto de estátuas, como a da Liberdade, mas não tinham um valor intrínseco.

³⁰⁶ M. Cristine Boyer – The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments. p. 42

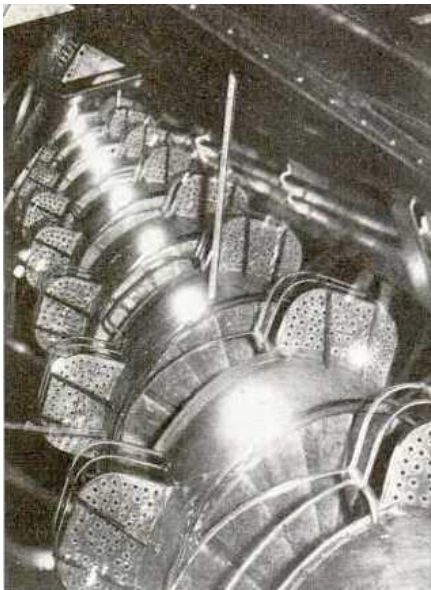


Imagem 83 – Escada em espiral que vai dar à cabeça da estatua da liberdade. (A estrutura interior da estátua de Bartholdi é de G. Eiffel)

A regeneração das cidades também se perfila na “adequação” às exigências da era industrial mas revela que o ideal estético dos engenheiros se situa muitas vezes entre o visionarismo progressista e a cenografia barroquizante do “aformoseamento” e “embellezamento” das capitais. No início do século XX, as vanguardas artísticas ancoram-se nas contradições inerentes entre o recurso a uma tradição (pouco assumida) e na ruptura como reflexo de modernidade, construindo um percurso que fixa ideologicamente na arquitectura as possibilidades permitidas pela técnica.

3.5.5 DA TRANSPARÊNCIA AO ESPELHO

As inovações que surgem no domínio da construção, sobretudo a partir do final do século XIX, que alteraram as relações de equilíbrio estático entre parede/vão, com a introdução do betão armado e do ferro; mas também a evolução do vidro como elemento de protecção que combina cada vez de forma mais consistente as características de controlo térmico e acústico aliadas à sua propriedade fundamental: a transparência, que indicia novo paradigma na relação entre interior/exterior

“The window could become a display frame or, as development in “modern” architecture demonstrate, the window could also become a wall³⁰⁷”

³⁰⁷ Anne Friedberg - The virtual Window – from Alberti to Microsoft, p. 115

No ano de 1914, o poeta Paul Scheerbart (1863-1915) dita a direcção programática da nova arquitectura da luz, (*Glasarchitektur*, 1914) em homenagem ao pavilhão de vidro de Bruno Taut (1880-1938), construído para a exposição de 1914 da *Deutscher Werkbund*, escrevendo que:

"When glass architecture comes in, there will not be much more talk of windows either: the word window will disappear from the dictionaries. Who ever want to look at nature can go onto his balcony or his loggia, which of course can be arranged for enjoying nature as before...."³⁰⁸

Sob influência da avant-garde germânica expressionista Mies van der Rohe projectava um arranha-céus em que a forma é reduzida à exibição dos seus componentes "its form coinciding with them because glass is transparency, structural simplifications, mirror of the surrounding" escreve Tafuri, entendendo o desenho de Mies como uma aproximação às ideias de Scheerbart mas sem a presença utópico- mística.

Na década de trinta outros sinais se desenham, reforçando o desejo de transparência num sentido ontológico, que faz corresponder a transparência à verdade e à democracia. No filme "Things to Come" (1936) de Cameron Menziés, baseado no romance "The Shape of Things to Come" (1933), de H. G. Wells (1866-1946), o cenário prefigura um mundo de luz e transparência. Num ecrã projecta-se o *skyline* de Nova Iorque que suscita o seguinte comentário de um personagem: "*What a funny place New York was, all sticking up and full of windows*"³⁰⁹. Como recorda Sybil Moholy-Nagy³¹⁰ a intenção do cenário era eliminar todas as formas sólidas consideradas então como obstáculos:

"Houses were no longer obstacles but receptacles of man's natural life force, light. There where no walls, but skeletons of steel, screened whit glass and plastic sheets"³¹¹

Esse desejo de transformação através do efeito da luz e do movimento toma diversas formas nas obras da *avant-garde* embora derivem da mesma aspiração da "suspensão entre espaço e matéria, do sonho da imaterialidade e

³⁰⁸ Paul Scheerbart, *Glasarchitektur* (Berlin: Der Sturm Verlag, 1914). Reprinted and translated as *Glass Architecture* apud Anne Friedberg - *The virtual Window – from Alberti to Microsoft*, p. 115

³⁰⁹ "Things to Come" (1936) de Cameron Menziés

³¹⁰ Moholy Nagy participou num primeiro momento no cenário do filme

³¹¹ "Film architecture: Set Designs from Metropolis to Blade Runner" (ed. Dietrich Neuman), p.118.

da ilusão de ligeireza que se investe em termos sociais e ideológicos na purificação cósmica, a transparência da democracia"

"La piel bidimensional que cierre y representa simbolicamente aquello que tecnicamente protege daba paso a una piel auto inmolada en favor de la verdad positivista del edificio esposto en toda su profundidad, una idea en la que no es difícil oír el eco de una ética de inspiración calvinista, que, en última instancia, implica también a los individuos en esa visibilidad"³¹²

A questão da transparência na arquitetura suscitou um ensaio de Colin Rowe e Robert Slutzky (1963) sobre as diferentes formas de transparência. Classificavam então a transparência como "literal" ou "fenomenológica" a partir da análise da pintura cubista. Definiam-na não apenas como uma qualidade material, mas também como uma forma de "organização espacial":

"Transparency may be an inherent quality of substance—as in a wire mesh or glass curtain wall, or it may be an inherent quality of organization—as both Kepes and, to a lesser degree, Moholy suggest it to be; and one might, for this reason, distinguish between a real or literal and a phenomenal or seeming transparency"³¹³

Transpondo estes conceitos para a arquitetura, consideravam o edifício da Bauhaus (1926) em Dessau de W. Gropius (1883-1969) - como um exemplo de transparência literal e a Villa Stein (1927) em Garches de Le Corbusier enquadrável no tipo de transparência fenomenológica. Enquanto Gropius expressa sem ambiguidade as propriedades de transparência associadas ao vidro, Le Corbusier faz uso das suas qualidades indirectamente, através da "estratificação vertical do espaço interior e de uma sucessão de espaços que se posicionam uns atrás os outros"³¹⁴.

"Recognizing the physical plane of glass and concrete and this imaginary (though scarcely less real) plans that lies behind it, we become aware that here a transparency is effected not through the agency of a window but rather through our being made conscious of primary concepts which 'interpenetrate without optical destruction of each other.'"³¹⁵

A transparência na pintura cubista, relacionava-se directamente com as novas formas de representação da cidade: À *veduta* sucedia o perfil e a vista aérea muito utilizados nos planos cinematográficos em perspectiva *plongée* e *contre-plongée*.

³¹² Inaki Abalos e Juan Herreros - Técnica y arquitectura en la ciudad contemporánea : 1950-1990, p. 96

³¹³ Colin Rowe; Robert Slutzky - Transparency: Literal and Phenomenal, *Perspecta*, Vol. 8. (1963), (pp. 45-54), p. 46

³¹⁴ "Vertical, layerlike stratification of the interior space of the building, a succession of laterally extended spaces traveling one behind the other". Idem, p. 50

³¹⁵ J.-L. Cohen - "Scènes de la Vie Future- L'Architecture Européenne et la Tentation de l'Amérique 1893-1960", p. 50

A estratificação vertical da forma também se impunha na arquitectura doméstica, através de uma revolução invisível, que transformava o interior doméstico: as ligações nos prédios dos vários fogos às redes técnicas subterrâneas originavam representações em corte vertical compreendendo as interpenetrações dos vários níveis e permitindo uma leitura simultânea do interior.

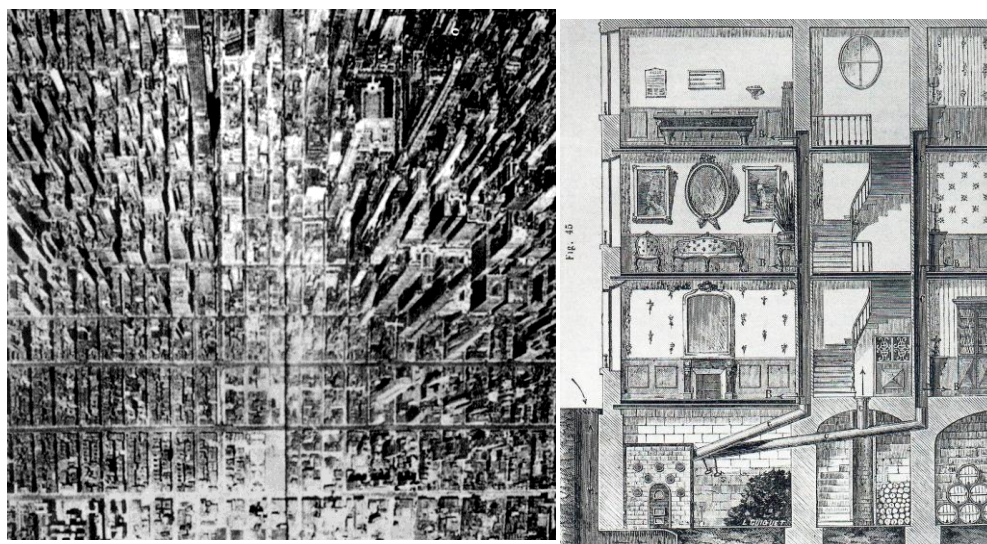


Imagem 84 – Fotografia aérea de Manhattan

Imagem 85 – Corte de um sistema de aquecimento

A transparência não é apenas um argumento directo relacionado com as propriedades físicas do material, mas pode ser utilizada para “desenhar” as qualidades do espaço: o simultaneidade, a interpenetração, a sobreposição, a ambiguidade, são adjectivos geralmente associados às formas de *transparência*.

Não foi apenas o texto programático de C. Rowe (1920-1999) e de R. Slutzky (1929-2005) que se envolvia na crítica à fachada cortina, também arquitectos como L. Barragan (1902-1988) recusavam o uso da fachada em vidro, naquilo que esta anunciava: o fim da casa como abrigo, como “extensão dos mecanismos de conforto térmico”³¹⁶, conceito que dependia também grau de inexpugnabilidade/opacidade da parede de fechamento.

³¹⁶ Marshall McLuhan – Compreender os meios de comunicação - extensões do homem, Lisboa : Relógio d'Água, 2008, p. 135

“(…) ¿con qué sustituyes los muros?, con vidrio?, con materiales modernos? El vidrio ha fracasado porque el hombre no se siente abrigado en un edificio con paredes de cristal. (:) el vidrio te da una sensación de desamparo, de exposición a todos los vientos, a todas las inclemencias. Además, nadie necesita esa calidad de luz, sobre todo en un país como el nuestro en que la luz llega incluso a herir la retina.”³¹⁷

A ideia de transparência está actualmente, e segundo Álvaro Siza, distante das pesquisas da arquitectura modernista, como forma de relacionar o interior e o exterior: “Não creio que a ideia de transparência total seja hoje em dia importante para a evolução da Arquitectura. Ela já o foi, quando Mies Van der Rohe fez nos Estados Unidos a sua pequena casa de vidro, em continuidade com a paisagem. Foi com certeza um momento de pesquisa muito importante.”³¹⁸

No entanto, o tema renasce sob outras exigências, e a exposição “Light Construction” (1995-96) no MoMA³¹⁹ nos anos 90 reflecte sobre a pertinência dos valores da transparência analisando as obras de alguns autores como Toyo Ito (1941-), Herzog (1950-) e de Meuron (1950-), Peter Zumthor (1943-) ou Dan Graham (1942-). Não se trata de exigir da transparência do vidro a capacidade de deixar passar a luz e o olhar consentindo a ilusão de espaço fluido mas antes reflectir sobre a fachada e redefinir os modos de relação entre estrutura e pele explorando as contradições entre materialidade (*solidez-firmitas*) e percepção.

Esta nova sensibilidade está distante da estética do modernismo, mas também do debate posterior do pós-modernismo, que se havia focado sobre as questões da forma arquitectónica.

3.5.6 ECRÃS

Das funções práticas e desde sempre assumidas como a ventilação e iluminação, a janela passou para o domínio da visibilidade, e se já era lugar comum, metáfora do olho, torna-se no século XIX e XX, efectivamente um dispositivo óptico que acompanha as mutações da natureza da visibilidade.

³¹⁷ Luis Barragán. Entrevista. Elena Poniatowska, 1976. extractos de la entrevista realizada em nov. En México DF. Publicada pela 1ª vez em Diario Novedades, México DF, 28-29 de Nov., 2, 4, 5 Dez. In Antonio Riggen - Luis Barragán – Escritos y conversaciones. El Croquis editorial, Madrid, 2000. p 108

³¹⁸ Viver intensamente – à volta da Malagueira. Entrevista realizada por Laurent Beaudouin, Porto; Maio de 1991. Publicada na revista Architecture d'aujourd'hui nº 278, Dezembro de 1991.p. 82 in Álvaro Siza - Uma questão de medida Entrevistas com Dominique Machabert e Laurent Beaudouin Ed. Caledoscópio Março de 2009.

³¹⁹ Museum of Modern Art, Nova Iorque.

As janelas/aberturas na habitação, sejam elas “portas, janelas, o quadro perspectico ou o ecrã catódico” são também formas de pôr em relação interior e exterior e definir as suas fronteiras que só muito excepcionalmente coincidem exactamente com as paredes da casa.

A janela/parede, torna-se num ecrã sensível. (mas unívoco) tal como o cinema a televisão e o computador, são janelas para o mundo, mas que protegem o indivíduo. As janelas modernas alargam a vista e protegem o “voyeur” mas também o isolam do mundo exterior permitindo estimular apenas o sentido da visão, captada através de um conceito asséptico do espaço interior “a complet visibility without exposure of the other senses”³²⁰

“The architectural role of the window has change, i will argue, along side the development of its virtual analogues- the screens of film, television and the computer”³²¹.

Em parte resultante das novas vivências do espaço público e da relação com o espaço privado da habitação, a imagem da janela como ponto fixo de observação da cidade, perde a sua aura, e de certo modo, inscrevendo-se no programa da arquitectura modernista subverte o seu papel primeiro.

O filme de Alfred Hitchcock (1899-1988), *Rear Window* (1954) tal como o de Jacques Tati (1907-1982) *Playtime* (1967) advertem essa nova ordem. No filme de Hitchcock o personagem, um fotógrafo, que está impossibilitado de andar³²² tal como no conto de Hoffmann³²³, observa/vigia o seu vizinho, usando a janela como um jogo de espelhos que pode ser recíproco. Reflecte-se sobre o equilíbrio entre observador e observado, isolado/protegido através de elementos de mediação entre os dois: a *janela*, a *máquina fotográfica*, os *binóculos* – o local: as traseiras de um pátio, lugar fechado, circular, onde o aparato está ausente e as regras de comportamento podem “relaxar”. *Voyeurismo ou vigilância/controlo* são aliás temas antigos associados à janela: Um dos dispositivos documentados (nos Países-Baixos) no final do século XIX

³²⁰ Richard Sennett – *The Conscience of the eye*, p. 108

³²¹ Anne Friedberg - *The virtual Window – from Alberti to Microsoft*, p. 103

³²² “Jeff’s immobility eliminates the physicality and tactility of experience and transforms it onto something purely visual; the eye subordinates the other senses” – Juhani Pallasmaa - *Rear Window*, p. 229 in *Chora: Intervals in the Philosophy of Architecture* (ed. Alberto Pérez-Gómez e Stephen Parcell).

³²³ O conto na qual se baseia o filme *Rear Window* é de Cornell Wolrich (1903-1968) com o título *It Had to Be Murder* (1942) por sua vez inspirado no conto de H.G. Wells – *Trouth the window* (1894)

são os chamados “espelhos-espiões”³²⁴ fixados nas molduras da janela dos apartamentos. Num estudo sobre as janelas nos Países-Baixos, o autor comenta que nas casas que visitou encontrava uma cadeira confortável precisamente no local onde a rua se podia ver reflectida no espelho.

“The manifest use of the *spionnetje* is to inspect people who ring the bell or knock on the street door without walking downstairs. (...). Due to the height and small size of the reflecting pieces, people in the street cannot see the observer.”³²⁵

Em *Playtime* denuncia-se um certo absurdo ao qual a arquitectura modernista cedeu, o da inversão do público e do privado: as janelas são montras que exibem a intimidade a quem passa, nada se esconde, tudo pode ser exposto através da janela.

Mas se os princípios da arquitectura modernista auspiciam essa “abertura para o exterior” através das janelas é verdade que os projectos onde se permite uma maior exposição são de habitações unifamiliares em contextos não urbanos³²⁶. Dal Co e Tafuri comentam a obra de Mies na relação que estabelece com a natureza deste modo:

“Nature was made part of the furnishing, a spectacle to be enjoyed only on condition that it be kept remote (...) nature could be replaced by a photomontage (...) the glass walls of Mies become the glass over the picture.”³²⁷

Da obra de Le Corbusier, escreve B. Colomina, transparece a arquitectura como dispositivo visual - se a casa é uma máquina de habitar as janelas são a câmara que enquadra a paisagem, é esse o sentido

“Walls are constructed to frame the landscape, and a view from there to the interior. These frames are given temporality through the promenade. Perception here occurs in motion.”

“It collects views and, in doing so, classifies them (archive). The house is a system for taking pictures. what determinates the nature of the picture is the window....if the window is a lens (a comparação é de Le Corbusier), the house itself is a camera pointed at nature. Detached from nature, it is mobile».”³²⁸

São as obras dos modernistas dos anos 50 que “banalizam” o uso da fachada

³²⁴ *Spionnetjes no original* - são espelhos ligeiramente convexos e que tem como objectivo observar a rua do interior sem ser visto.

³²⁵ Hernan Vera – On Dutch Windows, p. 221

³²⁶ Nos projectos urbanos *Le Corbusier* utiliza espaços de mediação: rua-corredor na unidade de habitação em Marselha ou o pátio como no edifício de Port Molitor (1931-34)

³²⁷ Tafuri e Dal Co – Modern Architecture. N.Y : Harry Abrams, 1979, p. 157.

³²⁸ Beatriz Colomina – Architecture and mass media. pp. 283 e 312

cortina e todo o discurso moderno sobre o verdadeiro e a visibilidade é substituída pelo “espaço ilusório” pelo espelho que duplica o espaço exterior com a dissolução do vínculo interior exterior.

A proposta de Dan Graham em “Alteration to a Suburban House” (1978/1991) (retomada em 1991 com “two way mirror cylinder inside cube” (1991)) reflecte sobre um tema da casa de vidro (Mies, 1920 e Johnson, “Glass house”, 1949) cujo enquadramento natural/paisagístico desapareceu. Usando um vocabulário e instrumentos da arquitectura, a maquete representa a típica casa de subúrbio (norte-americana) onde a fachada é substituída por vidro e o interior é intersectado por um espelho que esconde a zona dos quartos e casas de banho. Dessa forma expõe/reflecte o próprio observador e o seu enquadramento exterior – a partir do *interior*- criando uma perturbação entre os limites do espaço público e do privado.

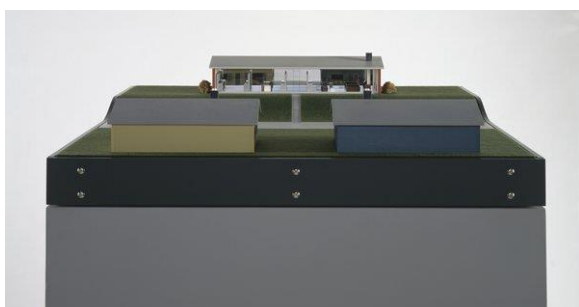


Imagem 86 – Projecto de Dan Graham – Alteration to a suburban house (1978)

A partir dos anos setenta do século XX dá-se uma ruptura em relação à natureza da visibilidade semelhante àquela que separou a “medieval imagery and renaissance perspective”³²⁹

Os meios miméticos como o filme a fotografia e a televisão correspondem ainda à compreensão de um ponto de vista seja este estático ou móvel, mas as ferramentas tecnológicas de CAD³³⁰, animação digital, simuladores de voo, controlo remoto, ou criação de ambientes virtuais cindem os mecanismos de visão do observador.

Embora seja de esperar que coexistam/persistam os modos tradicionais de “ver/olhar” com os novos dispositivos, estes tornar-se-ão modelo dominante de visualização.

³²⁹ Jonathan Crary – Techniques of the observer, p. 1

³³⁰ Computer Aided Design - Desenho Assistido por computador (CAD)

Se há uma mutação da natureza da visualidade (visuality), o que é que muda, o que é que se deixa para trás e se transforma numa outra coisa e por outro lado o que é que persiste: “what is the relation between the dematerialized digital imagery of the present and the so-called age of mechanical reproduction?”³³¹

As reflexões de B. Tschumi a propósito da Galeria de vídeo em vidro, obra de 1990 em Groningen na Holanda, assinalam a significado que as novas tecnologias e formas de representação podem ter para a arquitectura, desafiando os conceitos de solidez e de permanência que outrora constituam os “pilares” da disciplina arquitectónica.

“The appearance of permanence (buildings are solid, they are made of steel, concrete, bricks, etc) is increasingly challenged by the immaterial representation of abstract systems (television and electronic images)”³³².

³³¹ Jonathan Crary – Techniques of the observer, p. 2

³³² Bernard Tschumi- “groningen, Glass video gallery, 1990” in Event Cities, Cambridge, MIT Press, 1994, p. 559 apud Terence Riley – Light Construction , MoMA, Ny, 1995, p. 17

Lisboa: HABITAR NA CIDADE

4 – Lisboa: HABITAR NA CIDADE

“Desde la esfera familiar hasta la actividad gubernamental, pasando por ele espacio fabril no doméstico, pocas ideologias han sido más eficaces y dominantes que el higienismo”³³³

A influência que o discurso higienista exerceu na política sanitária da cidade, durante o século XIX e ainda no XX, justifica-se em parte pelo avolumar dos conflitos ambientais decorrentes da industrialização e consequente aumento da demografia urbana: “L' éxode rural e a crise du logement citadin ont cristallisé le theme de l' atmosphère insalubre des villes. Cette *malaria urbaine*, qui ruinait la santé des ouvriers justifiait l'idéalisaion de la campagne (...)”³³⁴

A primeira preocupação dos médicos higienistas revela a herança clássica, a obra completa de Hipócrates³³⁵ (460-377 a.C) vertida para o francês por E. Littré (1801-1881) em 1840, em especial “*des airs, des eaux et des lieux* (Dos Ares, Águas e Lugares) e “*Epidémies*”, iria reconfigurar a corrente etiológica *neo- hipocratica*.

Todos os tratados novecentistas de higiene continham um capítulo designado *Circumfusa* dedicado à ventilação e à respiração, que remetia para a influência dos elementos exteriores à saúde do homem:

“Circumfusa : Nom qu'en hygiène on donne à une classe des choses qui font la matière de l'hygiène, comprenant l'atmosphère, les climats, les habitations, en un mot tout ce qui agit habituellement sur l'homme par une influence extérieure et générale, et qu'on nomme aussi le milieu où il vit.”³³⁶

Este conceito infiltra-se também nas topografias médicas e nos manuais populares de saúde. Era necessário que a cidade respirasse de modo a que as epidemias não se propagassem pelo ar viciado de miasmas

“Les alterations de láir produites par les miasmes, les emanations putrides, l'entassement des inividus, semblant agir directement sur la production des épidémies (guillaume ferrus, epidémis, dictionnaire de médecine, béchet, 1835)”³³⁷

³³³ Tiago Saraiva - Tiago Saraiva - Ciencia y Ciudad. Madrid y Lisboa (1851-1900), p. 16

³³⁴ Jacques Leonard - Archives du corps – Le santé au XIXe siecle, p. 62

³³⁵ *Œuvres complètes d'Hippocrate*, trad. Émile Littré, Paris, 1839-1861, 10 vol.

³³⁶ Emile Littré - Dictionnaire de la langue française (Le Littré) (1863-1872) ; 2e édition revue et augmentée (1873-1877) [em linha] disponível em <http://francois.gannaz.free.fr/Littré/accueil.php>

³³⁷ Jacques Leonard - Archives du corps – Le santé au XIXe siecle, p. 55

A proposta do higienismo é aparentemente simples, mas alterará todo um código comportamental: primeiro identificar e dissecar (analisar) as condições objectivas da patologia. A segunda, reflecte uma nova atitude da medicina, activa e interveniente, e não apenas passiva: identificada a doença trata-se agora de curar o corpo enfermo. O corpo colectivo da cidade. O corpo insalubre da urbe e da casa.

“Les conditions de la salubrité sont plus difficiles à réaliser dans la Ville que dans la campagne. Partout s'élèvent de hautes maisons qui interceptent l'air et la lumière. Une quantité énorme de détritus se produit. L'agglomération favorise le développement de toutes les maladies. Pour arriver à rendre la ville moins insalubre, il faudrait parvenir à assurer à ses habitants la possession des divers éléments de la salubrité.”³³⁸

Neste aspecto há uma consonância entre o saber médico e dos engenheiros: ambos elegem a circulação dos fluidos como motor da cidade: o ar, a luz, a água e os detritos, o sonho da cidade sanitária onde se acrescentam, as estações de caminho de ferro, as infraestruturas rodoviárias e de saneamento, que esventram a cidade e estendem pela paisagem os carris em ferro

Lá onde a cidade higienista se encontra com a cidade dos engenheiros, o espaço é visto como instrumento terapêutico por um lado, e devedor de uma lógica racionalista que se ancora então na metáfora do corpo: as veias, os pulmões, o coração da cidade, as artérias que o bombeiam, os canais subterrâneos (invisíveis ao olhar) apenas apercebidos em corte vertical, onde flui/circula a água, a electricidade e os detritos.

Outro ponto em comum são os modos de divulgação de higienistas e engenheiros: a imprensa, como as exposições universais, dirigem-se a um público alargado, são meios de travar a luta pela cidade e pela habitação higiénica, mas também de reiterar a crença no progresso, na ciência e na tecnologia no dealbar de um novo mundo.

A doutrina higienista introduz-se na legislação urbana dos séculos XIX e XX e marca de forma indelével a fisionomia das cidades enquanto abre as habitações à luz, repreende-lhes o uso promíscuo e impõe a existência de espaços e dispositivos ligados à higiene corporal. Se estas exigências são

³³⁸ L' Habitation à la ville - Principes généraux. X Congresso Internacional de higiene e de demografia, Paris, 1900.

de início dirigidas à habitação operária, elas devem ser tomadas em conta na influência, ainda que indirecta, na habitação burguesa, onde o asseio é um valor imperativo, também como forma de opor as duas classes: burguesa e operária.³³⁹

No século XX, será o modernismo a retomar os valores higienistas e a recriá-los formalmente: os volumes puros, o mobiliário plano, o uso de materiais lisos (aço inox), a recusa do ornamento são tanto elementos da linguagem do higienismo como do modernismo: “open window, open minds, open spaces”³⁴⁰

A sequência deste capítulo, inicia-se com uma comparação dos regulamentos de salubridade urbana, portugueses e franceses, e aferir, com esta ordem, a influência da ideologia higienista inscrita na prática da cidade da arquitectura. “hacer higiènicas las ciudades implica transformar la vida de sus habitantes, inventar nuevas formas de civilidad”³⁴¹

Pretende-se então definir essa cidade que se desenvolve e transforma nesse arco temporal do século XX, através dos planos urbanos que sendo muito diferentes nos seus objectivos e estrutura, nos permitem analisar sincronicamente a relação entre o espaço matricial e a habitação.

As formas de divisão e ocupação do solo urbano, as suas regras, a largura e comprimento das ruas, os sistemas de infraestruturação, etc, são elementos primários do plano urbano que vão condicionar a forma da habitação.

Não é possível olhar a habitação fora dos parâmetros que cada época e lugar tem codificados, no seu encontro com as tecnologias, técnicas construtivas e prescrições regulamentares. É sob esse enquadramento que tentamos definir e analisar as tipologias da arquitectura doméstica plurifamiliar em Lisboa, nas suas características morfológicas e espaciais, relacionando os projectos e os usos da casa ao longo das séries propostas e também nos casos de estudo que se elegeram.

³³⁹ Middle class obsessions with the healthy and hygiene of the working class were partly based on the assumption that a healthier proletariat would be more productive and cooperative, and perhaps also more contented and less prone to revolution” Paul Overy – Light, Air, and Openness: Modern Architecture Between the Wars, p. 57

³⁴⁰ Idem, p. 72

³⁴¹ Tiago Saraiva - Ciencia y Ciudad. Madrid y Lisboa (1851-1900), p. 16

4.1. O REGIME PRESCRITIVO

A legislação urbana e os regulamentos de edificação/construção podem ser vistos como condicionantes à actividade da construção e controlo do espaço urbano, definindo os limites e fronteiras entre o designado espaço público e o espaço privado.

O controlo do Estado sobre o território entende-se, sobretudo a partir do século XVIII, de um modo transversal, desde a regulação das actividades permitidas no espaço público, aos impostos de fronteira, à imposição de cores para as fachadas urbanas, nas cérceas, ou mesmo na submissão de projectos sujeitos a parecer técnico da entidade competente.

Todas as formas de controlo, com maior ou menor eficiência, reflectem uma imagem do poder, um texto articulado em fragmentos que se completam, e procuram uma ordem, constantemente testada na realidade.

A legislação urbana em Portugal tem uma figura legal relativamente recente no Decreto de 1864³⁴², para os melhoramentos das cidades do reino, mas alguns autores consideram precursora a acção legisladora de D. Manuel I (1469-1521) com as posturas régias para o reordenamento urbano da cidade³⁴³. Nesse âmbito pode-se igualmente entender a dissertação do engenheiro Manoel da Maia (1672 -1768) sobre a reconstrução de Lisboa como um documento regulador e normativo, um conjunto de recomendações que materializam uma imagem do espaço urbano.

Estes precedentes dão algumas pistas sobre o modo como a cidade se foi construindo, entendendo as limitações impostas e os objectivos que perseguiram. Mas em relação ao espaço interior do fogo tem que se esperar até ao início do século XX para que fosse publicado o primeiro corpo legislativo com o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas³⁴⁴ - RSEU (1903) que apenas será revogado quase meio século depois em 1951 com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas RGEU³⁴⁵. Entretanto tal como estipulava o art. 59 do RSEU os municípios deveriam elaborar os seus

³⁴² Decreto de 31 de Dezembro de 1864

³⁴³ Ver Helder Carita – Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521). Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

³⁴⁴ Decreto de 14 de Fevereiro de 1903

³⁴⁵ Decreto-lei nº 38382 de 7 de Agosto de 1951

regulamentos de Construção, disposição cumprida com o Regulamento Geral da Construção Urbana³⁴⁶ para a cidade de Lisboa em 1930 - RGCU

Embora o Estado desde cedo defina os seus instrumentos de controlo para o espaço público só no fim da primeira metade do século XX³⁴⁷ exige para aprovação camarária, dos projectos destinados a novas edificações, os prospectos (fachadas) e somente o RSEU obrigará à apresentação de plantas dos pisos, revelando uma preocupação que não passa apenas pela imagem urbana expressa pelos alçados mas também com o que se passa no interior das casas expresso ao nível da higiene.

O RSEU não foi apenas importante por permitir ou forçar uma averiguação do interior do fogo definindo as condições de habitabilidade mínimas, mas também porque inaugura em Portugal uma regulamentação da construção sob a égide do higienismo novecentista, que se socorria de meios de divulgação diversos desde a publicação de livros, teses, textos didácticos às notícias e artigos da imprensa genérica e especializada.

Quando em 1951 o RGEU substitui o RSEU as prescrições higiénicas que se moldaram em larga medida sob a influência da luta anti-tuberculose e que haviam influenciado o 1º regulamento de salubridade, já tinham sido em boa parte apropriadas pelo movimento moderno. Na arquitectura como no urbanismo citam-se os temas higienistas, difundidos nos seus textos programáticos mais emblemáticos, a Carta de Atenas (1933-43) mas também nos livros do crítico suíço Sigfried Giedion (1888-1968)

“O 4 Congresso CIAM, realizado em Atenas, chegou ao seguinte postulado: o sol, a vegetação, o espaço são as três matérias-primas do urbanismo.”³⁴⁸

O RGEU, embora por vezes contraditório, denuncia alguma influência das premissas e experiências do urbanismo moderno em prol de um ambiente mais salubre, que entretanto se tornaram também convenientes à difusão de uma

³⁴⁶ Postura aprovada em sessão de 28 de Agosto de 1930.

³⁴⁷ Por determinação da Câmara de Lisboa, de 2 de Outubro de 1845, condiciona-se a edificação à apresentação de prospectos. “A partir de 2 de outubro de 1845 a câmara voltava a exigir a apresentação de prospectos de todas as obras particulares a efectuar na cidade, mas a maior parte dos documentos gráficos são sumários, consistindo numa única folha de cartão espesso, das mais variadas dimensões que incluem o desenho da fachada principal, um pouco rigorosa escala em palmos e memória descritiva como nome do proprietário, a localização e o objectivo da obra, adição ou edificação.” Raquel Henriques da Silva - Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura, 1777-1874 [Texto policopiado], p. 409

³⁴⁸ Carta de Atenas – Consultada no sítio : http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf

conduta moral cara ao Estado Novo (1933-74). Como se escrevia no Manual de Higiene da Mocidade Portuguesa: “E pelo grau de desenvolvimento da higiene, se avalia a civilização de um Povo” ³⁴⁹

São estes dois regulamentos gerais o RSEU (1903) e o RGEU (1951) mas também o regulamento municipal de Lisboa, RGCU (1930) que se tenta perspectivar e analisar no modo como condicionaram a construção urbana e também na medida do seu enquadramento nas proposições higienistas.

A luz e a ventilação temas essenciais da arquitectura e do urbanismo do século XX têm na janela um protagonista óbvio. É também nessa perspectiva que se tenta medir o alcance dos regulamentos. É contudo arriscado tomar a(s) janela(s) como resposta directa ou indirecta ao tema da habitação salubre, mesmo quando o movimento moderno integra as ideias do higienismo social (e das construções sanatoriais) e as formaliza na habitação. Na arquitectura trata-se sempre de uma resposta estética, construtiva, tecnológica a um problema de matriz objectiva ou subjectiva.

4.1.1 HIGIENE E SALUBRIDADE NA EUROPA – SÉCULOS XIX E XX

Alguns sinais permitem antever, na Europa do século XIX, uma mudança de atitude em relação à salubridade do corpo, urbana e da habitação que resultará na emergência da higiene como método de controlo político-científico do “conjunto de condições que promovem e/ou são favoráveis à saúde”³⁵⁰.

A deslocação dos discursos e estratégias materiais para uma esfera de combate actuante em prol da saúde, ao contrário daquela que era a atitude precedente mais concentrada na manutenção e na conservação³⁵¹, abriu caminho a uma nova competência científica no âmbito da medicina: o higienismo como campo especializado e com ligações à “fisiologia, química e à história natural”³⁵².

“O rápido crescimento das principais cidades europeias durante o século XIX e a concentração demográfica daí decorrente determinará as condições de salubridade do meio urbano. As

³⁴⁹ O.N. Mocidade Portuguesa - Manual de higiene da M. P., p. 3

³⁵⁰ Definição de “Salubridade” in Manuel Freitas e Costa - Dicionário de termos médicos, p. 1084

³⁵¹ A este propósito veja-se a obra de Georges Vigarello - O Limpo e o Sujo – A higiene do Corpo desde a Idade Média. Veja-se igualmente a título de exemplo o “Tratado da Conservação da Saúde dos Povos” de António Ribeiro Sanches, 1756.

³⁵² Georges Vigarello - O Limpo e o Sujo – A higiene do Corpo desde a Idade Média, pp. 134-135

insuficiências da rede de saneamento básico, do abastecimento de água e as deficientes condições das habitações operárias fazem agravar os problemas de saúde pública multiplicando as epidemias resultantes de doenças infecciosas como a cólera o tifo ou a febre amarela que têm frequentemente origem em águas contaminadas e se propagam rapidamente em ambientes sobrelotados.”³⁵³

O alerta de médicos e higienistas, veículado em congressos, epístolas e revistas da especialidade, os custos económicos e sociais resultantes das situações epidémicas e a pressão dos grupos sociais, motivaram um combate mais alargado em defesa da saúde pública que, por extensão, incidirá também sobre a higiene urbana e das habitações.

Este conjunto de acções explica, em certa medida, a crescente intervenção do Estado durante o século XIX nos mecanismos de regulação da cidade, a pretexto do controlo dos problemas sanitários. Assumindo maior protagonismo na gestão da cidade os poderes públicos intervieram não só na efectiva planificação formal do espaço urbano e na municipalização de serviços mas também no estabelecimento de um conjunto de regras (regulamentos) que pretendiam disciplinar e harmonizar o crescimento urbano.

Por outro lado, assiste-se a um esforço de dirigir o tema da higiene aos vários segmentos da sociedade manifesto na divulgação através de revistas, algumas da especialidade³⁵⁴ mas muitas genéricas onde se incluem rubricas sobre a higiene pessoal ou pública. São também inúmeras as publicações monográficas sobre este assunto editadas entre 1850 e 1900 compreendendo também edições de carácter filantrópico e didáctico.

As *exposições*³⁵⁵ universais e os congressos, estes últimos constituindo um fórum de discussão e confronto de teorias entre vários especialistas, são outras vias pelas quais o tema da higiene percorre a Europa.

A habitação operária, rapidamente identificada como foco de insalubridade foi objecto de um número crescente de recomendações e de intenções regulamentares, mormente mais restritivas do que aquelas definidas para o “prédio de rendimento” onde muitas das vezes, em face dos objectivos de lucro dos proprietários, se moderam as imposições do legislador.

³⁵³ Georges Vigarello - O Limpo e o Sujo – A higiene do Corpo desde a Idade Média, p. 134-135

³⁵⁴ “Petit Journal”, “Health Culture and Hygiene Gazette” (cerca de 1900) e desde 1923 a American Medical Association publica a revista “Hygeia”

³⁵⁵ As exposições em Paris - 1878, 1889 e 1900 – têm uma secção de habitação operária onde são importantes as técnicas de higiene e os seus aspectos didácticos.

A natureza das recomendações conducentes à salubridade do habitat são diversas mas podem dividir-se em duas sensibilidades: A primeira procura fixar as condições de higiene em intervenções pontuais - redefinindo o programa da habitação em função da topologia de alguns espaços (w.c., cozinha) ou a incidência dos elementos naturais, o ar, o sol ou a luz que penetram nos interiores.

A outra corrente, pelo contrário, confia que a instalação de aparelhos e dispositivos técnicos assegure e melhore as condições sanitárias.

Podem-se então definir dois modos de luta contra a insalubridade: a instrumentalização técnica e a melhoria das condições do espaço³⁵⁶ (dimensões, ar, luz) reflectindo uma visão mais etiológica da medicina que perpassará progressivamente para a legislação sanitária.

Em Portugal, na segunda metade do século XIX, o debate sobre a higiene e salubridade urbana intensifica-se extremado pelos surtos episódicos de cólera e febra amarela nas cidades de Lisboa e Porto³⁵⁷ - que tinham frequentemente os seus epicentros em zonas degradadas e insalubre das cidades

São os médicos³⁵⁸, mas são também os engenheiros e arquitectos os primeiros protagonistas das preocupações higienistas.

Se os médicos possuem um conhecimento científico que os habilita a propor acções com vista a maior salubridade os engenheiros são, em grande medida, os profissionais que estão desde logo conscientes³⁵⁹ da sua própria capacidade em concretizar essas propostas.

A partir da segunda metade do século XIX as câmaras municipais através do seu corpo técnico concretizam uma série de obras que implicam uma nova percepção do espaço público. Essas novas obras irão dotar a cidade de equipamentos que pela sua natureza eram potencialmente insalubres e que

³⁵⁶Ver Christian Moley - L'Architecture du Logement – Cultures et Logiques d'une norme héritée. p. 28-32

³⁵⁷Em 1833 epidemia de cólera (40 mil mortos), em 1855, nova epidemia de cólera, em 1857 surto de febre amarela. Em 1861 o rei D. Pedro V morria vítima de febre tifóide. (Em 1860, D. Pedro V ordenou, em homenagem à sua falecida esposa, a edificação do Hospital da Bemposta (nome antigo do Hospital da Estefânia), que só ficaria pronto sete anos depois, durante o reinado de seu irmão, D. Luís I.)

³⁵⁸ Em Portugal destaquem-se, no último quartel do século XIX, a intervenção de Ricardo Jorge (1858-1939), Câmara Pestana (1863-1899) e Sousa Martins (1843-1897)

³⁵⁹ Essa consciência virá também não só de uma formação académica que lhes faculta os instrumentos para intervir de acordo com os desafios da cidade oitocentista, mas também é de notar que em Portugal estão organizados como classe profissional desde 1869 na Associação dos Engenheiros civis portugueses.

são agora alvo de uma nova atenção no que diz respeito à implantação, aos materiais e às soluções construtivas. Assim os matadouros, os mercados, os hospitais, as cadeias, serão avaliados numa perspectiva que acusa claramente as preocupações higiénicas.

“(…) desde cedo se definiu o conjunto de condições que poderiam assegurar a higiene e salubridade de Lisboa (....) o abastecimento generalizado de água canalizada (...) o estabelecimento de uma rede geral de esgotos; a construção de edificações especializadas onde se concentravam determinados serviços urbanos (...) mercados, matadouros, hospitais, prisões, obedecendo a padrões que não só permitiam a higiene no seu funcionamento próprio como deixavam de contribuir para a insalubridade geral (...) a construção de habitação (...) segundo regras de saneamento, arejamento, insolação, etc, (...) e finalmente a implantação de jardins e outras zonas arborizadas (...) entendido como uma importantíssima condição de salubridade dadas as suas implicações quanto à purificação da atmosfera”³⁶⁰

4.1.2 A SANITARIZAÇÃO DO ESPAÇO

Mas a sanitização do espaço público evidencia uma estratégia política que não é apenas focada nas acções concretas mas apoiada a jusante pela própria actualização da formação dos profissionais que intervêm na cidade – médicos, engenheiros e arquitectos³⁶¹- e se complementa no edifício legislativo e regulamentar.

Essa acção formativa concorreria para a definição de competências ligadas à medicina preventiva a exemplo do Plano de estudos do Curso de Medicina Sanitária (1903 e 1904)³⁶², destinado a médicos e engenheiros.

Tendo como missão, entre outras, a de "ministrar a instrucção especial technica e conferir o tirocinio profissional pratico, necessario como habilitação de admissão aos logares de medicos e engenheiros do corpo de saude publica "(nº 1 do art. 115º) inclui no seu programa escolar disciplinas como

³⁶⁰M. Helena Lisboa - Os engenheiros em Lisboa- urbanismo e arquitectura (1850-1930), p. 152

³⁶¹Se aos arquitectos não foi possível uma resposta *técnica*, cedo incorporaram as exigências impostas pela legislação, e as sucessivas reformas do ensino das Academias de *Bellas Artes* introduzem, a partir de 1875, disciplinas relacionadas com a higiene e salubridade. A reforma do Ensino das Belas Artes (1876) incluía, no curso de Arquitectura, a disciplina de “Hygiene dos Edificios”. A reforma de 1911 mantém a mesma disciplina na 5ª classe do curso de “Architectura Civil”. A reforma de 1932 integra no 4º ano a disciplina de “Prática de construção (estudos parciais e pequenos projectos de conjunto; salubridade das edificações). Ver Frederico George - Considerações sobre o ensino da Arquitectura.

³⁶² “O Instituto Central de Higiene "o 10º a ser fundado no mundo, e seguindo os melhores modelos — o inglês e o alemão" tinha como missão, entre outras, a de "ministrar a instrucção especial technica e conferir o tirocinio profissional pratico, necessario como habilitação de admissão aos logares de medicos e engenheiros do corpo de saude publica"(nº 1 do art. 115º). Luis Graça (2000) - História da Saúde no Trabalho: 2.1. A Reforma da Saúde Pública no Virar do Século XIX. [consult. 02.09.2010] disponível em <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos16.html>

*Desinfecção pública, Higiene industrial, a Assistência das classes pobres, higiene hospitalar e higiene escolar e Higiene habitacional. Salubridade das habitações*³⁶³

Este curso surge em estreita articulação³⁶⁴ com a estrutura matricial dos serviços de saúde do reino, enunciado legislativo saído da reforma sanitária de 1899-1901 (Decreto de 24 de Outubro de 1901), de Ricardo Jorge³⁶⁵ (1858-1939), que se inspirava explicitamente no exemplo da Inglaterra, considerada a "pátria da higiene"³⁶⁶ e o modelo de organização médico-sanitária:

Segundo o art. 10º do Regulamento de 4 de Dezembro de 1901, os serviços de saúde pública tinham por fim "vigiar e estudar quanto diz respeito á sanidade publica, á hygiene social e á vida physica da população, promovendo as condições da sua melhoria" e abrangiam, entre outros domínios³⁶⁷, *A salubridade dos lugares e habitações*.

É no âmbito desta reforma sanitária que se constitui, em 1901, o Conselho de Melhoramentos Sanitários cuja função é a fiscalização de edifícios de uso público: quartéis, asilos, escolas, cadeias, teatros, mercados bem como bairros operários e habitações colectivas. Este organismo promoverá acções de vária ordem entre as quais o inquérito, coordenado pelo General Augusto Pinto Montenegro (1829-1908) presidente do Conselho, sobre as habitações em pátios.

³⁶³ Nesta área eram leccionadas matérias referentes a Normas sanitárias de construção, ventilação e aquecimento, Limpeza domiciliária e limpeza viária por Bernardino António Barros Gomes, engenheiro sanitário da Delegação de saúde de Lisboa. Luis Graça (2000) - História da Saúde no Trabalho: 2.1. A Reforma da Saúde Pública no Virar do Século XIX. [consult. 02.09.2010] disponível em <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos16.html>

³⁶⁴ O art. 132º dizia o seguinte: "Em Coimbra e Porto serão organizados, sob a superintendência da inspecção geral, cursos de medicina sanitária que satisfaçam ao programa doutrinal e prático estipulado para o Instituto Central de Higiene", *ibidem*

³⁶⁵ Referente à higiene urbana e com antecedentes na reforma de 1837 de Passos Manuel (1801-1862), e na Reforma sanitária de 1868 de Alves Martins (1808-1882)) onde é criado o Conselho de Saúde

³⁶⁶ Excerto do preâmbulo do Decreto de 28 de Dezembro de 1899, que se presume ser da autoria de Ricardo Jorge (ou por ele inspirado): Luis Graça (2000) - História da Saúde no Trabalho: 2.1. A Reforma da Saúde Pública no Virar do Século XIX. [consult. 02.09.2010] disponível em <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos16.html>

³⁶⁷ Como "A defesa contra a invasão das *moléstias exótico-pestilenciais*"; "A estatística demográfico-sanitaria"; "A prevenção e combate das *moléstias infecciosas*"; "A salubridade dos lugares e habitações"; "A inspecção das substâncias alimentícias"; "A higiene da indústria e do trabalho"; "A policia mortuária"; "O exercicio médico-profissional"; e "quaesquer outras applicações da hygiene publica", *ibidem*.

A legislação urbana, ainda que não incida especificamente sobre a higiene, inicia-se cedo³⁶⁸, em 1864. O Decreto de 31 de Dezembro menciona no seu preâmbulo as intenções da lei reflectindo sobre “a decoração das cidades, o livre-trânsito, a comodidade e a salubridade pública.”

Este diploma foi porém precedido por um importante articulado legislativo relacionado com as questões de salubridade industrial: a acção reformadora de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) alicerçada numa campanha de obras públicas e na industrialização do país criará problemas de insalubridade especificamente endereçados aos ambientes laborais. Entre 1858 e 1863 esta matéria é objecto de três decretos: o de 1858³⁶⁹ (decreto de 27 de Agosto de 1858), que regulamenta os estabelecimentos industriais, o de 1860³⁷⁰ (Decreto de 3 de Outubro) onde saem algumas alterações ao primeiro decreto e finalmente três anos mais tarde (decreto de 21 de Outubro de 1863 *Diário de Lisboa*, nº 243, de 28 de Outubro de 1863.) é publicado o diploma que define e regula os *estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos*

4.1.3 – O PRIMEIRO REGULAMENTO DE SALUBRIDADE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE RSEU E O REGLEMENT SANITAIRE TYPE

Será necessário esperar pelo início do século XX³⁷¹ para ver publicado, no Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, o Regulamento de Salubridade das Edificações e Urbanizações – RSEU, a primeira lei referente à higiene das habitações estruturada em três capítulos: salubridade dos terrenos, salubridade dos prédios e disposições geraes³⁷².

³⁶⁸ “É apenas precedida em termos europeus pela Espanha com a Lei de 29 de Junho de 1864 que regulou o Ensache de las poblaciones” Fernando Gonçalves - *Evolução histórica do direito do urbanismo em Portugal (1851 - 1988)*, p. 4

³⁶⁹ «Artº 1º As manufacturas, fabricas, officinas, e mais estabelecimentos industriaes insalubres, incomodos, ou perigosos, designados na tabella annexa, que faz parte deste Decretos (...) não poderão d'ora avante ser fundados sem previa licença expedida nos termos deste Regulamento». João Cosme in *As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX)*, p. 185

³⁷⁰ Este diploma repete a maior parte das disposições constantes do decreto de 27 de Agosto de 1858. Visa, essencialmente, agilizar as formalidades inerentes à concessão e renovação das licenças, atribuindo estas competências ao Governador Civil. Além disso, especifica, os procedimentos administrativos que se deveriam ter quando fosse necessário fazer cessar a laboração de um estabelecimento industrial.

³⁷¹ “(...) a extensão e intensificação da intervenção pública tem um pendor proibitivo, procurando regulamentar um vasto conjunto de actividades que se exercem no contexto da cidade (...) os regulamentos respeitantes à edificação são um exemplo desta novras ruas e altura dos edificios ou com a espessura das paredes, só mais tardiamente vigiam a salubridade e habitabilidade dos alojamentos” Álvaro Ferreira da Silva - *Modos de Fazer a Cidade A Mão Visível na expansão Urbana*. p. 123-124

³⁷² Esta lei é integralmente publicada na *Construcção Moderna* em 1903. ver Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas in “*A Construcção Moderna*” Ano IV, nº 103 (01-08-1903), p. 152; nº

Esta lei é contudo recebida com algumas críticas, especialmente dirigidas ao seu tardio aparecimento: No anuário de 1905, da recém fundada Sociedade dos Architectos Portuguesas, Álvaro Machado (1874-1944) considera-lo “atrasado de muitos annos em relação a outros regulamentos congeneres de paizes estrangeiros” e o engenheiro Rigaud Nogueira escrevia na “A Construção Moderna”, que “Ha muito que reformar e não é de admirar que a lei franceza de 23 de julho de 1884, só a 14 de fevereiro de 1903, chegasse a esta cidade, porque em questões de architectura Portugal andou sempre atrasado cronologicamente 200 anos”³⁷³.

A comparação com os regulamentos franceses era tão só natural: a influência cultural que França exercia sobre as “elites” portuguesas era ainda considerável e passava pela própria formação dos profissionais, da importação dos modelos de ensino *Beaux-arts* aos pensionatos realizados na academia francesa, à divulgação da prática profissional em revistas especializadas como a “A Construção Moderna” (1900-1919) a exemplo da sua congénere francesa “La Construction Moderne”.

Por isso tentou-se estabelecer uma análise comparativa dos regulamentos dos dois países, principalmente os regulamentos sanitários do princípio do século XX, permitindo identificar uma matriz comum que se ancora a um *corpus* teórico que articulava as principais exigências de médicos, engenheiros higienistas e architectos, que durante o século XIX se bateram pela implementação de medidas de promoção à salubridade na construção.

Estas comparações não são contudo lineares, uma vez que os textos legais reflectem situações concretas muito diferentes, basta lembrar que a herança de G. Haussmann (1809-1891) definirá um “tipo” de imóvel parisiense que não tem paralelo em Lisboa e que as tipologias³⁷⁴ dos prédios de habitação franceses, quer unifamiliares quer plurifamiliares, se fecham numa codificação do espaço interno mais rígida.

110 (10-10-1903), p. 208; nº 111 (20-10-1903), p. 216; nº 112 (01-11-1903), p. 224; nº 113 (10-11-1903), p. 232 e nº 115 (01-12-1903), p. 248.

³⁷³A.R.N., A esthetica e a hygiene das construcções urbanas – A Construção moderna, Ano VIII, nº 225, 10 de Junho de 1907, p. 263. artigo originalmente publicado no 1º de Janeiro.

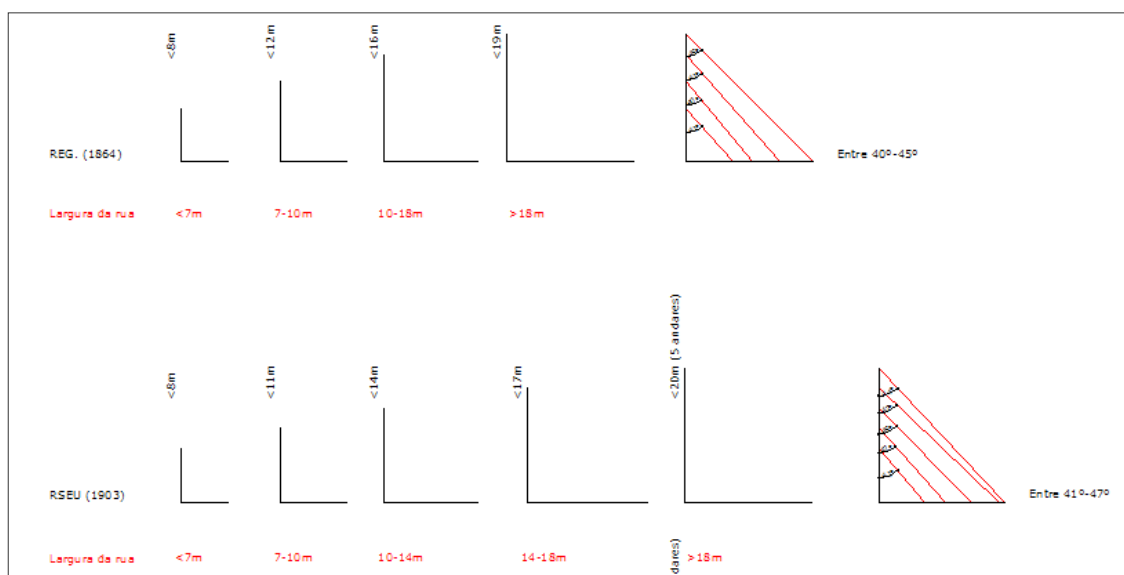
³⁷⁴ Como o *Immeuble de rapport, à loyer, hotel particulier*.

ALTURAS

No entanto os artigos que definem relações de medidas ou espaciais possibilitam um grau de comparação mais directo

Um exemplo claro é o da relação entre a largura da rua e dos edifícios, índice que sempre marcou presença nos regulamentos urbanos, revelando uma preocupação não só com a escala/proporção mas com as possibilidades de insolação e ventilação adequada dos edifícios.

Tabela 1 – Comparação da relação entre a altura do edifício e a largura da rua estabelecidas no regulamento de 1864 e no de 1903



Analisaram-se dois regulamentos portugueses, o de 1864 e o de 1903 (RSEU) com outros dois regulamentos franceses: o regulamento sanitário-tipo (1902) e o seu antecedente de 1884 (que apenas actualiza de modo ligeiro o regulamento de 1859 nesta matéria)

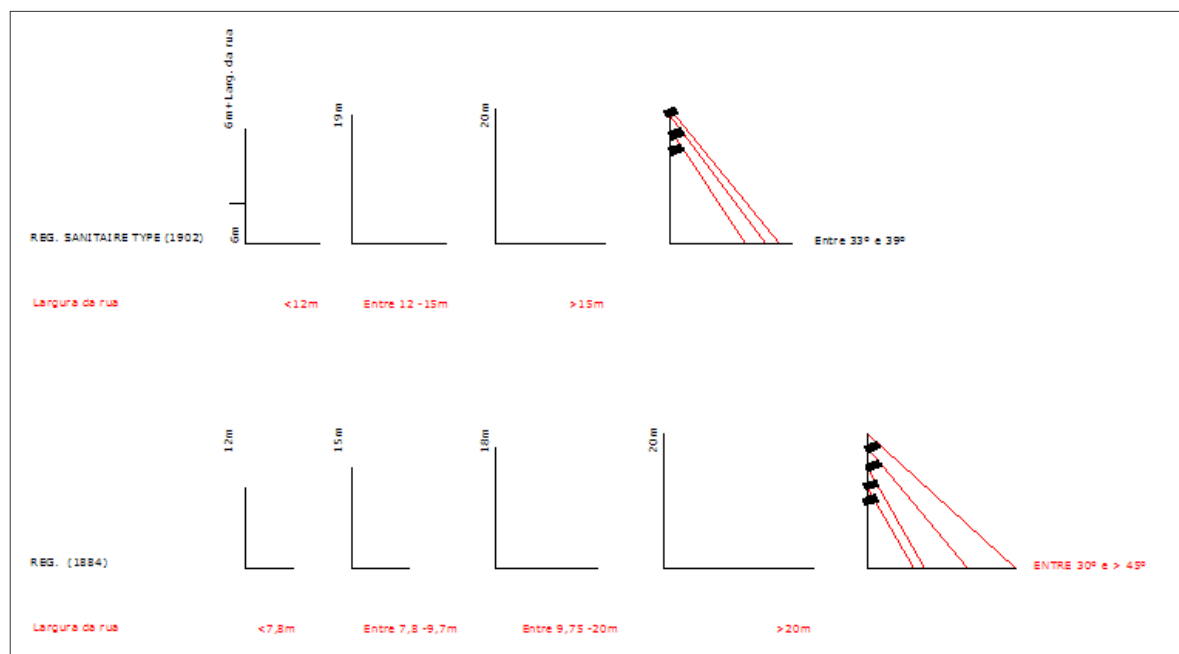
As relações propostas pelos regulamentos franceses são mais desfavoráveis à insolação plena dos edifícios tendo em conta a largura da rua. Os ângulos são nas situações mais desfavoráveis do intervalo de medidas (utilizaram-se as medidas mais próximas do limite inferior do intervalo) mais baixos do que no caso português.³⁷⁵

³⁷⁵ Devido à diferença de latitude entre os dois países (aproximadamente 10° entre Lisboa e Paris)

Se no RSEU (1903) e no Regulamento de 1864, o ângulo de insolação nunca é menor que 40°, na legislação francesa está nos 30°, sendo inclusive mais favorável na norma de 1884, em comparação com a de 1902.

De qualquer modo em todos os regulamentos as situações mais favoráveis verificam-se quando nos aproximamos das medidas máximas, nas ruas de largura superior a 15 m. Há a intenção de estabelecer um critério normativo para as zonas da cidade pré-modernas, com ruas de pequena largura e por vezes obscurecidas pela altura dos edifícios, mas sobretudo de tomar como

Tabela 2 - Comparação da relação entre a altura do edifício e a largura da rua nos regulamentos franceses de 1884 e no de 1902.



modelo um urbanismo assumido pela predominância dos sistemas de circulação viária, de avenidas, *boulevards*, alamedas arborizadas com larguras de rua superiores a 18 m, mas com um máximo de altura de edificação de 20 m, o correspondente a aproximadamente 5 andares.

Aliás é a partir de 1903 que o Regulamento Geral de Salubridade Urbana (RSEU) substituindo as prescrições de 1864 introduz o termo *boulevard* para designar as novas avenidas e estipular uma outra referência de medida.

Na época medieval as ruas são em geral muito estreitas e a excepção era a Rua Nova de Lisboa com uma largura de 9 metros³⁷⁶, linha paralela ao Tejo próximo do Largo do Município com arcadas em algumas partes do percurso. Observando alguns modelos urbanos antecedentes ainda presentes na cidade, no Bairro Alto, urbanização do século XVI, a R. da Atalaia mede 4 m de largura e a da Rosa atinge por vezes os 6 m³⁷⁷. As ruas da Baixa pombalina já constituem, em relação às medidas precedentes, um salto considerável, variando entre os 7 m das vias secundárias e os 13 m das ruas principais.

Mas é no final do século XIX com a abertura da Av. da Liberdade que uma nova escala se inaugura, com esta alameda com largura de 90m separada por corredores centrais. E o plano para as “Avenidas Novas” no início do século XX continuará esta tendência propondo que a Av. da Liberdade termine numa praça circular de 200 m de diâmetro “de onde irradiam quatro ruas de 30 m ³⁷⁸, (Fontes Pereira de Melo, Duque de Loulé, Joaquim António de Aguiar e Braamcamp) sendo que a principal avenida deste plano, que se inicia a partir da Praça Duque de Saldanha, a Ressano Garcia, mais tarde da República, terá 60m de largura.

A tentativa de resolução dos problemas de insalubridade e a vontade de controlo do espaço público determinam a redacção tanto do RSEU (1903) como do *Reg. sanitaire-type* (1902), são estes regulamentos que nos possibilitam comparações mais assertivas em relação a estas matérias e que se “desenham” para a “cidade moderna”, tanto quanto a definem.

³⁷⁶ Iria Gonçalves – Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da R. Nova de Lisboa in *Um Olhar sobre a cidade medieval*, p. 117-137. na p. 123-4, a autora confronta duas referências dispares sobre a largura e comprimento da rua, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira e de João Brandão, que indicam, respectivamente, os valores de 200 por 20 passos (150X15m) e 130 por 4 braças (236,6X7,3). Não sendo possível aferir a veracidade destes valores, a autora baseia-se nos elementos subsequentes ao terramoto para encontrar a medida de 213 por 9 m para a R. Nova de Lisboa. “Poderá parecer diminuta, sobretudo na sua largura mas se pensarmos que, como diz Jean Pierre Leguay, baseado em numerosos casos, que as grandes artérias medievais mediam entre cinco e doze metros, compreendemos que, com aquelas medidas, a R. Nova de Lisboa seria, efectivamente, uma grande artéria. p. 124

³⁷⁷ São as medidas actuais, mas que não diferem dos valores que se encontram na planta das freguesias de Lisboa do século XVIII.

³⁷⁸ A Memória descritiva referente ao plano data de 1879.

ÁREAS E CUBICAGEM

Embora se tenha descoberto³⁷⁹ que algumas doenças de origem microbiana que surgiram em surtos durante todo o século XIX, como a cólera ou a febre amarela, não estão relacionadas com o arejamento das habitações, outras há como a tuberculose que em função da acção microbicida dos raios solares surge mais frequentemente em lugares fracamente ventilados e insolados³⁸⁰

Visando precisamente prevenir situações patológicas resultantes da concentração de pessoas em espaços escuros e pouco arejados, o regulamento nos seus artigos 11º, 12º e 13º do Cap. II determinava que:

“Art. 11º As janellas devem ser amplas para darem entrada ao ar e á luz, tendo pelo menos um decimo da superficie do pavimento do quarto, e com o minimo de 0^{m2},8 nos quartos de dormir.”

“Artº 12º Se o edificio for destinado a reuniões publicas, como egrejas, theatros, etc., devem ter amplos meios de entrada e saída, abrindo as portas quanto possível para o exterior, e meios proprios de ventilação, taes como janellas de girar, vidros paralelos, tubos apropriados, ou outros, que assegurem um cubo de ar sufficiente com relação ao numero de pessoas que pode conter.”

“Artº 13º Os quartos de dormir nunca devem ter capacidade inferior a 25 metros cubicos por pessoa e terão uma janella que os ponha em contacto com o exterior”³⁸¹

Segundo o artigo 2º do RST (1902) as divisões destinadas a permanência diurna ou nocturna, terão uma capacidade mínima de 25m³ com as seguintes condições:

“Elle sera aérée et éclairée directement sur rue ou sur cour par une ou plusieurs baies. L'ensemble de celles-ci présentera une surface de au moins 2 mètres carrés, et au moins un mètre carré en plus pour chaque fois 30 mètres cubes.”

As imposições de ambos os regulamentos no que diz respeito à capacidade mínima dos quartos e das divisões é muito semelhante indo de encontro às recomendações internacionais divulgadas em congressos da especialidade³⁸²

³⁷⁹ Robert Koch(1843-1910) Bacilo da tuberculose em 1882 (Bacilo de Kock – BK)

³⁸⁰ “A falta de arejamento contribuía para a propagação dos vírus e bactérias causadores de muitas doenças. Por exemplo, a tuberculose, uma das doenças infecto-contagiosas que, nesta altura, grassava pelo País, é uma patologia com reprodução lenta do BK que é extremamente sensível à luz solar, conseguindo manter-se vivo no meio ambiente durante escassas horas, e sem capacidade de multiplicação” In João Cosme - As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX), p. 189

³⁸¹ RSEU (Decreto de 14 de Fevereiro de 1903)

³⁸² Por exemplo no X Congrès International d'Hygiène recomenda-se que : «Les pièces qui composent le appartement auront des dimensions proportionnées au service qu'on en attend mais telles cependant que

A área das janelas corresponde, no regulamento português, a 1/10 (10%) da superfície do pavimento mas com um mínimo de 0,8 m² para os quartos. A lei francesa é neste caso mais generosa, com um mínimo de 2m² de abertura para uma capacidade de 25 m³.

WC

Outra das imposições dos regulamentos é a da obrigatoriedade da existência de pias e latrinas sendo a sua localização relativamente indeterminada, no RSEU, desde que possam ser arejados através de janela ou fresta:

“Artº 42 (...) a latrina pode ser collocada, conforme as circunstâncias, ou em espaço contiguo ao predio, ou por fóra da sua parede exterior, ou ainda no interior da habitação, convindo neste caso, que o seja ao fundo de um corredor, em local onde possa haver uma janella ou pelo menos uma fresta de 0^m,30X0^m,50 que dê comunicação para o exterior, condição igualmente imposta às que se construirem fóra do predio ou em terrenos annexos.”³⁸³

O «Reglement sanitaire municipal applicable aux villes, bourgs ou agglomérations» consequente à Loi du 15 février 1902 - Loi relative à la protection de la santé publique. (Journal Officiel du 19 février 1902) interdita a sua comunicação com cozinha e quartos “Les cabinets d’aisance installés dans les maisons ne communiqueront directment ni avec les chambres à coucher ni avec les cuisines (...)”³⁸⁴ e define no artº 36º que “Dans tout maison il aura, para appartement, quelle qu’en soit l’importance, à partir de trois pièces habitables (non compris la cuisine), un cabinet d’aisances installé dans un local éclairé et aéré directment.”

PÁTIOS E SAGUÕES

Tendo em conta as proporções do lote urbano, mesmo o resultante das operações de expansão do início do século XX, que se caracteriza ainda por um loteamento onde a frente é mais estreita do que a profundidade, foi muitas vezes necessária a interposição de pátios e saguões de modo a permitir a iluminação e ventilação de espaços que de outro modo seriam interiores.

leur capacité ne soit jamais inférieure à 30 ou 40 mètres cubes». Excerto do relatório relaizado por: MM. Tanquerel, Vaillant, Garot, Déchard, Lacau, Dubuy, Pergod, Forgeot et Pucey, p. 318.

³⁸³ RSEU (Decreto de 14 de Fevereiro de 1903)

³⁸⁴ Circulaire ministérielle du 30 mai 1903. Annexe VIII – Règlements sanitaires communaux (articles 1,2 et 3 de la Loi du 15 Février 1902), p. 227

Escreve-se no artigo 19º que “os pateos collocados entre os predios que tenham altura inferior a 18m devem ter, pelo menos 30 metros quadrados de superficie com a largura minima de 5 metros, para darem fácil circulação ao ar e abundante luz”³⁸⁵.

Nos saguões ou pátios interiores, e em conformidade com a sua função devem considerar-se diferentes aéreas: 9m² quando se destinam iluminar cozinhas, 4 m² para escadas, vestíbulos ou antecâmaras

No regulamento francês a referência a estes dispositivos é um pouco diferente dada a tradição de fechar a habitação sobre estes pátios. Assim determina-se que estes espaços, quando destinados a iluminar e arejar, divisões destinadas à permanência devem ter no mínimo 30 m² mas para os espaços que não podem ser utilizados para habitar terão 15 m²³⁸⁶.

A utilização de pátios e saguões é inevitável para estes dois regulamentos, mas deve permitir uma adequada ventilação e insolação dos espaços. É curiosa a distinção entre as divisões habitáveis e as que não se destinam a uma ocupação permanente.

4.2. DIVULGAÇÃO – REVISTAS E CONGRESSOS – A CONSTRUÇÃO MODERNA

A intervenção política sobre o corpo e a saúde corresponde a dois períodos distintos: no início do século XIX³⁸⁷ com o programa da reforma dos hospitais e com os estudos estatísticos³⁸⁸ dos higienistas relativos ao controle das epidemias. E uma segunda fase, do final do século XIX e até ao início da 1ª

³⁸⁵ Artº 19 do RSEU (Decreto de 14 de Fevereiro de 1903)

³⁸⁶ Anr. 12. — Les cours sur lesquelles prennent jour et air des pièces pouvant servir à l'habitation soit de jour, soit de nuit, auront une surface d'au moins 30 mètres carrés.

Anr. 1). — Les cours, dites courettes, sur lesquelles sont exclusivement aérées et éclairées des pièces qui ne peuvent être destinées à l'habitation auront une surface de 15 mètres carrés au moins. In Circulaire ministérielle du 30 mai 1903. Annexe VIII – Règlements sanitaires communaux (articles 1,2 et 3 de la Loi du 15 Février 1902).

³⁸⁷ O “Tratado de Polícia Médica, no Qual Se Compreendem Todas as Materias, Que Podem Servir para Organisar Hum Regimento de Policia de Saúde para o Interior do Reino de Portugal”, (1818) da autoria do médico José Pinheiro de Freitas Soares (1769-1831), membro da Junta de Saúde. Este tratado continha já algumas providências relativas à “salubridade das habitações e das fábricas”, além de preceitos relativos à higiene individual.

³⁸⁸ O uso de estatísticas e tabelas comparadas de mortalidade entre ricos e pobres possibilitou uma compreensão do estado sanitário das diferentes classes sociais, e evidenciou a necessidade de modificar essas desigualdades. A higiene apoiava-se sobre uma matematização da sociologia empírica.

Guerra Mundial, direccionada para o controle da “classe operária”/populares³⁸⁹, dos ambientes laborais à habitação, tomando uma nova direcção a partir das descobertas microbiológicas de L. Pasteur (1822-1895) e R. Kock (1843-1910)

Não é certo que a divulgação da “causa higienista” através de jornais, revistas especializadas, congressos tenha tido um efeito imediato, ou seja que as recomendações tenham sido seguidas, mas o mais provável é que a sua difusão tenha vencido resistências e contribuído para a integração destes preceitos também na legislação.

A divulgação de teorias em livros ou mesmo as dissertações académicas que pretendiam contribuir para a resolução dos problemas de salubridade e higiene são relativamente comuns e se os médicos³⁹⁰ são os profissionais mais activos nesse domínio, arquitectos e engenheiros irão reflectir essas recomendações de carácter “científico” na prática da arquitectura e na política urbana.

O arquitecto João Lino de Carvalho³⁹¹ (1859-1926), é uma excepção, uma vez que desde cedo manifestava uma atenção particular aos problemas relacionados com a higiene, disposição ainda rara entre os arquitectos portugueses³⁹². Em 1898, num livro sobre a higiene na habitação alestrava para a importância da luz natural nas habitações

“São as janellas, as portas e as clara-boias que temos ao nosso alcance para distribuir directamente este poderoso agente natural pelos diversos compartimentos da habitação. A luz deve pois ser própria e sómente nos casos de impossibilidade poderá ser indirecta por meio de bandeiras, portas ou divisórias interiores envidraçadas.”³⁹³

Mas é sobretudo através das publicações periódicas como *A Construcção Moderna*, que constitui até 1908³⁹⁴, uma excepção no panorama das

³⁸⁹A preocupação sanitária e jurídica de controlar e moralizar as condutas dos sectores menos privilegiados da população, ou melhor dizendo, a persistência da antiga associação entre condições físicas e condições morais.

³⁹⁰ Albino Soares Martins – Algumas palavras sobre ventilação e aquecimento dos hopitales. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico Cirúrgica do Porto, 1896

³⁹¹A Biblioteca foi criada em Dezembro de 1904 pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses. O Arquitecto João Lino de Carvalho (18??-1926), a quem coube a constituição e organização do acervo da biblioteca da SAP e foi o seu primeiro bibliotecário. Entre 1925/26 foi presidente da SAP. Escreve entre 1904 e 1905 na *Construcção Moderna* Povoações hygienicas (Ano V - N.º 151 – 01.12.1904) e Povoações Salubres (Ano V - N.º 152 – 10.12.1904 N.º 153 – 20.12.1904, N.º 154 – 01.01.1905)

³⁹²Ver p. exemplo o livro de João Lino de Carvalho - Considerações sobre a hygiene da habitação: construcção moderna, Lisboa : Typ. de Papelaria Pacheco, 1898. Opúsculo que se divide em três capítulos : i-terrenos, ii- orientação da casa, iii- ar, luz e agua.

³⁹³ J. Lino Carvalho - *Construcção Moderna* – Considerações sobre a Hygiene da Habitação, p. 33 e 34

publicações especializadas endereçadas ao mundo da construção, que este debate chega aos profissionais, nomeadamente aos arquitectos, que o “devolvem” no desenvolvimento de uma maior consciência da importância da iluminação, da ventilação e da distribuição para a determinação das condições de salubridade.

A Construcção Moderna define-se como revista de especialidade no domínio da arquitectura, engenharia e construção e é uma revista que vai acompanhando as importantes alterações legislativas e regulamentares constituindo-se não só como observador crítico, mas como veículo dos discursos e práticas sobre a arquitectura e sobre a cidade.

Assim as questões relativas às casas económicas, ou casas baratas como sugestivamente as designa o director da revista, J. M. Melo de Matos (1856-1915) a polémica da casa portuguesa, que chega ao século XX sob a exigência de uma vertente nacionalista e a higiene e a salubridade urbana, têm um lugar privilegiado nas colunas da revista. Estes temas aparecem não só sob a forma de artigos, recensões críticas, notícias de congressos ou diplomas legais como também estão presentes nos projectos publicados.

E se o papel da imprensa especializada é determinante nesta matéria, também são as publicações de cariz didáctico³⁹⁵, como as de David Corazzi³⁹⁶ no volume sobre a higiene³⁹⁷ e em particular no capítulo dedicado às habitações, contém informações genéricas sobre a orientação dos prédios, as escadas, as dimensões, os materiais:

“Para dormir, para passar uma parte tão importante da vida, consideram bom qualquer local! Os quartos menos vastos, peores ventilados, mais húmidos, menos iluminados, são aqueles em que se pernoita ordinariamente – enquanto o ar, a luz e o calor, se reservam para as salas de recepção porque estas são vistas pelas visitas!! (...)”³⁹⁸

³⁹⁴ Surge a “Arquitectura Portuguesa” em 1908, com os mesmos editores de “A Construcção Moderna”.

³⁹⁵ Muito em voga, especialmente a partir da República estas publicações destinadas a um grande público versam sobre várias matérias consideradas importantes, tendo como objectivo a “instrução” do povo.

³⁹⁶ Colecção Biblioteca do Povo e das Escolas

³⁹⁷ nº 16, 1º ano, 2ª série, 1882

³⁹⁸ David Corazzi (Biblioteca do Povo e das Escolas, 1882) do volume sobre a higiene (nº 16, 1º ano, 2ª série, 1882), pp. 50-51

4.2.1 CONGRESSOS

Os congressos³⁹⁹ são outra forma de divulgação e propaganda da causa higienista, com várias matérias em debate onde se incluem a habitação e o planeamento e gestão do espaço urbano.

Havia numerosos congressos que se dedicavam a temas directamente ou indirectamente ligados ao tema da higiene⁴⁰⁰ e embora houvesse representantes dos vários países, incluindo Portugal⁴⁰¹, nestes congressos, as actas são raramente publicadas fora do circuito das revistas especializadas⁴⁰².

A Construção Moderna iria dedicar uma atenção particular ao programa e às comunicações de algumas destas reuniões e é a partir desta revista que temos notícia do programa e intervenções dos conferencistas. Em 1908 a propósito do XIV congresso internacional de hygiene e demografia⁴⁰³ realizado em Berlim e em 1906 no 2º Congresso de saneamento e salubridade da habitação.

É precisamente no XIV Congresso internacional de hygiene e Demografia de Berlim que se estabelece um comité permanente deste evento de periodicidade trienal⁴⁰⁴ onde Charlotte Olivier (1864-1945)⁴⁰⁵ declara:

“Science teaches that rational nutrition provides the power of resistance, that in addition to correct nourishment man has need of AIR and LIGHT, that HOUSING becomes unhealthy if this air and light does not penetrate it, that the rays of the sun purify the infected dwelling and final a meticulous cleanliness prevents disease installing it in the home”

O Congresso de Saneamento e Salubridade da Habitação⁴⁰⁶ realizado em Genebra merecerá a atenção do director, o engenheiro Melo de Matos que,

³⁹⁹ Congrès de Démographie et d'Hygiène (1887, 1889, 1894, 1898, 1900...)

⁴⁰⁰ O tema da higiene era transversal a vários domínios : os congressos médicos, de arquitectura e de engenharia tinham secções dedicadas à Higiene: do corpo, da cidade, da habitação.....

⁴⁰¹ Uma das «queixas» da CM é precisamente a ausência de representantes oficiais nestes congressos.

⁴⁰² Fala-se neste caso de revistas profissionais de âmbito mais restrito.

⁴⁰³ XIV congresso internacional de hygiene e demografia *A Construção Moderna*, Ano VIII, nºs 247, (20-01-1908), pp. 147-149; nº 248, (01-02-1908), pp. 156-157, nº 249, (10-02-1908), pp. 163-164, nº 250, (20-02-1908), pp. 172-174, nº 251, (01-03-1908), pp. 178-180; nº 252, (10-03-1908), pp. 186-188; nº 253, (20-03-1908), pp. 199-200; nº 254, (01-04-1908), p. 208; nº 255, (10-04-1908), pp. 214-216; nº 257, (01-05-1908), p. 232; nº 258, (10-05-1908), pp. 239-240; nº 259, (20-05-1908), pp. 246-247

⁴⁰⁴ Escreve-se que o próximo congresso se realizará em Washington em 1910. XIV congresso internacional de hygiene e demografia *A Construção Moderna*, Ano VIII, nº 254, (01-04-1908), p. 208;

⁴⁰⁵ Responsável do Dispensário antituberculose de Lausanne entre 1911 e 1925. Contribuiu para a sensibilização e legislação nessa matéria na Suíça.

⁴⁰⁶ Congresso de saneamento e salubridade da habitação *A Construção Moderna*, ano VII, nº 194, (01-08-1906), p. 16; nº 195, (10-08-1906), pp. 22-23; nº 203, (01-11-1906), p. 84; nº 213, (10-02-1907), pp. 162-163.

lamentando a ausência de representantes nacionais, recorre às publicações “Le Batiment” e ao “Bulletin de la Société de Ingenieurs Civils de France” para dar notícia dos trabalhos desta reunião que tinha em vista:

“Estudar as condições hygienicas em que se constroem e installam os locaes destinados a habitação, investigar os melhoramentos susceptíveis de se introduzir na construcção, disposição e conservação de estes locaes e determinar os meios praticos de obter a aplicação dos principios de hygiene pelas municipalidades, proprietarios, architectos, engenheiros, empreiteiros, assim como pelos que habitam esses locaes.”⁴⁰⁷

4.3 LICHT, LUFT, OEFFNUNG⁴⁰⁸

Se os temas da higiene preocupam a Europa durante o século XIX, a I Guerra Mundial e a designada gripe espanhola⁴⁰⁹ relançam o debate com novo fulgor⁴¹⁰ e o pavilhão da higiene⁴¹¹ tornou-se presença comum nas feiras e exposições universais.

Em 1911 surgira a ideia de um museu de higiene promovido por Karl August Lingner⁴¹², mas a sua morte em 1916 e a eclosão da I Guerra atrasam a concretização deste projecto até 1930, ano em que se inaugura na cidade de Dresden com a designação de “Deutsches Hygiene-Museum”.

Destaca-se da exposição de abertura no novo edifício a representação transparente de uma figura masculina e outra feminina (de plástico) com as veias em fios de cobre à vista e pose baseada na estátua grega de Bodias “Praying boy”⁴¹³. Esta representação de “Der Glaserne mensch”⁴¹⁴ e “Der Glaserne Frau”⁴¹⁵ tornar-se-á o símbolo do homem moderno.

⁴⁰⁷ Segundo congresso internacional de saneamento e salubridade da habitação “A Construcção Moderna”, Ano VII, nº 195, (10-08-1906), p. 22.

⁴⁰⁸ Referência ao livro de S. Giedion “Befreites Wohnen: Licht, Luft, öffnung”, 1929. tradução inglesa: “Liberated Dwelling. Light, Air, Opening”. Tradução portuguesa : “Moradia liberta. Luz, ar, aberturas”

⁴⁰⁹ Surto em todo o País da gripe pneumónica (estimam-se em mais de 100 mil o nº de vítimas mortais até 1919).

⁴¹⁰ Já no século XIX são as epidemias de cólera e febre amarela que preocupam as entidades públicas e são motivo de legislação sanitária mais severa e rigorosa informada pelos progressos da medicina e biologia.

⁴¹¹ Na exposição universal em Paris de 1889 há um palácio de higiene

⁴¹² Karl August Lingner (1861-1916), the Odol mouthwash manufacturer, initiated the foundation of the Deutsches Hygiene-Museum (1912). In 1911, Lingner was the driving force behind the First International Hygiene Exhibition which drew over 5 million visitors to Dresden. The museum building designed by Wilhelm Kreis (1873 – 1955) served as the venue for the Second International Hygiene Exhibition in 1930, and is still in current use by the museum today. Disponível em http://www.dresden.de/obama/en/beautiful/old-city/deutsches_hygiene_museum_dresden.php?lastpage=zur%20Ergebnisliste

⁴¹³ Esta estátua está no complexo da “Staatliche Museen” de Berlim na secção de “Antikensammlung” (Colecção de Antiguidade Clássica) exposta no museu Pergamon e no andar principal do Altes.

⁴¹⁴ O homem de vidro (transparente)

⁴¹⁵ A mulher de vidro (transparente)

“The Transparent Man, the reification of modernism’s image of the human being and conveyed faith in the link between science, transparency, and rationality.”⁴¹⁶



Imagem 87 - Der Gläserne Frau
Imagem 88 - Praying boy, Bobias

As primeiras leis higienistas do século XIX e até à primeira Guerra Mundial, tinham sido articuladas sob a perspectiva/visão burguesa do mundo: a de regular os comportamentos sociais e pessoais da classe operária, com a convicção de que um proletariado mais “saudável” seria também mais “produtivo e cooperativo”, e evitando que se constitua como “grupo social” fora do controlo da sociedade, isto é, fora da ordem burguesa. Mas a partir dos anos 20-30 do século XX alguns estados e regimes⁴¹⁷ integram na legislação a ideologia do *higienismo social*⁴¹⁸ *fazendo actuar solidariamente, saber médico e políticas de controlo, que reforçando-se mutuamente de tal modo que “uma acabou legitimando e consolidando a outra”*.

Os estudos sobre a higiene sempre tentaram evidenciar efeitos de causalidade entre o homem e o meio/sociedade, pelo modo como circula o ar, pelo clima, pela topografia, mas igualmente no modo como este “meio” natural ou artificial podia influenciar o modo de agir, a moralidade. Por isso a preocupação

⁴¹⁶http://www.dresden.de/obama/en/beautiful/old-city/deutsches_hygiene-museum_dresden.php?lastpage=zur%20Ergebnisliste

⁴¹⁷ Os *fascismos* aproveitam esta filosofia num sentido idêntico: a *construção* de um novo homem também no sentido radical da higiene social⁴¹⁷. – No III Reich esse homem novo é o *alemão ariano* -“eugenia” política, racial/étnica. Na união soviética dos anos 20-30 o tema da higiene torna-se, ironicamente, uma metáfora da rejeição do mundo burguês. “(...) not only the metaphorical filth of petit-bourgeois consciousness but also the literal dirt and dust accumulated on petit bourgeois objects (...) in Paul Overy Light, Air and Openness: Modern Architecture Between the Wars, p. 52.

⁴¹⁸ Vejam-se as teorias sobre os temperamentos dos homens (segundo a raça e a fisionomia)

sanitária e jurídica de controlar e moralizar as condutas foi sempre moldada pela associação entre as condições físicas e condições morais.

Mas os procedimentos higienistas acabam também por fazer parte do programa racionalista da arquitectura, em parte porque os valores morais e éticos desta doutrina se expressam no libelo contra o eclectismo oitocentista, tido como expoente *decadentista* de uma arquitectura baseada na acumulação, no excesso de ornamentação com os seus interiores “burgueses” de decorações pesadas

“Artistic effect is inseparable from cleanliness, light hygiene, plain surfaces, genuineness of material”⁴¹⁹

Há uma clara sintonia entre as recomendações dos médicos higienistas e dos reformistas da casa e dos arquitectos modernistas do CIAM⁴²⁰: mobiliário plano (e sem a acumulação típica da casa burguesa), materiais lisos, pintado com tons claros para tornar visível⁴²¹ a sujidade, fachadas brancas e lisas; racionalismo e “desornamentação” branco e plano - higiénico, claro e transparente.

“in the literature of higienicism, ornament and decoration were proscribed as the enemies of the hygienic and healthy home: harbouring dust, dirt germs, infection and disease. The polemics against ornament by modernist architects and designers were carried on with similar missionary zeal in the early 20th century”⁴²²

Mas temos que recuar até à reforma do programa hospitalar, iniciado no século XVIII sob o signo do espírito classificatório e positivista, para encontrar a fonte material dos ideais higienistas na arquitectura do século XX.

O programa hospitalar foi então sujeito a grandes transformações que reflectem a arquitectura como instrumento de cura, onde o espaço é equacionado como instrumento terapêutico e do qual se destaca o médico como principal organizador.

O programa dos hospitais tomando corpo fora da esfera da arquitectura, pôde-se constituir como uma “máquina de curar” dependente da satisfação das

⁴¹⁹ Otto Wagner - Modern architecture - a guide book for his students to this field of art., p. 55

⁴²⁰ Congresso internacional da Arquitectura Moderna

⁴²¹ Note-se também que com a entrada da electricidade nas habitações (c. 1880) a luz artificial nos interiores transforma a percepção do espaço.

⁴²² Paul Overy –Light, Air and Openness: Modern Architecture Between the Wars, p. 68

exigências funcionais: a implantação, as circulações, a ventilação, como outras comodidades devem ser contempladas na forma arquitectónica.

“Somente um inquérito empírico sobre esse novo objeto ou esse objeto interrogado e isolado de maneira nova – o hospital – será capaz de dar idéia de um novo programa de construção dos hospitais. O hospital deixa de ser uma simples figura arquitetônica. Ele agora faz parte de um fato médico-hospitalar que se deve estudar como são estudados os climas, as doenças, etc”.⁴²³

As recomendações higiênicas indicadas para situações extremas como hospitais e sanatórios foram entretanto transpostas para a habitação tanto como serviram de base à pesquisa tipológica (e morfológica) iniciada no dealbar do século XX, onde a arquitetura moderna pôde funcionar como “*a sort of medical tool that strengthens and protects the body. It was also thought that it would lead to a new, increasingly better society*”⁴²⁴

O sanatório é um dos programas que aproxima a visão dos médicos com algumas “obsessões” dos protagonistas⁴²⁵ da arquitetura moderna. As clínicas helioterapêuticas⁴²⁶ em particular, que faziam depender a cura desta patologia pela exposição aos raios do sol encontram na comunidade médica inúmeros adeptos⁴²⁷ que “desenham” os sanatórios, parcialmente baseados, sabe-se agora, em alguns mitos que se revelaram cientificamente infundados - A cura pelo repouso, ar e sol desenvolveu uma arquitetura que respondia às exigências desta medidas terapêuticas e que mais tarde se estendeu à arquitetura residencial.

⁴²³ Michel Foucault – Microfísica do poder. P. 58 Org., introdução e revisão técnica de Roberto Machado. (www.sabotagem.cjb.net) [Consult. 02.09.2010] Disponível em <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf>

⁴²⁴ Nomination of Paimio Hospital for Inclusion in the World Heritage List - National Board of Antiquities - Department of Monuments and Sites, report n° 13. Editorial Board: Margaretha Ehrström, Sirkkaliisa Jetsonen, Tommi Lindh. Authors: Margaretha Ehrström, Sirkkaliisa Jetsonen, Tommi Lindh, Marica Schalin, Mona Schalin, p. 36

⁴²⁵ «Le Corbusier», qui sut le mieux transformer lumière, air et soleil en architecture. Deux raisons à cela : premièrement, sa génération s'était frottée de près à la tuberculose et à son traitement et deuxièmement sa ville de naissance, après l'incendie de 1794, avait été reconstruite partiellement selon les plans du médecin Christophe Faust (1755-1842). Et elle était devenue une ville, où le soleil atteignait les recoins les plus reculés». T. C. Medici - La tuberculose et l'idéal de l'habitat Moderne. Revue Médicale Suisse [em linha] N° 552 publiée le 03/09/2003 [Consult. 02.09.2010] disponível em revue.medhyg.ch/article.php3?sid=23227.

⁴²⁶ Helioterapia (de **hélio** e do gr. Therapie «tratamento») Designação dada aos tratamentos por exposição do corpo aos raios solares. in Manuel Freitas Costa Dicionário de termos médicos, p. 557

⁴²⁷ Joaquim Ferreira Alves (1883-1944) e Sousa Martins (1843-1897), Oskar Bernhard (1861-1939), Auguste Rollier (1874-1958)

“N'importe quelle maison pourrait servir de sanatorium», écrit Dominique Sarason dans son livre «La maison du grand air». La réalisation concrète de ces postulats se fit sous forme de grandes fenêtres, terrasses, balcons et solariums, partout où cela était possible, même sur les toits.”⁴²⁸

As dissertações submetidas à escola médico-cirúrgica do Porto entre 1890 e 1920⁴²⁹, mostram a particular importância e repercussão que a tuberculose e os regimes terapêuticos que lhe estão associados teve entre os médicos. A tese inaugural de Ferreira da Silva⁴³⁰, entre outros, à escola médico- cirúrgica do Porto descreve os preceitos a seguir neste tipo de construções ainda dominada pela preocupação com uma ventilação eficiente, argumento que comandará boa parte dos procedimentos de desenho, desde a segmentação do conjunto ao desenho dos vãos.

“Os cantos das salas devem ser de forma ogival de modo a poder circular todo o ar que ahi se encontra; ter 6 metros d'altura, 9 de largura, tendo assim cada doente uma cubagem d'ar considerável « 80 a 90 metros ». As paredes devem ser cobertas d'uma camada de verniz de modo a poderem ser lavadas, e de côr verde escura pois é de melhor effeito para o sol. O chão deve ser feito com cimento ou aladrilhado, as janellas devem ser rasgadas francas, devem abrir-se de modos différents e por secções.”⁴³¹

A necessidade de ventilação, a adopção de materiais “higiénicos”, a insolação directa nos espaços da habitação, o combate ao pó, etc, foram exigências sistemáticas de “renovação” das formas de habitar partilhadas entre a medicina e a política urbana”⁴³²

A simplicidade não é apenas uma exigência estética, questão de higiene e saúde, mas sobretudo um imperativo moral – apropriar, adequar a cada classe sócio/económica o respectivo mobiliário tal como as leis sumptuárias imporiam.

⁴²⁸ T. C. Medici - La tuberculose et l'idéal de l'habitat Moderne. Revue Médicale Suisse [em linha] N° 552 publiée le 03/09/2003 [Consult. 02.09.2010] disponível em revue.medhyg.ch/article.php3?sid=23227.

⁴²⁹ Na pesquisa efectuada no Repositório aberto da Universidade do Porto, com a palavra-chave “tuberculose” foram encontradas 232 teses e dissertações inaugurais sobre este tema entre 1887 e 1926

⁴³⁰ José Leão Ferreira da Silva – a luta contra a tuberculose, hospitaes e sanatórios populares. Dissertação inaugural apresentada à escola médico- cirúrgica do Porto, 1899.

⁴³¹ José Leão Ferreira da Silva – a luta contra a tuberculose, hospitaes e sanatórios populares. Dissertação inaugural apresentada à escola médico- cirúrgica do Porto, 1899, p. 67-68

⁴³² André Tavares - Arquitectura antituberculose, p. 225

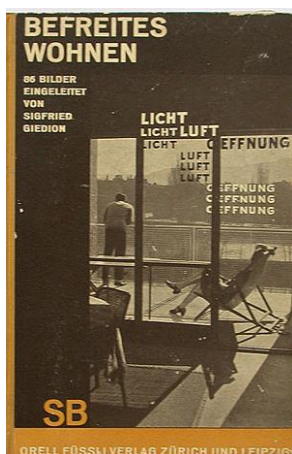


Imagem 89 – Capa do livro de Sigfried Giedion “Befreites Wohnen”

O livro do arquitecto suíço Sigfried Giedion “Befreites Wohnen”⁴³³ de 1929 sob o lema “luz, ar, abertura”⁴³⁴ é um manifesto pela arquitectura funcionalista que a identifica com o corpo saudável. Na imagem da capa e nos exemplos que surgem no interior do livro, as varandas, as paredes-janelas, os terraços, e o mobiliário “frio” de aço cromado, (*chaise long* e camas), o pavimento de linóleo, surgem como imagens paradigmáticas da nova arquitectura.

A arquitectura e o mobiliário funcionalista dos hospitais e de sanatórios são alguns dos exemplos que o autor elege para argumentar a favor da “abertura das casas”⁴³⁵ e de uma maior permeabilidade entre interior e exterior.

4.4. REGULAMENTOS: RGCU E O RGEU

No urbanismo a acção do movimento moderno ancora-se da ampla divulgação em 1943 da “Carta de Atenas”⁴³⁶ que desenvolve o tema novecentista da cidade jardim integrando as prescrições higienistas no desenho de uma “nova cidade”.

⁴³³ Tradução portuguesa aproximada : Casa livre

⁴³⁴ Outros textos sobre a luz na arquitectura contemporâneos : Le Corbusier - Vers une architecture, Paris, 1922; Laszlo Moholy-Nagy - Von Material zu Architektur, Mainz, 1928

⁴³⁵ “Die oeffnung des hauses” no original

⁴³⁶ Documento publicado em 1943 por Le Corbusier a partir das observações do IV CIAM realizado em 1933. “The observations formed the basis of Josep Lluís Sert's book *Can our cities survive?* were incorporated in Le Corbusier's *Athens Charter* published in 1943. The resolutions formed part of Le Corbusier's book *The Radiant City* published in 1935. The text of the *Athens Charter* as published became an extension of the content of *The Radiant City* and Le Corbusier significantly re-worded the original observations. As well as adding new material he also removed the urban plans upon which the original text was based and the result somewhat diluted the original force of the observations.” Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Athens_Charter

Elaborada a partir das observações originais do congresso, as resoluções têm mais a ver com a visão e experiências de *Le Corbusier* que propõe uma cidade articulada em 4 funções, habitar, trabalhar, lazer e circular que devem formar unidades distintas.

A preocupação com a insolação máxima dos edifícios é justificada com os estudos científicos nesse domínio

“O sol é o senhor da vida. A medicina demonstrou que a tuberculose se instala onde o sol não penetra; ela exige que o indivíduo seja recolocado, tanto quanto possível, nas "condições naturais". O sol deve penetrar em toda moradia algumas horas por dia, mesmo durante a estação menos favorecida. A sociedade não tolerará mais que famílias inteiras sejam privadas de sol e, assim, condenadas ao definhamento”⁴³⁷

E mediante a melhor localização, topográfica e climática os edifícios habitacionais devem constituir-se como elementos estruturantes do espaço urbano, retirando importância à estrutura viária, as Ruas sobre as quais a cidade actual “abre as inumeráveis portas de suas casas (...) e suas inumeráveis janelas para os ruídos, as poeiras e os gases nocivos, resultantes de uma intensa circulação mecânica.”⁴³⁸

Em consequência, o alinhamento das habitações ao longo das ruas deve ser evitado, recorrendo-se à melhor orientação solar que será mais eficaz através da construção em altura que assente, preferencialmente, sobre pilares libertando o solo para as superfícies verdes.

Em Portugal este texto normativo terá algum eco, e a própria legislação urbana, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas de 1951 incorpora estas influências de modo claro, observando no seu preâmbulo:

“É de notar que não se julga conveniente que os municípios, quando não existam planos de urbanização regulando os casos sobre que haja de tomar resolução, se arreiguem à ideia de dispor as construções sempre alinhadas ao longo das ruas, porquanto é indiscutível a vantagem de as orientar convenientemente em relação ao Sol e aos ventos dominantes. O regulamento que se promulga abstém-se propositadamente de prescrever quaisquer disposições taxativas neste assunto, sobre o qual as câmaras terão a liberdade de decidir, com subordinação apenas a condicionamentos de outra índole.”

O RGEU, que revoga o RSEU (1903) apoia-se em parte na redacção do Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa (RGCU,

⁴³⁷ Carta de Atenas – Consultada no sítio: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf

⁴³⁸ Ibidem

1930), diploma de âmbito municipal, que veio determinar um conjunto de disposições das quais se destaca, pela importância das alterações induzidas a divisão da cidade em três Zonas de Construção, com *standards* de exigência diferenciados.⁴³⁹

ALTURAS

Já no corpo do regulamento, o artigo 59º alude a uma relação entre as alturas das edificações que satisfaçam as necessidades de insolação das fachadas, activando a regra dos 45º:

“**Art. 59.º** A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45.º (...)”

E na redacção do artº 62 afirma-se uma metodologia comum para as fachadas sobre o logradouro que não deverá ter uma profundidade inferior a metade da altura da fachada adjacente, cumprindo pois um ângulo de 45º entre a soleira do edifício e a altura do outro.

ÁREAS E CUBICAGEM

Embora haja uma continuidade com o regulamento de 1903 o RGEU introduz alterações importantes, não apenas nas alturas das edificações relacionando-as com os edifícios vizinhos em vez da largura da rua, inaugurando uma visão de cidade mais integrada, entre as pré-existências e as construções futuras.

Nos artigos referentes à ventilação e insolação, refere, tal como o seu antecessor, que as divisões de habitação devem ser obrigatoriamente iluminadas e ventiladas com vãos na parede, e a área da janela não deverá ser inferior a 10% da área do pavimento valor idêntico ao indicado pelo RSEU, mas inferior ao proposto pelo RGPU de 1/8 da superfície dos compartimentos para área mínima das janelas.

⁴³⁹ A 1ª zona ou zona principal é definida pela área central da cidade, Avenidas Novas e Bairro Azul. A 2ª zona ou zona média que corresponde grosso modo à área da cidade a ocidente do aqueduto das Águas Livres (Alcantara, Ajuda até Algés) e a 3ª zona ou zona exterior define-se por exclusão às áreas integradas na 1ª e 2ª zona. Para as três zonas as habilitações exigíveis aos projectistas são diferentes: na 1ª zona só podem apresentar projectos os engenheiros civis, na 2ª engenheiros civis ou arquitectos e na 3ª zona qualquer técnico inscrito na CML. Ver Capítulo II – Da divisão da Cidade em zonas- art.º 3 e Capítulo III – Dos construtores- Art.º 12.

Contudo é de notar que o RGPU no artigo 119 recomendava que os compartimentos das casas de habitação deveriam ter pelo menos uma janela ou uma porta abrindo directamente para o exterior, uma alternativa que deixa de existir no RGEU, que exige, no artº 72, a ventilação transversal dos compartimentos.

“Art. 72.º

Deverá ficar assegurada a ventilação transversal do conjunto de cada habitação, em regra por meio de janelas dispostas em duas fachadas opostas.”

WC

Tanto o regulamento de 1903 como o RGPU previam a existência de latrinas e pias de despejo no exterior ou no interior do fogo, mas em 1951 estes dispositivos são abandonados e apenas se fazem observações em relação à casa de banho, aliás também já presente no RGPU⁴⁴⁰ mas apenas aconselhável para a construção para as 1ª e 2ª zonas de construção, as de mais elevado *standard*.

No RGPU as casas de banho deverão ter em regra, uma área mínima de 2 m² (art.º 183) mas se tiverem retretes deverão aumentar a área para 2,5 m². No RGEU o compartimento destinado a casa de banho, deve ser ventilado através de vão e incluir, no mínimo três dispositivos: retrete, lavatório e instalação de banho, e só em casos excepcionais podem estar em contacto com os compartimentos de habitação.

PÁTIOS E SAGUÕES

A referência a estes dispositivos deixa progressivamente de fazer sentido na medida em que os lotes urbanos tomam outras dimensões com proporções entre a frente e a profundidade mais equilibradas, e o RGEU, tal como o RGPU, estabelecem medidas mínimas para o logradouro, o que irá também evitar que os lotes profundos sejam ocupados com construção uma vez que determina que a profundidade do logradouro não seja “inferior a metade da altura correspondente da fachada adjacente”

⁴⁴⁰ Art.º 182 – em todos os prédios da 1ª e 2ª Zonas de Construção, deverá, quando possível existir no interior da habitação um compartimento destinado a casa de banho, podendo este compartimento servir cumulativamente para latrina”. p. 60

No entanto o RGPU não evita as soluções que ainda dependem dos pátios e saguões, para a ventilação e iluminação de alguns compartimentos atribuindo medidas mínimas a estes espaços funcionais: aos pátios, o diâmetro mínimo de $1/2$ da parede confinante mais elevada (i.e. $1/2 \times 20 \text{ m} = 10 \text{ m}$); aos saguões de serviço a cozinhas e quartos de arrumações (1 quarto/fogo), o diâmetro mínimo de $1/4$ da parede confinante mais elevada (i.e. $1/4 \times 20 \text{ m} = 5 \text{ m}$).

4.5. AS RELAÇÕES ENTRE EDIFICADO E AS PRESCRIÇÕES REGULAMENTARES

É possível definir directamente um tipo através dos regulamentos de construção ou de urbanização? Embora haja situações de planeamento que envolveram e envolvem a definição de um tipo de edificação, estas são geralmente restritas a uma intervenção pontual, como podemos observar no caso da Baixa Pombalina ou do Bairro de Alvalade. Os regulamentos gerais, como os que foram aqui analisados não podem tomar a forma de um tipo, não definem um perfil comum, antes tornam constantes algumas regras cuja solução arquitectónica por vezes se tipificou. Por isso não é possível tirar ilações directas ou explicitar as relações entre os edifícios e os regulamentos. Deve-se antes pensar que este conjunto de normas foi introduzindo e estimulando na arquitectura, relações e espaços outrora ausentes. Pode-se dar como exemplo a obrigatoriedade de ventilação da caixa de escadas que introduziu o uso generalizado de clarabóias, ou as latrinas, mais tarde as casas de banho também elas se constituíram como espaço obrigatório em qualquer habitação.

Mas a maior parte dos regulamentos, exceptuando no RGEU o capítulo relativo à estética das edificações, tem um carácter quantificador, são as medidas de superfície, área e volume que se constituem como indicadores de referência. Outras, são de carácter topológico, indicando relações entre compartimentos, como entre a casa de banho e cozinha e os quartos. Em relação aos vãos de janela as recomendações passam por indicar medidas mínimas que permitam que se cumpra uma das funções primeiras da janela, a ventilação. Estabelecendo uma área mínima de 10% em relação à área do pavimento do compartimento que serve, os dois regulamentos, RSEU e RGEU, vão também,

regular a altura das edificações, primeiro partindo de uma relação entre a largura da rua e do edifício, depois evoluindo para uma norma relacional mais dinâmica, que implica a altura do edifício fronteiro, atendendo à necessidade de iluminação através dos vãos com um ângulo de insolação favorável.

Embora todos os regulamentos tenham como preferência que os vãos sejam praticados sobre os alçados livres, permite-se alguma liberdade quando os compartimentos são entendidos como “menores”: as casas de banho, pequenos quartos, caixa de escadas, podem ser abertos para pátios ou saguões, espaços fechados, que funcionam como poços de luz e permitem alguma ventilação.

No entanto aquilo que verifica, nos exemplos analisados, à luz dos regulamentos, e no que diz respeito aos vãos é que na primeira década do século XX, (coincidente com a vigência do RSEU e dominada por um eclectismo tardio) é que os compartimentos interiores estão quase sempre submetidos à lógica de um sistema distributivo *en enfilade*. A partir da vigência do RGPU, e mesmo com o RGEU, aparecem alguns compartimentos interiores, geralmente nomeados de arrumos, ou outra designação de divisão não habitável, mas que são claramente compartimentos de habitação. A redução da profundidade do lote irá inibir essas situações, de certo modo geradas pelo uso do corredor como dispositivo de distribuição único, substituindo a *enfilade*.

“ O que podem fazer alguns novos construtores de máquinas mais um punhado de filósofos críticos? Facilitam a vida, dão um ritmo ao emprego do nosso tempo quotidiano, melhoram as nossas leituras, desmontam tudo e refazem de seguida, que mal há nisso? Devemos enforcá-los por isso? Num primeiro tempo não é visível aquilo a que conduz a subversão analítica. O velho Deus e as novas máquinas parecem coabitar muito bem. A partir do século XVIII, o mito analítico torna-se agressivo relativamente às formas dominantes do pensamento sintético, nomeadamente os sistemas religiosos. De um golpe descobrimos quais são os objectivos do mito analítico militante. Decompondo e reconstituindo tudo, ele força os indivíduos a recriarem as suas opiniões sobre Deus e sobre o mundo a partir das suas próprias reflexões – e sem poderem aproveitar o apoio garantido pelas velhas histórias invariáveis, estas provisões mitológicas das quais ainda até ontem vivíamos. Assim se inicia uma experimentação existencial total que não para de arranhar os homens dos tempos modernos porque nos encontramos, de repente, face à dramática ausência de todo um património de convicções, opiniões e dogmas utilizáveis.”

Peter Sloterdijk *in* Ensaio sobre a Intoxicação Voluntária – um diálogo com Carlos Oliveira. p. 14

4.6 .OS PLANOS - LISBOA SÉCULO XIX-XX: UM TERRITÓRIO EM MUDANÇA – ENTRE AS AVENIDAS NOVAS E OS OLIVAIS

É decerto um olhar forçado aquele que se propõe visitar uma Lisboa de traços e memórias que já não são exactamente os nossos, o do nosso olhar e sentir, e que se descobre nas actas das sessões camarárias, nos desenhos de projectos, nas memórias descritivas, nas polémicas acesas em volta dos destinos da urbe, mas sobretudo talvez os que se deixam entrever nos objectos que a povoam. Dir-se-ia que nesses encontros fortuitos de indivíduos, objectos, fluxos, dinâmicas passadas e presentes se esboça o esforço dialéctico entre a construção e a destruição, entre o gesto e o traço.

Em todo o caso é neste cenário mutável que se desenrola a acção. É nesta cidade que se estabelece o território privilegiado da pesquisa. Assim propõe-se desenhar um perfil da cidade, um corte transversal onde reaparecem os espaços aos quais ainda se agarram as memórias colectivas da cidade. Implícita a essa vontade de restabelecer um equilíbrio primeiro, está a procura de uma génese, da revelação de um sentido, de uma ordem lenta que se afunila no momento presente. E essa contingência temporal, esse espaçamento entre o observador e a cena, colocada tão além, arrisca uma

certa desfocagem ou uma rigidez pouco natural. Mas afinal dessa distância decorre a aparência de um movimento sequencial resultando por ilustrar, pouco mais ou pouco menos que isso, o objecto que queremos captar, as formas da cidade no seu perpétuo devir, retratadas em pose estática entre o momento presente e um passado fugidio.

É verdade que consideramos importante situar os princípios das acções, mas por vezes, se não quase sempre, esses marcos são difíceis de situar. Como perceber o “instante onde tudo” começou? Esse instante não se compreende por um segundo na escala larga da História? Mas objectivamente cabe, nesse dito segundo, um número infinito de acções simultâneas, dispersas num território físico. Do burburinho inicial à sintonia de vozes que entoam um sentimento idêntico.

Continua contudo a ser-nos difícil cronografar esse instante; essas vozes distantes não nos convocam directamente; por outro lado o espaço físico onde esses acontecimentos se vão revelar, a cidade de Lisboa, não é uma forma completa e inerte mas dependente de fluxos e dinâmicas próprias. Lisboa parece surgir como uma serpente surge da sua pele diz E. Vila-Matas⁴⁴¹, uma cidade que vai mudando de pele deixando a velha por vezes intacta, e que se descobre, e se deixa descobrir, à medida que surge debaixo da pele. Há portanto esses vestígios, cicatrizes do crescimento que ficam gravados nessa pele e que indiciam, de um modo mais ou menos claro, os pontos de clivagem, de ruptura entre uma ordem e outra.

Esses traços de forma espacial são lugares onde ainda se sente algum desconforto, no seu compromisso antigo de ambiguidade, a de servir outros modelos e vivências que se impõem forçosamente à sua geometria de fronteira.

Ao plano pombalino, a estratégica R. da Madalena, o Martim Moniz no remate sempre mal resolvido: continuidade axial ou lugar central?

A irregular praça entre o Rossio e a Av. da Liberdade ou o prolongamento do Campo Grande. São espaços de rótula, de ligação entre uma e outra cidade a existente e a “prometida” ou imaginada. São também marcos cronológicos desses acontecimentos que de alguma maneira mudaram o perfil da cidade, transformando-a numa outra coisa. Dessa descontinuidade formal e operativa

⁴⁴¹ Enrique Vila-Matas - A viagem vertical. Assírio e Alvim, 2000.

nascem estes espaços que, melhor ou pior, asseguram uma ligação espacial na respiração de cada cidade.

Propositadamente reduziram-se estes exemplos, de que se falará de modo mais detalhado, a uma área geográfica muito precisa.

É que partindo dessa cidade planeada que é a Baixa Pombalina, já existia esboçada a ideia de uma continuidade axial, temporariamente sustida pelo “Passeio Público” e só mais tarde concretizada pelo plano de Ressano Garcia.

Estes dois momentos da Lisboa planeada só muito superficialmente se encontraram. Entre os dois há o salto cronológico de um século mas sobretudo um sentir da cidade que se afastava da regra pombalina e sentia os apelos do *boulevardismo* parisiense. E contudo, se a âncora sentimental do plano de Ressano Garcia era a Paris de Haussmann as dinâmicas da cidade de Lisboa dificilmente suportariam a radicalidade desse modelo. Entre um e outro havia qualquer coisa intraduzível: não é que Paris, capital afectiva da elite lisboeta, não fosse o modelo desejado, mas certamente nesse desejo estava também presente a forma de uma ambição raramente procedida de sucesso e a consciência de uma escala pouco audaciosa que só em alguns momentos da sua história parece ultrapassada.

A sociedade estava dividida, oscilava entre o progresso e a modernidade e o conservadorismo e provincianismo. A crítica quer de uns quer de outros, mormente na figura da mesma pessoa, contradição assaz humana, revelava um olhar descrente num futuro comprometido pela amnésia do presente.

Assim Lisboa, na voz dos críticos, era uma cidade sem raízes ou memória, e por outro lado de gesto tímido na direcção daquele que era o modelo de civilização europeu.

“Ao olhar atento à óptica do Antigo Regime, plebeu, católico e aristocrática, a cidade que parecia definitivamente estrangeirada ou um fantasma sobrevivente de grandezas passadas. Na verdade, ela era uma coisa e outra mas nada era ainda demasiado grave: através de um tempo cada vez mais acelerado, Lisboa definia um recorte interno onde as sucessivas intervenções eram organicamente assimiladas, reinseridas num tempo e numa memória velha que moldavam a vontade de diferença com um subtil frémito, respiração lenta de minérios, terra e paisagens”⁴⁴²

⁴⁴² Raquel Henriques da Silva in Revista de História Económica e Social, nº 23, Lisboa: Maio/Agosto, 1988, p. 23

4.6.1 OS PLANOS DE “MELHORAMENTOS” DO FIM DO SÉCULO XIX.

No princípio do século XIX a área da cidade de Lisboa era de 9,47 Km², com uma extensão máxima de 5,1 km na direcção E-O e 3,4 km na direcção N-S.⁴⁴³

A 1 de Março de 1845 [é] “(...) celebrado [um contrato] entre o governo e a companhia das obras públicas de Portugal, foi ajustada a construção da circunvalação da cidade de Lisboa para a fiscalização dos impostos das alfândegas. A estrada e o muro da circunvalação fechavam a cidade e limitavam o município de Lisboa numa superfície de 12,78 km², [ou] 13, 22 km² se incluídos os terrenos conquistados ao rio Tejo.”⁴⁴⁴

Pela Lei de 18 de Julho de 1885 foi alargado o município de Lisboa e no ano seguinte, o decreto de 2 de Julho constitui nova ampliação através de uma linha de circunvalação que compreendia 94,90 km². Em 1895 sendo desanexada a freguesia de Camarate e parte da de Sacavém, os limites da cidade passam a 82,45 km².

Censo	Nº de habitantes em Lisboa
1801	192.715
1849	174.668
1878	187.000
1885	243.000
1890	301.000
1900	356.000
1911	435.539

Tabela 3 – Censos 1801-1911

No censo de 1801, para uma área de 459,64m² e um total de 68 freguesias Lisboa apresenta um número de habitantes total de 192.715. O censo de 1849, a área do concelho é menor, 323,56m² e o número de freguesias decresce para 61 o número de habitantes é igualmente menor 174.668.⁴⁴⁵

⁴⁴³ A. L. Vieira, *Os Transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*.

⁴⁴⁴ A. Vieira da Silva, “Notícia Histórica sobre o levantamento da Planta Topographica de Lisboa ” *Revista de Obras Públicas e Minas*” Tomo XLIV, n.ºs 523 e 524, Julho e Agosto de 1913.

⁴⁴⁵ Ver dados constantes em www.fcsh.unl.pt/atlas/lista_indice.cfm.

“Em 1878 o censo oficial da população indicava 187 mil habitantes para Lisboa; a que se devem juntar os 40 mil de Belém e Olivais; sete anos depois (1885) nova divisão de bairros dará para a cidade 243 mil habitantes, e em 1890 o novo censo contará 301 mil” “em 1900 Lisboa tinha 356 mil habitantes, onze anos depois outro censo oficial contaria mais 80 mil”(435.539)⁴⁴⁶, como se sintetiza na Tabela 3.

Estes dados são de algum modo paradoxais; por um lado até aos anos 50 do século XIX, a população não cresce de forma significativa, pelo contrário Lisboa perde população se considerarmos o intervalo entre o censo de 1801 e o de 1849. É contudo neste mesmo período e até 1886 que os limites da cidade são alargados, mais do que uma resposta à pressão demográfica os sucessivos alargamentos são uma tentativa de minorar o endividamento municipal abrangendo novas localidades na área de tributação fiscal.⁴⁴⁷

O registo censitário corrobora nessa análise, as variações da população na cidade de Lisboa nos períodos assinalados, não testemunham, contudo, um aumento da população que justifique as alterações dos limites do território donde, entre o centro da cidade e as áreas periféricas existirá uma grande extensão de área não urbanizada⁴⁴⁸.

O motivo provável das alterações ao limite da área municipal pode-se logicamente ancorar a uma perspectiva financeira, mas concorrem igualmente outros factores: no ano de 1885, a cidade contará 243 mil habitantes⁴⁴⁹, crescera 7,2% em relação aos valores do censo de 1778. É certo que esse crescimento é ainda incipiente⁴⁵⁰, mas desde os anos 70 do século XIX, e de forma mais consistente vão ganhando corpo os projectos concorrentes ao “*embellezamento*” da cidade.

Embora a ideia de programar a urbe sob a designação de plano de melhoramentos seja tema recorrente desde o período da Regeneração, onde converge com a defesa da modernização das infra-estruturas da cidade e é consentânea com os planos de melhoramentos gerais que vêm sendo apresentados pelos técnicos do edil camarário, na figura do engenheiro

⁴⁴⁶ J. A. França - Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, p. 71 e 79.

⁴⁴⁷ A. L. Vieira, Os Transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910.

⁴⁴⁸ Vejam-se os levantamentos da cidade de Lisboa de Filipe Folque (1856-1858) e de Silva Pinto e Sá Correia (1904-1911).

⁴⁴⁹ Segundo dados apresentados por J. A. França - Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, p.71

⁴⁵⁰ Lisboa entre 1885 e 1890 cresce 23,9%, entre 1890 e 1900, 18,3% e, na década seguinte (1900-1911), 22,3%.

Pezerat (1800-1872); é nos últimos 30 anos do século XIX que o processo se agiliza.

O fontismo tentará dar resposta aos problemas de saneamento da cidade sobretudo após a crise sanitária de 1856, tendo lançado um concurso público para abastecimento domiciliário de água e proposto ampliação e melhoria da rede de esgotos. As soluções adoptadas quer em termos de abastecimento de águas quer na remodelação da rede de esgotos não foram bem sucedidas e as propostas de Pezerat (elaboradas em 1858) nunca foram construídas. Revelou-se difícil a implementação de um sistema moderno de saneamento numa altura em que as condições financeiras do município eram precárias, para além de alguma ineficiência e sentido anacrónico das propostas das comissões.⁴⁵¹

Em 1864 é nomeada uma comissão do Ministério de Obras Públicas para estudar o “Plano Geral dos Melhoramentos da Capital”⁴⁵² no qual se inclui o texto de Pezerat “Mémoire sur les études d’améliorations et embellissement de Lisbonne” publicado um ano mais tarde, consequência da sua viagem a Paris.

As linhas de “caminhos-de-ferro americanos” são inauguradas em 1873 e, desde logo se planeiam formas de adequar a cidade a este novo meio de transporte. A substituição da tracção animal pela tracção eléctrica alterará o processo de urbanização; a expansão da rede e a descida dos preços permite fixar população em áreas mais periféricas marcando o início da urbanização entre a zona central e os limites marcados pela estrada da circunvalação.⁴⁵³

Este período coincide com a entrada de Ressano Garcia (1847-1911) para a Câmara de Lisboa, assessorado pelo eng. António Maria de Avellar e pelo arquitecto José Luís Monteiro (1848-1942), em substituição de J. P. Pezerat falecido em 1872.

O anteprojecto da repartição técnica da câmara para o *boulevard* a abrir sobre o Passeio Público é de 1875 tendo sido aprovado dois anos depois e iniciado sob o mandato de Rosa Araújo (1840-1893) em 1879. Dez anos depois a

⁴⁵¹ Ver A. Ferreira da Silva – “Ideais oitocentistas de modernização urbana – O *embellezamento* como projecto (1858-1891)” in Cidade e Metrópole – Centralidades e Marginalidades. p. 39-51.

⁴⁵² Em 1865 a comissão é presidida por Eng. J.J. Pereira de Carvalho, J. Possidónio da Silva, e em representação da Câmara Municipal de Lisboa, J. P. Pezerat. Esta comissão foi suspensa em 1869 por motivos financeiros e retoma os trabalhos em 1876 com outra comissão presidida pelo Eng. V. Lecoq e em representação da Câmara o Eng. Ressano Garcia- é extinta novamente em 1880. Apresenta um projecto para a Av. dos Anjos que é refeito em 1892 pelos serviços de obras da CML e em 1903 aberta a rua que contudo, ao contrário da expansão a norte pelas Avenidas Novas vai esbarrar com inúmeras pré existências uma vez que esta era das principais e mais dinâmicas entradas de Lisboa.

⁴⁵³ Ver A. L. Vieira - Os Transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910, p. 35.

primeira rede de iluminação eléctrica começará a funcionar na Av. da Liberdade⁴⁵⁴.

Desta breve cronologia registem-se as questões fundamentais:

1- A partir dos anos 70 do século XIX, há uma coincidência de vontades políticas e a competência técnica que permite a concretização dos planos de expansão da cidade. O plano camarário de expansão da cidade e as condições sócio-económicas vão permitir uma dinâmica da cidade centrada no desenvolvimento das comunicações e infra-estruturas.

2 – Existe uma concomitância, mesmo que se considere débil, entre os planos para a cidade e os instrumentos jurídicos e legais que os enquadram:

– O regulamento de 31 de Dezembro de 1864, que circunscreve o plano de melhoramentos da cidade de Lisboa e prescreve as *“disposições relativas às ruas e edificações no interior das cidades, villas e povoações.”*

- O serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construções civis aprovado pelo decreto de 6 de Junho de 1895.

- O *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* que surge como enquadramento regulamentar da construção nas Avenidas Novas, alterando parte do articulado do Decreto de 1864, no disposto do artigo 7º - da relação entre a largura das ruas e a altura das fachadas, fazendo a inclusão de um quinto ponto, particularmente atento aos pressupostos do plano camarário: “quando a largura das ruas for de 18 metros ou superior e nas grandes praças e *boulevards*, a altura das fachadas não excederá 20 metros (cinco andares)”

3 - A afirmação do novo modelo fez-se pela destruição do símbolo da Lisboa oitocentista, o Passeio Público, que remata a cidade baixa e contem a sua expansão a norte em coerência com um modelo urbano de simetria cidade/rio.

4 – A modernização das infra-estruturas na cidade faz-se de forma heterogénea, sendo privilegiada a cidade nova em contraste com as freguesias situadas na periferia da área urbanizada.

Os problemas de Lisboa oitocentista e que ainda estão em debate no início do século XX sobretudo pela lenta afirmação de uma sociedade industrial,

⁴⁵⁴ “Contudo ainda predomina a iluminação doméstica a gás em muitas partes da cidade e a iluminação pública a petróleo predomina em locais da cidade pertencentes às freguesias da Ajuda, Alcântara, Arroios, Beato, Belém, Benfica, Campo Grande, Carnide, Lumiar, Olivais, Santa Isabel, e S. Sebastião da Pedreira, num total de 692 candeeiros.” A. L. Vieira, *Os Transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*, p. 34). Em Paris a iluminação a gás passa de 12 400 em 1853 à 32 000 em 1869 et 51 500 em 1890)

centram-se na afirmação do território da cidade ancorado no aparato tecnológico através das questões ligadas à circulação, às comunicações, as infra-estruturas de saneamento básico, até à iluminação eléctrica. Incluídas na mesma categoria estratégica encontramos as reflexões sobre a melhoria do ambiente urbano e a sua transformação estética.

Assim sendo o debate sobre a cidade invoca três ordens de discurso: um de crítica implacável à arquitectura *estrangeirada* e que traz de forma mais acirrada (sobretudo depois do ultimato inglês) a questão da casa portuguesa; outra que se traduz numa censura por vezes velada ao plano das novas avenidas pela via da sua fraca coesão⁴⁵⁵, reclamando da cidade a feição autocrática que perdera, uma rede urbana eficiente e monumental onde o valor cenográfico veicularia a glorificação do progresso (tempo); outros, aderindo ao plano,⁴⁵⁶ pelo lado formalista, na leitura dos elementos urbanos enquanto formas autónomas, sem sujeição a um valor de conjunto, onde o quadro de união é o plano e as regras que o enquadram.

Por outro lado existe clara preocupação em distinguir uma Lisboa passado e uma Lisboa nova em que a imagem da cidade antiga é mormente desvalorizada⁴⁵⁷, a Baixa pombalina, modelo incontornável durante quase um século já não congrega um capital afectivo significativo nesse fim de século e as ruas irregulares e tortuosas do bairro de Alfama⁴⁵⁸ ou do Bairro Alto⁴⁵⁹ são vulgarmente depreciadas e apontadas como factor de insalubridade.

⁴⁵⁵ J. Melo de Matos, "As edificações a Construir em Lisboa" - "para que se alcance o efeito esthetico que hoje em dia se exige no conjunto de construção que formam os arruamentos das cidades, é indispensável que todas as edificações se subordinem uma linha geral e não succeda, como por exemplo nalgumas das novas avenidas, onde edifícios de cinco andares ficam ao lado de casas térreas, dando d'esta maneira a sensação cahotica do innacabado." (CM, Ano VIII, nº 214 (20.02.1907) p. 171).

⁴⁵⁶ J. L. de Carvalho - "Povoações Salubres - A cidade - Concluída a Av. da Liberdade e o magnifico Bairro constituído pelas suas paralelas e transversaes, outras de grande valor, como são a Fontes Pereira de Mello. António Augusto Aguiar e Ressano Garcia, ligando ao Campo Grande, transformaram por completo aquella importante parte da cidade." (CM, Ano V, nº 154 (01.01.1905) pp. 270).

⁴⁵⁷ A propósito do projecto do Grandella - "o efeito monotono da frentes das casas da Baixa foi evitado pela disposição central de ambas as fachadas que se affasta inteiramente do estylo pombalino." (CM, Ano I, nº 12 (16.07.1900) p. 3).

⁴⁵⁸ Cf. o artigo de C.C., "Saneamento das Povoações", CM, Ano II, N.º 27, 01.03.1901, p. 6 ou Fialho de Almeida - "É a minha opinião e a de todos os médicos que rigorosamente tem escoldrinhado a insalubridade irreparável daquele verdadeiro moturo medieval, que o bairro de Alfama, ou do castelo, Santa Apolónia, Mouraria, etc, devem ser por completo arrazadas e desfeitas, pois ser essa destruição impossível se faz tancar tantos sinistros focos de patogenia complexa." (F. de Almeida, *Lisboa Monumental*, Lisboa, 1957, pp. 29-30).

⁴⁵⁹ J. M. de Matos - "Um Rasgão no Bairro Alto" - Aquellas ruas escuras, torcicolando em redor do largo do Camões não deixam gozar o lindo panorama que se desfructa ao descer a R. do Alecrim (...) O espirito sujo por toda aquella conspurcação que se ostenta na falta de architectura das casas, na tortuosidade das ruas, no mal cuidado das calçadas, na lobreguez dos portaes, na estreiteza das janellas." (CM, Ano VIII, nº 247 (20.01.1908) p. 147).

4.6.2 O PLANO DE EXPANSÃO DE RESSANO GARCIA: PRESSUPOSTOS E PRESCRIÇÕES

Não é pois a pressão demográfica ou a necessidade de promoção de novos edifícios públicos que marcam o início dos trabalhos da Av. da Liberdade, mas a exigência de um *boulevard*⁴⁶⁰ em Lisboa.

Apesar da Av. da Liberdade ter sido um projecto fortemente divulgado na imprensa e literatura da época, a sua construção foi um processo lento, esbarrando sucessivamente nos mecanismos legais de alienação do solo urbano. O anteprojecto para o *boulevard* a abrir pelo Passeio Público é de 1875, aprovado em 1877 e iniciado sob o mandato de Rosa Araújo em 1879. E se podemos referir esta data como a da inauguração simbólica da Av. da Liberdade sabe-se também que em 1885 a Avenida terminava na Praça da Alegria e R. do Salitre, precisamente onde as edificações da R. do Salitre fechavam a norte o Passeio Público pombalino e romântico.

Quando o presidente da Câmara de Lisboa Rosa Araújo decidiu em 1879 dar início aos trabalhos da Av. da Liberdade ainda não estavam aprovados os instrumentos necessários para que o processo decorresse com alguma celeridade. O engenheiro camarário Ressano Garcia procederá à correcção do plano de 1879 alargando as faixas de circulação e enquadrando a intervenção numa lógica de expansão de cidade a norte da qual o projecto da Avenida seria a primeira parte.

A memória descritiva de 1879 já traça claramente essa intenção de Ressano Garcia que no entanto só conhecerá suporte legal pela aprovação da Lei de Expropriação de Zonas em 1888 que permitirá o avanço da Av. contrariando a estratégia da negociação caso a caso como tinha feito a vereação de Rosa Araújo.

Esta lei irá permitir à Câmara Municipal a criação de mais valias ao expropriar 50 m para além da faixa necessária para a construção da estrutura viária. Esses terrenos adjacentes às vias são loteados e vendidos como forma de custear as obras de infraestruturação.

⁴⁶⁰ "le boulevard introduit en ville un type d'espace différent de celui des rues. Il se réfère à une autre échelle que celle familière, des quartiers. (...) Au XIX siècle, et déjà avant l'automobile la fonction circulatoire devient primordiale (...)» David Mangin, Phillippe Panerai - Project Urbain, p. 65.



Imagem 90 - 1º projecto de Ressano Garcia de 1879

O arquitecto Ventura Terra que constrói grande parte da sua obra, sobretudo habitação, nestas novas Avenidas⁴⁶¹, considerava o plano como uma iniciativa especulativa que não tinha em conta as necessidades de alojamento da pequena burguesia e do proletariado. Em 1908 como vereador republicano da CML há-de propor que a área edificada do parque no alto da rotunda do Marquês de Pombal, tivesse um sistema de autofinanciamento, semelhante à forma de financiamento das “Avenidas Novas”: a expropriação de terrenos por utilidade pública para uma rede viária em cujas margens se lotearam áreas para construção.

Em 1880 é firmado um acordo com Barata Salgueiro (1814-1895)⁴⁶² para a cedência dos terrenos adjacentes ao Salitre, entre a Avenida e o Rato e, também no mesmo ano, para o lado oriental da Avenida firma-se um contrato para a urbanização do bairro Camões com o acordo de Henry Burnay (1838-1909) representante do sindicato dos terrenos de Santa Marta⁴⁶³.

⁴⁶¹ Habitação para Silva Graça na Fontes Pereira de Melo, Habitação para Thomas Quartin na R. Alexandre Herculano, Silvestre de Almeida na Alexandre Herculano, no alto do parque para Henrique Mendonça, para Pratt e Lima na Av. António Augusto Aguiar, para a Condessa Valmor na Av. da República

⁴⁶² Barata Salgueiro detinha vários terrenos na zona entre a Av. da Liberdade e o Largo do Rato

⁴⁶³ “(...) Bairro Camões, em comemoração do centenário da morte do poeta. Em 17 de Junho de 1880 foi apresentada a proposta de Henry Burnay, como representante do Sindicato, que consistia, no essencial, no delineamento da rede viária da zona a urbanizar e no acordo para que a CML assegurasse a construção destas ruas, cedendo o Sindicato o terreno necessário. De molde a dotar a CML dos meios financeiros para a realização destes trabalhos, a sociedade representada por Burnay emprestava as somas necessárias ao juro de 5% e com um prazo de amortização de dez anos”. Álvaro Ferreira da Silva -

O plano de 1888 afirma ainda a sua acção em zonas sectoriais da cidade como foram o bairro de Campo de Ourique e Estefânia programados nos finais da década de 70 e integra um plano de “acção completo e bem estruturado⁴⁶⁴” da expansão da cidade.

A cartografia correspondente ao levantamento de Lisboa por Fillipe Folque (1800-1874) em 1854-56 e a de Silva Pinto entre 1904-1911, dão-nos conta da profunda alteração que este plano implicou, sucedendo a um território ruralizado um tecido urbanizado de matriz regular com a implantação de quarteirões rectangulares.



Imagem 91- Planta do Valverde, Filipe Folque, 1854-56

Imagem 92 - Planta da Av. da Liberdade/Rotunda do Marquês, Silva Pinto, 1904-11

A Av. da Liberdade, que compreendeu a primeira intervenção deste plano, estende-se a norte limitada pelas ruas do Salitre e de S. José, a este e oeste respectivamente. Com os seus 90 metros de largura, com dois separadores de vegetação intercalando as vias, esta Avenida, quase 8 vezes maior do que a Rua Augusta, organiza duas escalas distintas: a via central para a circulação de trânsito e as ruas laterais de vivência local, onde as relações entre os espaços públicos e o edificado são idênticas às de uma rua.

A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930) in *Análise Social*, vol. xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.º), p. 618

⁴⁶⁴Maria João Madeira Rodrigues - O plano de extensão de Lisboa no último quartel do século XIX in *Arquitectura-Lisboa e as Avenidas* (1ª parte) ano II (4ª série) nº 138 Outubro 1980, p.30

O projecto da primeira parte da Avenida escreve-se em memória descritiva⁴⁶⁵, terminará numa praça circular de 200 m de diâmetro de onde irradiam quatro ruas⁴⁶⁶ de 30 m - uma em direcção ao Rato, outra em direcção ao local do novo edifício da penitenciária e Entre-muro, outra para Santa Marta e outra para os sítios do Campo Grande e Benfica.

A segunda parte do plano consiste então na articulação dessa grande praça circular, denominada Marquês de Pombal, com um eixo que inflecte a noroeste, sobrepondo-se parcialmente à antiga estrada de Picoas e seguindo até ao Campo Grande. Eixo que principia na rotunda com a Av. Fontes Pereira de Melo e segue, com um ligeiro desvio, a partir da praça Duque de Saldanha pela avenida principal, a Ressano Garcia, mais tarde denominada República que termina na praça Mouzinho de Albuquerque (Entrecampos) onde se ergueram os “Heróis da Guerra Peninsular” num projecto⁴⁶⁷ de 1908 de Francisco e José Ferreira.

Imagem 93 – Montagem da cartografia de Silva Pinto (1904-11)



O projecto de Ressano Garcia é sobretudo, como se entende pelos elementos escritos e desenhados que acompanham o plano, uma estrutura urbana que desenha na generosidade do seu traçado viário e infra-estruturas um loteamento regrado e pragmático que propõe a promessa de uma vivência cosmopolita alicerçada nos ideais do progresso e bem-estar. Simultaneamente, do ponto de vista prático resolve a articulação entre o centro da cidade às

⁴⁶⁵ Memória descritiva referente ao plano data de 1879.

⁴⁶⁶ R. Braamcamp, Av. Duque de Loulé, Av. Fontes Pereira de Melo e António Augusto Aguiar

⁴⁶⁷ Concurso lançado pelo Diário do Governo, nº 207, 15 de Setembro de 1908.

áreas rurais mais a norte, estimulando a valorização dos terrenos adjacentes e o nascimento de novos bairros infra-estruturados.

Este pragmatismo que o plano de Ressano Garcia revela é simultaneamente o seu ponto vital e de polémica. Vital, porque sem essa consciência muito acertada da realidade, é possível que não se tivesse realizado o plano, polémica porque é precisamente desse comedimento, que se confrontam as visões mais ou menos utópicas para o melhoramento da capital, no projecto de Miguel Pais, cuja voz é certamente o glosar⁴⁶⁸ de tantas outras presentes e futuras.



Imagem 94 - Plano de engrandecimento da Av. da Liberdade
Miguel Correia Pais, 1885



Imagem 95 - Prolongamento da Av. da Liberdade pelo parque Eduardo VII, Cristino da Silva, 1932

Embora se considere que as acções levadas a cabo por Ressano Garcia se inscrevem numa lógica e coerência que a acção da câmara nunca tivera, dificilmente se lhe reconhece o papel de urbanista⁴⁶⁹. Ora se essa definição não corresponde aos moldes das intervenções urbanas que idealizou e concretizou em Lisboa, poderemos contudo enquadrá-la num modelo progressista que visa o controle da higiene pública, a segurança e a eficácia⁴⁷⁰ tendo como instrumentos a legislação coeva e dirigida a uma “classificação, standartização e geometrização” dos espaços urbanos. Lida como argumento

⁴⁶⁸ Veja-se o plano de Cristino da Silva para o parque Eduardo VII em 1932

⁴⁶⁹ M. João Madeira Rodrigues – O plano de extensão de Lisboa no último quartel do século XIX in *Arquitectura-Lisboa e as Avenidas* (1ª parte) ano II (4ª série) nº 138 Outubro 1980, p. 29.

⁴⁷⁰ Aqui leia-se eficácia no sentido pragmático e tecnicista dos engenheiros formados pelas escolas politécnicas que segundo Aymonino se caracteriza por uma transmissão sempre menos confiada a um lado empírico do que a um dado objectivo, abstracto, racionalizável e por isso repetível.” Carlo Aymonino – O significado das cidades, p. 69-70.

referenciável aos modelos que Choay⁴⁷¹ designará por *Progressista* por oposição ao *Culturalista*, tem-se a acção de Ressano Garcia contextualizada por outras intervenções precoces na Europa: Londres de 1848 a 1865, Haussman em Paris (1853-1869) *Ring* de Viena (a partir de 1857) e *Ensache* de Barcelona (1859). Sendo diferentes no modo e nas premissas elas permitem ler as intervenções urbanas que se impõem na cronologia mais ou menos longa da industrialização na Europa e enquadráveis precisamente em duas ordens genéricas; a da resolução dos problemas de saneamento agravados pelo aumento demográfico dos centros urbanos e a pressão social da classe económica e cultural emergente, a burguesia, no sentido de reflectir na cidade uma imagem de modernidade consequente com o progresso tecnológico.⁴⁷²

Segundo M. João Rodrigues o plano de Ressano Garcia revela “ uma ausência de preocupação urbanística, não impõe novo conceito estético, não se revela na linha do desenho urbano, não se constitui como regra e ainda menos, na ausência de teorização como modelo⁴⁷³”

O plano de expansão das Avenidas Novas de Lisboa, a obra mais ambiciosa deste engenheiro que realiza a sua formação na *École Nationale de Ponts et Chaussées* de Paris, alude a algumas premissas da intervenção de Haussmann: há contudo mais diferenças que semelhanças; apesar da eminente precisão política do plano e da sua preocupação com a segurança e higiene públicas.

A morfologia dos quarteirões de Haussmann é geralmente triangular, pela própria estrutura radiocêntrica que impõe; enquanto em Lisboa se desenham rectangulares na sequência de um desenvolvimento linear das avenidas que se definem como eixos principais do plano. A própria dimensão dos quarteirões,

⁴⁷¹A autora inclui nessa categoria os «pré-urbanistas» utópicos como Fourier, Owen, Cabet, e mais tarde, Tony Garnier, Gropius ou Le Corbusier, autores que apresentam «modelos» de cidade que «au nom d’une conception de l’individu humain comme type (...) un certain rationalisme, la science, la technique doivent permettre de résoudre les problèmes posés par la relation des hommes avec le monde et entre eux. Cette pensée optimiste est orientée vers l’avenir, dominée par l’idée de progrès». Françoise Choay - Urbanisme: utopies et réalités, p. 16

É possível que Ressano Garcia esteja nesta categoria não tanto por revelar um modelo de acção do ponto de vista da cidade, mas porque as intervenções da repartição técnica deste início do século filiam-se nessa crença, mesmo que não radicalmente assumida.

⁴⁷² A ordem estabelecida no território fabril pela organização do trabalho apelava a esse mundo, no entanto fora desse espaço circunscrito o “caos” urbano reflectia-se em parte motivado pela industrialização.

⁴⁷³Maria João Madeira Rodrigues - O plano de extensão de Lisboa no último quartel do século XIX in Arquitectura -Lisboa e as Av.s (1ª parte) ano II (4ª série) nº 138 Outubro 1980, p. 29

que em Paris está entre os 30.000 a 50.000 m², é em Lisboa entre 12.000 e 2000 m², mesmo assim superior aos uniformes quarteirões pombalinos com 1800 m².

“L’îlot produit par le redécoupage des mailles en étoile des réseaux haussmanniens est presque obligatoirement triangulier et tranche avec l’îlot du Paris traditionnel qui est, de façon presque absolu, un quadrilatère.”⁴⁷⁴

No entanto é na visão barroca da cidade que se assume no plano de Paris, que é comum aos dois planos:

“Na valorização e enquadramento dos monumentos através do culto do eixo e da perspectiva, quer por uma certa harmonia das fachadas conseguida através da homologação de alguns dos seus elementos, a que se adicionou a limitação das cérceas imposta pelos regulamentos de edificação coevos”⁴⁷⁵

A preocupação com a cenografia urbana é ainda confirmada em Paris pela inclusão dos serviços de iluminação pública sob a alçada dos serviços de “*Promenades et Plantations*” Este pelouro que também foi responsável pelo sistema vegetal⁴⁷⁶ que compreendia dois bosques (de Bolonha e Vincennes), três parques (Monceau, des Buttes Chamont e Montsouris), dois jardins, dezanove *squares* e inumeráveis avenidas com plantações - Av. l’Emperereur, Boul. Richard Lenoir, Av. de l’Observatoire, entre outras.

Para Ressano Garcia essa intenção estética integra-se no quadro de valorização social das novas artérias que propõe: as dimensões das vias, o mobiliário urbano, os alinhamentos arbóreos, os parques, o sistema de iluminação, aludem à sua qualidade de *boulevard*,⁴⁷⁷ e onde Haussmann integra o plano na vontade do Estado/Império francês, de edificação de um conjunto que se percebe como um todo unitário, Ressano Garcia apresenta um

⁴⁷⁴ Phillippe Panerai; Jean Castex; Jean-Charles Depaule in *Formes Urbaines de l’ îlot à la barre*, p. 32

⁴⁷⁵ José Garcia Lamas - *Morfologia urbana e desenho da cidade*, p 42-43 e 212-214

⁴⁷⁶ Pierre Pinon e Jean des Cars in *Paris-Haussmann* (catálogo exposição Paris-Haussmann, «Le pari d’Haussmann» 19 sep. 1991- pavillion de l’arsenal).

⁴⁷⁷ Boulevard descende da palavra de origem holandesa *bolwerk* com um significado defensivo, de bastião, e que durante o século XVIII, por metonímia, mudou de sentido: “promenade, large rue plantée d’arbres faisant le tour d’une ville (sur l’ emplacement des anciens remparts) ou large voie, large rue, souvent plantée d’arbres. Le changement qui a eu lieu est une métaphore. Une partie du bastion (une partie plantée d’arbres) est devenue la nouvelle signification» [Consult. 21.19.2009] [disponível em] igitur-archive.library.uu.nl/student-theses/2006-0324-074620/scriptie.doc (p. 36)

conjunto onde a estrutura viária e os equipamentos colectivos⁴⁷⁸ funcionam como elementos de coesão face à regra permissiva admitida à construção, regulada posteriormente pelo Decreto de 15 de fevereiro de 1903 (RSEU).

Em simultâneo com o plano urbano definem-se então o mobiliário e a vegetação que o enquadram e resolvem-se as escalas contraditórias das Avenidas. Em 1888 foi aberto um concurso internacional para o projecto do Alto do Parque ganho pelo francês Henri Lusseau, projecto que a câmara terá adquirido e alterado adequando-o ao orçamento disponível para o empreendimento, entretanto nunca realizado; mas que esteve na origem do actual Parque Eduardo VII.

A política urbana de “embelezamento” através da vegetação significou que esta se pensasse integrada numa rede articulada com o plano viário: há as plantações em linha nos corredores das vias – Avenidas da Liberdade e República -, as apropriações de jardins e largos já existentes que configuram quebras ou limites na pontuação do traçado viário, exemplificados pelos Campo Pequeno e Campo Grande; e os parques urbanos de grande escala como o atrás referido Parque Eduardo VII⁴⁷⁹, e outro grande parque a poente do Campo Grande, no prolongamento da Av. António Augusto Aguiar, projectado pela repartição técnica da Câmara em 1903, que não passará do papel.

⁴⁷⁸ Embora externos ao plano das Avenidas, a estação de caminhos de ferro no Rossio, e o hotel Avenida Palace, o matadouro do Campo Grande, os viadutos ferroviários, e o parque da Liberdade, este último integrado no plano.

⁴⁷⁹ Da repartição técnica da CML sai em 1903 um desenho que apresenta a proposta de um grande parque a ocidente do Campo Grande.

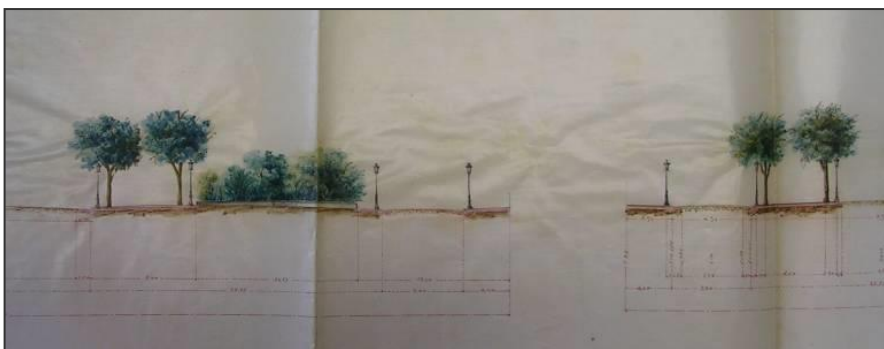
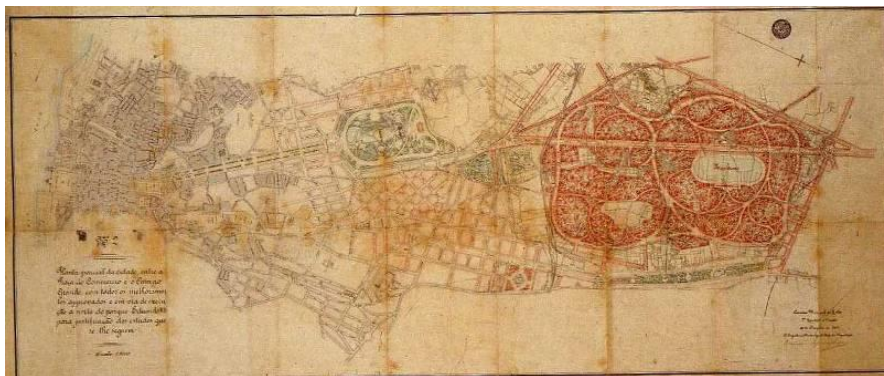


Imagem 96 - Planta parcial da cidade entre a Praça do Comércio e o Campo Grande, com todos os melhoramentos aprovados e em via de execução, 1903

Imagem 97 – Projecto de Henri Lusseau para o parque da Liberdade (Eduardo VII)

Imagem 98 – Projecto de arborização das Avenidas – desenho da repartição técnica da Câmara Municipal de Lisboa

4.6.3 LISBOA: 1930-45

O plano de Ressano Garcia foi, até início dos anos 30 do século XX, o suporte material da edificação nova em Lisboa. As intervenções na cidade até à II Guerra Mundial (1939-1945) estruturam-se fundamentalmente sobre os limites e possibilidade de crescimento/prolongamento da sua malha/traçado.

Desde o final do século XIX até 1938⁴⁸⁰ a cidade cresce a partir do plano das Avenidas Novas. Primeiro sobre as vias principais – Avenidas da Liberdade e da República- depois nas áreas periféricas e nos bairros que se definiam nos seus limites viários: Estefânia, Bairro das Colónias, Bairro Azul⁴⁸¹, etc

⁴⁸⁰ Os estudos de urbanização para o sítio de Alvalade têm início com o Plano Director para a cidade de Lisboa de Etienne De Groer em 1938.

⁴⁸¹ Os dados demográficos comparados entre 1900 e 1930 mostram-nos que são as freguesias dos Anjos, Monte Pedral, S. Sebastião da Pedreira e St. Isabel, que registam um aumento mais significativo.

Esta situação deve-se em parte ao plano das novas Avenidas se ter alicerçado numa hipótese de crescimento demográfico que não se confirmou o que obrigou a uma edificação relativamente lenta, mas sobretudo à crise na construção no 1º pós Guerra⁴⁸² e à diminuição da margem de lucro dos proprietários com o congelamento das rendas a partir de 1910⁴⁸³ com o Governo da 1ª República.

O quadro estatístico relativo à construção residencial em Lisboa entre 1921 e 1935 mostra a queda do número de prédios entre 1923 e 1928 e a recuperação, logo a partir de 1928, sustentada pela acção do Decreto nº15289 de 29 de março de 1928⁴⁸⁴

Anos	Quantidades			Superfície total coberta em m. q.
	Prédios	Famílias	Fogos	
1921	297	854	1.175	221.573
1922	374	1.274	1.888	298.502
1923	240	475	594	91.525
1924	293	389	450	72.578
1925	300	447	518	68.678
	1.504	3.459	4.625	752.856
1926	315	395	483	55.904
1927	281	474	574	73.000
1928	640	767	997	137.745
1929	601	941	1.263	155.998
1930	765	1.405	1.962	234.142
	2.600	3.978	5.279	656.789
1931	591	890	1.147	141.721
1932	630	1.070	1.482	178.053
1933	774	1.715	2.401	273.519
1934	950	2.091	3.100	345.067
1935	496	1.113	1.792	197.768
	3.441	6.877	9.922	1.136.140

Imagem 99 - Quadro do número de fogos construídos em Lisboa entre 1921 e 1935 in anuário CML, 1936.

Mas se a acção dos particulares começa a recrudescer a partir dos anos 30⁴⁸⁵, o problema da insuficiência dos fogos de carácter social mantinha-se inalterado

⁴⁸² Escassez e aumento dos materiais de construção e mão-de-obra que se fez sentir neste período afectaram a quantidade e qualidade da construção.

⁴⁸³ O Decreto de 11 de Novembro de 1910, congelou as rendas pelo prazo de um ano (artigo 9º), alongou a antecedência requerida para a oposição à renovação (artigo 12º) e conferiu indemnizações ao arrendatário comercial, quando ele houvesse aumentado o valor do prédio e cessasse o arrendamento (artigo 33º). Os Decretos nº 1079, de 21 de Novembro de 1914, e de 28 de Setembro de 1917 e Decreto n.º 5411, de 17 de Abril de 1919 reforçam a legislação relativa ao controle das rendas.

⁴⁸⁴ Este diploma "isentava de contribuição predial os proprietários de novos prédios urbanos e reduzia a sisa em 1% nas transacções de terrenos para construção ou de prédios de rendimento" Alvaro Ferreira da Silva - A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930), p. 607

⁴⁸⁵ (...) a iniciativa privada, qual construiu em 1936 mais do dobro que em 1935, em parte devido aos incentivos introduzidos e à suavização das disposições do RGPU. Ibidem

Entretanto em 1933 é lançado o programa das casas económicas alicerçado no Decreto-Lei nº 23 052⁴⁸⁶ e “entre 1933 e 1948 seriam construídas 6000 casas económicas a maior parte delas em Lisboa (c. 3500) e no Porto (c. 1500)”⁴⁸⁷

À política relativa à habitação social foi ainda fundamental o “regime dos centenários”⁴⁸⁸, que impôs medidas extraordinárias às expropriações urbanas, decorrente do DL nº 28.797 de 1 de Julho de 1938, afirma uma lei dos solos favorável ao município⁴⁸⁹ que permite diminuir o preço do solo urbano tendo a medida efeito substancial no preço final dos fogos.

O período mais marcante do Estado Novo na política urbana é simultâneo com os mandatos de Duarte Pacheco quer como Ministro das Obras Públicas quer como presidente da CML. Beneficiando de uma conjuntura política favorável, a afirmação do País através do “programa de melhoramentos para a “comemoração dos centenários e da restauração da nacionalidade” conducente à exposição do Mundo Português de 1940, permitiu pôr em prática as obras de urbanização e reabilitação de algumas áreas da cidade⁴⁹⁰ e um programa extenso de construção de casas económicas.

Após a sua morte em 1943, e terminado o regime de excepção das comemorações dos centenários, as divergências do governo nacional em relação à política urbana desencadeada por Duarte Pacheco tornam-se claras.

O controle do Estado sobre a iniciativa privada diminui, os planos de urbanização e expansão exigidos às câmaras, através dos decretos 24: 802 de 21 de Dezembro de 1934 e 33:921 de 5 de Setembro de 1944, são sistematicamente aprovados como “anteplanos” sujeitos a revisão. “Entre 1944

⁴⁸⁶ Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933 — nova legislação sobre casas económicas. Decreto Lei n.º 28 912, de 12 de Agosto de 1938 — lançamento das casas económicas sob a ideologia da «casa portuguesa» e das casas desmontáveis, como alojamento provisório dos ocupantes dos «bairros de lata». Decreto n.º 16 055, de 12 de Outubro de 1928 — nova legislação sobre casas económicas. Decreto n.º 16 085, de 26 de Outubro de 1928 — novo regulamento sobre a construção e venda das casas económicas.

⁴⁸⁷ José-Augusto França (1992, p. 240) refere esta lei como o principal factor para a recuperação, seguindo, aliás, o autor anónimo de *Os Construtores Tomarenses*,, que considera o ano de 1928 como o ponto de inflexão da conjuntura de crise no sector” apud Álvaro Ferreira da Silva - A construção residencial em Lisboa (1860-1930), *Análise Social*, vol. xxxi (136-137), p. 607

⁴⁸⁸ Os melhoramentos relacionados com a Exposição Mundo Português exigiram uma lei de expropriações por utilidade pública muito vantajosa para o Estado redigida no DL 28:797

⁴⁸⁹ Num período de 10 anos, entre 1938 e 1948, a Câmara Municipal de Lisboa foi detentora de mais de 1/3 da superfície do concelho.

⁴⁹⁰ DL 28:797 1 de Julho de 1938, artº 1º: São declaradas de utilidade pública (...) as aquisições e expropriações necessárias à execução de obras e melhoramentos seguintes: o Aeroporto de Lisboa e estradas e arruamentos de acesso a Lisboa e ao aeroporto; b) construção de casas económicas em Lisboa e Porto; c) Obra de arranjo e reorganização do Castelo de S. Jorge; d) Urbanização do chamado Parque Eduardo VII; etc, p. 11

e 1971 nem um único plano geral de urbanização mereceu o estatuto de aprovado em conformidade com a lei.”⁴⁹¹

A resolução do problema da habitação durante o Estado Novo foi inicialmente direccionada para a construção de fogos de renda económica, em bairros municipais e bairros económicos, enquadrados por uma legislação proteccionista que conferia à administração local um controlo quase absoluto sobre o processo. As acções pontuais no território urbano, os bairros (como unidade tipologicamente e morfologicamente identificável⁴⁹²) são, na 1ª República⁴⁹³ pouco significativas. Os únicos bairros sociais iniciados durante este período, com a excepção do Bairro Operário dos Barbadinhos (Cooperativa Comercial Construtora de 1890) são os da Ajuda Bairro e do Arco do Cego (1918) que, pretendendo evitar “o carácter lúgubre típico dos Bairros Operários constituídos por monótonos alinhamentos de casas uniformes e sem adornos. Por isso se projectam tipos variados, se enriquecem as fachadas e se prevêem edifícios de fruição colectiva”.⁴⁹⁴ Conquanto em 1926 estes bairros ainda não estivessem concluídos a sua inauguração é adiada para 1934 e 1935 respectivamente mas já sem os edifícios colectivos⁴⁹⁵ pouco próprios “para o nosso feitio independente”⁴⁹⁶

Os bairros sociais do Estado Novo integram-se em várias zonas da cidade: Belém (1938), Caramão da Ajuda (1938), Alto da Boa Vista (1939-40), Alvito (1937), Quinta do Jacinto (1937), Encarnação, (1938), Alto da Serafina (1940), Campolide (1943), Madre de Deus (1942) integram um tipo de habitação unifamiliar, de um a dois pisos, bairros citadinos mas de carácter ruralizante. Exceptuam-se a este modelo o Bairro dos Actores (1939), próximo da Alameda

⁴⁹¹ Fernando Gonçalves – Evolução Histórica do Direito do urbanismo em Portugal (1851-1988). P. 6

⁴⁹² A term that in its arabic original means a peripheral part of a city, or a village separated yet close to a major one, in modern Spanish language “barrio” generally means each area of a city, usually differentiated by functional (residential, commercial, industrial, etc) social, morphological or architectural features” definição de “Barrio” in Roger W. Caves (ed.) - Encyclopedia of the city, p. 21

⁴⁹³ Lei (176) de 29 de Julho de 1912 — permite a expropriação de terrenos para a construção de bairros económicos.

Decreto n.º 4137, de 24 de Abril de 1918 — Programa dos Bairros de casas económicas.

Decreto n.º 4440, de 12 de Julho de 1918 — Regulamenta a construção e venda das casas económicas.

⁴⁹⁴ Nuno Teotónio Pereira – A promoção privada do alojamento operário, 1870-1930, p. 23

⁴⁹⁵ A propósito do programa do Bairro do Arco do Cego veja-se Marieta Dá Mesquita- O bairro do Arco do Cego : paradigmas e contradições. Artitextos. Lisboa : CEFA ; CIAUD. p. 93-100.

⁴⁹⁶ Oliveira Salazar – citado em CML-PDCL, II parte, vol. II, p. 20 apud C.Nunes Silva - Política urbana em Lisboa : 1926-1974. p.145 (ver nota 123 na p. 184)

e o de Alvalade (1942-44), constituídos por habitação plurifamiliar e na proximidade de artérias importantes da cidade.

Projectistas como Luís Benavente (1902-1993), Paulino Montez (1897-1988), Couto Martins (1897-1970) ou Faria da Costa (1906-1971) dão corpo a estas realizações de intervenção urbana no domínio da Habitação Social em Lisboa em regra intencionalmente autónomas e fechadas à envolvente urbana próxima e portanto sem que se possam desenhar como intervenções enquadradoras de uma estratégia de crescimento/ ampliação da cidade.

Fora da acção municipal, Lisboa constrói-se sobre as artérias do plano de expansão novecentista, então classificadas pelo Regulamento de Construção Urbana (RGCU) de 1930, como a 1ª zona da cidade, e que correspondia aos níveis de maior exigência de construção. Bairro Azul, na António Augusto Aguiar e Sidónio Pais, poente da Av. Almirante Reis, o bairro das colónias, e entre a Morais Soares e a Alameda o bairro dos Actores, conheciam intensa urbanização durante os anos 30.

A Av. Alvares Cabral aberta em 1930, a R. Tenente Valadim à Estrela, a Av. Defensores de Chaves e a Av. de Berna constituíram igualmente outras frentes de construção de carácter pontual.



Imagem 100 - Bairro Económico de Belém (1938)

Imagem 101 - Instituto Superior Técnico (1937)

A partir de 1938, com a entrada de Duarte Pacheco para a presidência da CML⁴⁹⁷, os projectos camarários vão conhecer uma nova dinâmica, em parte porque os instrumentos legais, como já foi referido, são favoráveis à actuação municipal, por outro porque a situação financeira da Câmara Municipal de

⁴⁹⁷ O mandato de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas divide-se em dois períodos entre 1932-1936 e entre 1938-1943 este último em acumulação com a presidência da CML.

Lisboa decorrente das mais valias da venda dos terrenos municipais e das verbas extraordinárias, vindas do MOP através da transferência de orçamentos, lhe permite desenvolver uma política urbana concertada.

A sua acção no MOP e posteriormente na CML, reflecte uma política urbana marcada pela construção de alguns equipamentos estruturantes e emblemáticos: o Instituto Superior Técnico (Pardal Monteiro, 1937), o Aeroporto de Lisboa (Keil do Amaral, 1938-1942), o Instituto Nacional de Estatística (Pardal Monteiro, 1931-35), a Emissora Nacional (Amílcar Pinto, Adelino Nunes e Jorge Segurado, 1933), a Casa da Moeda (Jorge Segurado, 1934-36), o projecto para o Parque Eduardo VII (Cristino da Silva, 1932) e a ocidente o Parque Florestal de Monsanto, área verde projectada como “pulmão” da cidade.

Algumas obras em curso decorreram da comemoração dos centenários, programa formalmente iniciado em 1938, promovido pelo Ministro Duarte Pacheco e conduzido por Cottinelli Telmo. Esta empresa implicou a organização prévia de um conjunto de intervenções em diversos domínios: nos acessos e transportes prevê-se a construção do aeroporto de Lisboa, estradas e arruamentos de acesso a Lisboa, a auto-estrada e a estrada marginal Lisboa-Cascais⁴⁹⁸. Na reabilitação urbana, o “arranjo e reorganização do Castelo de S. Jorge”; e o “arranjo do bairro de Alfama”, que se completam nas obras emblemáticas da urbanização da Praça dos Jerónimos, palco da Exposição Universal de 1940.

A partir de 1938 e dando cumprimento à exigência do DL 24: 802⁴⁹⁹ de que todas as câmaras deveriam proceder à elaboração de um plano de urbanização, é convidado o urbanista Ettiene de Gröer como consultor da Câmara Municipal de Lisboa para a realização do Plano Director da Cidade (PDCL), concluído em 1948.

Estas obras de reorganização da cidade moldando-a à imagem pretendida pelo regime, eram consentâneas com uma acção na habitação social formalizada nos designados bairros municipais e nos bairros de Casas Económicas,

⁴⁹⁸ Plano da Costa do Sol por Agache em 1934

⁴⁹⁹ Decreto-lei de 21 de Dezembro de 1934

O diagrama ilustra um percurso de viagem a partir de um ponto central, 'Ao aeroporto', circulado em azul. O percurso se divide em duas rotas principais: uma para o norte (Brasil) e outra para o sul (Argentina).
 - A rota para o Brasil é marcada por uma linha azul e inclui as paradas: 'Brasil', 'Relógio' (representado por um círculo cinza), 'EUA' e 'Roma' (destacado em vermelho).
 - A rota para a Argentina é marcada por uma linha amarela e inclui as paradas: 'Almirante Bels' (destacado em amarelo), 'Aireiro' (representado por um círculo cinza) e 'Alameda Antonio Henriquez' (representado por um retângulo cinza).
 - Uma terceira rota, marcada por uma linha vermelha, conecta 'Roma' diretamente a 'Alameda Antonio Henriquez'.
 - À esquerda do percurso principal, uma linha tracejada indica uma sequência de pontos: 'República', 'Bernar João XXI', 'Fonies Pereira de Melo' e 'Liberdade'.

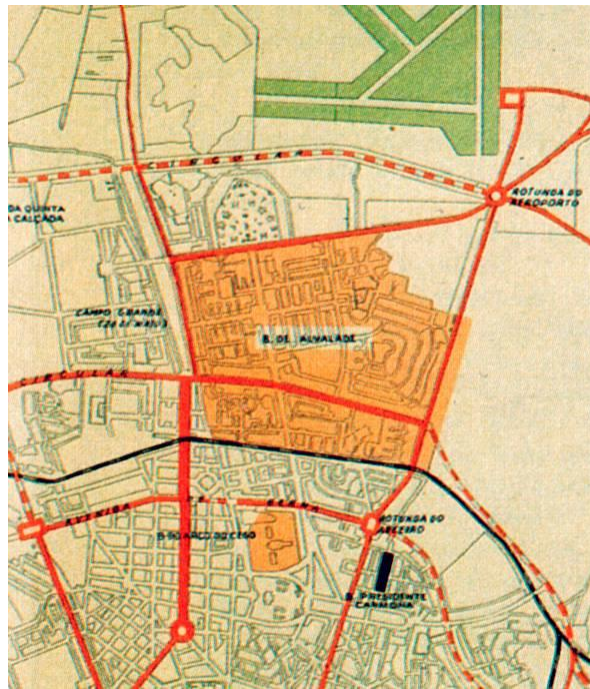


Imagem 104 - Excerto da planta do plano director de Lisboa de 1938.

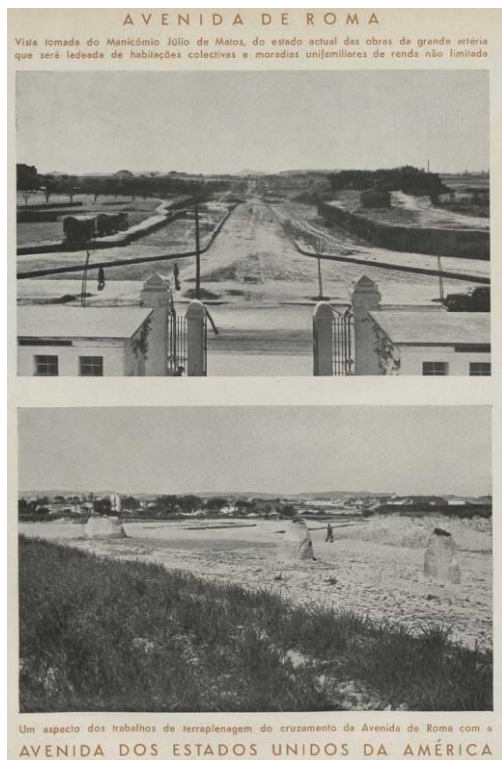


Imagem 105 - Fotografia da Av. de Roma a partir do HP Júlio de Matos e Av. E.U.A. in revista municipal, nº especial dedicado a Duarte Pacheco, 1944.

4.6.4 O PLANO DIRECTOR DE LISBOA E O BAIRRO DE ALVALADE

A câmara municipal tinha consultado anteriormente dois urbanistas, J. C. Forrestier (1928) e A. Agache (1933) para realizarem um plano de desenvolvimento urbanístico que lhes permitisse resolver os problemas de gestão urbanística que então enfrentava, promovendo um plano de conjunto que então faltava.

Em 1938, sob a presidência de Duarte Pacheco e na ausência de Agache⁵⁰⁰ no Brasil, é convidado o urbanista Étienne de Gröer, seu colaborador próximo no plano do Rio de Janeiro para colaborar no Plano Director da Cidade de Lisboa (PDCL).

⁵⁰⁰ "Ausente Agache, de novo no Brasil, onde permanecerá durante a guerra, Duarte Pacheco convida para trabalhar em Portugal o seu colaborador no plano do Rio de Janeiro e colega no Instituto de Urbanismo de Paris, Etienne de Gröer, convite a que não parece ter sido alheio Faria da Costa que com ele trabalhara durante a sua estadia na capital francesa." Margarida Souza Lobo - Os Planos de Urbanização à época de Duarte Pacheco, p. 89

O primeiro plano director ancora-se na legislação de 1934 que obriga as câmaras a actualizarem o seu cadastro fundiário devendo possuir “plantas topográficas, em escalas apropriadas (...)” e determina que “não deverão empreender-se quaisquer trabalhos de urbanização que não estejam subordinados a um plano convenientemente delienado (...)”⁵⁰¹

O DL nº 24:802 de 21 de Dezembro, que substituiu o Plano Geral de Melhoramentos (1864), obriga as câmaras a promoverem “*um levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerias de urbanização das sedes e dos seus municípios (...)*”⁵⁰² fazendo depender a possibilidade de alienação do solo através de expropriações por utilidade pública, a existência de um PU aprovado:

“Após 1 janeiro de 1940 nenhuma expropriação por utilidade pública para a abertura de novas ruas ou para a execução de outros trabalhos de urbanização será autorizada pelo governo sem que as câmaras municipais interessadas demonstrem que o trabalho projectado faz parte de um plano de urbanização elaborado e aprovado, nos termos do presente decreto.”⁵⁰³

A inexistência destas cartas veio atrasar o início dos planos até à década de 40, e a partir de 1943, data da morte de Duarte Pacheco, começam a manifestar-se as divergências do governo em relação ao diploma que conduzem à inviabilização de grande parte das propostas apresentadas. A administração central “classificando sistematicamente as propostas de planos apresentadas como meros anteplos (...) são numa primeira fase, aprovados com observações, para servirem de base ao plano definitivo. Contudo, os anteplos reformulados são de novo apreciados e classificados como anteplos revistos.”⁵⁰⁴

Num primeiro momento de Gröer é contratado como conselheiro técnico da Câmara Municipal de Lisboa, situação que mantém até 1940. Com o objectivo de organizar a intensa actividade de construção e urbanização da Câmara, estabelece-se um programa de levantamento e análise dos elementos necessários à realização do plano desenvolvido pelo engenheiro Emídio

⁵⁰¹ Preambulo do DL nº 24:802 idem, vide anexos.

⁵⁰² Artigo 1º do DL nº 24:802 in Margarida Souza Lobo - Os Planos de Urbanização à época de Duarte Pacheco (anexos)

⁵⁰³ artº 15º do DL nº 24:802, Ibidem

⁵⁰⁴ Margarida Souza Lobo – *Op. cit.*, p. 47

Abrantes que está compilado no “Elementos para o estudo do plano de urbanização de Lisboa”⁵⁰⁵

Só em 1946, de Gröer se dedica em exclusividade ao desenvolvimento do PDCL que termina em 1948. As premissas do PDCL definiram três zonas de expansão da cidade: a norte pelo plano de urbanização da Av. Alferes Malheiro, a ocidente através do plano de expansão da encosta da Ajuda e a oriente pelo plano dos Olivais, estes últimos iniciados já no final dos anos 50.

Propõem-se a reorganização da circulação viária e definição dos eixos fundamentais de ligação a norte a sul através de uma rede viária radiocêntrica a partir de um eixo construído pela Av. A. Augusto de Aguiar que se prolonga até à estrada Lisboa-Porto; a contenção da cidade dentro de um limite demográfico de 1 milhão de habitantes através de uma cintura rural de protecção que condiciona a dimensão demográfica e territorial da cidade. Esta rede articulava-se com as circulares que “começavam por circunscrever a cidade nos seus limites concelhios” ⁵⁰⁶

“Esta larga malha, estudada para várias hipóteses de circulação que se apresentavam, realizando-se embora muito lentamente, devia condicionar o desenvolvimento de Lisboa nos seus novos bairros e arruamentos conformes às linhas de força planeadas. Depois tratar-se-ia de preenche-los dentro dos seus limites e assegurando a relação urbana que entre eles se estabelecesse numa organicidade controlada.”⁵⁰⁷

Em relação aos equipamentos estruturantes, refira-se a construção de um aeroporto internacional a norte da cidade e um parque em Monsanto com 900 ha. Foram incluídos no plano projectos anteriores que tinham vindo a ser desenvolvidos pela repartição técnica da câmara como a urbanização do Sítio de Alvalade de Faria da Costa, a requalificação do Martim Moniz, o prolongamento da Av. Almirante Reis ou a R. Tenente Valadim à Estrela, conferindo a estas realizações um enquadramento na planificação do crescimento da cidade.

⁵⁰⁵“O trabalho preparatório do Plano Director de 1938/48, “Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa”, foi publicado em 1938 e elaborado pelo engenheiro municipal António Emídio Abrantes, chefe da Repartição Técnica da Planta da Cidade. Seguidor e admirador confesso de Ressano Garcia, que numerosas vezes elogia nos seus planos, Emídio Abrantes foi autor de mais de 40 planos para o município de Lisboa até à sua participação nos estudos para o Plano Director, que iniciaria em 1932.” Catarina Teles Camarinha e Vasco Brito - Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa (1938) [consult. 21.09.2010] disponível em <http://utl.academia.edu/CatarinaCamarinhas/Papers/92303/Elementos-para-o-estudo-do-Plano-de-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-da-cidade-de-Lisboa--1938->

⁵⁰⁶ José Augusto França - Lisboa, Urbanismo e Arquitectura, p. 107

⁵⁰⁷ ibidem

“Em termos de macroestrutura, o Plano Director de Lisboa contem em si as grandes transformações que se operaram na cidade nos vinte e cinco anos que lhe seguiram. A segunda circular, o prolongamento da Av. dos Estados Unidos, da Av. de Berna e da Av. António Augusto Aguiar, são os grandes eixos que definem as novas malhas urbanas, que progressivamente se vão edificando”⁵⁰⁸

Considera-se que o principal instrumento de intervenção do plano de 1948 foi a divisão da cidade em várias zonas, um zonamento funcional e social que se fez por referência ao preço do solo. A esta visão “funcionalizada e especializada” aliava-se um outro tipo de zonamento regulamentar imposto pelo RGCU que media a exigência da construção e qualidade dos fogos para cada área da cidade, que se dividia em três *standarts* distintos.

As directrizes do Plano Director de Lisboa (PDCL) de 1948 no que reporta à política de habitação revelavam as influências britânicas de Étienne de Gröer; a cidade jardim de E. Howard (1850-1928) e as experiências urbanísticas de R. Unwin (1863-1940) os quais se tornaram aliados acidentais dos valores rurais do Estado Novo. No relatório do PDCL, apelando ao sociólogo americano Lewis Mumford, E. de Gröer defende a opção pela habitação unifamiliar

“(..) a experiência urbanística e social provou que era bom para as crianças. O sociólogo americano Mumford considera também que a cidade densa e a casa multifamiliar são completamente prejudiciais à família”

Mas justamente a partir de 1948, ano de conclusão do plano, o 1º Congresso Nacional dos Arquitectos⁵⁰⁹ afirma os princípios da Carta de Atenas como doutrina urbanística e o paradigma ao qual o plano de E. de Gröer se vincula, é substituído por alguns pressupostos modernistas onde a habitação unifamiliar perde terreno para a habitação plurifamiliar e para os princípios urbanísticos fixados na Carta de Atenas (1933).

“(...) e que se considerassem e estudassem as necessidades da população em matéria de habitação (...) optando-se neste domínio, pela habitação multi-familiar. Finalmente propôs-se a adopção dos princípios da “Carta de Atenas (publicada desde Fevereiro na revista Architectura do I.C.A.T.) no estudo dos problemas de Urbanismo e edificação”⁵¹⁰

⁵⁰⁸ Margarida Souza Lobo – Os Planos de Urbanização à época de Duarte Pacheco, p. 95

⁵⁰⁹ Os temas a tratar são os seguintes: 1 — A Architectura no plano nacional, II — O problema português na Habitação

⁵¹⁰ Os anos 40 na Arte Portuguesa, VOL I, FCG, José Augusto França - O I congresso Nacional de Architectura, p. 133

A elaboração deste Plano Director iria mobilizar os serviços técnicos da Câmara durante uma década, mas antes que o processo estivesse concluído, é publicado o DL n.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944 que veio obrigar as Câmaras a elaborar Planos Gerais de Urbanização e Expansão (PGUE) para todos os aglomerados com mais de 2.500 habitantes. A legislação do Plano Geral de Expansão e dos planos parciais de urbanização atribui ao município a exclusividade dos trabalhos de urbanização com o objectivo de terminar com os “loteamentos urbanos privados que se traduziam num crescimento desordenado, sem os necessários equipamentos colectivos e por construções de baixa qualidade”⁵¹¹

O plano que E. de Gröer coordenou foi chamado primeiro *Plano Director de Urbanização*, (PDUL) depois *Plano Geral de Urbanização e Expansão* (PGUEL) e tendo sido aprovado em 1948 pela Câmara Municipal de Lisboa nunca obteve aprovação governamental. No momento em que era aprovado em sede municipal, passava na assembleia nacional a Lei nº 2030 de 22 de Junho que, traduzindo a pressão dos privados, tornou mais difícil a actuação da CML no domínio da política fundiária.

“A Lei n.º 2030, de 1948, descongelou e reintroduziu a contratação livre e actualização periódica das rendas, à excepção dos municípios de Lisboa e Porto. (...) marcou um retorno a uma combinação mercado--Estado mais favorável ao primeiro: o mercado passou a ser outra vez o principal mecanismo de afectação do uso do solo e de fixação dos preços fundiários.”⁵¹²

4.6.5 O BAIRRO DE ALVALADE

O Bairro de Alvalade foi um dos últimos empreendimentos de habitação social a beneficiar do regime excepcional dos Centenários, uma vez que a entrada em vigor da Lei nº 2030, tornaria mais difíceis a realização de intervenções camarárias deste âmbito e dimensão. As expropriações desta intervenção ainda são realizadas à luz dos DL nº 28:797 e 33:921 que alargam as disposições do primeiro em relação aos planos de urbanização aprovados pelo governo.⁵¹³

Classificado no PDUL como “bairro económico”, a edificação de Alvalade pretendia suprir as necessidades de alojamento económico da cidade,

⁵¹¹ Carlos Nunes da Silva – Política Urbana em Lisboa 1926-1974, p. 103

⁵¹² Carlos Nunes da Silva - Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século xx. pp. 665 e 673

⁵¹³ Aprovação deste PU (Plano de Urbanização) a 24 de outubro de 1945

articulada com a presença de alguns equipamentos de proximidade, sobretudo as escolas, objectivos que terá logrado alcançar num curto espaço de tempo, uma vez que já em 1948 das 500 habitações a custo controlado previstas, 200 estavam concluídas.

Inscrito no plano director da cidade de 1948, o *Plano de urbanização da zona sul da Av. Alferes Malheiro*, foi, desde o seu início, várias vezes alterado. A alteração mais significativa dá-se com a revisão de 1944 onde se introduz o conceito de “unidade de vizinhança”⁵¹⁴ baseado no trabalho de Clarence Perry (1872-1944) publicado em 1939 “Housing for the Mechanic Age”⁵¹⁵ onde se defende que as cidades devem ser construídas agrupando unidades residenciais entre 6000 e 10.000 habitantes, limitadas por vias de circulação principais, onde as escolas constituem o centro das unidades a uma distância máxima de 800 metros.

Estas premissas traziam para o urbanismo questões de ordem sociológica, o estabelecendo as bases de um desenho urbano que promovesse as relações de vizinhança através da localização central e equidistante de equipamentos de proximidade e das restrições ao uso do automóvel, resolvidas através de uma rede viária de utilização diferenciada.

O zonamento das actividades e usos dos solos⁵¹⁶ foi outra premissa do plano de Faria da Costa.. O recurso consistente a dispositivos como a unidade de vizinhança ou o zonamento, explicita a visão integrada do urbanista e o carácter “científico” que a disciplina urbanística vai exigindo. Essa vertente é particularmente clara na referência em memória descritiva às densidades populacionais e habitacionais e aos índices urbanísticos utilizados na construção do programa habitacional, sobretudo os de renda limitada, constrangidos por imperativos económicos.

⁵¹⁴ The neighbourhood unit plan was an effort to adapt city neighbourhoods to the automobile age by creating a residential design that required major vehicular traffic to local uses. Extensive cul-de-sacs supported this objective as did the use of an internal system of pedestrian ways to access community institutions. Perry intended each neighbourhood to be only so large as to support a local elementary school, which also serve as a community centre.” Entrada de PERRY, Clarence Arthur (1872-1944) in Roger W. Caves (ed.) - Encyclopedia of the city, p. 349

⁵¹⁵ Já tinha apresentado o seu trabalho anteriormente em 1923 e 1929. ver Peter Hall - Ciudades del mañana – Historia del urbanismo en el siglo XX, p. 132

⁵¹⁶ Segundo a memória descritiva o espaço a urbanizar divide-se em “espaços livres públicos” (33 ha); edifícios de interesse público” (25 ha); “instalações de indústria local e artesanal” (6 ha), arruamentos (37 ha) e habitação (129 ha); que se localizam em zonas distintas

O programa de urbanização do sítio de Alvalade previu a ocupação de 230 ha para uma população de 45.000 habitantes. Quatro eixos viários principais definem os seus limites: Campo Grande a poente, Av. Almirante Reis a nascente, Alferes Malheiro a norte e a sul a via-férrea.

Outras quatro vias atravessam o bairro dividindo-o em 8 células, unidades funcionais sujeitas a plano de pormenor: dois no sentido E-O, Av. da Igreja e Av. dos E.U.A e outros dois N-S, a Av. de Roma e Av. Rio de Janeiro.

“(...) atravessada no sentido leste-oeste por uma das artérias circulares do plano geral de urbanização da cidade – a Av. Estados Unidos da América. A subdivisão da área a urbanizar resultou da existência desta artéria e da consideração de três arruamentos principais, de trânsito local, um dos quais no sentido E-O e os outros dois com a orientação N-S”⁵¹⁷

Os limites da intervenção urbanística definem-se pelas vias periféricas e de atravessamento, algumas já existentes. A norte confrontava a Av. Alferes Malheiro onde se localizava o Hospital psiquiátrico Júlio de Matos, a oeste, o Campo Grande onde surge, no final dos anos cinquenta, a cidade universitária e a sul a Alameda Afonso Henriques onde se implantaram, em pólos opostos, o edifício do Instituto Superior Técnico (1936/7) e a Fonte Monumental (1940)

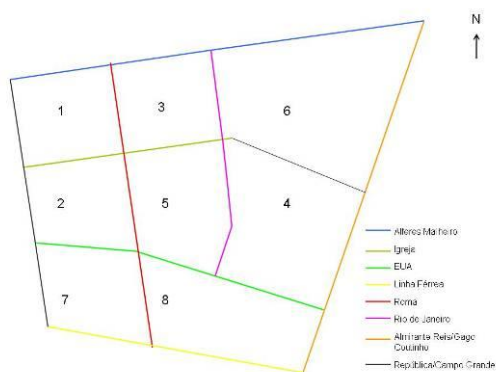


Imagem 106 - Esquema e planta da zona de expansão norte – plano de urbanização da zona sul da Av. Alferes Malheiro

⁵¹⁷ Memória descritiva e justificativa do plano de urbanização da zona sul da Av. Alferes Malheiro in, João Pedro Abreu Costa – Bairro de *Alvalade*: um paradigma do urbanismo português. Vol. II, p. 24

As vias de limite e de atravessamento formam a rede fundamental que é articulada com vias locais de distribuição dos impasses⁵¹⁸ (solução ensaiada em algumas cidades jardins desde *Hampstead Garden Suburb*, até à norte americana *Radburn*) e vias de circulação pedonal, introduzindo uma variedade funcional fortemente hierarquizada.

A intervenção de Faria da Costa (1906-1971) define os espaços residenciais em estreita dependência com os equipamentos. A dimensão das células tem em consideração um limite máximo de distância de habitação à escola que não seja superior a 500m.

“de uma forma geral a unidade de urbanização constituída por cada uma das células referidas tem como característica a consideração da escola como núcleo em torno da qual se distribuem as habitações”⁵¹⁹

A operacionalidade do conceito de unidade de vizinhança, irradiação⁵²⁰ e área de influência⁵²¹, presentes no plano, optimizam as localizações de cada elemento do plano pensado em articulação com as unidades de residência. Pode-se dizer que o Bairro de Alvalade, activa várias escalas urbanas do espaço público, desde a estrutura viária e verde, aos equipamentos.

Propõe uma ramificação territorial, provocando uma profundidade maior do espaço público na sua articulação em várias escalas de domínio espacial.

O bairro percebido como um território interno da cidade, “abre-se” ao nível hierárquico superior através das circulares que o limitam, separam, mas que simultaneamente o integram.

As dimensões do espaço público são materializadas através de dois dispositivos fundamentais: a hierarquia da rede viária que conduz a várias dimensões e relações com o edificado. E, por outro lado a “gestão” dos elementos de fechamento/abertura do espaço, percepção das fronteiras entre

⁵¹⁸ Cul-de-sac

⁵¹⁹ Memória descritiva e justificativa do plano de urbanização da zona sul da Av. Alferes Malheiro in, João Pedro Abreu – Bairro de *Alvalade*: um paradigma do urbanismo português. Vol. II, p. 26

⁵²⁰ A irradiação é o valor máximo do tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utilizadores entre o local origem (normalmente residência) e o equipamento (destino), a pé, ou utilizando transportes públicos.

⁵²¹ A área de influência de um equipamento é delimitada pelos pontos do território cujo afastamento ao equipamento corresponde ao valor de irradiação

espaço público e privado, neste caso fundamentalmente resolvidas com a relação entre o edificado e as ruas e dos edifícios com o lote urbano.

A mudança de ponto de vista, as proporções entre as vias os edifícios e o espaço verde de enquadramento, a relação lote/edifício, e edifício/rua é contemplada de modo a gerar situações de diversidade visual e estabelecer uma maior profundidade ao espaço público, tornando-o mais complexo.

As avenidas de atravessamento têm uma perspectiva clássica em eixo rectilíneo, pontuadas por espaço de praças ou edifícios marcantes; como é o caso das duas paralelas ao Campo Grande, o eixo principal, a Av. de Roma, parte do Hospital Júlio de Matos na Av. do Brasil e termina na Praça de Londres. Apresenta soluções diferentes nos dois cruzamentos principais, com Av. da Igreja e com a Av. dos EUA.

O projecto para a praça de Alvalade surge apenas nos anos 60 a partir de um estudo de Fernando Silva e Ruy Athoughuia⁵²². Na memória descritiva alude-se à disposição do cruzamento como elemento fundamental à definição do perfil da Av. de Roma:

“O problema a resolver era difícil : estudar, para um cruzamento de avenidas, edificios que o valorizassem como conjunto urbano , de acordo com o critério de urbanização adoptado para a Av. de Roma, o qual incide na valorização dos cruzamentos”⁵²³

Ao plano de conjunto sucedeu em 1966 o projecto dos edifícios: dois de habitação com implantação em Y e dois de escritórios nos ângulos da praça, “que pela sua horizontalidade, contrastassem com a massa vertical dos grandes blocos de habitação”

O cruzamento da Av. de Roma com a Av. dos EUA⁵²⁴ de 1951, via alterar parte do disposto no plano de urbanização. A proposta dos arquitectos Filipe Figueiredo e José Segurado desenvolve um conjunto de edifícios que a sul se implantam obliquamente em relação à avenida., ao invés de um contínuo de prédios de renda limitada paralelos à via com quatro pisos. No cruzamento das avenidas o projecto prevê a implantação de quatro edifícios paralelos entre si e

⁵²² Anteprojecto de Miguel Jacobetty dos anos 50

⁵²³ Ruy d'Athouguia e Fernando Silva – Memória Descritiva apud Graça Correia - Ruy d'Athouguia – a modernidade em aberto, p 222.

⁵²⁴ Projectada em 1941 pela CML

de orientação N-S. Com uma altura de doze pisos, os edifícios diluem o fechamento característico das praças.

A Av. Rio de Janeiro, outra das paralelas que constituem a rede interna do plano tem um perfil menos regular, contornando a única zona destinada a habitações unifamiliares, na proximidade da igreja.

Das três vias principais perpendiculares, duas são de acesso externo, Av. dos EUA e Av. do Brasil conduzem às saídas de Lisboa e limitam a urbanização a norte e sul respectivamente. A Av. da Igreja, destinada a zona de uso misto, comercial e residencial, é a única via interna com a direcção E-O, que cruza com a Av. de Roma e termina na igreja de S. João de Brito.

As ruas principais das células que as atravessam têm uma interferência mínima com as vias locais e os impasses recortados da frente urbana do quarteirão. A edificação sobre essas vias é também ela diferenciada, adequada à escala que o plano de urbanização lhes confere.

Ao observar algumas células do plano, especialmente as destinadas às casas de renda económica verifica-se a procura de dispositivos de controlo de tráfego automóvel e contracção da escala, alguns já utilizados nas primeiras experiências de cidade –jardim inglesas: perfil de rua reduzido, utilização de impasses, arborização de enquadramento, utilização semi-pública de logradouros, mudanças de ponto de vista, vistas fragmentadas contrastando com os perfis rectilíneos das avenidas principais

“the design of a succession of urban tableaux which are revealed as a viewer moves along the street is, by unwins’s reckoning, the basis of the planner’s art.

At Hampstead garden suburb (...) the formal elements proposed by Unwin – stately squares, radial streets, straight avenues and rond points-retain their integrity and become an organizing framework for the weave of roads that constitute the residential fabric. ⁵²⁵

O desenho dos quarteirões é particularmente importante, dele depende a dinâmica da rede viária secundária. Tendo em conta que a solução adoptada se vincula à habitação plurifamiliar, a diversidade de percursos e enquadramentos exige formas de quarteirão mais abertas, onde seja possível penetrar no interior. Em Alvalade foram ensaiadas várias disposições -

⁵²⁵ Spiros Kostof - The City Assembled: The Elements of Urban Form through History. p. 232

conforme o plano de pormenor à qual ao qual a célula se vincula- mas que vão tendendo, a partir dos anos 50, ao formato “*a la barre*” traduzindo os princípios urbanísticos⁵²⁶ que foram ganhando terreno entre os arquitectos portugueses, divulgados através dos CIAM⁵²⁷

Os quarteirões do bairro definem dois tipos que se podem dividir cronologicamente: o quarteirão clássico fechado e constituindo logradouros privados, os quarteirões em U de topos abertos com logradouros semi-colectivos, e os blocos perpendiculares ou oblíquos à via principal. Esta solução acontece nas vias circulares, na Av. dos Estados Unidos da América e na Av. de Roma e na Av. do Brasil onde o espaço público está mais sujeito à passagem contínua de trânsito automóvel e onde a relação com a rua é sobretudo mediada pelo trânsito automóvel e são também projectos mais tardios que incorporam as ideias do movimento moderno; mas foi testada pela primeira vez na Av. D. Rodrigo da Cunha, junto à zona das moradias e no Bairro das Estacas



Imagem 107 - Fotografias aéreas: Zona de habitações de renda económica a sul da Av. da Igreja.

Imagem 108 - Fotografias aéreas: R. D. Rodrigo da Cunha com edifícios perpendiculares à via e zona de moradias

Imagem 109 - Bairro das Estacas entre a Av. de Roma e Av. Frei Miguel Contreiras

As células I e II, destinadas a casas de renda económica e desenhadas por Miguel Jacobetty, para a federação das caixas de previdência, são apresentadas numa publicação de 1948⁵²⁸ sobre a “urbanização do sítio de Alvalade” como uma solução inovadora do ponto de vista funcional e estético: Sublinha-se então a “evolução que o município provocou nos últimos anos na

⁵²⁶ Carta de Atenas e IV Congresso dos CIAM em 1948

⁵²⁷ “Em 1948 foi publicada a “Carta de Atenas” em língua portuguesa na revista “Arquitectura”, desde o nº 20 de Fevereiro até ao nº31 de Junho/Julho de 1949, traduzida por mim e pelo arquitecto Hernani Gandra. Extracto de uma entrevista a Celestino Castro conduzida por Pedro Noronha Nunes Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/771/1/9-20Pages%20from%20aObraNasce05.pdf>

⁵²⁸ Falta referencia à pub.

organização das plantas das habitações nas cidades, a qual teve como fases intermédias a abolição radical dos compartimentos sem luz directa, e a supressão dos insalubres saguões”. Entendendo que o recurso sistemático aos quarteirões fechados é um “processo de esconder das vistas exteriores” a “fealdade das fachadas posteriores”, as edificações em Alvalade foram agrupadas em quarteirões “francamente abertos, em cujo interior o sol e o ar penetram livremente”. Os espaços livres proporcionados por estes logradouros são arborizados e atravessados por caminhos pedonais.

Em 1949 os blocos da Av. D. Rodrigo da Cunha foram os primeiros a romper com a estrutura de quarteirão, alterando o previsto para aquela célula. O arquitecto Joaquim Ferreira, justifica assim a opção apresentada:

“Analisando a planta do conjunto nota-se que com a nova disposição dos blocos foram suprimidos os logradouros privados que nem sempre são tratados, como convinha, pelos locatários (...) assim o arruamento principal em vez de um longo e comprido corredor ladeado de prédios de ambos os lados, fica dispondo de um aprazível arruamento completamente ensolado e arejado.”⁵²⁹

No mesmo ano, o bairro das Estacas⁵³⁰, de Formosinho Sanchez e Ruy Athougua, ensaia uma solução similar, em “edifícios em banda” paralelos que assumiam radicalmente a ruptura com o conceito de quarteirão, elevando a construção através de pilares que tornavam o piso térreo visualmente permeável a um logradouro que se tornava público.

O desenho do espaço urbano foi tomando uma configuração cada vez mais dependente da unidade residencial. A independência do edifício em relação ao lote, convencionalmente dividido em área de implantação e logradouro inverte-se na medida da exteriorização e colectivização do logradouro privado e recolhido. Não é apenas uma mudança de uso mas essencialmente de propriedade, traduzindo as alterações de conceito de espaço público. A comunidade modelo de Robert Owen, *New Harmony* no Indiana⁵³¹ prefigura

⁵²⁹, João Pedro Abreu Costa– Bairro de Alvalade: um paradigma do urbanismo português, vol. I, pp. 83 e 84

⁵³⁰ Designado por Bairro das Estacas por causa dos pilares no rés-do-chão.

⁵³¹ “The figure shown here as “New Harmony as envisioned by Owen” was captioned by the architect who drew the figure, Stedman Whitwell, as “Design for a Community of 2000 Person founded upon a principle

(formalmente) esta ideia, a realização de uma unidade residencial, com um número limitado de habitantes, equipada com serviços e espaços de convívio e comunhão no centro de um rectângulo fechado. Do mesmo modo o *famelistério* de Guise (1859) a partir do “falanstério” de Fourier (1772-1837) antecipa a unidade de habitação de Marselha de *Le Corbusier*.

4.6.6 POLÍTICA URBANA

A política urbana do Estado Novo, foi, entre 1928 e 1940, traçada por Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e, cumulativamente, presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Essencialmente estrutura-se em três vectores ancorados no reforço dos poderes do município para a condução de uma política fundiária favorável à actuação do Estado: rede viária, equipamentos e habitação social.

Num primeiro momento actua na consolidação da estrutura existente herdada do Plano de Ressano Garcia, prosseguindo depois com o alargamento e articulação da rede viária com equipamentos estruturantes e na definição de áreas de expansão da cidade, onde se localizam as várias intervenções no domínio da habitação social. A estes objectivos, a comemoração dos centenários, (duplo centenário da pátria, 1140 e 1640), assumida em 1938⁵³², pelo Presidente do Conselho, veio dar o fôlego necessário, nomeadamente em matéria das leis de expropriação, mas que se esmorecia logo a seguir à Exposição do Mundo Português em 1940.

A política urbana seguida no final da monarquia, entre 1874 e 1909, recaiu sob a responsabilidade do engenheiro Ressano Garcia. A sua realização mais emblemática foi a expansão do eixo norte e NE, afastando a cidade do rio e criando novas centralidades.

De modo mais disperso, não integrado numa política urbanística estratégica, o plano de Ressano Garcia foi essencialmente um plano viário que se apoiava na construção e modernização de alguns equipamentos, matadouros, liceus, estações, mercados, e nos parques urbanos, enquanto desenvolvia a plena

Commended by Plato, Lord Bacon and Sir Thomas More." Whitwell (1784–1840) lived in New Harmony during 1825. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/New_Harmony,_Indiana

⁵³² “Em 1938 foi nomeada a comissão nacional, presidida pelo embaixador Alberto de Oliveira (que faleceria em Abril de 1940), secretariada por António Ferro (....) e como arquitecto –chefe Cottinelli Telmo. Margarida Acciaiuoli - A exposição do mundo português, p. 55 José- Augusto França - Os anos 40 na arte portuguesa.

infraestruturação da cidade, no saneamento básico, electricidade e transportes públicos. Era pois a cidade “higiénica” e burguesa que emergia, e embora fosse da responsabilidade da CML a urbanização do solo, cabia inteiramente à iniciativa privada a edificação, pelo que o município pouco controlava, a não ser por decreto legislativo que regulava as normativas relativas à salubridade urbana (RSEU, 1903).

Os dois modelos operam conceitos diferentes mas também objectivos distintos. A política do Estado Novo foi por natureza mais centralizadora, dos poderes e das acções: é da CML que emanam os planos e os projectos que constroem Lisboa, mesmo que o espaço da iniciativa privada tenha sido promovido em alguns momentos.

A estrutura espacial no início do século, tendo em conta “o volume do espaço construído, os espaços de circulação, os espaços verdes e a respectiva organização funcional⁵³³ privilegia as avenidas, ladeadas de vegetação, articuladas por praças/rotundas, e cujas margens são ocupadas indiferenciadamente por construções de vários tipos mas essencialmente vocacionada para a construção residencial privada de carácter unifamiliar. É o movimento e a circulação, de ar, de fluídos, de condutas, de transportes, e a organização perspéctica que de certo modo regulam o traçado do plano.

Durante os anos 40 as avenidas, os espaços públicos lineares, deixam de ser os elementos fundamentais para a construção da imagem da cidade, mas em contrapartida, as praças são pontos marcantes, de concentração de “massas” onde é conscientemente usada a escala e as edificações como imagem do regime: a praça do Areeiro, “ ‘praça nova’ por excelência, dos anos 40 – a praça do Estado Novo, símbolo semântico e histórico do seu programa e do seu poder”⁵³⁴ e, a ocidente, a Praça do Império são disso um exemplo claro.

A política de habitação social adoptada pelo Estado foi materializada na construção de pequenos bairros de renda económica ou limitada, dispersos pela cidade, entre os quais se inclui o Bairro de Alvalade. Localizado numa área adjacente ao Campo Grande (Campo 28 de Maio) zona *terminal* do plano das avenidas e onde se localizava a oeste a Cidade Universitária e o Estádio

⁵³³ Ver Orlando Ribeiro - Opúsculos geográficos, V volume – Temas urbanos, p. 309

⁵³⁴ José-Agusto França - Luís Cristino da Silva - Praça do Areeiro, p. 134 in José-Agusto França (coord.) - Os anos 40 na Arte portuguesa.

(cujas obras se iniciam em 1958, mas com projecto desde os anos 30), e a leste os lugares simbólicos do Novo Estado: o I.S.T sobranceiro à Alameda e a fonte monumental; um pouco a norte, a fechar o “circuito monumental”, a Praça do Areeiro.

O bairro de Alvalade representará, dentro da malha urbana de Lisboa, uma certa excentricidade, e o ponto de partida do “moderno” na arquitectura e no urbanismo. Ali se conciliaram as heranças da cidade-jardim com os ideais que *Le Corbusier* expusera em *Urbanisme* (1925) e *La Ville radieuse* (1935)

“The closed vistas so cherished by Unwin are blown wide open. Le Corbusier proposes “great blocks of flats opening up on every side to air and light, and looking, not on the puny trees of our boulevards today, but upon greensward, sports grounds, and abundant plantations of trees” (...) these apparently inimical essays of urbanism I have been contrasting – one an appreciative omnium of the long history of European street design; the other a calculatedly shocking rejection of this legacy- would nevertheless be in the end the two constituents of much of our recent streetscape. Improbable as a fusion of these antithetical points of view may have seemed at the time, it is exactly that marriage of Unwin and Le Corbusier”⁵³⁵

A partir desse paradoxo ergue-se este bairro que entre 1945 e 1960 significou a oportunidade de experimentar um outro léxico operativo, outras linguagens arquitectónicas. Se em Alvalade coexistem a ideologia “ruralizante” subjacente ao conceito das unidades de vizinhança com a arquitectura da cidade “radiosa”, a partir de 1950 o crescimento da cidade integraria definitivamente outros modelos e a expansão para os Olivais norte e sul, a partir dos anos 60 reflectiria essa mesma inflexão.

4.6.7 O PDUL DE 1959 E O PLANO DE OLIVAIS NORTE E SUL

Em 1954 quando ainda se ultimavam alguns planos de pormenor para a zona de Alvalade, a CML encarrega o Gabinete de Estudos de Urbanização - GEU (coordenado pelo Eng. Guimarães Lobato) de proceder à revisão do PDUL de 1948, que depressa se tinha desactualizado. Este plano mantém a maior parte das propostas anteriores mas introduz algumas alterações fundamentais na estrutura da rede viária que se havia de completar pela construção da ponte sobre o Tejo (inaugurada em 1966) e a construção de duas auto-estradas, uma para o Norte e outra para o Sul na continuação da ponte.

⁵³⁵ Spiro Kostof - *The City Assembled: The Elements of Urban Form through History*, pp. 232-234

O PDUL vai dividir a cidade em três áreas de intervenção de características distintas: uma zona estabilizada, uma zona de expansão que é controlada pela câmara (terrenos e projectos) e as zonas já urbanizadas, que correspondem à maior parte das situações urbanas e que estão muito dependentes da acção dos privados para as obras de construção.

Esta divisão mostrava as contingências da CML que via a sua acção de regulação urbana e política de habitação, limitada às áreas de expansão, nomeadamente a oriente, nos Olivais onde detinha uma reserva de terrenos para domínio público adquiridos nos anos 30 e 40 a preços favoráveis.

A ausência de uma política de solos autorizava, de certa maneira, a especulação fundiária, colocando graves entraves ao desenvolvimento urbano e à resolução do problema da habitação. Esta era uma questão que preocupava os técnicos envolvidos neste processo: Numa comunicação apresentada ao colóquio sobre urbanismo, em 1961, o arquitecto J. R. Botelho⁵³⁶, autor com Carlos Duarte do plano de Olivais Sul, lamentava a falta de instrumentos jurídicos que permitissem “pôr cobro ao desenvolvimento desordenado que avassala as zonas suburbanas” e acrescenta que, para que não se fique limitado “à construção de “edifícios de rendimento”, torna-se imperioso adoptar uma política de solos eficaz”. Reconhece ainda que ao promulgar o decreto nº 42: 454, que visa a construção de casas de características económicas na cidade de Lisboa, o governo avançou nesse sentido, mas avisa que esta determinação só terá êxito se apoiada numa política de solos⁵³⁷.

De facto, a partir dos anos 50 a carência de fogos sociais nas cidades de Lisboa e Porto, fazia-se sentir com grande premência, pressionada pelos números oficiais: Em 1950 o IX Recenseamento Geral da População acrescenta ao censo um “inquérito às condições de habitação da família”, cujos resultados foram apresentados no XX Congresso da Habitação e Urbanismo, realizado em Lisboa em Setembro de 1952. ⁵³⁸

⁵³⁶ Problemas de urbanização, sua realização ao nível da organização municipal, p. 182, 183

⁵³⁷ A desejada lei dos solos, só irá aparecer em 1970 com o Decreto-Lei nº 576/70 revogado, seis anos depois, pelo Decreto-Lei nº 794/76 de 5 de Novembro

⁵³⁸ Ver http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1950

Apesar da quantidade de fogos construídos em Alvalade estimava-se em Lisboa um déficit de habitações de 80.000 fogos acrescidos de 56.000 na área suburbana da cidade.

Face a este problema os técnicos do G.E.U. estudaram a hipótese de urbanização e edificação nos terrenos municipais dos Olivais próximos da zona industrial da cidade, situada na área ribeirinha.

Em 1955 o gabinete apresentava uma memória descritiva do “estudo base de Olivais” onde enquadrava o problema da habitação, prevendo uma distribuição das habitações por escalões de renda e onde fixava o “princípio de independência dos blocos habitacionais, com todas as vantagens conhecidas de orientação conveniente, isolamento das habitações, etc”⁵³⁹

Uma vez terminado o PDUL, o GEU foi extinto e deu lugar à criação do GTH que prosseguiria as políticas do seu antecessor e se encarregaria de levar a cabo o plano delineado que ganhava enquadramento legal com o Decreto-Lei nº 42:454 de 18 de Agosto de 1959:

“Artigo 1 – para execução do plano de construção de novas habitações na cidade de Lisboa, estabelecido pelo presente decreto-lei, compete à câmara municipal de Lisboa:

- 1) A urbanização de novas áreas habitacionais na área administrativa da cidade (...)
- 2) a execução de trabalhos de grande urbanização – em especial arruamentos principais e rede geral de esgotos- (...)”⁵⁴⁰

O plano de Olivais, foi dividido em dois territórios contíguos, Norte e Sul que reflectem experiências diferentes no campo dos princípios urbanísticos subjacentes. As duas zonas somam um total de 230 ha, a mesma dimensão de Alvalade, à qual se juntarão os 510 ha de Chelas. Prevê-se o alojamento de 10.000 habitantes em 2500 fogos, em Olivais Norte e 38250 habitantes distribuídos por 8000 fogos em Olivais Sul.

A proposta incidia maioritariamente sobre a construção de habitações para agregados familiares insolventes, com 70% dos fogos sociais e 30% de renda livre.

À Câmara Municipal de Lisboa, por intermédio do GTH, competia elaborar os programas de trabalho, os projectos de arquitectura e ainda proceder à

⁵³⁹Olivais Norte – extracto da memória descritiva do estudo base de Olivais elaborado em 1955. Revista “Arquitectura”, nº 81, Março de 1964, p. 6.

⁵⁴⁰ Ibidem

fiscalização das obras. A aquisição de terrenos, inclusive através da expropriação, os estudos de urbanização e a construção de habitação e equipamentos públicos. O gabinete mantinha alguma autonomia financeira, através das mais-valias e das vendas em hasta pública, o que lhe permitiu financiar a infraestruturação e os espaços verdes previstos no plano.

A primeira fase em 1959, incide sobre a célula A de Olivais Norte, uma vez que já havia estudos preparatórios do GEU elaborados pelos arquitectos Sommer Ribeiro e Falcão e Cunha. A construção de Olivais Sul inicia-se em 1963 tendo por base um estudo do GEU revisto pelo GTH.

O GTH trabalhou com três modalidades de encomenda, o convite directo que prevaleceu na fase de arranque do projecto, os projectos camarários, e as empreitadas de concepção-construção postas a concurso com bases fornecidas pelo GTH.⁵⁴¹

As directrizes do GEU e depois do GTH, vão de encontro a alguns princípios reguladores do urbanismo moderno, que já se tinham aplicado em Alvalade: a divisão do espaço em células, o zonamento, a hierarquia viária⁵⁴², entre a circulação mecânica e os caminhos pedestres; os espaços verdes e os equipamentos de proximidade com destaque para as escolas; mas ainda o designado “centro cívico, recreativo e comercial geral” que “será o centro de atracção dos habitantes de toda a unidade”.

No entanto há um corte com os elementos morfológicos utilizados em Alvalade e que constituem figuras formais do seu planeamento: o alinhamento dos edifícios em relação ao eixo viário, a altura e uniformização volumétrica, o desenho do quarteirão, etc. O jogo destes elementos constitui uma paisagem particular que reflecte as estruturas sociais, económicas, e as mentalidades.⁵⁴³

Ao contrário da utilização algo ambígua dos logradouros de Alvalade a opção pela habitação plurifamiliar isolada em “blocos de variadas formas e dimensões” facilitou a integração de logradouros de utilização colectiva arborizados que se contabilizavam como espaço verde.

⁵⁴¹ Ver Teresa Valsassina Heitor - Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala. [Consult. 12.10.2010] Disponível em : in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_c.pdf

⁵⁴² Arruamentos principais de ligação às grandes artérias, arruamentos de serviço local traçados de forma a facilmente darem, acesso a todos os pontos da célula; arruamentos para peões e serventias dos blocos habitacionais. Revista “Arquitectura”, nº 81, Março de 1964, p. 6.

⁵⁴³ Ver Augustin Berque – paysage, milieu, histoire in Augustin Berque (direction) - Cinq propositions pour une théorie du paysage.

A novidade principal do plano de Olivais foi o desaparecimento formal do logradouro transformado em espaço verde colectivo, e que foi de algum modo decorrente da implantação isolada das habitações e da colectivização integral do espaço privado do lote.

Numa crítica ao plano traçado, Leopoldo de Almeida (1898-1975), assume que “os princípios urbanísticos aplicados são claramente derivados da Carta de Atenas e constituem indiscutivelmente o ponto de partida de qualquer realização urbanística contemporânea” mas avisa que ainda assim “poder-se-ia apontar ainda aos Olivais Norte um excesso de fidelidade a princípios esquemáticos, excesso que, por ter conduzido a uma neutralidade de espaços urbanos, a um esquema circulatório demasiado desvinculado dos edifícios (...) poderá não ajudar à constituição de uma vida comunitária intensa.”⁵⁴⁴

Os edifícios afastados das vias principais e isolados por extensos relvados, concretizam outras relações com o solo urbano e com a paisagem. Independentemente do sucesso da operação urbanística, os planos de Olivais Norte e Sul, concretizam o afastamento da cidade nuclear, das zonas centrais e urbanizadas, e criam a autonomia destas unidades residenciais, numa visão fragmentada do fenómeno urbano que se assume periférico e opera este conceito quer arquitectonicamente quer socialmente.

Não é o parcelamento do solo urbano que gera o edificado mas sim o contrário. É o bloco/edifício que gera o espaço público e que se propõe como único limite entre público e privado. O logradouro colectivo é, na prática um espaço público utilizado para diferentes usos: estacionamento, passeio, vegetação, etc.

Não existindo a dicotomia entre público e privado formalizada na profundidade medida entre o exterior e o interior do quarteirão, o espaço à volta do edifício é neutro o que implica que não existam fachadas principais.

A relação relativamente arbitrária entre o edifício e o lote implicará também uma indeterminação dos percursos “suburbanos”, que não serão dirigidos pelo fluxo/eixo das ruas, ou orientados por uma função comercial que o quarteirão clássico poderia acolher.

Os percursos utilizados entre os edifícios são quase estritamente ligados à função residencial. Estando a função comercial e lúdica concentrada em edifícios específicos, o espaço entre as habitações participa passivamente

⁵⁴⁴ Leopoldo Almeida - Olivais- Norte –Nota crítica in Revista “Arquitectura”, nº 81, p. 13. (pp.12-14)

como “paisagem”/espaço envolvente, contemplado, essencialmente um *continuum* visual que separa os edifícios.

A malha que os une, regrada pela orientação solar, fechamento, relação com as vias de acessos e percursos pedonais, é essencialmente planimétrica, pois a escala do território torna-se inequivocamente mais importante dentro de um conjunto de relações cuja matriz se forma abstractamente, pela ruptura sistemática com os elementos telúricos. Invertem-se as relações: a cidade dos olivais é mais etérea- mais próxima do céu do que da terra, com uma escala de território de proximidade, aproveitando a topografia do terreno para formar elementos de continuidade/descontinuidade, fechamento, abertura, conceitos que operacionaliza com uma larga escala, dimensionada para o habitante do cimo das torres que observa e contempla o seu território tal como o homem da avenidas, debruçado sobre o balcão, contemplava o burburinho da cidade. Sobranceiro, ainda, isolado, mais, domina o espaço suburbano, onde a paisagem “natural” emerge na topografia, na vegetação, no horizonte.

A imagem de cidade resultante da operação urbana de Olivais, é vinculada à Carta de Atenas, com edifícios em torre e banda, com uma altura média de 8 pisos, isolados num “espaço livre fluido e ajardinado”⁵⁴⁵

“(...) altos edificios residenciales bien distanciados unos de otros en un espacio isotropo; neta distincion de las funciones primarias en zonas urbanas bien separadas; eliminación de la promiscuidad de los tráfcios mediante circuitos diferenciados entre vários tipos de arterias viarias (de diferente grado de velociad) y entre los diversos recorridos peatonales (en horizontal y en vertical): este es, en síntesis, el modelo que subyace a la carta de atenas. (...)”⁵⁴⁶

Contudo se o traçado do plano de Olivais Norte põe em prática instrumentos urbanísticos derivados da Carta de Atenas (1933), o plano de Olivais Sul, revê esses conceitos a partir das experiências urbanísticas do pós-guerra sobretudo das *new town* inglesas, (New town act, 1946) cidades satélite, a cerca de 25 km de distância dos centros urbanos (Londres e Glasgow, p. ex.) que tem como objectivo responder ao déficit de habitações e ao congestionamento das funções urbanas nas grandes cidades. De um modo geral estes novos aglomerados urbanos articulam três zonas distintas: o centro urbano a área

⁵⁴⁵ Ver Teresa Valsassina Heitor – Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala. [Consult. 12.10.2010] Disponível em : in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_c.pdf

⁵⁴⁶ Benedetto Gravagnuolo - História del urbanismo en europa 1750-1960, p. 397

industrial e a área residencial, que se divide em unidades de vizinhança de baixa densidade. Cada unidade está equipada com os serviços primários com um raio de 600 m entre estes e as estruturas nucleares auto-suficientes.

A equipa projectista constituída por Rafael Botelho e Carlos Duarte, opta pela maior densificação das áreas residenciais, (embora a densidade geral seja menor do que a admitida para os Olivais Norte, o aumento mencionado refere-se estritamente às células habitacionais, bastante superior ao admitido para as *New Town* inglesas da 1ª geração, construídas entre 1946 e 1951) a organização das áreas residenciais, em torno de um centro cívico e o abandono do conceito de unidade de vizinhança a favor de uma “estrutura celular” (*clusters*) – células B, C, D e H são para habitação, F cemitério e realojamento e G, o centro cívico principal. Há neste plano uma reinterpretação da ideia dos bairros auto-suficientes e uma visão mais unitária do fenómeno urbano.

“Ao contrário dos modelos que inspiraram os projectistas de Olivais Norte, o plano de Olivais Sul traduz uma concepção organicista da vida urbana. É fruto de uma concepção celular de desenvolvimento, propondo, em suma um desenvolvimento espontâneo organizado”⁵⁴⁷

A intervenção em Chelas em 1960 foi um pouco mais tardia, derivada dos atrasos ocorridos na construção nos Olivais. Do ponto de vista operativo foi fundamentalmente diferente: enquanto o solo urbano nos Olivais pertencia, quase na totalidade ao município, os 510 ha previstos para o plano de Chelas estavam maioritariamente nas mãos de privados. Os estudos elaborados pelo GTH apontavam então para a necessidade de se proceder à infraestruturação do terreno pela CML, para posterior edificação, obrigando por isso a um processo de expropriação urgente.

A CML, até 1959, tinha adquirido apenas 50 parcelas, correspondentes a uma área de 308 ha, dos quais 40.8 ha foram expropriados na década de 30 e integrados no plano de construção do eixo de acesso ao aeroporto e da futura Av. Almirante Gago Coutinho.

Em Maio de 1964 é aprovado o plano de urbanização de Chelas e, no mesmo ano, é redigido o decreto que permitiria agilizar a expropriação dos terrenos por utilidade pública, sem direito a reversão dos proprietários. O Decreto-Lei nº

⁵⁴⁷ Carlos Nunes da Silva – Política urbana em Lisboa, 1926-1974, p. 167

46:027 de 13 de Novembro, contraria o determinado na Lei nº 2030 de 1948, admitindo que a aplicação do regime de reversão atribuído por esta lei, tinha vindo comprometer “a realização de algumas obras de profundo alcance social, a que o governo, e nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, consagram neste momento o melhor do seu esforço” ⁵⁴⁸

Com um terreno topograficamente mais acidentado, optou-se por uma estrutura linear, substituindo a estrutura celular⁵⁴⁹ inicialmente proposta, de dois eixos paralelos ao vale central e eixos secundários que estruturam as áreas habitacionais.

Os objectivos do plano expressos em memória descritiva são dominados pela preocupação em reanimar o espaço público, através da distribuição linear dos pólos de “vivificação urbana”⁵⁵⁰: A prossecução desse objectivo ancora-se na criação de um eixo que associe as diversas actividades urbanas em vez de as separar. “reabilitar, portanto, a rua de peões, como acompanhamento edificado da rua urbana, servida claramente pela via de automóveis mas sem nunca se fundir com ela”⁵⁵¹

Ao contrário das intervenções anteriores, o plano não segue a via racionalista denunciando as influências das concepções urbanísticas dos anos 60 que se desenvolvem a partir do processo de revisão dos conceitos do Movimento Moderno que começa a impor-se no panorama internacional

Na reunião do CIAM em 1953 forma-se um grupo de cisão, os TEAM X⁵⁵² que reúne entre outros, Georges Candilis, a dupla inglesa Alison e Peter Smithson, e os holandeses Bakema e van Eyck, que contestam as doutrinas urbanísticas do CIAM, inscritas na Carta de Atenas.

Embora não formassem um grupo homogéneo, estes arquitectos representam a geração do pós-guerra que não se revê nas estruturas racionalistas do urbanismo moderno reagindo contra a visão e o sonho do progresso tecnológico No seu único manifesto conjunto “Doorm manifesto” de 1954

⁵⁴⁸ Preâmbulo do Decreto-Lei nº 46027 de 13 de Novembro de 1964, DR, I série, nº 267. p, 1598

⁵⁴⁹ Estrutura centriptá com base numa compartimentação celular da vida urbana. No desenvolvimento desse plano, abandonou-se essa estrutura e procurou-se uma distribuição linear dos equipamentos de maneira a constituir faixas com ramificações, o mais longas possível, através de todo o território da malha em lugar” in Memória Descritiva transcrita em “Arquitectura” nº 95 janeiro-fevereiro de 1967, p. 10

⁵⁵⁰ ConStitui uma crítica clara ao plano de Olivais.

⁵⁵¹ “Arquitectura” nº 95 janeiro-fevereiro de 1967, p. 11

⁵⁵² O grupo criou-se em Julho de 1953 no 9º Congresso do C.I.A.M. Os membros “originais” foram : Jaap Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods

afirmam que o “Urbanism considered and developed in the terms of the *Charte d’Athènes* tends to produce “towns” in which vital human associations are inadequately expressed. To comprehend these human associations we must consider every community as a particular *total complex*”⁵⁵³

Uma das realizações mais paradigmáticas de G. Candilis⁵⁵⁴ (1913-1995), foi a expansão da cidade francesa de Toulouse, a *cidade nova de Toulouse le-Mirail* (1961-1980) com P. Dony, A. Josic e Shadrach Woods (1923-1973). Este plano abandona a morfologia urbana funcionalista⁵⁵⁵ substituída pela metáfora da organização biológica com os sistemas de célula e de rede.

Esta intervenção é uma das âncoras formais de Chelas, aliás evidenciando as novas tendências do planeamento urbano, baseadas no compromisso entre a modernidade, tradição e história.

“Tal como em Toulouse le Mirail, optou-se por uma distribuição linear do espaço edificado, através do desenvolvimento de dois eixos principais ou “faixas de atravessamento” programados com o objectivo de de criarem de forma contínua uma dinâmica de integração global”⁵⁵⁶

Tendo em conta as alterações políticas e sociais entretanto ocorridas em Portugal, o espaço urbano de Chelas distanciou-se consideravelmente do planeado: a execução da rede viária foi adiada, e só nos anos 90 foi construído o viaduto sobre o vale de Chelas assim como os prolongamentos da Av. D. Rodrigo da Cunha e da Av. dos Estados Unidos da América possibilitando finalmente a concretização do núcleo central, actualmente em execução.

No percurso de um século, corrompem-se os mecanismos que faziam corresponder a morfologia urbana à tipologia arquitectónica. A implantação do edifício distancia-se das amarras do lote, do espaço fundiário como matriz da edificação, para progressivamente se afirmar o edifício como gerador do espaço, como unidade essencial do espaço urbano.

⁵⁵³ Bakema, van Eyck, van Ginkel, Hovens-Greve, Smithson, and Voelker, ‘DoornManifesto’ (1954) in Joan Ockman, *Architecture Culture 1943-1968: A Documentary Anthology*, New York, Rizzoli, p183. citado por Ben Highmore -Between Modernity and the Everyday: Team 10. <http://www.team10online.org/>

⁵⁵⁴ Como aluno de Corbusier representa ainda uma forma de continuidade do team X com o CIAM e com Le Corbusier.

⁵⁵⁵ Embora articule dois níveis de circulação, um nível subterrâneo para a circulação mecânica e outro, aéreo para os peões

⁵⁵⁶ Teresa Valsassina Heitor – A vulnerabilidade do espaço em Chelas, p. 143

A cidade moderna descobre-se como um verdadeiro sistema de produção: do elemento mínimo (a célula) ao bairro e à cidade, uma cadeia de montagem onde cada porção sendo um elemento autónomo tende a diluir-se formalmente na montagem. É o processo e não os objectos que são apreciados na experiência estética.

Em última instância o que regula o solo urbano é o fogo e não o invés. Essa total inversão, é realizada no plano dos Olivais, embora, nunca, a partir daí tão radicalizada. Pelo contrário, desde os anos 60, a inflexão ideológica pós-moderna, desencadeia um processo de revisão e crítica dos mecanismos e pressupostos do modernismo. Este movimento passa por uma releitura da história da Arquitectura, alicerçada nos valores da continuidade e da tradição e na recuperação do seu papel simbólico. No urbanismo caracteriza-se pela reintrodução das figuras morfológicas “tradicionais” a rua, o alinhamento dos edifícios, e mesmo o quarteirão.

Foi nos anos setenta, especialmente após a crise energética de 1973-75 que uma nova ordem económica e social emerge dando espaço efectivo ao pós-moderno. Segundo Harvey, no contexto urbano, o pós-modernismo caracteriza-se pela ruptura "(...) whit the idea that planning and development should focus on large scale, technologically rational, austere and functionally efficient internacional style design and that vernacular tradition, local history, and specialized spatial designs ranging from functions of intimaçy to grand spectacle should be approached with a much great eclectism of style"⁵⁵⁷

O recurso a estas formas de desenhar a cidade, foi, até certo ponto, justificado pela deterioração da “urbanidade”: o aumento demográfico⁵⁵⁸propicia a expansão urbana para novos territórios assumidamente suburbanos e tendencialmente monofuncionais (“dormitórios”). As experiências de planeamento dos anos 70, como o plano de Telheiras⁵⁵⁹ (1974) continuam a

⁵⁵⁷ David Harvey - *The Urban Experience*, pp.256-279.

⁵⁵⁸ “il y donc un double processus d’accumulation de la population autour du centre de Lisbonne, qui provient de l’immigration rurale et de la migration de la population vers la pheripherie et qui provoque un fort mouvement de concentration dans les agglomérations suburbaines» Vitor Matias Ferreira – *Expansion urbaine et formation de l’espace métropolitain de Lisbonne*, p. 83 in «Sociedade e Território» – Portugal – *Enjeux sociaux et transformations du territoire*, nº especial, ano 5 setembro de 1990.

⁵⁵⁹ A reabilitação de Telheiras-velho como polo de irradiação da vida urbana.

dar um particular destaque à sociabilidade urbana, no pressuposto de que as formas espaciais podem estimular a vida colectiva.



Imagem 110 - Planta da cidade de Lisboa marcando as intervenções propostas e realizadas sob a direcção de Duarte Pacheco, 1944

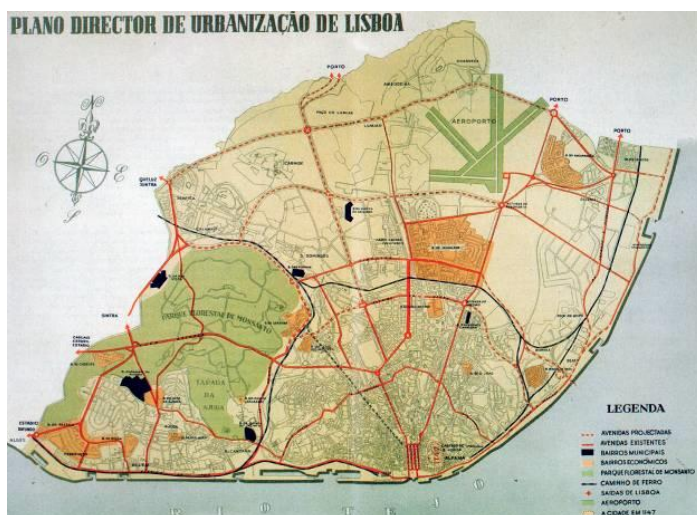


Imagem 111 - Plano director de Lisboa, 1948 (Etienne de Groer)

4.7. A ARQUITECTURA DOMÉSTICA PLURIFAMILIAR EM LISBOA

4.7.1 A MATRIZ HABITACIONAL DOS PLANOS | O LOTE COMO ESPAÇO DE INTERRELAÇÃO ENTRE O PLANO URBANO E O EDIFÍCIO

Quando se inscreve o tema da janela numa cronologia que se desenvolve no século XX em Portugal e tomando como geografia a cidade de Lisboa, entendeu-se também enquadrá-la numa tipologia específica, a da habitação, plurifamiliar, que se vulgarizou no meio urbano, sobretudo a partir do século XVIII. Primeiro designado como “prédio de rendimento” ou “para rendimento” toma, a partir dos anos 50, a designação de “habitação colectiva”. Esta mudança nominal não é fortuita, acompanha a mudança do modo de produção da habitação e da sua relação/articulação com *lote urbano*

Fixar a habitação plurifamiliar ou multifamiliar significa também procurar entender as mutações no habitar a partir de uma matriz à partida mais contingente porque sujeita às flutuações económicas e sociais de um modo mais explícito.

No capítulo anterior analisaram-se os planos urbanos que foram construindo o actual perfil da cidade. Considerou-se a sua importância através, não só da respectiva extensão, mas também pelas práticas do espaço que propiciaram - decorrentes das configurações e formas urbanas propostas. Seguiu-se uma via cronológica, que estabelecia pontes com os desenvolvimentos e experiências do urbanismo europeu, das cidade-jardim ao texto doutrinário do CIAM de 1933, à revisão dos princípios racionalistas/funcionalistas nos anos 60.

Escreve Aymonimo⁵⁶⁰ que arquitectura e cidade não são fenómenos distintos, ou são-no hoje por causas materiais concretas”. A unidade entre arquitectura e cidade, é imediatamente perceptível nos planos urbanos resultando da aliança *apriorística* sobre as formas de controlo e de uso do solo urbano como matriz da arquitectura.

A unidade morfológica do lote é o elemento de articulação preciso entre o edifício e o solo urbano. As alterações da morfologia urbana decorreram fundamentalmente da dinâmica dessa relação/articulação, que se inverte a

⁵⁶⁰Carlo Aymonino – O significado das cidades.

partir da proposta moderna de “verticalização” do lote: a expressão “de l’ îlot à la barre”⁵⁶¹ sugere precisamente essa inversão.

Quando o edifício se substitui ao lote, as relações entre rua/logradouro e edifício desaparecem gerando um sistema de auto-referencialidade. O edifício não necessita do solo e este constitui-se como um espaço abstracto no qual o edifício poisa recusando todos os constrangimentos da implantação, onde o espaço não é apercebido em termos de diferença (topológica).

As relações entre exterior e interior fazem-se então no interior do edifício: o caso mais paradigmático é a unidade de habitação de Marselha que desenvolve as relações outrora exteriores e reguladas pelo lote no seu interior. O lote como elemento mediador entre a malha urbana, solo e o edifício desaparece, dando origem a outra ordem de relações.

Essa evolução pode ser traçada também do interior das habitações, correspondendo à correlação existente entre a forma urbana e os edifícios.

A casa burguesa do início do século XX define uma relação entre o interior e o exterior através da posição dos seus compartimentos: *para trás e para a frente* - são coordenadas topológicas que se referem à oposição desenhada pelo lote entre rua e logradouro, as habitações viram para a rua os seus compartimentos de representação e para as traseiras outros.

O apartamento que se desenvolve no quarteirão aberto, como os que se observam em Alvalade, ainda se resolvia numa ambiguidade espacial e de fronteiras entre o espaço público e o privado que o lote proporcionava de modo eficaz.

Nas intervenções dos anos 50 no bairro de Alvalade e posteriormente com a construção de Olivais e Chelas nos anos 60 irá prevalecer a implantação do edifício “solto” na paisagem. Os compartimentos são dispostos segundo critérios globais; a orientação, os ventos, sem referencia portanto aos elementos tradicionais da morfologia urbana, à rua, ao logradouro, etc. As relações e articulações entre exterior e interior deixam de ser necessariamente antitéticas e portanto a valoração/distinção de elementos da casa que constituam ligações entre os dois domínios perde importância. Por outro lado o

⁵⁶¹ Philippe Panerai; Jean Castex; Jean-Charles Depaule – Formes urbaines de l’îlot à la barre.

desenho das fachadas e os andares tendem a ser similares, como consequência da homogeneização geral do espaço.

“(…) le bâtiment devient objet préparant l'éclatement complet du tissu urbain dont l'unité de la habitation constitue le manifeste (…)”⁵⁶².

4.7.2. AS FORMAS RESIDENCIAIS NA CIDADE: DA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR À HABITAÇÃO COLECTIVA

Contudo se atentarmos ao plano de Paris pelo Barão de Haussmann (1809-1891), que tal como o plano oitocentista para Lisboa se descreve essencialmente pelo traçado viário, verifica-se que a unidade que o caracteriza se concretizou através dos vários regulamentos que perfilam um *tipo* conduz a uma leitura de conjunto⁵⁶³ identitária das novas artérias:

Em 1885 “Haussmann écrit aux architectes-voyers pour fixer les règles qui vont conduire à l'aspect unitaire et horizontal des nouvelles voies. il leur écrit, en particulier: “(…) Il recommande donc aux voyers d'imposer dans les contrats de vente des terrains qui appartiennent à la ville, comme en cas de reconstruction, une clause obligeant à donner aux maisons de chaque îlot ou aux immeubles mitoyens **les mêmes lignes principales de façade, de manière que les balcons continus, les corniches et les toits soient autant que possible sur les mêmes lignes.**”⁵⁶⁴

O plano das Avenidas Novas, entre 1870 e 1907, corresponde à 1ª intervenção que delineando uma expansão da cidade a norte e depois a noroeste, se afasta definitivamente do seu polo central, a baixa pombalina e da ocupação ao longo da faixa ribeirinha.

Este parcelamento, para além das regras impostas pelos regulamentos de edificação deixa à iniciativa privada a promoção da habitação, unifamiliar e plurifamiliar, um pouco à medida dos investimentos imobiliários pretendidos.

Mesmo nos prolongamentos de vias existentes, casos da Estefânia, de Campo de Ourique ou posteriormente na extensão da Av. dos Anjos, nunca se irá pretender um carácter uniforme, antes será considerada inevitável a diversidade estilística e tipológica. As habitações unifamiliares constituíram, sobretudo na 1ª fase de construção da Avenida que podemos concentrar nas duas primeiras décadas do século XX, a tipologia prevalecente.

⁵⁶²⁵⁶² Philippe Panerai; Jean Castex; Jean-Charles Depaule – Formes urbaines de l'îlot à la barre, p. 175

⁵⁶³ Uma relação de interdependência entre a forma urbana e o tipo de construção

⁵⁶⁴ Reglements du second Empire - Les immeubles haussmanniens construits à Paris entre 1850 et 1920 [consult. 7.2.2009] disponível em http://www.wmaker.net/opcc/Reglements-du-Second-Empire_a23.html

O relativo predomínio da habitação unifamiliar sobre o *prédio de rendimento*, neste primeiro período permitiu compreender a dinâmica deste traçado, emulador do modelo *haussmaniano*, mas que face à debilidade financeira do município, à tentativa falhada de constituição de sociedades imobiliárias e ainda aos escassos mecanismos legais de controle e fiscalização da iniciativa privada, acaba por sucumbir ao pragmatismo.

“Ressano Garcia sabia a clientela que iria intervir neste espaço; uma nova classe burguesa ávida de ostentação e por outro lado, construtores civis e encomendantes capitalistas, cujo objectivo era fundamentalmente o lucro. Aos primeiros interessava o palacete e a moradia, aos segundos o prédio de rendimento destinado ao negócio imobiliário. A grande extensão de área nova de terrenos (...) era proporcionalmente maior que o acréscimo da população e por isso, tinha que estar aberto à vontade de todos os investidores (...)”⁵⁶⁵

O desenho dos quarteirões das Avenidas arbitra um loteamento perpendicular à via, com logradouros privados, geralmente encerrados no interior do quarteirão, embora por vezes os edifícios consintam uma passagem lateral da rua para o logradouro que lhes permite igualmente a abertura de janelas nesse alçado.

Por inerência esta divisão do espaço irá permitir uma relação entre interior e exterior, entre o domínio privado e o público. A oposição entre as faces do edifício orientada pela configuração do lote, corresponde à tipologia (distribuição espacial) do espaço interno, articulando frente-rua; traseiras-logradouro, divisões públicas e privadas, o limpo e o sujo, o visível/montra e o invisível (esconço).

Entre os contemporâneos a crítica⁵⁶⁶ às construções das Avenidas Novas era dirigida particularmente à gestão camarária que não disporia de nenhum “projecto de fachada” para os edifícios a construir nos lotes adquiridos, levando à proposta de constituição de uma comissão que deveria examinar as fachadas das novas construções e outros elementos que determinam a estética da cidade considerando-se para tal a fachada como o elemento imóvel da rua. Ventura Terra será, na sua actividade de vereador, defensor desta ideia,

⁵⁶⁵ AAVV - Do Saldanha ao Campo Grande : os originais do Arquivo Municipal de Lisboa, p. 67

⁵⁶⁶ Ver Ana Martins Barata – A discussão estética acerca da qualidade arquitectónica das construções da Capital nas primeiras décadas do século XX. *ArteTeoria*, nº 10, 2007, p. 128-135.

chegando a anunciar uma comissão municipal que se encarregasse de “disposição artística e boas proporções das fachadas (...)”⁵⁶⁷

Tal situação tinha sido resolvida no plano de Paris, primeiro pela sobreposição do novo traçado com as áreas centrais da cidade e portanto mais apetecíveis. O aumento do custo do solo, decorrente desta acção, teve duas consequências imediatas: afastou os residentes de menores recursos e remeteu para a periferia a localização das habitações unifamiliares⁵⁶⁸ precisamente pela raridade e preço dos terrenos centrais. As novas Avenidas que compõem a *l’etoile* constituem-se maioritariamente por imóveis de rendimento (*à rapport*) sujeitos a uma regulamentação conducente a um tipo de habitação de características específicas de altura, avanços na fachada, elementos decorativos, etc.

No entanto os *émulos* do plano de Paris, moldam-se em geral por uma adequação aos processos e instrumentos legais possíveis, em geral menos centralizadores dos que os da França de Bonaparte. Na Bélgica, o burgomestre de Bruxelas, Jules d’Anspach (1829-1879), estabelece a gestão da cidade através de um plano que consiste no traçado sobre o antigo leito do rio Senne⁵⁶⁹ e na construção de um *Boulevard*, com vinte e oito metros de largura, em forma de Y estruturado por três elementos: uma fonte monumental, uma bolsa do comércio, um mercado, no alinhamento com o antigo templo barroco, *Augustin*, (Place de Brouckere) entretanto demolido. À semelhança do plano das novas Avenidas de Lisboa a filiação francesa do plano *de Bruxelas* é superficial mas essencial para compreender as opções do plano:

“L’image du boulevard haussmannien – qui a soustendu toute la réalisation du project d’Anspach (majorat de Bruxelles) – correspond à Paris à une répartition parcellaire précise et à une réglementation stricte en matière de gabarit et d’architecture. Elle est l’expression d’une vision culturelle globale et aboutit concrètement au renouvellement complet du système urbain. À Bruxelles, rien de semblable: le concours donne pour seules directives l’obligation de construire sur une hauteur minimale de quinze mètres et l’interdiction de réaliser des constructions provisoires. Liberté totale est laissés aux architectes, les primes étant adjugées

⁵⁶⁷ Miguel Ventura Terra – proposta apresentada na sessão de 7 de Janeiro de 1910. Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa, 1910, p. 10 *apud* Ana Martins Barata – A discussão estética acerca da qualidade arquitectónica das construções da Capital nas primeiras décadas do século XX. *ArteTeoria*, nº 10, 2007, p. 133

⁵⁶⁸ “les petites hôtelles, les villas ou les habitations particulieres modestes sont repousés aux limites de la capitale” Monique Eleb Vidal e Anne Debarre - *L’ invention de l’habitation moderne* : Paris, 1880-1914, p. 289

⁵⁶⁹ Após surto epidémico de colera em 1854 onde os quarteirões junto ao Sena foram os mais afectados

aux constructions plus belles. Là encore, la conception globale fait défaut, ce qui réduit d'autant les chances d'introduire un nouveau système de référence et une cohérence forte au coeur de la ville détruite.”⁵⁷⁰

Se os planos de “embelezamento” das capitais europeias são marcados pelo modelo parisiense, a prática urbanística “quotidiana”, até aos anos 20, alicerça-se numa política de controlo regulamentar que vai permitindo um crescimento disperso da cidade, embora relativamente estruturado ao longo dos principais sistemas viários e ferroviários⁵⁷¹.

A partir dos anos 30 (e até aos anos 50) o persistente aumento da demografia urbana, é essencialmente suportado pela densificação de Lisboa-cidade⁵⁷². Nesse sentido a política urbana deste período é dirigida aos programas de habitação social que servem de base às operações urbanas de larga escala.

No caso dos bairros construídos pelo Estado Novo, entre 1926 e 1960 é possível fazer-se uma leitura evolutiva que reflecte a filiação a modelos arquitectónicos/urbanos distintos.

A transmissão desses modelos nem sempre é clara, mas neste caso foram essenciais as participações em congressos, colóquios e sobretudo as visitas de estudo efectuadas pelos técnicos (engenheiros e arquitectos) do Ministério das Obras Públicas, a Inglaterra, França, Bélgica e Holanda⁵⁷³. Documentadas nas publicações da CML, do GEU e do GTH. Os relatórios subsequentes a estas viagens reflectem as preocupações dos técnicos e a visão global, enquadrando

⁵⁷⁰ Anne Van Loo – L'haussamanisation de Bruxelles: la construction des boulevards du centre, 1865-1880. p. 44. Revue de l'Art [em linha] année 1994, volume 106, numéro 106 [Consult. 04.02.2009] disponível em <http://www.persee.fr>

⁵⁷¹ O comboio vai também vai traçar o crescimento urbanístico ao longo dos eixos radiais de Dafundo Benfica e Lumiar que marcarão a organização do território - “(...) le tramway allait tracer les autres directions du développement urbanistique le long des axes radiaux de Dafundo, Benfica et Lumiar. C'est ainsi que l'accroissement de densité des noyaux existents allait conditionner l'apparition de certains pôles de croissance qui, par la suite, marqueraient l'organisation du territoire.” Vitor Matias Ferreira Expansion urbaine et formation de l'espace métropolitain de Lisbonne p. 81 in Sociedade e Território, Ano 5, nº especial (1990)

⁵⁷² “L'explosion démographique de cette région eut lieu à la fin du siècle passé, mais il s'agissait d'une croissance quasiment supportée par la ville de Lisbonne jusqu'aux années cinquante. Depuis cette date, la population de communes au nord de la ville-capitale se présente comme la plus dynamique du point de vue démographique. Sa croissance a démarré, dans un premier temps, grâce à l'accessibilité offerte par les lignes de chemin de fer, construites à la fin du XIXème siècle, ensuite par le développement des réseaux routiers et des bus régionaux qui ont facilité l'urbanisation d'énormes étendues de territoire.” Carlos Nunes da Silva - Lisbonne: ville de deux rives et métropole. Les défis à relever, p. 87 in Sociedade e Território, Ano 5, nº especial (1990)

⁵⁷³ A título de exemplo o boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas (1954) 2º vol. Tem 3 artigos : “relatório da viagem efectuada a Inglaterra, Holanda e França em Novembro e Dezembro de 1953 pelo engenheiro Carlos Manuel do Nascimento Ferreira Pimentel; que fala das novas cidades inglesas (crawly, harlow, stevenage, etc) alguns aspectos do problema da habitação na Escócia e Inglaterra do arq. Luís Xavier; planeamento nacional – relatório da visita de estudo à Holanda e Inglaterra do engenheiro Manuel da Silva Ferreira ou a notícia do IV congresso da união internacional dos arquitectos em Haia em 1955 pelo arquitecto Ruy António da Silveira Borges.

diversas escalas de intervenção, que o urbanismo tomou desde a gestão fundiária até aos programas de financiamento da habitação social, aferição de densidades e capitações, etc

À urgência da habitação, respondeu-se num primeiro momento com soluções de baixa densidade, em zonas da cidade ainda pouco povoadas, e evidentemente afastadas do centro. Projectados e construídos sob a alçada da administração municipal, estes bairros propunham uma imagem uniforme, realizada em projectos-tipo realizados pelo arquitecto Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970). O bairro de Alvalade (1945), um dos mais extensos a par com o bairro da Encarnação (1938), constitui-se como excepção por três motivos: está na confluência da zona simbólica do regime (Areeiro, Cidade Universitária, Alameda), e é o primeiro bairro onde se autoriza a habitação plurifamiliar como solução sistémica, admitindo a apropriação/uso comum do logradouro.

Nas décadas posteriores, os planos de Olivais e Chelas adoptam a habitação colectiva como paradigma da unidade residencial urbana, desenvolvendo-se neste período novas formas de agrupamento. A relação urbana desloca-se do tipo para o fogo através das suas combinações gregárias horizontais e verticais: em banda, alinhados, *redant*, torre. A realização dos projectos tipo é abandonada em favor de uma pluralidade de soluções arquitectónicas enquadráveis nas premissas gerais do plano, que se entende menos pelos elementos formais e mais pelos aspectos directamente quantificáveis.

A edificação que se inscreve na cidade planeada pressupõe a obediência a algumas premissas regulamentares, na medida em que os planos são uma codificação dos processos formais da construção, podendo ser mais ou menos direccionada. O crescimento da cidade durante o primeiro quartel do século XX, que se faz sobretudo através das áreas de expansão a norte, ao abrigo do plano camarário, implica também esse código, formalizado na matriz cadastral, na estrutura do espaço público e nos regulamentos.

Os casos de estudo, porque inseridos na “nova” malha urbana são condicionados por esse *código* do plano, embora admitindo uma diversidade de soluções estilísticas e distributivas.

Dito isto, de que modo é que se pode enquadrar a evolução do prédio de rendimento em Lisboa? As questões levantadas são de duas ordens, a primeira é genérica: afinal o que significa um prédio de rendimento, uma habitação plurifamiliar ou habitação colectiva, podemos identificá-lo como um tipo de habitação urbana, quais as suas características fundamentais?

A segunda remete para a ligação com a cidade, como é que esta tipologia se vinculou/desvinculou, ou seja que relações foram estabelecidas com os planos formais da cidade, que na nossa opinião da autora podem ser lidos como configurações instantâneas das relações (lugar/tempo) entre o solo urbano e a sua edificação. Claro que as relações não podem ser apenas vistas de um modo imediato, mas mutável, enquanto os planos são como imagens cristalizadas que idealizam essas relações. É nesse pressuposto que se poderá perceber não apenas o nível de cumprimento ao plano, mas, mais importante o modo concreto como se estabeleceram a partir da sua génese, da sua configuração inicial de posições (configuração de um lugar).

No tempo da cidade, um tempo de constante alteridade, será um exercício de abstracção o nosso; mas entende-se que o *desenho* do plano (desenho formal, regulamentar, etc) procurou determinadas relações, aceitando os insucessos, os desvios, as alterações, até mesmo o abandono/recusa, etc dos pressupostos que lhe estavam subjacentes.

Numa cidade a percepção sincrónica é natural, a diacrónica, requer um esforço específico. Mas se a sincronia corresponde à estrutura imediata, ela pode ser apercibida e descrita, mas dificilmente analisável, dado o seu carácter consentâneo com a acção. São as estruturas dinâmicas, diacrónicas, que possibilitam explicar os factos numa sequência que poderá não ser necessariamente cronológica.

Essa correspondência que acompanha os fenómenos urbanos, é especialmente sentida nas análises classificatórias que se efectuam através da tipologia, é este o instrumento que permite estabelecer “similitudes o vínculos estructurales entre las cosas, tratando de establecer las raíces etimológicas comunes que subyacen a fenómenos distintos.”⁵⁷⁴

⁵⁷⁴ Carlos Martí Arís - Las variaciones de la identidad, .p. 50.

4.7.3. A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR: CARACTERIZAÇÃO DE UM TIPO

*Estudar a habitação é observar a imagem da sociedade inscrita no solo.*⁵⁷⁵

Geralmente, na história das tipologias, estende-se a genealogia formal associada a cada tipo. Para a habitação plurifamiliar é usual recuar às *insulae* romanas como forma de descrever e isolar as constantes da tipologia.

Caracteristicamente as *insulae* alojavam várias famílias, cada qual no seu apartamento que se designava por *cenaculum*⁵⁷⁶, destinando-se o rés-do-chão às lojas, *tabernae*, embora haja *insulae* exclusivas para habitação.

Apesar de serem tomadas como procedência do actual prédio de habitação plurifamiliar, não nos será permitido assumir que as características que apresentam se entendam como soluções fechadas, antes formas que reincidentem na tentativa de resolver problemas semelhantes.

Por outro lado, as referências antigas não nos podem servir de modelo porque, de facto não há garantias quanto à sua forma, programa, *usos*, *etc* a não ser as especulações arqueológicas que fazem supor alguma identidade entre estas e soluções diversas ao mesmo problema.

O *tipo* (prédio de rendimento) é a solução formal para os problemas relacionados com o custo e a escassez do solo urbano e a necessidade de alojamento económico, donde a série, a *standartização* de elementos construtivos, e a possibilidade de numa superfície de solo reduzida se construírem várias “casas”⁵⁷⁷, são soluções que materializam, de diferentes formas, a tipologia de *habitação plurifamiliar*.

As limitações inerentes ao uso do solo urbano e urbanizado e o seu custo elevado contribuem para a sobre-ocupação da casa. Mas se são conhecidas as causas dessa densificação das habitações a solução nem sempre se assumiu do ponto de vista arquitectónico e programático.

⁵⁷⁵ Paul Henry Chombart de Lauwe - Des hommes et des villes, p. 101

⁵⁷⁶ do latim *cena* - jantar

⁵⁷⁷ Ver Marieta Dá Mesquita - As Casas de Muitos Andares nos Estados Unidos ou a Escola de Chicago Vista por um Engenheiro Português em 1900, Jornal dos Arquitectos, nº 205, Março/Abril de 2002, pp. 11-18.

A habitação individual na cidade, escreve Bertrand⁵⁷⁸, é reservada áqueles que têm algum poder económico, sendo a situação mais frequente o aluguer de um quarto ou de um andar da casa e a arquitectura dos edifícios alugados não se distingue particularmente dos imóveis ocupados apenas pelos seus proprietários.

Na realidade a locação no mesmo espaço de várias famílias não exigia uma configuração específica do edifício. E se o problema da exiguidade e custo do solo remonta às primeiras cidades, as soluções que configuram um *tipo* de habitação plurifamiliar são já do século XVII-XVIII.

“Le XVIIIème siècle ne semble encore connaître que la maison; si des pièces de celle-ci se trouvent être louées et, si la maison est ainsi source de rapports, il faudra attendre le siècle suivant pour que la construction d’un édifice, composé de plusieurs pièces situées à un même niveau et regroupées en appartements superposés selon les lits que forment les étages, reçoive une solution spécifique d’agencement, et soit reconnue comme une forme d’édifice en soi, ce qu’actuellement il est convenu d’appeler un type architectural.”⁵⁷⁹

4.6.4 O PRÉDIO DE RENDIMENTO

As referências ao prédio de rendimento como tipo aparecem com particular relevo nas sociedades capitalistas, precisamente vinculadas ao seu carácter especulativo/lucro. Mas um tipo arquitectónico remete naturalmente para outras características que não apenas as subjacentes às exigências económicas/sociais e por isso a locação do espaço é condição fundamental embora, por si só, insuficiente para definir a tipologia.

Por esse motivo o *tipo prédio de rendimento* só se desenvolve e consolida durante o século XIX, precisamente nas cidades onde a actividade comercial florescia. No entanto há diferenças significativas se observarmos em Londres e Paris, as capitais que durante o século XVIII e XIX apresentavam um desenvolvimento económico mais dinâmico, mas que seguem, depois, caminhos diversos⁵⁸⁰ no que diz respeito à forma como se desenvolve a cidade”: Em Londres a habitação unifamiliar é dominante; a abundância de terrenos de baixo custo consequência da elevada qualidade dos transportes públicos irá encorajar as soluções de baixa densidade nas áreas de expansão

⁵⁷⁸ Michel-Jean Bertrand, - Architecture de l’habitat urbain: la maison, le quartier, la ville.

⁵⁷⁹ Patrick Céleste –l’immeuble et son intérieur in «Extenso» nº 9, novembro, 1985, (pp. 63-88), p 65

⁵⁸⁰ Essa polaridade é notada a partir do século XIX, pois o alojamento da cidade medieval londrina e parisiense é idêntico.

mas também nas zonas centrais⁵⁸¹, adjacentes ao perímetro da cidade destruído no grande incêndio de 1666.

O prédio de rendimento aparece em Paris durante o século XVII, mas é durante o século XIX, no período que compreende a Restauração (1814-1830-1848), que se imporá na paisagem urbana, consolidando as suas características a partir do Segundo Império (1852-70). Através da estrutura do traçado de Haussmann a cidade densifica-se e moderniza-se celebrando o prédio de rendimento pela sua capacidade para “create continuity between the street and the home”⁵⁸²

No início da Terceira República (1870-1940) intensificam-se os apelos a um outro sentido de domesticidade evocando o exemplo inglês pela utilização nalguns discursos dos termos ingleses *home* e *comfort*. Mas não se verifica uma alteração sensível: “oppositions to the apartment house did nothing, however to eradicate its role as the predominant Parisian building type (...)”⁵⁸³

A nova malha urbana da capital francesa, nascida da renovação de 1850, tem implícito um zonamento social preciso: o reparcelamento do solo na área central, aumentados e regularizados afasta do centro as classes insolventes, e atrai uma nova burguesia, consciente da sua “importância” mas que (em fase de construção) ainda não encontrara uma identidade sólida.

Nas novas Avenidas e *boulevards* as designadas *maison à rapport ou à loyer* são imóveis destinados à locação da pequena e média burguesia, prédios de rendimento, onde cada locatário habitava um andar. Mas na verdade há uma classificação codificada e ordenada das categorias dos imóveis e suas características particulares, “correspondant à trois niveaux économiques différents. Le plus modeste, destiné aux “petites fortunes” (...) le type moyen et le “type supérieur”.⁵⁸⁴

A zona oeste de Paris, o *XVI arrondissement* é a zona da cidade reservada à habitação da aristocracia no “*hotel particulier*”, mas os “*petites hotels*”, as

⁵⁸¹ La structure sociale même était l'inverse de celle de la capitale française: les riches avaient déjà quitté Londres pour la banlieue, laissant les vieux centres aux travailleurs pauvres, alors que les grands bourgeois et les aristocrates français s'installaient au cœur de Paris. » Benard Marchand – Paris, Histoire d'une ville XIXe-XXe siècle, p. 150

⁵⁸² Sharon Marcus – Apartment stories: city and home in nineteenth-century Paris and London. p. 136

⁵⁸³ Idem, p. 137

⁵⁸⁴ F. Choay faz uma descrição das características singulares de cada tipo, no que diz respeito à altura, dimensões, aparelhos, materiais e decoração da fachada. in Maurice Agulhon (direção) - La ville de l'âge industriel : le cycle haussmannien, p. 226

pequenas “*villas*” e as “*habitations particulières*” modestas são relegadas para a periferia, nos limites da capital.⁵⁸⁵

Durante a primeira metade do século XIX, os prédios de rendimento evoluem no sentido de um maior conforto e solidez⁵⁸⁶ de construção. O apartamento⁵⁸⁷ configura-se então como uma desmultiplicação dos espaços da moradia burguesa, que se agrupava em vários andares, num único piso. A continuidade entre a rua/espço público e o edifício/espço privado era consentida através do piso comercial situado no rés-do-chão.

A noção de apartamento, como reagrupamento de compartimentos num mesmo andar, ligados por um sistema de contiguidade (mais tarde por corredor), migrou do *hotel particulier*, onde se distinguiam dois núcleos atribuídos aos proprietários, o apartamento masculino e o feminino, mas eventualmente também a familiares e visitas, para o prédio de rendimento”.⁵⁸⁸

Na segunda metade do século XIX, registam-se algumas alterações conducentes à uniformização dos imóveis através da *standartização* do seu programa, da organização regular da parcela *haussmaniana* e da regulamentação das fachadas⁵⁸⁹.

Os prédios de rendimento em Paris caracterizavam-se, em relação ao espaço urbano, por uma certa uniformidade visual, embora integrando na fachada os elementos distintivos dos imóveis. As diferenças permitidas estavam então subjacentes à “importância” do programa, revelando-se no valor decorativo e nas qualidades estruturais e técnicas.

⁵⁸⁵ Monique Eleb Vidal e Anne Debarre - L' invention de l'habitation moderne : Paris, 1880-1914,p. 289

⁵⁸⁶ «sous Louis Philippe, à être remplacée par un modele plus elegant et plus confortable, à la façade en pierre» F. Choay, p. 224 in Maurice Agulhon (direcção) - La ville de l'âge industriel : le cycle haussmannien.

⁵⁸⁷ “Ce mot appartement vient du latin partimentum, part du verbe diviser – aussi entend-on la part essentielle d'une maison royale ; publique ou particulière , composée lorsque l'appartement est complet, d'une ou plusieurs chambres , salles d'assemblée, salles à coucher, cabinet, arrière cabinet , toilette, garde robe.”Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences et des Arts, Vol.I, Paris, 1751, p. 543.

⁵⁸⁸ Patrick Céleste –«l'” immeuble et son interieur» in extenso nº 9, novembro, 1985, (pp. 63-88), p. 76

⁵⁸⁹ Sobre tudo na altura e no avanço dos elementos salientes: A Altura máxima do imóvel é de 20 m e balanço dos balcões até 1,20 m mas apenas a partir dos 5,75 m de altura (em 1902, 3 m e ocupando toda a fachada)

No interior do apartamento re-orientam-se os espaços em função do pólo dinamizador da rua. Ao invés do *hotel particulier* que se fechava sobre o pátio (cour), apartado da rua, o prédio *haussmaniano* articula os compartimentos ligados à função social sobre a rua enquanto as funções de serviço se voltam para a fachada posterior/lateral. Esta tipologia doméstica bipartida “*est indissociable d’un antagonisme de la rue et de la cour qui trouve son origine à la fois dans l’évolution historique de la maison urbaine populaire et dans une influence de l’hôtel particulier classique*”⁵⁹⁰»

A designação “prédio de rendimento” indica desde logo o seu objectivo de lucro. Mas o prédio de aluguer não se constitui apenas enquanto *tipo* económico, mas é sobretudo um tipo arquitectónico como se teve oportunidade de observar.

Como objecto negociável o prédio de rendimento deve tirar o melhor partido possível do terreno e dos regulamentos urbanos, da situação e dos materiais bem como dotar o imóvel de todo o conforto compatível com o programa.

Os proprietários, burgueses na sua maior parte, homens de negócios, eram por vezes também locatários do espaço⁵⁹¹. Essa dualidade reflecte uma estrutura “familiar” do negócio, naturalmente com fins especulativos mas ainda distante do carácter “especializado” que esta actividade toma durante o 2º Império:

«A partir du Second Empire, s'affirme à Paris un type nouveau de propriétaire, à côté du petit investisseur qui place dans l'immobilier son épargne. Homme d'affaires, noble parfois, société de construction ou compagnie d'assurance, il possède généralement un patrimoine important - les 42 immeubles détenus par les banquiers Pereire sont un maximum en 1897. (...)»⁵⁹²

Também em Londres a actividade imobiliária toma um rumo mais profissional, segundo o estudo de Dyos⁵⁹³, a construção residencial na capital britânica não era uma actividade ocasional e “cerca de 25% dos promotores estavam

⁵⁹⁰ Christian Moley – Regard sur l'immeuble privé, p. 128

⁵⁹¹ Susanna Magri - Les propriétaires, les locataires, la loi. Jalons pour une analyse sociologique des rapports de location, Paris 1850-1920. p. 402 in Revue française de sociologie. [em linha] 1996, 37-3. [consult. 30.09.2010] disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1996_num_37_3_5707 Neste artigo a autora refere-se a uma percentagem de 39% em 1897 referente a um estudo não publicado de Marc Choko.

⁵⁹² Susanna Magri - Les propriétaires, les locataires, la loi. Jalons pour une analyse sociologique des rapports de location, Paris 1850-1920. p. 403 Revue française de sociologie. [em linha] 1996, 37-3.. [consult. 30.09.2010] disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1996_num_37_3_5707

⁵⁹³ Dyos, 1968 apud Álvaro Ferreira da Silva - A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930), p. 613.

envolvidos na construção de sete prédios num só ano. No final do século esta percentagem já tinha subido para 40%”

A situação em Lisboa, segundo o estudo apresentado por Ferreira da Silva⁵⁹⁴, revela uma outra realidade: nos três períodos de dez anos representados na amostra, (1860-1869, 1880-1889 e 1900-1909), não existem alterações importantes no que diz respeito à natureza da actividade imobiliária, quase sempre pontual, e apenas a quantidade regista mudanças significativas, com o número de promotores a subir de 294 no primeiro intervalo para 1894 no último.

“Em dez anos de actividade seguida ininterruptamente, apenas um máximo de 22% dos operadores tinha requerido mais do que uma licença de construção ou, em termos mais simples, mas menos precisos, tinha efectuado a construção de mais do que um prédio. Com quatro ou mais licenças, as proporções recuavam a uns ínfimos 1% a 4%, consoante os anos.”⁵⁹⁵

De operação pontual e dispersa, a negócio especializado o prédio de rendimento evolui no modo de produção e na maior diversidade dos programas que submete, justificando a utilização de uma designação de significado mais amplo, de prédio de habitação *plurifamiliar ou colectiva*.

“C’est une réalisation ponctuelle, (maison à rapport) de petite échelle . Quand la nature de la commande change, quand les programmes voient leur taille augmenter, la dénomination évolue, avec un certain lou cependant dans les moments de transition. (...) immeubles devient un terme générique qui couvre l’ensemble des bâtiments d’habitations collectives.”⁵⁹⁶

4.7.5 O PRÉDIO DE RENDIMENTO EM LISBOA

A evolução do prédio de rendimento em Lisboa foi até ao século XIX diferente daquela que encontra em Paris. A reconstrução da Baixa, no século XVIII, afirma o primeiro conjunto de prédios de rendimento edificados de forma sistemática em Lisboa. Construídos e regulados pela administração régia, tornam-se protótipos do prédio lisboeta até meados do século XIX.

Os modelos de prédios de rendimento mais em voga neste período agem por um certo mimetismo em relação ao fixado modelo pombalino: três andares, seis fogos (Esquerdo e Direito) autonomizados em grupos de três pelas duas caixas de escada que encostam ao centro. Fachada simples e simétrica, vão

⁵⁹⁴ Álvaro Ferreira da Silva - A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930),

⁵⁹⁵ Susanna Magri, *op. Cit*, p. 612

⁵⁹⁶ M. Eleb-Vidal, Anne Marie Debarre – L’ invention de l’habitation moderne: Paris, 1880-1914, p. 294

de molduras rectangulares maioritariamente de peito com apenas duas janelas de sacada no primeiro andar. Este é o modelo difundido em áreas da cidade na primeira metade de oitocentos.

Na segunda metade do século XIX, o prédio de rendimento localizado em zonas dispersas da capital, começa a renovar-se, nas alterações pontuais nos vãos, no número de andares, nas varandas e outros elementos da fachada. Encontramos alguns dos projectos mais interessantes deste período no Chiado⁵⁹⁷, *como núcleo de construção mais significativo*

“Contudo no domínio da arquitectura era a regra pombalina que dominava num contexto “sem referentes” o pombalino era a memória e a malha organizadora quando um “pedia a architecture gothica, outro a architecture de outro género”⁵⁹⁸

No final do século XIX e princípio do século XX, o prédio de rendimento pontua a paisagem urbana finissecular nas novas artérias da capital, mas ainda sem constituir uma situação de monopólio. Nas áreas periféricas ao plano de Ressano Garcia, onde o custo das operações imobiliárias era menos elevado⁵⁹⁹ – maior procura e menor investimento de capital- há uma maior incidência na construção de prédios de rendimento mas de qualidade construtiva inferior.

Durante este período de expansão urbana encontramos referência ao modelo francês nos prédios da capital, sobretudo nas áreas mais “qualificadas” e procuradas pela média burguesia. Este mimetismo prende-se não só com a relativa homogeneidade dos modos de vida e maneiras de habitar da burguesia⁶⁰⁰, mas também com a circulação dos tipos arquitectónicos, seja através das publicações periódicas especializadas, seja pela formação dos profissionais, arquitectos e engenheiros, que realizavam parte dos seus estudos nas academias francesas.

A habitação plurifamiliar em Lisboa na segunda metade do século XVIII desenvolve-se através de um processo de transformação tipológica tendo

⁵⁹⁷ Ver Joana Cunha Leal - Giuseppe Cinatti (1808-1879): Percurso e Obra. - Lisboa: FCSH-UNL, 1996 (dissertação de Mestrado)

⁵⁹⁸ Raquel Henriques da Silva- Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura 1777-1874, p. 407

⁵⁹⁹ “Nestas áreas há uma maior concentração da actividade imobiliária em termos individuais (promotores com maior número de licenças (...))” Álvaro Ferreira da Silva - A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930), p. 602

⁶⁰⁰ A este propósito veja-se o texto de Michele Perrot - *Manières d' habiter* p. 310 in Philippe Ariès, Georges Duby - “Histoire de la Vie privée”. (Vol. 4).

como modelo os palácios⁶⁰¹ e a obediência a certas características: que a distribuição entre os pisos seja semelhante, com acessos comuns e que a casa se desenvolva horizontalmente nesse piso vinculando uma família por cada apartamento, com uma disposição “declinável” a partir da organização do espaço habitacional nobre francês que se impôs no *grand siècle*.⁶⁰²

Como consequência da distribuição vertical, em que cada fogo ocupa um piso do prédio, afirma-se uma relação entre o plano da fachada e o espaço interno. Contudo é preciso notar que a repartição dos andares no início do século XX ainda não é equitativa, e revela uma hierarquia presente não apenas no pé-direito das habitações, nos materiais e na distribuição interna como na fachada “principal” onde os vãos, (frequentemente de sacada e com varandins corridos) as decorações e a composição reflectem a importância do andar nobre. Na realidade a fachada do prédio de rendimento é ainda tida como parcialmente independente da estrutura distributiva dos andares e das próprias divisões internas.

O balcão e as *bow windows* como elementos de composição da fachada vão ter um peso maior sobretudo a partir do momento em que a composição do plano - a fachada no sentido tradicional do termo apercebida como uma superfície aberta e decorada- é preterida em favor de um perfil volumétrico da fachada.

“À l’époque des bow windows et des rotondes d’angle, la complexification volumétrique des façades n’avait pas seulement pour but de contribuer au pittoresque à la rue, mais aussi de profiter aux qualités d’espace intérieur”⁶⁰³

À estratificação vertical dos espaços da casa nobre procede a estratificação horizontal e uma compressão dos espaços funcionais que tinham um desenvolvimento horizontal – o quarto constituído por compartimentos em sequência –câmara-antecâmara-quarto- irá desaparecer quase totalmente no prédio de rendimento.

⁶⁰¹Barata Fernandes defende isso mesmo na sua tese de doutoramento publicada em 1999 *Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa - As Formas da Casa na Forma da Cidade*. Segundo Sarmento Matos o modelo do prédio de rendimento pombalino é o prédio do arquitecto régio Frederico Ludovice, designado por palácio é um prédio de rendimento onde o arquitecto ocuparia o primeiro piso. In “A sétima Colina- Roteiro Histórico-Artístico”, coordenado José Augusto França, pp. 76,77.

⁶⁰² M. H. Barreiros - Casas em cima de casas. Apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina, p.88-97 in Revista Monumentos.Dossiê Baixa. Lisboa: DGEMN, nº 21, 2004.

⁶⁰³Christian Moley – Regard sur l’immeuble privé. p. 182

Ainda a origem palaciana (ou do *hotel particulier*) se encontra presente na origem do pátio (*cour*) e do saguão - espaço vazio no meio do prédio que serve para ventilação e iluminação e que pode ser visto como uma reminiscência das habitações nobres urbanas que utilizavam o pátio como área de ligação à zona de serviços. No entanto este espaço vai desaparecer progressivamente à medida que as dimensões do lote e a relação entre o edifício e o solo se modificam.

No século XIX os andares não eram todos iguais: o pé-direito, a distribuição e a decoração eram diferentes de piso para piso. Eram privilegiados os andares mais baixos, sobretudo o 1º andar (*bel-étage*) que correspondia ao andar do proprietário do imóvel. A fachada fazia-se corresponder a esta distinção, através de elementos decorativos e dos vãos.

A uniformização da planta, com os pisos idênticos e do alçado com as janelas iguais, se já são observáveis como tendência⁶⁰⁴ na tipologia do prédio de rendimento, só são integralmente assumidas com as alterações decorrentes do modo de produção – actividade imobiliária especializada- e o “relaxamento” das regras de hierarquia social e a racionalização do espaço doméstico.

4.7.6 INTIMIDADE E DOMESTICIDADE

Segundo W. Rybczynski⁶⁰⁵ na casa medieval, concorriam várias funções no mesmo espaço que se realizavam mudando os móveis de sítio. Mesmo no século XVI as habitações/ compartimentos não eram espaços privados e só um século depois começam a aparecer as primeiras divisões apartadas do olhar público.⁶⁰⁶

Nesse sentido o século XVII traz a primeira revolução doméstica nos Países Baixos, pois ali surgiram as casas pequenas que não albergavam mais que cinco, quatro pessoas, o que hoje em dia chamamos de família nuclear.

No entanto o processo de nuclearização da família é um conceito que tem sido objecto de várias revisões: até meados do século XX considerava-se a

⁶⁰⁴ As plantas, piso a piso, nos prédios de rendimento numa primeira fase tinham por vezes distribuições diferentes e pé-direito decrescente.

⁶⁰⁵ W. Rybczynski - La casa – historia de una idea (título original)

⁶⁰⁶ Idem, p. 36

oposição entre a família alargada (co-residente) típica das comunidades rurais e a família conjugal de carácter urbano e associada às sociedades industriais. Nos anos 60 do século XX esta classificação é posta à prova: segundo os investigadores do grupo de Manchester, a industrialização não teria provocado a nuclearização da família, já que na Europa ocidental esta sempre foi a forma dominante, mas antes complexificado as relações domésticas incluindo como co-residentes não apenas indivíduos com laços de consanguinidade, mas o pessoal doméstico.

“Se as teses de nuclearização e desorganização familiar na era industrial, sustentadas pela escola funcionalista, são hoje, em termos gerais inaceitáveis (...) a ênfase crescente na continuidade dos modelos familiares contribuiu para obscurecer diferenças importantes entre a época industrial e a época precedente”⁶⁰⁷.

Mas mais importante que a dimensão e tipo de família foi o processo de individualização espacial que impôs uma redução dos espaços familiares e colectivos. Tal como a noção de indivíduo progredia na sociedade também se afirmava nos espaços domésticos. E é nos valores de intimidade e *domesticidade* que se “descobrem” os novos espaços da casa. Se a vida social tem salas próprias destinadas a estes momentos como mimetismo das casas da aristocracia, é nos espaços privados e íntimos, que se reflecte a forma de habitar burguesa manifestada na atomização dos espaços privados e no aparecimento de dispositivos espaciais de separação.

“Les formes doivent exprimer les fonctions déterminées par les besoins des hommes, besoin de individualité au XVIIIe siècle et besoins de plus et plus socialisés dans la société industrielle»⁶⁰⁸

Do mesmo modo a vida urbana espartilha-se, as diferentes actividades de sociabilidade colectiva localizam-se em lugares dispersos, específicos e fechados, onde antes havia espaços, como as praças, que albergavam diversas funções “A reunião de uma multidão se tornou uma atividade especializada; acontecia em três locais: no café, no parque para pedestres e no teatro”⁶⁰⁹

⁶⁰⁷Gaspar Martins Pereira - Famílias portuenses na viragem do século 1880-1910. Porto, Afrontamento, 1995

⁶⁰⁸ Paul Lauwe – La ville et le homme, p. 111

⁶⁰⁹ Richard Sennett – O declínio do homem público – as tiranias da intimidade, p. 76

Há portanto uma similitude entre os usos do espaço público e do espaço privado, ambos se especializam e “funcionalizam” criando separações e regras precisas, mas sobretudo *interiorizando* a própria vida pública.

A domesticidade pode-se definir por esse processo de apropriação da casa – “la domesticidad tiene que ver con la familia, la intimidad y con una consagración al hogar, así como una sensación de que la casa incorpora esos sentimiento, y no sólo les da refugio”⁶¹⁰

A casa burguesa dos séculos XIX/XX aparece na continuidade da evolução que se inicia no século XVIII com essa separação entre os dois tempos: o do quotidiano e o do mundano, entre o privado e o público que se representa na casa através da especialização das divisões e das funções. Como descreve M.L. Lima dos Santos⁶¹¹, num retrato da burguesia através dos manuais de civilidade, na casa da burguesia cada divisão da habitação corresponde a uma função específica que a terminologia descreve: quarto de dormir, sala de visitas, sala de jantar, etc

A habitação burguesa também se define na importância que confere aos dispositivos de higiene e de conforto, definindo espaços próprios: o W.C., a casa de banho e o *toilette*

A introdução de espaços para determinadas actividades, foi marcada pela evolução dos dispositivos técnicos que permitem realizá-las com conforto. Este quadro material estava porém absolutamente suspenso da “revolução” invisível que se inicia no século XVIII mas que só terá expressão a partir de 1890⁶¹² : a introdução das redes de água, da electricidade e do gás no espaço doméstico.

4.7.7 ÍNDICES DE CONFORTO: LUZ, ÁGUA, AQUECIMENTO E GÁS

O conforto que inicialmente era definido como uma sensação de bem-estar generalizado passa a ter um valor quantitativo⁶¹³ referente à satisfação material de algumas necessidades. No quadro de uma sociedade de consumo, o conforto tanto colectivo como individual passou a ser um bem consumível

⁶¹⁰ W. Rybscinsky - La casa – historia de una idea, p. 84

⁶¹¹ Maria de Lourdes Lima dos Santos - Para a análise das ideologias burguesas. I – Os costumes do «bom-tom» in Análise Social, Vol. XIII (1.º), 1977 (n.º 49), pp. 7-54

⁶¹² W. Rybscinsky - La casa – historia de una idea, p. 223

⁶¹³ “Observemos que o conforto não é apenas expressão do bem-estar, é também condição de uma actividade altamente produtiva. Torna-se assim em larga medida, um investimento.” Fernand Baudhuin – Principios de economia contemporânea. O consumo (Vol. 4.)

É nessa perspectiva que o conforto se torna matéria quantificável e que pode ser analisada através de parâmetros operativos: a existência de espaços, dispositivos e tecnologias que satisfaçam o conforto térmico, acústico, luminico, sanitário, ambiental, etc

Se até ao século XVIII a tecnologia doméstica não avançou de modo significativo, a introdução da electricidade nas habitações foi efectiva apenas em meados do século XIX, mas transformou radicalmente as rotinas e a percepção do espaço. No século XVIII ainda se recorria às velas, de cera ou de sebo para alumiar os interiores, no entanto estas últimas, feitas de gordura animal, tinham o inconveniente do cheiro e do fumo.

Foi em 1783 que Argand (1750-1803) químico suíço inventou a lamparina de azeite, este invento foi posteriormente aperfeiçoado, até que em 1858, Gesner (1797-1864) patenteia uma lâmpada de combustível mineral: o querosene.

A alternativa posterior às lâmpadas de querosene foi o gás, que alimentava os candeeiros públicos desde o início do século (Londres, 1807, Baltimore, 1816, Paris, 1819, Berlim, 1826⁶¹⁴, Lisboa, 1848 (electrificação em 1902) mas que nas habitações comportava alguns inconvenientes, pelo que só em 1840 se começou a usar nos interiores aumentando significativamente o conforto lumínico, e devolvendo uma outra percepção do espaço.

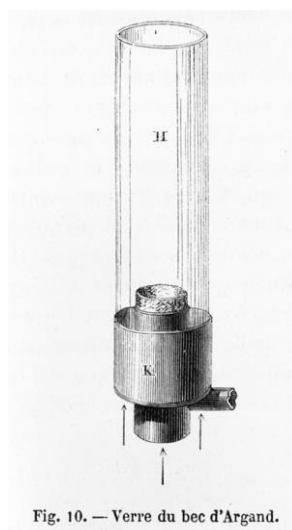
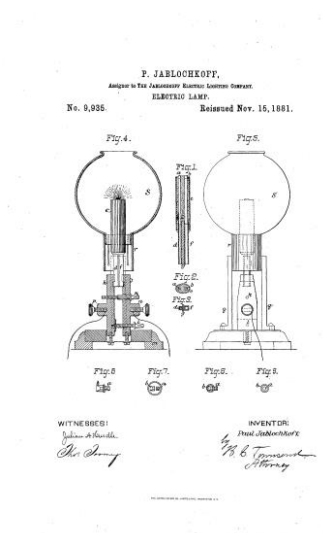


Imagem 112- Lâmpada elctrica de Paul Jablochhoff– desenho da patente, 1888
Imagem 113 – Lâmpada de Argand.

⁶¹⁴ Dados transcritos no livro, La casa de W. Rybczynski

O uso limitado da água corrente nas habitações da aristocracia tinha mais a ver com as mentalidades do que com a impossibilidade tecnológica. Para a burguesia, a explicação era outra, já que até meados do século XIX a maior parte das habitações não tinha água corrente e esta era trazida dos poços, fontes de abastecimento público ou de uma bomba na cozinha. Assim, embora o *water closet*, seja conhecido desde o século XVI, aperfeiçoado em vários modelos durante o século XVIII, (Cummings, 1775 e Bramah, 1778,) a falta de pressão da água inibia a eficácia deste dispositivo.

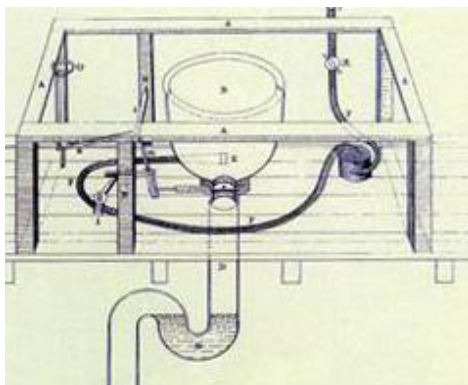


Imagem 114 - Alexander Cummings, water closet (1775)

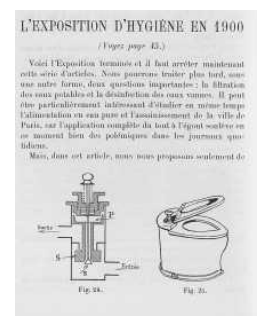
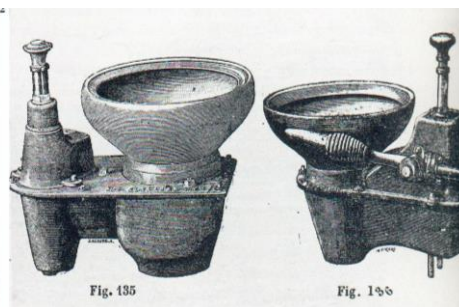
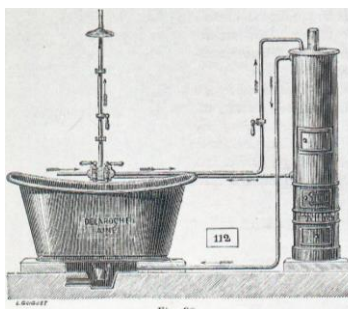


Imagem 115 - Dois tipos de sanitário –Petite Encyclopédie, nº 9 e nº 10.

Imagem 116 - Notícia da exposição de higiene de 1900 (La Construction Moderne)

O saneamento básico em Lisboa como noutras capitais europeias era ainda incipiente no início do século XIX. O costume do “água vai” era relatado com alguma frequência nas notícias dos viajantes por terra lusas, embora, precocemente, o plano para a Baixa pombalina tenha tentado solucionar este problema, aparentemente sem sucesso:

“Mas o que mais constrangia o nórdico viajante era constatar que «o baixo povo se desonerava de todas as necessidades em plena rua.» e que havia «casas em que a gente quase nunca pode chegar à janela sem dar de cara com alguém nesses preparos, porque, na cidade, não há retretes públicas”⁶¹⁵

Também em Paris os proprietários dos prédios parecem investir mais na arquitectura e na decoração do que no conforto material ao contrário de Londres onde: “as diversas missões (...) observam já, em 1830, que a água sobe pelo menos até um terço das casas.”⁶¹⁶

A cidade moderna como a arquitectura passa por este entendimento das redes subterrâneas como motor invisível das acções quotidianas. Ocultas sob o solo cidade: “les galeries souterraines, organes de la grande cité, fonctionnent comme ceux du corps humain sans se montrer au jour”⁶¹⁷

O processo de tecnização do ambiente urbano e depois da habitação partirá primeiro dos médicos na sua campanha pela salubridade, mas terá nos engenheiros e inventores os seus maiores aliados:

“A originalidade das concepções de salubridade que vão ser desenvolvidas na primeira metade do século xx não está nestes princípios (água, ar, luz), que, no essencial, decorrem da reflexão dos médicos do século XVIII, mas no seu investimento em grandes aparelhos obedecendo a uma nova lógica de salubridade”⁶¹⁸

Até 1840 nenhuma casa burguesa possui casa de banho, *embora comece a aparecer o toucador dependente do quarto*⁶¹⁹ Esta ausência revela-nos que a tecnologia doméstica ainda não faz parte das preocupações dos arquitectos. Os espaços da burguesia urbana novecentista ainda se reportam aos códigos espaciais da habitação aristocrata do século XVIII, onde as práticas higiénicas têm lugar nos espaços íntimos. ⁶²⁰

Mas a partir de 1870, a água canalizada entra em todos os andares dos imóveis de habitação burguesa. Servindo as divisões com pontos de água diferentes, possibilitou o funcionamento mais eficiente de determinados

⁶¹⁵Carl I. Ruders, 1798-1802 - Viagem em Portugal, pp. 135-136 apud José Luis Cardoso – Água, iluminação e esgotos em Lisboa no final do século XVIII, p. 233

⁶¹⁶ Georges Vigarello – O limpo e o sujo, p. 143

⁶¹⁷ G. Haussmann - Memoire sur les eaux de Paris, Paris, t. I, p. 53 apud Georges Vigarello «Histoire des pratiques de santé le sante et le malsian depuis le moyen agê». Editions du seuil, 1993, p. 241

⁶¹⁸ Machineries anglaise du confort l'haleine des faubourgs in recherche tonetenay sous bois, 1977, p. 161 in Georges Vigarello – O limpo e o sujo, p. 143-144.

⁶¹⁹ Idem, p. 147

⁶²⁰Idem, p. 148

dispositivos mecânicos, como o W.C.; e poucos anos depois surge autonomizado o espaço da casa de banho.

No último decénio do século XIX, o mobiliário de casa de banho torna-se mais funcional, depois dos vários móveis e aparelhos destinados ao banho ou ao duche.



Imagem 117 - Anel de duche do catálogo de 1885 da Montgomery Ward

Imagem 118 – Casa de banho, Alberto Carlos Lima (18-1949)



Imagem 119 - Casa de banho – anúncio de da J.L. Mott Iron works (1888)

Imagem 120 - Retrete, 1888, desenho de J.L.Mott Iron Works



Imagem 121 - Anúncio de 1945 Briggs Mfg. Company – casa de banho como divisão família (livro)

4.7.8 OS “NOVOS” MATERIAIS

Os materiais de construção que se vulgarizam neste período, como o ferro e o vidro ajudam a encontrar o conforto térmico da casa o que foi essencial para a evolução do conceito de domesticidade, desenvolvendo-se um apego pela casa que não é dissociável de uma permanência confortável.

A noção de novos materiais corresponde simultaneamente à importância dos materiais não naturais: o betão, o ferro e o aço que vão permitir” o desenvolvimento de novas formas de edificação”⁶²¹ e ao processo de industrialização aplicado a alguns materiais já conhecidos, como o vidro, a madeira ou a alvenaria de pedra que garante um acesso mais generalizado e uma maior eficácia na sua utilização. Destes novos materiais o vidro é o mais importante na redefinição das fronteiras do espaço doméstico, mas o betão irá também permitir uma maior flexibilização do espaço doméstico.

4.7.8.1 O VIDRO

Com as grandes construções em vidro, as gares, o Palácio de Cristal⁶²² construído no Hyde Park para a exposição de 1851, as estufas dos jardins botânicos (estufa mexicana e australiana (1834) de Charles Rohault de Fleury no Jardin des Plantes; Palm House (1848) e Tenigarak House (1860) no Kew

⁶²¹ Ana Tostões - Construção moderna: as grandes mudanças do século XX. p. 2 [Consult. 23.01.2009] disponível em in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf

⁶²² O Palácio de Cristal no Porto foi construído quinze anos depois (1865)

Gardens) a utilização do vidro torna-se mais usual migrando para a habitação corrente na forma de jardins de inverno e nas *bow windows*.

Mas também se inicia um outro processo: o de desmaterialização da construção desvanecendo-se a noção de janela como abertura numa parede.

A colocação de vidro nas janelas como sistema de protecção em vez das portadas ou das persianas permite que ocorra, em simultâneo, a vista e a protecção da casa do clima.

A transparência das aberturas através da utilização do vidro reforça um duplo sentido: ao mesmo tempo que enquadra uma vista do exterior –*picture window*, (janela panorâmica) também enquadra uma vista pública do interior-*display window*, expressiva nos edifícios onde a exposição aparece como atractivo: as lojas, as arcadas comerciais⁶²³ e mesmo os cafés onde os esquemas da visibilidade/invisibilidade são fundamentais.

*“it was from these store windows that we first learned to use large glass areas in dwellings houses”*⁶²⁴

4.7.8.2 BETÃO E BETÃO ARMADO

A evolução dos sistemas de betão armado no século XIX contribuiu para a sua difusão e posterior consolidação no primeiro quartel do século XX.

A partir de 1848⁶²⁵ iniciam-se as experiências embrionárias com o B. A. e entre 1880 e 1890 decorre o período de primeira expansão do novo material

Será através de François Hennebique (1843-1921) que patenteia a utilização de estribos e a dobragem dos varões nos extremos exportando a tecnologia para outros países, nomeadamente para Portugal, onde em 1897-98 se experimenta pela primeira vez este sistema na reconstrução da antiga moagem do Caramujo destruída por incêndio em 1897.

⁶²³ Veja-se Walter Benjamin – The Arcades project

⁶²⁴ S. Giedion – Space, Time Architecture , p. 195

⁶²⁵ “1848 – 1º ensaio de construção utilizando um material que se pode considerar o embrião do Betão Armado. Joseph Louis Lambot, constrói uma pequena embarcação de recreio, que exporá sete anos depois na Exposição Universal de Paris. Patenteou com o nome de *ferciment* o seu processo que consistia em fazer embeber uma armadura constituída por varões de ferro interligados por ganchos, numa betonilha com cerca de 5 cm de espessura. (...) 1849 – Joseph Monier (1823-1906) – obtém vasos para plantas, envolvendo com betonilha uma armadura constituída por uma rede metálica de malha quadrada.”.p. 19. Carlos Antero Ferreira – Betão Aparente – Introdução à história e à tecnologia. Dissertação expressamente elaborada para o concurso de provas públicas para o provimento de um lugar de professor do 4º grupo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Lisboa, 1967

“Em 1895 é entregue o pedido de François Hennebique para a concessão do privilégio por quatro anos do título da patente de invenção “um vigamento ligeiro e de grande resistência, em beton de cimento com barras de ferro e estribos travessas, mettidos na massa”⁶²⁶

A designação deste novo material foi durante muito tempo hesitante em Portugal, aparecendo em simultâneo os nomes de *formigão*, *betón* e *cimento armado*. Ainda no início do século XVIII, no dicionário de Raphael Bluteau, se descreve o *formigão*, remetendo a origem etimológica para a ideia de forma, a cofragem onde se molda o material:

“Formigão. Muro de formigão, he o que se faz com terra aspera, & pedregulho, traçado com cal, & pisado entre taboas (...). Chama-se formigão, porque nelle entra tanta pedrinha, que parece hum formigueiro dellas. Outros querem, que este nome venha da forma, que lhe dão as taboas, entre as quaes se edifica (...)”⁶²⁷

A palavra formigão aparece ainda nos dicionários do século XIX de Assis Rodrigues e Lino de Assumpção⁶²⁸: onde já se encontra uma definição mais específica do que nos dicionaristas anteriores incluindo-se o vocábulo *beton*

“Formigão – s.m. muro de formigão, (archi) mixto composto de cal e saibro pouco humedecido e calcado entre tábuas como a taipa, formando uma pedra ou lage artificial tão compacta, rija e polida, que parece pedra natural (...)”⁶²⁹

“Formigão – beton mixto composto de cimento e saibro pouco humedecido, e calcado entre taboas como a taipa, formando uma pedra artificial.”⁶³⁰

Na revista “A Construcção Moderna” (1900-1919) aparecem em vários artigos técnicos designações diversas: *Beton armado*⁶³¹, *Alvenarias de béton*⁶³², *Formigão e formigão armado*⁶³³, *cimento armado*⁶³⁴, revelando que a consolidação do termo foi relativamente tardia.

⁶²⁶ Carlos Antero Ferreira - Betão : a idade da descoberta p. 11

⁶²⁷ Raphael Bluteau - Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v., p. 176

⁶²⁸ Tomás Lino de Assumpção - Diccionario dos termos d'architectura, suas definições e noções historicas, Com um indice remissivo dos termos correspondentes em francez, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, s.d..

⁶²⁹ Francisco de Assis Rodrigues - Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura, (Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 190

⁶³⁰ T, Lino de Assumpção - Diccionario dos termos d'architectura, suas definições e noções historicas, Com um indice remissivo dos termos correspondentes em francez, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, s.d., p. 72, apud Carlos Antero Ferreira, betão a idade da descoberta, p. 49

⁶³¹ Beton armado - A Construcção Moderna, Ano IX, nº 268, 20-08-1908, p. 29

⁶³² Alvenarias de béton - A Construcção Moderna, Ano XV, nº 434, 25-01-1915, p. 11

⁶³³ Formigão e formigão armado - A Construcção Moderna, Ano X, nº 334, 01-12-1910, pp. 279-280,

⁶³⁴ Cimento armado - A Construcção Moderna, Ano I, nº 2, 16-02-1900, p. 5-7

A necessidade de ajustar a prática construtiva ao novo material, foi desde cedo⁶³⁵ sentida, e em 1918 surge o “Regulamento para o emprego de betom armado” aprovado pelo decreto nº 4036 de 1918, substituído pelo “Regulamento de Betom armado” em 1935. (Decreto 25948 RBA). A legislação conhecerá novos desenvolvimentos em 1967 com o Decreto 47723 – Regulamento de Estruturas de Betão Armado.

Os manuais também contribuíram para a assimilação deste sistema construtivo, devendo referir-se “Cimento armado” de João Emílio Segurado (1872-1942) publicado pela biblioteca de instrução profissional c. 1918.

Entre 1900 e 1950, o ensino dos sistemas tradicionais das alvenarias foi quase esquecido nos *curricula* académicos⁶³⁶ e a primeira disciplina de Cimento Armado foi criada em 1922 na Faculdade Técnica da Universidade do Porto com o Engº Theotonio Rodrigues⁶³⁷

O betão era inicialmente elogiado por várias qualidades, algumas que não se verificaram no decorrer do seu uso. No *Manual del constructor y formulario*⁶³⁸ de Soroa y Castro (Madrid, 1907) escreve-se que o cimento armado tem a vantagem da “ligereza”, “inoxidabilidad”, “incombustibilidad”, “economia en tiempo y en dinero”

Tony Garnier (1869-1948) no texto que acompanha a edição de 1917 da “Cité industrielle” (1901-4) escreve que “les matériaux employés sont le béton de gravier pour les fondations et les murs, et le ciment armé pour les planchers et les couvertures. Tout les édifices importants sont presque exclusivement bâtis en ciment armé. (...)”⁶³⁹

Assim como Sant’Elia (1888-1916) no manifesto “Dell’architettura futurista” (1914) identifica o betão como um material “verdadeiro”, belo por si, que não necessita de ser “disfarçado”.

“Dopo il’700 non è più esistita nessuna architettura, Un balordo miscuglio dei più vari elementi di stile, usato a mascherare lo schëletro della casa moderna.è chiamato architettura moderna. La bellezza nuova del cemento e del ferro vien profanata con la sovrapposizione di

⁶³⁵ Em 1906 são publicadas as primeiras instruções francesas (Regulamento), traduzidas e publicadas em 1907 pela Revista de Obras Públicas e Minas da Associação Portuguesa dos Engenheiros Cíveis, com o título “As Instruções Francesas para o Formigão Armado” (Revista de Obras Públicas e Minas – “Instruções Francesas para o Formigão Armado”, Tomo XXXVIII, pg 385 a 389, 1907) in Júlio Appleton, Construções em betão – Nota histórica sobre a sua evolução, p. 4 disponível em <https://woc.uc.pt/darq/getFile.do?tipo=2&id=299>

⁶³⁶ João Mascarenhas Mateus - Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias, p. 59

⁶³⁷ Júlio Appleton, Construções em betão – Nota histórica sobre a sua evolução, p. 7 disponível em <https://woc.uc.pt/darq/getFile.do?tipo=2&id=299>

⁶³⁸ Soroa y Fernandez, Jose M. de; Castro, Carlos F. De – Manual del constructor y formulario, Madrid, libreria editorial de bailly-baillière e hijos, 3º ed. 1907, p. 907. p. 59

⁶³⁹ Tony Garnier (1869-1948) – Une Cité Industrielle (introdução à edição de 1917) apud Antero Ferreira - Betão : a idade da descoberta p. 16

carnevalesche incrostazioni decorative, che non sono giustificate nè dalle necessità costruttive (...)"⁶⁴⁰

Mas é na obra que Auguste Perret (1874-1954) desenvolve desde o início do século XX, que primeiro se assumem as qualidades intrínsecas do betão quer do ponto de vista estrutural, quer na sua qualidade estética. No edifício da R. Franklin em Paris (Auguste e Gustave Perret, 1903-4) o esqueleto em B.A. permite resolver o espaço interno de modo a garantir a iluminação e ventilação de todas as divisões

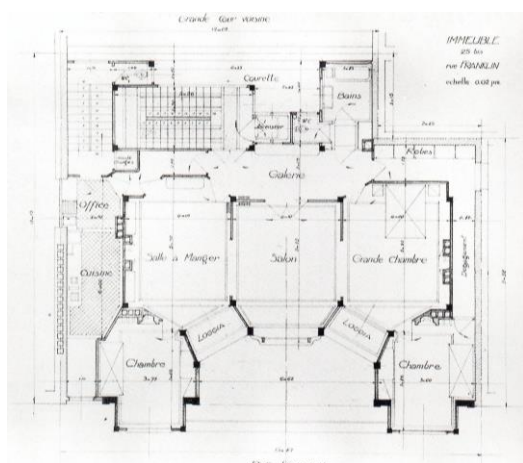


Imagem 122 – Planta do prédio na R. Franklin, 25, Paris

O uso do betão na arquitectura moderna, foi um factor determinante para uma nova concepção espacial que permitiu uma maior liberdade na distribuição interna. A adopção de um sistema construtivo baseado numa estrutura porticada de betão armado, alivia as paredes do trabalho estrutural, permitindo que esta funcione doravante para preencher vãos e dividir o espaço interior.

4.7.9. HABITAR A CAPITAL

4.7.9.1 OS ESPAÇOS DAS HABITAÇÕES: UMA GEOGRAFIA ÍNTIMA -1900-1920

Nos prédios de rendimento observam-se duas situações distintas: o prédio construído para aluguer de outrém e os prédios de promotores pontuais onde frequentemente o proprietário habita uma dos apartamentos do imóvel. Esta

⁶⁴⁰ Antonio Sant'Elia(1888-1916) - Dell'architettura futurista (1914) apud Antero Ferreira - Betão : a idade da descoberta p. 19

formulação irá conter afirmações contraditórias: as operações imobiliárias de carácter especulativo⁶⁴¹ tendem a incorporar mais cedo as características do tipo: acessos, planta e fachada uniformes, enquanto a operação pontual e de certo modo pessoal tende a “distinguir” os apartamentos, consoante o seu proprietário ou locatário.

O quadro de análise da habitação plurifamiliar estrutura-se num esquema relacional relativo aos acessos, à distribuição, à natureza e quantidade de divisões, aos índices de conforto, e à relação com o exterior/fachadas tentando sublinhar algumas diferenças e similitudes entre os exemplos apresentados, referenciados principalmente a factores sociais e económicos subjacentes tanto ao promotor como ao *residente*.

É na área de expansão da cidade, a Av. da Liberdade, num primeiro momento e nas Avenidas Novas a partir de 1903 que os projectistas, nas duas primeiras décadas do século XX vão intervir com maior quantidade de construção e onde se “libertam” das normas informais subjacentes à construção nas áreas “antigas”

Os motivos são de vária ordem: como o vínculo às pré-existências se encontra mais diluído, seja porque existe uma distância física em relação ao tecido consolidado da cidade⁶⁴², seja na própria resposta ao traçado viário que triplica⁶⁴³ as dimensões de ruas existentes,⁶⁴⁴ e introduz elementos da modernidade oitocentista⁶⁴⁵, seja também porque a partir de 1903 o Regulamento Geral de Salubridade Urbana (RSEU), substituindo as prescrições de 1864, vai anunciar algumas modificações importantes e introduzir o termo *boulevard* para designar as novas avenidas.

⁶⁴¹ À partida todas são especulativas mas nem todas correspondem ao perfil do “speculative builder” tal como foi definido por Dyos. Ver Alvaro ferreira da Silva – A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)

⁶⁴² As artérias de expansão não são totalmente entendidas como continuidade do tecido urbano pré-existente, embora nas zonas de ligação, Restauradores ou R. do Salitre essa ruptura apareça menos evidente

⁶⁴³ Largura de 90 m para a Av. da Liberdade e 30 m para as vias que irradiam da rotunda

⁶⁴⁴ Note-se que o regulamento pombalino, expresso nas dissertações de Manuel da Maia e consubstanciado nos desenhos de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel não é geral, constitui-se como norma pontual, enquanto o regulamento de 1864 se reporta a várias localidades e tipos de edificação. De qualquer modo pode-se ter como referência as dimensões da Baixa, 60 palmos (13,2 m) para as ruas principais, 40 (8,8m) para as secundárias e 30 (6,6m) para as travessas) que seriam as de maior dimensão da capital. Veja-se que em 1864 Pezerat proporá, no plano integrado na Comissão de Melhoramentos da Capital, uma largura de via de 36 m enquanto a então recém construída Av. 24 de Julho teria 20 m.

⁶⁴⁵ Os candeeiros, a vegetação entre vias, os equipamentos de uso urbano – quiosques, fontes, coretos

Embora os factores fisiográficos estejam presentes no plano das Avenidas, sobretudo no que refere à topografia do terreno, veja-se a inflexão da Av. da Liberdade para Picoas ao invés de continuar até à Penitenciária, e sabendo que as pré-existências de traçados e edificações foram condicionantes, outras ordens se valorizam para os planos das novas ruas: a acessibilidade, a perspectiva, a dimensão, a infra-estruturação, o lado pitoresco ilustrado pela dimensão fachadística do prémio Valmor⁶⁴⁶. A fachada para a avenida, o *boulevard*, o jardim, a alameda arborizada assume o valor de fachada como máscara: *toda a profundidade é superfície todo o conteúdo é forma*.

As intervenções no tecido antigo são de carácter diverso focado em duas vertentes: intervenções de ampliação/adaptação dos espaços interiores e das fachadas a novos usos e edificação nova que é frequentemente assimilada pelo tecido urbano existente; os projectistas usam o mimetismo formal e compositivo como forma de integração dos seus projectos nas áreas consolidadas da cidade.

As intervenções no tecido edificado contemplam pré-existências que longe de se pautarem por uma linguagem eclética ou revivalista, de individualização do objecto obedecem mesmo que informalmente a certos preceitos urbanísticos: alinhamento com a rua., cércea, proporção dos vãos, onde a consciência de fachada não é uma assunção do programa arquitectónico ou da sociedade integrável nos mecanismos da visibilidade.

Há que entender também que a vontade do encomendante da obra num lote recém-adquirido na área de expansão da cidade se identifica mais evidentemente com os mecanismos de promoção social, ou vontade de “modernização” e “embelezamento” da cidade. Sem estas considerações prévias não poderíamos compreender a particular incidência do estudo sobre as áreas de expansão da cidade neste 1º quartel do século XX.

⁶⁴⁶ Instituído pelo Visconde de Vålmo e aprovado o Regulamento em sessão da Câmara em Dezembro de 1902.

4.7.9.2 DISTRIBUIÇÃO E COMPARTIMENTAÇÃO

A topologia do espaço doméstico no início do século XX obedece em geral à matriz fundiária proposta quer pelo plano de expansão quer pela morfologia do tecido urbano consolidado.

Quer isto dizer que o fogo se organiza em relação a um exterior, dividido entre rua/avenida e logradouro. Estes dois espaços não têm contudo a mesma valorização social e perceptiva: a avenida de dimensões generosas medeia, através do lote, duas ordens, duas medidas do olhar: uma assume-se na horizontalidade da perspectiva linear e compreende um espaço infinito em que os limites laterais, as edificações, se diluem. Pelo contrário, do limite da via para o interior do quarteirão, impõe uma gradação de espaços contidos, cujas fronteiras se vão definindo através da construção.

Portanto regista um espaço homogéneo e abstracto centrado na perspectiva e um espaço fragmentado que se forma na polaridade entre exterior/rua., interior/logradouro e interior encerrado/espaço privado da habitação.

Organiza uma sequência de interiorização dos espaços, do público ao privado, que correspondem à profundidade do lote.

Essa orientação prévia identifica visibilidade com publicidade e privacidade com invisibilidade à qual já se referiu anteriormente, polarizando o espaço funcional interno.

Nas novas Avenidas da cidade esses novos valores do espaço público e de articulação com o espaço privado são particularmente evidentes: os alinhamentos dos eixos visuais em direcção a monumentos integram a estrutura viária proposta por Ressano Garcia, mas os edifícios, que orlam as Avenidas, surgem num outro plano. Um plano vertical que não se consegue oferecer como contraponto e que se dilui não apenas pela distância mantida entre as duas margens das Avenidas (largura das vias) como pela perspectiva do eixo viário que incita ao fluxo/movimento dos transeuntes – *a weak vertical plan as opposed to the strong horizontal axis that directed the flow of the street and the pedestrian's gaze*⁶⁴⁷

⁶⁴⁷ Sharon Marcus - Apartment stories. City and Home in Nineteenth-Century Paris and London, p. 140

“by focusing the pedestrian’s gaze on what lay at the end of the street, perspectival organization placed the apartments that lined streets in a peripheral space that dissolved in the edge of vision”⁶⁴⁸

4.7.9.3 SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO

A especialização do espaço doméstico vai então entender-se também por correspondência a esta dimensão urbana: as fachadas da rua recebem as funções ligadas à recepção, associadas a designações como saleta, sala, salão, sala de estar, escritório e o quarto principal.

“Dans les maisons à loyer plus modestes, le dispositif traditionnel, reliant par une enfilade le long de la façade le salon, un petit salon et une chambre, constitue à être largement reproduit”⁶⁴⁹

Estes espaços articulam duas formas de ligação com o espaço público: através das janelas e dispositivos exteriorizados, como as varandas, *bow windows*, *loggias*, etc mas igualmente através das escadas de acesso aos fogos. Geralmente, estas divisões são as mais próximas da escada tendo uma divisão, *hall*⁶⁵⁰ ou o *vestíbulo*⁶⁵¹ como espaço de mediação ou, nos casos das casas mais modestas um corredor que articula todas as divisões.

A importância do *hall*, centro tangível e simbólico da casa como máquina de “receber”, ainda sobrevive nas habitações unifamiliares, mas nos prédios é já pouco mais do que um espaço que permite uma transição entre a escada e os compartimentos, muitas vezes comprimido no corredor e, nas habitações sociais, desaparece quase totalmente para justificar uma maior área de espaço habitável à custa da redução dos espaços de mediação/transição.

Embora no início do século ainda se assista à utilização da dupla circulação, pelo corredor e por comunicação directa entre as divisões, uma maior racionalidade dos sistemas de circulação vai impor o abandono dos compartimentos em *enfilade* que, de qualquer modo, já se encontram reduzidos aos espaços de recepção. A articulação entre os espaços privados e íntimos é quase exclusivamente feita através do corredor e confirma uma nova visão da

⁶⁴⁸ Ibidem

⁶⁴⁹ Monique Eleb Vidal e Anne Marie Debarre – *Invention de l'habitation moderne Paris 1880-1914*, p. 68

⁶⁵⁰ O *Hall* inglês nas residências de campo da elite teve outras funções: “o antigo hall, a sala comum onde todos comiam, onde muitas vezes se recebia e na qual alguns servos chegavam a dormir (...) antigo coração pulsante da casa, o hall transforma-se então em simples entrada” Raffaella Sarti - “Habitar, Comer e vestir na Europa Moderna”, p. 225

⁶⁵¹ Le vestibule deviant un lieu symbolique ostentatoire, sorte d'introduction aux valeurs bourgeoise investies dans l'immeuble. Françoise Choay - *Pensées sur la ville, arts de la ville*, p. 227 in *La ville de l'âge industriel : le cycle haussmannien*. (dir. Maurice Agulhon)

família e dos rituais quotidianos.⁶⁵²

Por outro lado o sistema de distribuição por corredor afirma uma hierarquia em profundidade, um eixo que divide o espaço interno em localizações precisas e fechadas, fixando um arranjo finito das divisões que se encontrava diluído nos sistemas em “*enfilade*”.

O sistema de distribuição através da antecâmara, corredor e/ou hall prende-se mais com a necessidade de aparato, e, em obras do mesmo projectista é possível observar o recurso a dispositivos diferentes correspondendo ao grau de fortuna do encomendante/proprietário.

Em dois projectos de M: Ventura Terra, arquitecto formado em Paris, acaba por ser reveladora a utilização dos dois dispositivos consoante o investimento do proprietário: uma habitação “prédio para rendimento” localizada na rotunda Marquês de Pombal apresenta dois fogos por piso, num típico esquedo/direito. Os fogos articulam as divisões através de um corredor que atravessa a casa em profundidade, do salão à casa de jantar os dois espaços de recepção da casa ligados a rituais diferentes. No segundo projecto, também uma casa para aluguer na R. Braamcamp/R. Duque de Palmela, utiliza-se uma antecâmara (*anti-chambre*) para mediar os espaços de recepção cuja posição e forma (oval) se destaca dos restantes compartimentos. É desse espaço distributivo que parte o corredor que serve a zona íntima e privada.

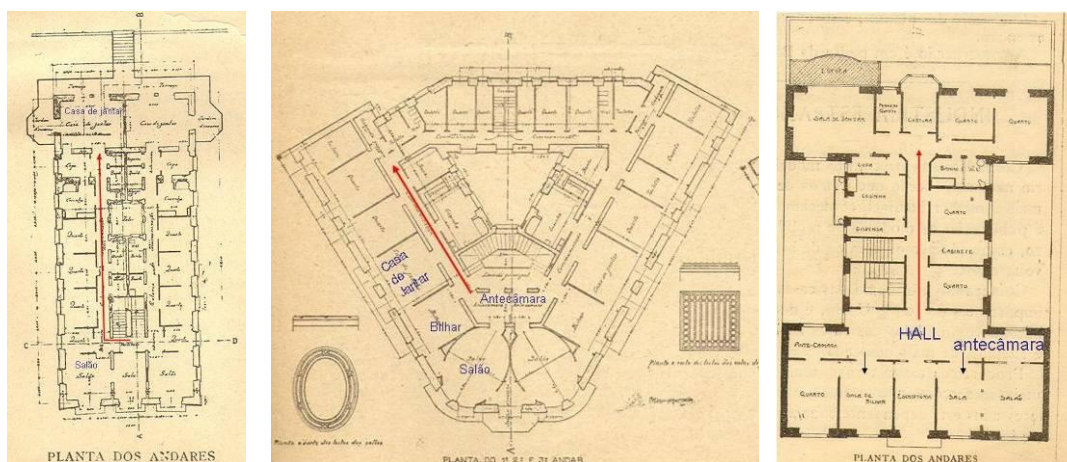


Imagem 123 – Planta dos andares, Prédio na Praça Marquês de Pombal, Ventura Terra

Imagem 124 – Planta dos andares – Prédio na R. Braamcamp, Ventura Terra

Imagem 125 – Planta dos andares - Prédio na R. Rosa Araújo, Nicola Bigaglia

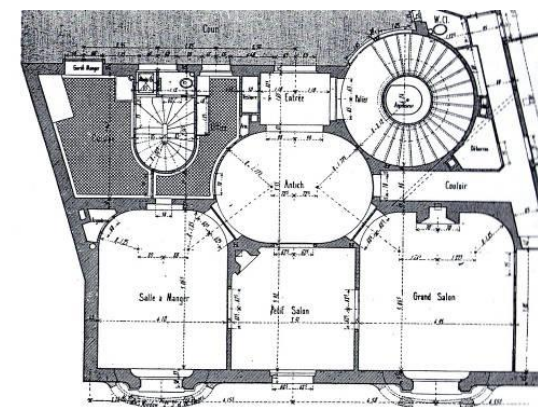
⁶⁵² Ver Mesquita, Marieta Dá – imagens e referências da casa nobre em projectos de habitação burguesa do início do século XX – Alguns problemas.



Imagem 126 – Fotografia do Hall da Casa de Henrique Mendonça, R. Marquês de Fronteira, Ventura Terra, 1909

O *hall* utilizado na habitação plurifamiliar tem em geral um carácter menos cenográfico do que nas moradias, mas expressa igualmente uma vontade de marcar o momento da entrada com um certo aparato. No prédio que Bigaglia desenha para Costa Neves na R. Rosa Araújo, o *hall* acede para as zonas de recepção, compreendida pelo quarto, sala de bilhar, escritório, sala e salão, o que sugere a natureza masculina destes espaços.

A polaridade entre o espaço de recepção público e o espaço de convívio familiar é articulada, na casa burguesa, pelo eixo do corredor. A deslocação da casa de jantar para perto da cozinha, geralmente voltada para o logradouro, obrigou à criação de um sistema de circulação que hierarquiza em profundidade os pólos público-privado. De qualquer modo a sala de jantar, ainda que afastada das divisões destinadas à recepção, apresenta elementos de abertura para o exterior como varandas, *bow windows* ou jardins de Inverno que qualificam o seu espaço.



Plan de la réception d'un appartement dans un immeuble situé à l'angle de la rue de Fleurus et du boulevard Raspail
A. Bocage, architecte, vers 1907.

Imagem 127 – Planta de um apartamento na Rue de Fleurs/Boulevard Raspail, Paris, A. Bocage, 1907

4.7.9.4 ESPAÇOS DE RECEPÇÃO

Embora os espaços de recepção tenham uma importância qualitativa na habitação plurifamiliar, pela sua posição, (junto à fachada principal) dimensão e simbolismo, assiste-se a uma redução radical destes espaços em comparação com a habitação unifamiliar no mesmo período. A diferença está na quantidade mas também na diversidade das “actividades sociais” atribuídas a cada espaço: nas moradias encontram-se várias designações como sala de bilhar, sala de jogo, sala de fumo, sala fresca, galeria, saleta, salão, etc. Os apartamentos configuram apenas dois ou três espaços mais usuais: saleta, que a existir deve preceder a sala ou salão, ocorrendo por vezes a introdução de um espaço de trabalho, o escritório ou gabinete.

Para a pequena burguesia, com uma vida social reduzida, o espaço do salão é tão só simbólico, “(...) un lieu quasi mort, avec se meubles recouvertes de housses de protection.”⁶⁵³ e que funciona como sinal de afectação.

A referência dos manuais de civilidade ao espaço da casa destinado à vida social é bastante valorizada, já que é sobre estes que se revela a *distinção de classe*. Os preceitos de etiqueta, descritos nos manuais de civilidade, necessários à promoção de *manifestações mundanas*, *não se dirigem unicamente a uma burguesia abastada, mas apelam ao imaginário dos leitores mais modestos* oferecendo o instrumento mais poderoso de fixação da “ideologia dominante”: o sonho/fantasia/ilusão⁶⁵⁴.

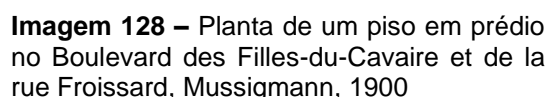
A distribuição dos apartamentos da burguesia no início do século ancora-se na separação não só das áreas funcionais, mas nos grupos co-residentes, a família e os domésticos. Para que o espaço de recepção “funcione” os espaços destinados ao serviço, embora convenientemente separados, devem garantir o apoio discreto à zona social. Numa estratificação horizontal do espaço tanto a cozinha como os aposentos dos domésticos estão sobre o logradouro ou saguão/pátio e se possível apresentam acessos autónomos.

Tal como a vida social, o convívio familiar tem salas próprias destinadas a estes momentos, materializado na sala de jantar, espaço que se localiza

⁶⁵³ Roger-Henri Guerrand, – Espaces privés, p. 334 in Histoire de la vie privée sous la direction de Philippe Aries et Georges Duby – De la révolution à la Grande Guerre. Ed. Seuil, Paris, 1987 (Tomo 4, dirigido por Michele Perrot)

⁶⁵⁴ Ver Maria de Lourdes Lima dos Santos. Para a análise das ideologias burguesas. I – Os costumes do «bom-tom» Análise Social, Vol. XIII (1.º), 1977 (n.º 49), p. 35

As soluções encontradas reflectem esta dupla utilização e acabam por decidir uma utilização mais ligada à recepção, ligando a sala de jantar ao salão junto à entrada, ou privilegiam a função “familiar” posicionando a divisão sobre a fachada posterior junto à cozinha.



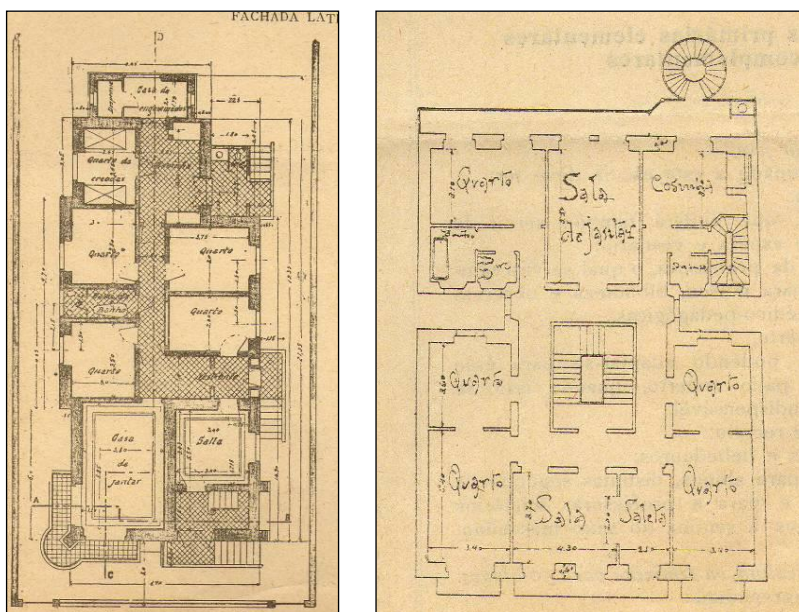


Imagem 129 – Planta dos andares (Casa para Júlio César Vasconcellos de Álvaro Machado, CM, nº 81, 20-12-1902, p. 169)

Imagem 130 – Planta dos andares (Casa para Maria da Conceição Nogueira de José Nogueira Júnior, CM, nº 431, 10-12-1914, p. 177)

4.7.9.5- ESPAÇOS PRIVADOS E ÍNTIMOS

A divisão dos espaços de intimidade denunciava nas habitações uma dualidade entre as zonas da mulher e do homem, mas que se vai diluindo na “compressão dos espaços” que o apartamento exige.

À classificação convencional das necessidades de uso corresponde um espaço e um lugar específico na casa. Mas a necessidade de *intimidade* é recente nas formas do habitar e portanto é nesse domínio que se desenham as maiores transformações. Que lugar(es) para a intimidade? Como se articulam com as outras necessidades e funções da casa?

Em primeiro lugar a necessidade de intimidade significa uma introspecção do(s) indivíduo(s), e portanto um *fechamento* dos espaços, uma definição clara das fronteiras, que o corredor veio facilitar. O quarto conjugal torna-se neste domínio o reduto dessa intimidade recatada - “(...) *la chambre conjugale temple de la generation et non de la volupté*”.⁶⁵⁵

A tendência de redução de número de espaços também afetará o quarto. O quarto conjugal passará a ser regra nos prédios mais modestos. O que poderia

⁶⁵⁵ Roger-Henri Guerrand, – Espaces privés, p. 334 in Histoire de la vie privée sous la directions de Philippe Aries et Georges Duby – De la revolution à la Grande Guerre. Ed. Seuil, Paris, 1987 (Tomo 4, dirigido por Michele Perrot)

ser interpretado como a procura de intimidade conjugal significa, segundo as autoras de “L'invention de l'habitation moderne”, uma perda de território pessoal e de identidade da mulher na casa.

O facto de ser ainda frequente a localização do quarto junto aos espaços de recepção, indicia que este aposento é ainda aberto às visitas mais privadas.

Os quartos ocupam situações intermédias na casa ocupando a fachada lateral e associados a outros espaços de apoio, como os *toilettes* e casas de banho e wc. São os espaços mais indiferenciados da casa, com dimensões idênticas, com as divisões de maior visibilidade a merecerem um destaque de posição dimensão e dispositivos.

Os dispositivos de higiene e conforto – casas de banho começam a ter importância no quadro da habitação burguesa, associados às zonas privadas e íntimas.

4.7.9.6. A RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR

A fachada sobre a rua tem um papel muito importante no prédio de rendimento. É através desta fachada que se comunica o papel social (real ou pretendido) dos locatários/proprietários. É comum o desfasamento entre o exterior e interior, a fachada não é necessariamente um reflexo da distribuição interna⁶⁵⁶, antes se rege por regras próprias de composição. Os concursos de fachada que se iniciam em Paris em 1898⁶⁵⁷ e em Lisboa em 1900 a partir do legado do Visconde Valmor acentuam ainda essa dissociação entre a planta e a fachada e determinam ainda a singularidade de cada edifício em relação ao contínuo edificado.

No livro *Paris XIXe siècle l'immeuble et la rue*, o autor lembra que as *bow-windows* são elementos que, tal como outras saliências da fachada permitidas pela regulamentação de 1882, são uma resposta à monotonia das fachadas *haussmannianas* que não permitiam dispositivos salientes ao plano.

As fachadas têm neste período a tendência para uma composição tripartida resultante da distinção, na altura e na decoração, do andar nobre. As normas

⁶⁵⁶ Ver Christian Moley – Regard sur l'immeuble privé, p. 160.

⁶⁵⁷ Christian Moley – Regard sur l'immeuble privé, p. 161

higienistas, por um lado e a vontade de afirmação do espaço interior sobre o exterior incitam a diversidade de soluções: *bow windows*, estufas, jardins de inverno, que se adossam aos espaços de recepção, salas, salões e sala de jantar. Estas estruturas significam a marcação do território individual sobre a fachada, afirmando a dimensão individual e privada do espaço da habitação como metáfora do cidadão.

A abertura das habitações ao exterior: os balcões e as janelas são também repensados para procurar uma vista sobre a natureza artificial, mas que permite ventilar/arejar⁶⁵⁸

“Le verre n’était ainsi pas apprécié pour ses qualités de transparence mais bien plus ses qualités hygiéniques, permettant de faire circuler librement l’air et la lumière et redonner le nettoyage d’une maison beaucoup plus simple et rapide. L’idéologie hygiéniste est donc associée à celle de la transparence entendue comme manifestation du bon fonctionnement de la « machine à habiter » et jamais comme moyen de mettre en relation l’espace privé et l’espace public, le dedans et le dehors.”⁶⁵⁹

Por outro lado os melhoramentos do espaço urbano irão valorizar a paisagem urbana e as *bow windows* permitem ampliar o espaço interno, criando um espaço de mediação (por vezes preenchido com vegetação) entre o interior, e o exterior. Nesse sentido significa não tanto uma preocupação higienista (que defende genericamente a insolação das habitações e sobretudo das mais “escondidas”) como também um novo modo de habitar.

Porém, na opinião de S. Magri, a questão das janelas e *bow windows* não representam tanto uma diferença no modo de habitar e de conceber o espaço interior mas de estética onde a vegetação serve precisamente de ecrã para que a luz natural não danifique e altere estofos e tapetados tão caros à decoração burguesa.

“(…) que la fenêtre s’ouvre plus largement sur la rue notamment par l’aménagement des bow-windows, est affaire d’esthétique, non de changement dans la manière de concevoir l’intérieur. Quant à la nature « intériorisée », plantes placées dans l’arrondi des bow-windows, jardins d’hiver ou serres, on suivra Dolf Sternberger plutôt que Monique Eleb pour penser que la fonction de cette « verdure multiple » était de faire écran à la lumière, de la « filtrer » et d’empêcher, avec les rideaux, qu’elle ne décolore les étoffes et n’altère les teints diaphanes.”⁶⁶⁰

⁶⁵⁸ Ver Monique Eleb Vidal e Anne Debarre - *Invention de l’habitation moderne Paris 1880-1914*, p. 254

⁶⁵⁹ Simona Talenti - *La transparence dans l’architecture domestique du siècle dernier*, p. 3

⁶⁶⁰ Susanna Magri - *L’intérieur domestique. Pour une analyse du changement dans les manières d’habiter* In: *Genèses*, 28, 1997. p. 156

Este argumento confronta-se com a afirmação de Moley que insiste em recolocar a necessidade do uso de «dispositivos de exteriorização» assente na acção mediadora da fachada : “à l’époque des bow windows et des rotondes d’angles, la complexification volumétrique des façades n’avait pas seulement pour but de contribuer au pittoresque de la rue, mais aussi de profiter aux qualités d’espace”.⁶⁶¹

A utilização na fachada das *bow windows* e outros espaços envidraçados tem funções distintas conforme a necessidade a que respondem:

1. Na relação entre o imóvel e a rua como elemento vertical de composição que se desenha em confronto com a continuidade horizontal dos imóveis sobre o eixo da rua.
2. Na afirmação do interior sobre o exterior englobando na esfera privada uma parte do mundo exterior é «témoignent d’une prise de possession symbolique de l’environnement para les occupants de la maison». ⁶⁶²
3. Essa apropriação do espaço exterior faz-se também através da visão: dos balcões, *bow windows*, pode-se ver em todos os sentidos no alinhamento da rua, sem ser visto:

“Les Anglais, les Hollandais, les Allemands savent bien tirer partie de cette saillie des façades, saillie offrant à chaque étage un encorbellement vitré d’où l’on peut voir à droite, à gauche, en face sans être vu, sans être obligé à une toilette de ville.”⁶⁶³

“Situés soit sur un angle soit sur le plat de la façade, ils ménagent par les baies latérales une vue dans l’axe de l’alignement de la façade qui invite à observer le spectacle de la rue.”⁶⁶⁴

4. Como sequência do argumento higienista para permitir uma ventilação e insolação eficientes dos espaços e recriar uma parcela da natureza com a inclusão de plantas.
5. A questão técnica também é pertinente: a “banalização” do vidro e a divulgação das técnicas de construção das estufas públicas e privadas (resultante dos menores custos de produção) criou um autêntico surto de construções que utilizam este material. Nas casas mais abastadas eram

⁶⁶¹ Cristian Moley – Regard sur L’immeuble privé, p. 182

⁶⁶² Vicent Heymans - Les dimensions de l’ordinaire: la maison particulière entre mitoyens à Bruxelles : fin XIXème-début XXème siècle, p. 29

⁶⁶³ Bernard Marrey e Jean Pierre Monnet - La grande histoire des serres & des jardins d’hiver : France 1780-1900, p. 152

⁶⁶⁴ Vicent Heymans, *op. Cit*, p. 31

comuns as estufas e jardins de inverno⁶⁶⁵ anexos às peças de recepção; nas habitações plurifamiliares as *bow windows* são verdadeiras substitutas dessas construções projectando-se sobre a fachada.

Em Lisboa, no início do século XX, é sobretudo nas habitações unifamiliares que encontram esses dispositivos, mas o recurso às *bow* e *bay windows* é também vulgar nos edifícios de gaveto, para marcar o ângulo entre os planos das paredes.

Certamente por influência parisiense são os arquitectos estrangeirados os que mais o utilizam, mas as situações de mimetismo são claras e comuns na cidade.



Imagem 131 – Prédio com bow window, Paris

Imagem 132 – Desenho e fotografia de prédio com bow window, Paris

Imagem 133 - Estufa – interior

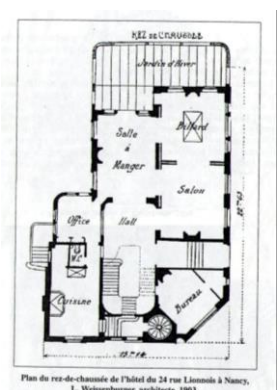
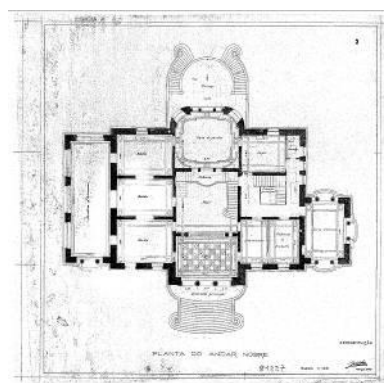


Imagem 134 - Alçado com estufa adossada

Imagem 135 – Planta do palácio Mendonça –jardim de inverno adossado aos salões

Imagem 136 - Planta do R/C de um hotel particuliere.

⁶⁶⁵ Há uma interesse dos homens do século XVIII e XIX pela ciência e pela botânica e as estufas são também popularizadas pelas exposições universais.



Imagem 137 – Prédio na Av. Duque de Loulé, 104

4.7.10 – 1920-40

No início do século as questões relacionadas com a higiene concorrem no desenho do espaço doméstico: novos dispositivos arquitectónicos e técnicos permitem promover a salubridade da habitação. Por outro lado, o programa racionalista defende uma maior lógica estrutural e uma melhor adequação da distribuição às necessidades do programa.

A ventilação, a insolação, os pontos de água, os materiais de revestimento das zonas húmidas e os equipamentos sanitários, concretizam na casa a ideologia higienista, e tendem a separar as funções e individualizar os espaços. Ao contrário a lógica racionalista exige um reagrupamento e uma concentração das funções: “regroper les arrivées et évacuations, concentrer le plan dans un minimum surface avec un linéaire de façade limité, écourter les trajets et faciliter l’usage fonctionnel”⁶⁶⁶

Os espaços domésticos nos anos 20 e 40 irão evoluir num sentido de compressão e reagrupamento, a vertente económica e funcional torna-se mais visível na distribuição das divisões do fogo e das suas relações: há uma maior simplificação e redução dos espaços de recepção, que passam a ter um carácter mais familiar. Esta alteração é em parte justificada pelo modo de vida familiar burguês. À medida que este grupo social constrói uma identidade própria, menos dependente do fenómeno de mimetismo em relação aos

⁶⁶⁶Christian Moley– La genèse du jour/nuit scission de l’espace du logement en deux parties., in «extenso» nº 9, novembro, 1985, p. 269

espaços da nobreza, as peças de recepção perdem parte do seu valor simbólico embora nas casas mais abastadas persista o “dever” de organizar as *soirées* e recepções mais ou menos elaboradas. Os espaços de recepção sofrem então uma redução que já era regra nas habitações da pequena burguesia, e cingem-se à sala, ainda localizada na frente do prédio.

Os prédios de rendimento vão perdendo o seu carácter distintivo, e desenham-se em relação a um cliente cada vez mais tipificado : “l’habitation moderne est faite pour un type de famille et non pour une famille déterminée. L’architecture travaille de moins pour une personne, de plus en plus pour des groupes ou catégories de personnes”.⁶⁶⁷

O programa da habitação organiza-se por uma configuração finita de compartimentos e relações em “árvore”, ao contrário das estruturas mais abertas do século XIX e início do XX, que permitiam percursos e relações alternativas. Nesta alteração foi fundamental que o corredor se assumisse definitivamente como dispositivo de circulação exclusivo, em parte porque as divisões do “receber” deixam de exigir uma cenografia própria.

Apesar de tudo a topologia dos aposentos é idêntica e apenas se comprime o programa abandonando os espaços considerados sumptuários ou de “prelúdio”, com a zona social para a frente urbana, os quartos “em bateria” sobre a fachada lateral e os espaços de serviço sobre o logradouro ou saguão.

O acesso ao interior do fogo é mais directo perdendo-se a progressão que associava profundidade à privacidade. Esta compressão dos espaços em profundidade é exigida por motivos técnicos e económicos ligados à optimização dos percursos da rede de infra-estruturas internas, água e gás.

As exigências de conforto tornam-se mais precisas ao nível dos materiais de construção e dispositivos de higiene, mas a redução dos espaços também se faz sentir aqui: a separação entre a casa de banho e o W.C. (water-closet), ainda corrente no início do século por influência do discurso higienista, deixa de existir, e é no mesmo espaço que se acumulam as duas funções. Nas cozinhas o espaço para preparação dos alimentos, a copa desaparece, restando apenas a despensa.

Até ao primeiro quartel do século XX, em Lisboa, os sistemas construtivos caracterizaram-se por uma deterioração das práticas construtivas no fabrico

⁶⁶⁷ Chombart de Lauwe - Des Hommes et des Villes, p. 113

das paredes de alvenaria, acompanhada da sistemática redução da sua espessura ao longo da altura do edifício, são os designados edifícios *gaioleiros*, “Esta prática construtiva decorria não só da progressiva perda de “saber construtivo” pombalino, do qual derivava, como da crise económica que se reflectia nos custos dos materiais de construção”.

A utilização do betão armado na habitação é ainda pontual, reservada aos pavimentos das zonas húmidas, terraços, varandas, escadas, etc; enquanto as paredes exteriores são geralmente em alvenaria mista. As paredes das fachadas principal e posterior são portantes, geralmente construídas em alvenaria de pedra, mas a espessura não é constante em toda a altura do edifício, pois diminui de baixo para cima, à medida que as cargas aplicadas se vão reduzindo. Esta redução de espessura é obtida à custa de ressaltos no paramento interior ao nível de cada piso do edifício, com dimensões médias de 0.10 m a 0.12 m embora (...) a espessura da parede do último andar nunca devesse ser inferior a 0.40 m (...)”⁶⁶⁸

Este tipo de estrutura, declinada da pombalina, foi utilizado até ao primeiro quartel do século XX, altura em que se introduziu definitivamente o betão armado na construção, sendo ainda longo o período de transição caracterizado pelas estruturas mistas de alvenaria de betão ou metálicas.

Os sistemas de circulação na casa são quase inteiramente dependentes do corredor: é este eixo que articula e distribui para as divisões. No entanto o duplo acesso através de escada mantém-se de modo a permitir manter autónomas a zona da família e a dos domésticos. Muitas vezes esse acesso secundário é exterior, adjacente à fachada posterior com varanda ou marquise.

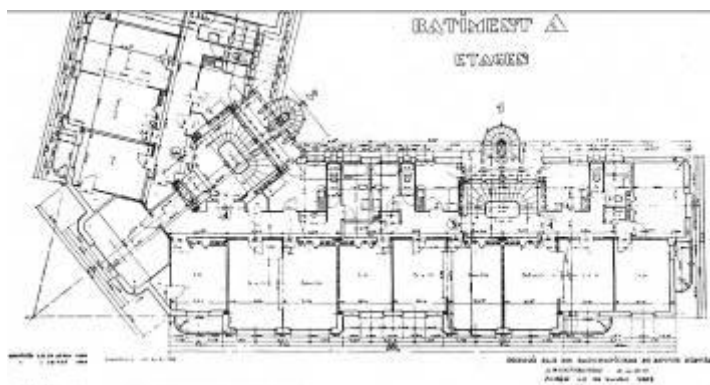


Imagem 138—Immeubles Bastion, 47, Boulevard Berchier à Paris (1933). Bassompierre de Rutté et Sirvin

⁶⁶⁸ Fernando Pinho – Paredes de edificios antigos, p. 16

4.7.10.1 A RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR

Fachada/rua/logradouro

A herança da década anterior esbate-se na fachada com a descoberta de outras linguagens sobretudo na corrente *art deco*, ainda persiste um ecletismo tardio que tem por vezes um tom tradicionalista. Não raras vezes os projectistas trabalham o desenho da fachada à medida do cliente, esta continua a servir de indicador preciso do estatuto do ocupante ou do promotor. Apesar da formação eclética da geração de arquitectos nascidos na última década do século XIX, herdeiros de um modelo de ensino *beaux arts* baseado na cópia e reprodução da arquitectura clássica e antiga, nos programas monumentais e no virtuosismo do desenho, são os primeiros a utilizar de forma moderna os novos materiais como o betão e o ferro. Cristino da Silva (1896-1976), o engenheiro Bellard da Fonseca (1889-1969), Carlos Ramos (1897-1969), Pardal Monteiro, (1897-1957) ou Cassiano Branco (1897-1970) exploraram nas suas obras, até aos anos 40, as capacidades expressivas do material.

A produção arquitectónica dos anos 40 e 50 destes arquitectos, parece contudo contradizer as obras de juventude. Nas encomendas oficiais “obrigam-se” à utilização de uma linguagem pretensamente nacionalista, “mas que afinal acertava um léxico historicista com os modelos desenvolvidos pela mesma altura nas ditaduras europeias (...)”⁶⁶⁹

Segundo A. Tostões a manipulação desse vocabulário é interpretada a partir de um pressuposto eclético: “a utilização de uma nova linguagem, ainda que decorrente de uma nova maneira de construir que integrava uma concepção funcionalista e racionalista da arquitectura, terá sido assimilada apenas como mais um estilo disponível.”⁶⁷⁰

Esta afirmação encontra fundamento pela voz de um dos protagonistas: João Marcelino Queiroz (1892-1982) numa entrevista reproduzida no livro de Sérgio Fernandez⁶⁷¹ dá conta da fragilidade profissional dos arquitectos portugueses e do seu eclectismo estrutural: *no contacto com o cliente* “dizíamos quais os estilos

⁶⁶⁹ Ana Tostões – Construção Moderna: As grandes mudanças do século XX. [Consult. 23.01.2009] disponível em in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf . p. 15

⁶⁷⁰ Idem, p. 11

⁶⁷¹ Sérgio Fernandez - Percurso – arquitectura portuguesa 1930-1974) FAUP, 2º ed. 1988, p. 28

em que sabíamos projectar; depois em face do tipo de encomenda aconselhávamos um desses estilos”

Por isso num primeiro período, sobretudo até ao início da II Grande Guerra, observam-se obras de gramática modernista por influência da arquitectura europeia filiada nas *avant garde* progressistas/tecnológicas, em simultâneo com uma expressão mais tradicionalista que se continua desde o final do século XIX quer resultante de uma pesquisa de carácter etnológico relacionada com a identidade nacional (Rocha Peixoto e Ricardo Severo), quer mais tarde associada ao ressurgimento dos nacionalismos europeus nos anos 30 que se alicerçam na construção de uma identidade “heróica” através da instrumentalização de *uma história* quase sempre de sentido/significado profético, sublinhada pela retórica dos regimes fascistas.

Embora seja possível balizar a arquitectura deste período dentro destas duas/três tendências, estas são essencialmente expressas no desenho da fachada e dos vãos. No interior do fogo, a distribuição, os sistemas de circulação, nas divisões, as diferenças não são significativas para não dizer nulas.

4.7.10.2. JANELAS E ELEMENTOS EXTERIORIZADOS

Os elementos exteriorizados são em geral menos variados, a volumetria da fachada/parede adiciona-se pelas varandas, corridas, com guardas opacas ou em grelha. São esses elementos a par do enquadramento da janela através de elementos verticais, pilastras e frisos decorados com motivos geométricos que animam as fachadas urbanas. Para o logradouro um volume cresce adjacente ao fogo, é um espaço de prolongamento envidraçado, geralmente construído numa estrutura leve justaposta à do edifício. Ao invés de outras estruturas similares mais frequentes no início do século, como o jardim de inverno, a *marquise* não tem uma função de “recreio” antes se destina a fracturar a continuidade do espaço doméstico para separar as acções consideradas menos nobres, relacionadas com o percurso da roupa, ou com a lavagem. Este espaço que em português ganhou o nome vulgar de *marquise* definido ⁶⁷² como “*varanda ou galeria envidraçada, anexa a um edifício maior*” em francês equivale, em termos formais, à *Véranda - galerie entièrement vitrée, de structure légère, en metal le plus*

⁶⁷² Dicionário de língua portuguesa, 2006, p. 1082

*souvent, est importée d'Angleterre via des Indes (...)*⁶⁷³ contudo o significado é claramente diferente porque a *véranda* é um espaço de convívio privado ao contrário da *marquise*

As janelas da fachada urbana não apresentam diferenças piso a piso com uma tendência para a uniformização dos andares em termos de características espaciais e decorativas, no entanto mantém-se a organização tripartida do alçado, quer horizontal, quer vertical.

Essa disposição destaca três corpos verticais, dois laterais simétricos e um corpo central do alçado. A estratificação horizontal articula embasamento/soco, elevação e cimalha. As diferenças na dimensão e na decoração dos vãos de janela e os recuos/avanços do pano de parede referem-se a esta estrutura compositiva e não à distribuição interna das divisões.

As varandas reentrantes ou salientes ao volume edificado entram no vocabulário modernista tendo como modelo imediato os prédios de rendimento de Cassiano Branco, desenhados nos anos 30 em Lisboa, onde o autor toma partido/depende da dialéctica luz/sombra, saliência reentrância, permitidos pelo jogo plástico destes elementos “moldados” em betão armado. São vários os projectistas que tipificam a fachada de Cassiano Branco, cristalizada nos seus elementos formais: janelas de tira, varandas de guarda opaca geralmente englobadas no volume, e com formas curvas, simetria axial.

A genealogia das varandas abertas remete à própria influência que a arquitectura hospitalar, na vertente sanatorial, exerceu sobre as soluções modernistas na habitação. As varandas terapêuticas dos sanatórios quer de altitude quer marítimos eram os espaços centrais da cura, onde o doente podia descansar e beneficiar dos raios solares. Este dispositivo “migra” para as habitações unifamiliares e fixa a varanda (nos países mediterrânicos) e o *toit-terrasse* como elementos paradigmáticos da arquitectura modernista⁶⁷⁴.

As janelas de “tira” ou contínuas, horizontais sobre a fachada, são também um dos elementos lapidares do vocabulário do “arquitecto modernista”, quase sempre referenciado ao modelo implícito da obra de Le Corbusier, sobretudo a dos anos 20/30.

Mas com algumas excepções, caso de Cassiano Branco (1897- em Lisboa e de Arménio Losa (1908-1988) no Porto, a introdução deste léxico foi em parte

⁶⁷³ M. Eleb-Vidal; A. Debarre - *L'invention de la habitation moderne Paris 1880-1914*, p. 264

⁶⁷⁴ Esta identificação entre a doutrina higienista e os dogmas do modernismo já foi enquadrada no capítulo.

resultante da possibilidade estilística que "apareceu apenas por isto: por causa dos materiais [...] ao aparecer o betão armado surgiu a possibilidade de se lançarem grandes vãos, sem ir para o arco". ⁶⁷⁵

4.7.11 -1940-1960

É a II Guerra Mundial que de certo modo baliza o posicionamento dos arquitectos em relação ao moderno: se a geração de 90 (século XIX) se mostrará titubeante e muitas das vezes alinhada com o discurso oficial do Estado Novo, caberá à geração seguinte reivindicar a mudança de paradigma, manifesta nas teses defendidas no I Congresso dos Arquitectos em 1948⁶⁷⁶.

Estas alterações não propõem uma renovação “epidérmica” da arquitectura, não se trata de um entendimento fachadístico, a manutenção ou não de um “estilo” mas essencialmente da (re)descoberta do papel social (e socializante) do arquitecto como elemento interveniente na sociedade.

Estes pressupostos alinhavam-se com o programa da arquitectura modernista no ponto em que estes se “cosiam” com os problemas nacionais: Nos programas de habitação social, nas pesquisas tipológicas e na relação entre arquitectura e espaço público/cidade.

A introdução do vocabulário modernista acelera as transformações da habitação urbana. As exigências de racionalização do espaço, da existência mínima (os temas dos primeiros congressos do CIAM tinham-se orientado por esta investigação: II CIAM (1929) - Unidade mínima de habitação (*Existenzminimum*) III CIAM - Desenvolvimento racional do lote (*Rational Lot Development*) IV CIAM (1933) A Cidade funcional (*The Functional City*)) e por fim a pesquisa tipológica que se tinha inaugurado com o alojamento operário, transformam o programa burguês).

⁶⁷⁵ "Entrevista com Luís Cristino da Silva", **Arquitectura**, Lisboa, 3ª série, nº119, Janeiro-Fevereiro 1971, apud A. Tostões - Construção moderna: as grandes mudanças do século XX. p. 10 [Consult. 23.01.2009] Disponível em in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf

⁶⁷⁶ Por exemplo Porfírio Pardal Monteiro- Contribuição para o estudo do problema da habitação económica em Lisboa; Miguel Jacobetty Rosa - Estudo de casas de renda económica e A racionalização na habitação e a urbanização; Jorge Segurado - Solução vertical na habitação colectiva e os aposentamentos.

A bipartição polariza as zonas diurnas e nocturnas, designações que correspondem à definição de um espaço isótopo sem referência á rua ou ao logradouro, separando a dimensão urbana do espaço privado.

A evolução dos sistemas de ventilação, da ventilação directa às condutas separadas para cada divisão, até condutas “desviadas”, permitiu reduzir a dimensão das condutas que se tornavam progressivamente mais largas à medida que o número de pisos aumentava. Esta alteração bem como a difusão da pré-fabricação pesada na construção vai regular os princípios distributivos da habitação na bipolarização assente em dois pontos de água separados com a cozinha junto à porta e a casa de banho/W.C no fundo definindo um eixo de circulação paralelo à fachada.

Essa nova orientação do espaço privado opõe rua e logradouro num sentido longitudinal em vez de transversal e em profundidade e não reflecte uma alteração nos modos de vida mas uma questão técnica que se funda na “crença” funcionalista:

“(…) les deux points de d’eau sont accolés aux deux refends mitoyens opposés dans un but de réunion avec les canalisations voisines. On peut trouver paradoxal que les éléments techniques, en principe objet de regroupement et superposition, aient été le vecteur d’une dissociation de l’espace.”⁶⁷⁷.

Na habitação os sistemas de circulação e a racionalização dos percursos e das dimensões tornam-se dados do projecto: as pesquisas tipológicas e distributivas de A. Klein⁶⁷⁸ (1879-1961), *Le Corbusier*⁶⁷⁹, Walter Gropius (1883 - 1969)⁶⁸⁰, etc como as experiências na habitação social dos anos 20-30 na Holanda e Alemanha, influenciam alguns arquitectos portugueses como Jacobetty Rosa (1901-1970), Nuno Portas (1933-) ou Teotónio Pereira (1922-). Da casa à célula, na verdade são os métodos cientificizantes e a metáfora biológica que antes servira à organização da cidade, que agora se “empresta” à actividade projectual. A organização do fogo seguindo parâmetros

⁶⁷⁷Christian Moley– La genèse du jour/nuite scission de l’espace du logement en deux parties., in «extenso» nº 9, novembro, 1985, p. 280

⁶⁷⁸ Alexander Klein - Reichsforschungsgesellschaft (National Housing and Building Research Society) (1928).

⁶⁷⁹ Pessac – Frugès

⁶⁸⁰ propostas de Gropius para a habitação mínima formuladas em escritos como “As bases sociológicas da habitação mínima para a população das cidades industriais (Die soziologischen Grundlagen der Minimalwohnung für die städtische Industriebevölkerung)” (1930) e “As Construções Baixas, Médias ou Altas?” (“Die Wohnformen: Flach-, Mittel- oder Hochbau?”) (1929).

dimensionais, indicitários e “racionais” iniciava-se pelo alojamento social mas cedo se generalizava às habitações da classe média.

O trabalho de Jacobetty Rosa no bairro de Alvalade é disso um claro exemplo: os esquemas distributivos apresentados e publicados na revista municipal mostram o grau de complexidade e especialização da habitação.

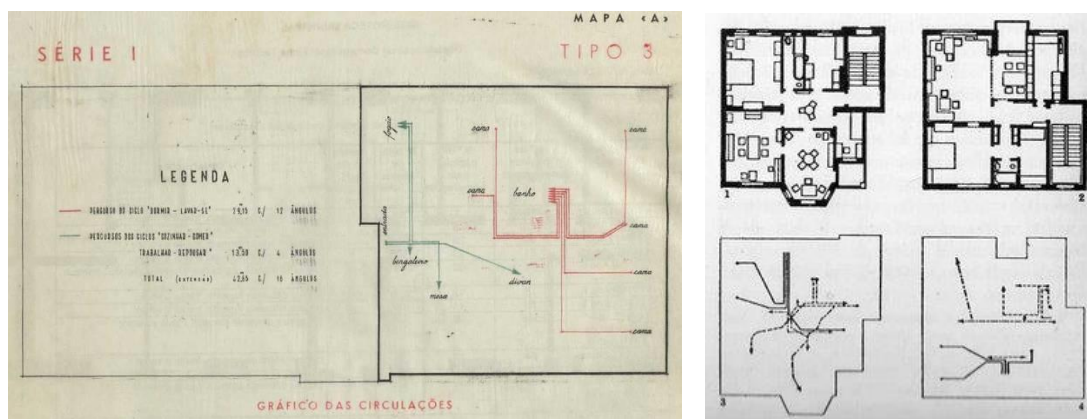


Imagem 139 - Jacobetty Rosa, percursos na habitação de Tipo 3 em Alvalade, 1945

Imagem 140 - Alexander Klein, comparação entre os percursos numa casa tradicional e numa casa moderna, 1928

Na memória descritiva apresentada o arquitecto justifica as opções de distribuição através da aplicação da teoria dos sinais desenvolvida por Alexander Klein e exposta por Enrico Griffini (1887-1952) “Costruzione razionale della casa” (1932) em que se propõe a optimização da circulação entre as divisões da casa.

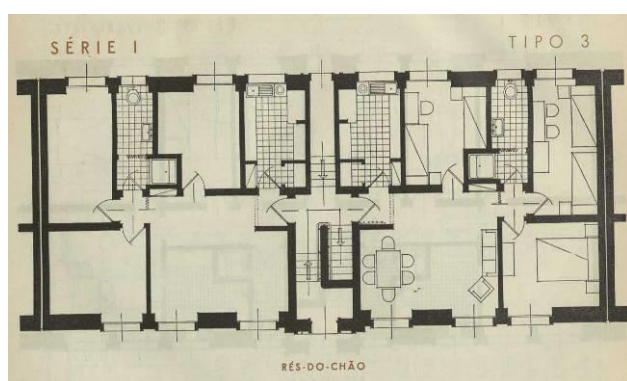


Imagem 141 – Planta das casas de renda económica do Bairro de Alvalade (tipo 3)

As funções subjectivas são separadas das objectivas: não basta que a casa seja “agradável” é necessário que seja “bem adaptada às funções da vida

doméstica resumidas nos seguintes ciclos: cozinhar-comer, trabalhar-repousar e dormir-lavar-se (...) ⁶⁸¹.

As plantas e as variantes propostas são postas à prova, aplicando-se os diagramas de distribuição e questionários relativo a índices de habitabilidade. As soluções consideradas ótimas não são necessariamente as mais económicas mas as que o sejam cumulativamente a uma boa distribuição. Por exemplo a variante do tipo 3, em que a casa de banho se colocava junto da cozinha na entrada da casa, veio a revelar-se uma solução inferior do ponto de vista da circulação o que justificou o abandono da “preocupação de ligar os esgotos da cozinha com os da casa de banho a despeito da economia que daí poderia resultar” ⁶⁸²

Os edifícios desenvolvidos linearmente, articulam a rua e o logradouro semi-público, mas o percurso em profundidade, transversal ao lote é abandonado a favor de uma circulação por corredor paralelo à rua. Essa distribuição, que também é consequência da redução do número de divisões e da alteração das relações entre espaço público e privado antes assumida na gradação em profundidade. Implica que o espaço da habitação abandone a função mediadora que opunha, no lote, o espaço da rua e o do logradouro.

Estes edifícios ainda articulam duas fachadas, uma urbana outra para tardoz, mas que perdem o valor dicotómico. Nas casas de renda económica de Alvalade e pelas características do plano urbano há alguma hesitação nesse novo papel, inteiramente assumido nos blocos da Av. do Brasil de Jorge Segurado, alinhados e perpendiculares em relação à rua, perdem a referência à matriz urbana, ao lote como gerador de dois espaços distintivos, e vinculam-se a uma orientação solar ideal como referência topológica.

⁶⁸¹ Grandes problemas de Lisboa – A construção das casas de renda económica, Revista Municipal nº 26, 3º trimestre de 1945, p. 34

⁶⁸² Idem, p. 38

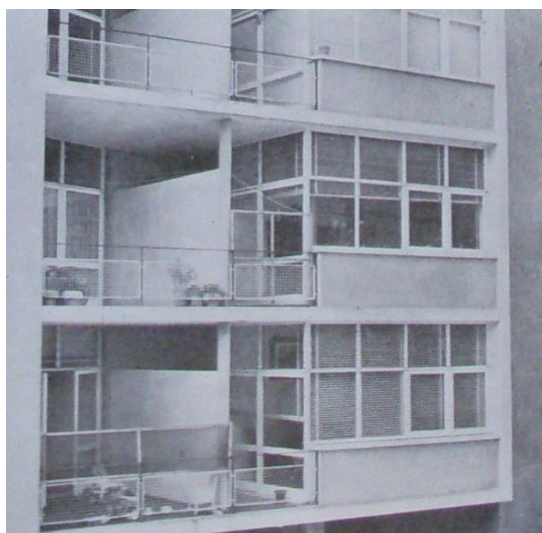
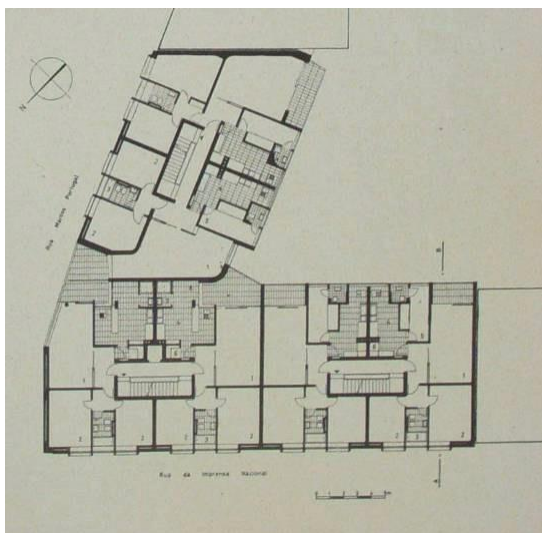


Imagem 142 – Planta de prédio na R. Marcos Portugal e R. da Imprensa Nacional - Conceição e Silva, 1960

Imagem 143 – Fotografia da fachada para a R. da Imprensa Nacional.

4.7.11.1 A RELAÇÃO INTERIOR/EXTERIOR

A partir dos anos 50 é notório que os modos de agregação das habitação plurifamiliares, que saem do esquema tradicional do esquerdo/direito, concentrando vários fogos no mesmo andar irão obedecer aos preceitos economicistas e técnicos como raiz da distribuição: junção das zonas húmidas, cozinha e casa de banho, alinhamento destes espaços com os do fogo vizinho, separação das zonas da habitação em dois pólos temporais, o nocturno, reservado aos quartos e o diurno – salas e outros compartimentos de “estar”. Esta bipolaridade inverte a divisão da casa por funções e desliga-a do seu contexto, lendo-se, tal como a relação do edifício com o espaço urbano como autoreferencial. O espaço íntimo, privado ou social referia-se à ligação da casa (interior) com o exterior.

As construções deste período, os blocos na Av. Infante Santo (1955), o bloco das Águas Livres (1954) ou da Av. dos E.U.A. (1954) que se inspiram no modelo da “unidade de habitação de Marselha” traduzem uma contradição: articulam vários tipos de acessos, escadas, elevadores, rampas, e galerias, que permitem o agrupamento linear das habitações no piso, de modo a manter o carácter escultórico e monumental do edifício, e a elevação da fachada do

solo, mesmo que não seja literal, desprende-o das relações com o lote. Por outro lado constituem-se como miradouros, há uma preocupação de dotar cada habitação de uma vista, recordando-nos a afirmação de B. Colomina sobre a arquitectura de *Le Corbusier*:

“It collects views and, in doing so, classifies them (archive). The house is a system for taking pictures. what determinates the nature of the picture is the window....if the window is a lens, the house itself is a camera pointed at nature. Detached from nature, it is mobile.”⁶⁸³

O desenho das janelas aparece em detalhe, geralmente associado à sala, espaço comum dedicado ao ócio. É este o único espaço de algum modo polifuncional da casa: para receber, para o “estar” quotidiano, a sala é (ainda) o centro da habitação e mantém uma relação privilegiada com o exterior, não um exterior referenciado à rua. e ao próximo, mas posicionado em relação a uma vista sob a linha do horizonte (em sintonia com a horizontalidade das janelas), isolada pela altura e pelo factor protector do vidro.

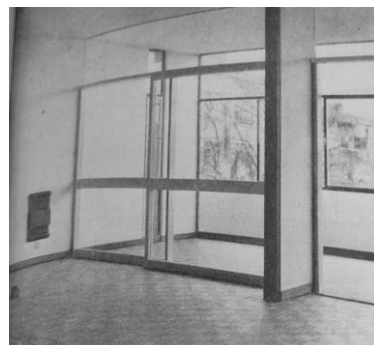


Imagem 144 – Prédio na R. Marcos Portugal/Imprensa Nacional de Conceição e Silva – sala com estore plástico (onde se desenhou uma vista urbana) a proteger a sala da varanda.

Imagem 145 - Prédio na Av. Elias Garcia de Pires Martins, janelas da cozinha

Imagem 146 - Prédio na Av. Elias Garcia de Pires Martins, janelas da sala.

⁶⁸³ Beatriz Colomina – Privacy and Publicity – Architecture and Mass Media, p. 312

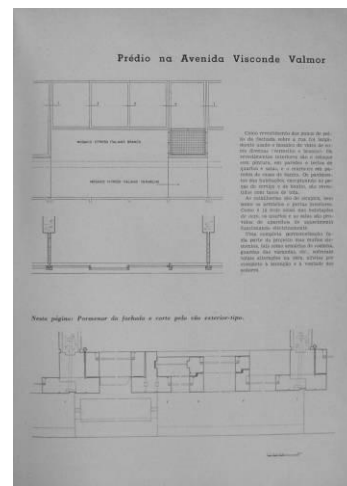
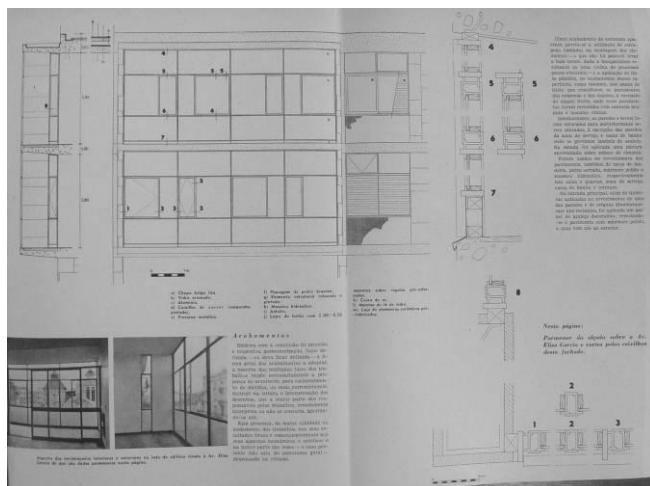


Imagem 147 - Prédio da Av. Elias Garcia de Pires Martins – pormenores construtivos da janela
Imagem 148 - Prédio da Av. Visconde de Valmor de Vitor Palla e Bento de Almeida– pormenores construtivos da janela da fachada da rua

Os sistemas de protecção do vidro fixos, como as palas, ou outros elementos fixados na fachada, surgem como alternativa aos sistemas móveis, que no entanto continuam a ser utilizados em simultâneo.

Estes elementos não funcionam apenas como protecção dos vãos à insolação ou aos ventos, mas como elementos decorativos, saliências na fachada que projectam sombra sobre a superfície lisa dos edifícios, ou mesmo, como no edifício Franjinhas, prémio Valmor de 1971, uma utilização inusitada, desenhando uma fachada ritmada entre elementos transparentes –vãos de janela e opacos – os painéis fixos.



Imagem 149 - Edifício franjinhas, (1965-1969) Teotónio Pereira e João Braula Reis

A utilização do betão armado na habitação torna-se sistemática e acompanha a capacidade técnica de construir vãos envidraçados de maiores dimensões. Esta possibilidade não deixa de criar, no início, um desconforto climático, ainda não completamente resolvido, derivado das pontes térmicas com o exterior.

A criação do clima artificial na década de 50 veio desviar a atenção da dependência das “fachada-cortina” do clima exterior, e separar em definitivo as funções de ventilação e iluminação nas janelas que tradicionalmente trabalhavam em conjunto.

Mas a solução técnica e projectual para o conforto térmico terá pequenos avanços ao longo da década com o aparecimento dos primeiros vidros comerciais *thermopane* duplos e com caixa-de-ar. O processo de extrusão do alumínio iria permitir reduzir a redundância entre a subestrutura do vão da carpintaria dos primeiros *fachada-cortina* que passam a formar uma única peça.

“El traslado de la inercia al intrados del curtain wall, fundiendo cerco y subestructura, el intento de eliminar puentes térmicos y el planteamiento de la junta de estanqueidad como indiferente a su posición horizontal o vertical dirigen la evolución del cerramiento hacia un objetivo doblemente técnico y figurativo : lograr la máxima continuidad del material expuesto a la acción del medio exterior.”⁶⁸⁴

A partir dos anos sessenta inicia-se a comercialização de vidros reflectores com uma absorção pequena de radiação. Este dispositivo marca, do ponto de vista compositivo uma mudança. Mas não só; na realidade todo o discurso moderno sobre o verdadeiro e a visibilidade é substituído pelo “espaço ilusório” pelo espelho que duplica o espaço exterior. Se o vidro já afirma uma distância, que não visual, pelo menos sonora e tátil, o vidro reflector irá reforçar essa distância visual e alterar radicalmente a presença formal do edifício no espaço. Neste ponto a eliminação técnica e figurativa da carpintaria, que se constituía como forma de limitar e enquadrar as janelas contribuirá para a perda da noção de escala do edifício e do seu carácter tectónico.

Na arquitectura doméstica estas inovações da tecnologia do vidro, são mais frequentes a partir da década de 70-80: A renovação do Heron Castilho na R.

⁶⁸⁴ Inñaki Abalos e Juan Herreros - Técnica e arquitectura en la ciudad contemporánea, 1950-2000, p. 110

Braamcamp, projectado em 1921 por Norte Júnior (1878-1962) e alterado em 1985 pelos arquitectos Henrique Tavares Chicó, Francisco Conceição Silva, J. Pedro Conceição Silva e Pedro Luís Quitério, e a construção do edifício das Amoreiras de T. Taveira (1983), marcam a utilização do vidro espelhado na habitação.



Imagem 150 – Torre das Amoreiras, Tomás Taveira (1983)

Imagem 151 – Edifício Heron Castilho, R. Braamcamp, R. Castilho, (Norte Júnior (1921), H. Chicó, Francisco e Pedro Conceição e Silva, P. Quitério (1985)



Imagem 152 – R. do Mercatudo, R. do Silva, Eugénio Castro Caldas e Nuno Távora (1997-2005)

Da fachada cortina à fachada -pele/superfície textura abertura/fechamento

Imagem 153 – Conjunto habitacional Terraços de Bragança, Álvaro Siza (1992-2004)

Luz, reflexão da fachada

A regra da janela em conjunto



Imagem 154 – Edifício de habitação na R. Saraiva Carvalho, 68 – Manuel Tainha (2000-2008)



Imagem 155 – Edifício de habitação na R. Fernando Namora, Telheiras, Promontório Arquitectos (1997)

Imagem 156 – Av. de Roma, Edifício de Fernando Silva (1914-1983)



Imagem 157 – Edifício nas Amoreiras, Carrilho da Graça (2008)

Imagem 158 – Edifício em Algés - marginal

CASOS DE ESTUDO : LEITURA CRÍTICA

5 – CASOS DE ESTUDO : LEITURA CRÍTICA

5.1. SÉRIE 1900-1920

Esta série abrange as duas primeiras décadas do século XX, dominadas por uma arquitectura ecléctica, mas onde algumas características do pombalino ainda se mantêm.

REF.	ENDEREÇO	Nº OBRA	PROJECTISTA	DATA	REQUERENTE
1	Avenida da Liberdade 146-148	27103	Luís Caetano Pedro D'Ávila (1840-1904)	1897	Daniel Tavares
2	Rua Alexandre Herculano, 57	24865	Miguel Ventura Terra (1866-1919)	1902	Miguel Ventura Terra
3	Av. António Augusto Aguiar, 124, Carlos Testa, 18	9197	Miguel Ventura Terra (1866-1919)	1902	Joaquim Santos Lima
4	Avenida da Liberdade, 163-169	12742	Alfredo de Ascensão Machado (1857-1926)	1903	Castanheira de Moura
5	Rua Jardim do Regedor, 13-25	20461	Alfredo de Ascensão Machado (1857-1926)	1904	Florinda Maria Vitória Cardoso Leal
6	Rua Mouzinho da Silveira, 12-12A	43079	Miguel Ventura Terra (1866-1919)	1907	João Silvestre de Almeida
7	Rua Braamcamp, 84-86	4647	Artur Júlio Machado	1907	António Ferreira Bacelar
8	Rua Alexandre Herculano, 27/27	35891	Miguel Ventura Terra (1866-1919)	1909	João Silvestre de Almeida
9	Rua Alexandre Herculano, 25	38146	Miguel Ventura Terra (1866-1919)	1910	Thomas Quartin Graça
10	Rua Alexandre Herculano, 23	6626	Atribuído a Joaquim Norte Júnior (1878-1962)	1912	Joaquim Santos Moreira
11	Avenida Duque de Loulé, 111-119	20926	António Luís Guerra?	1912	António Luiz Guerra
12	Avenida da Liberdade 231-257, Rua Alexandre Herculano, 15	8711	Construtor Francisco Caetano Silva	1917	António Cândido das Neves

Tabela 4 – Casos de estudo para a série 1900-1920

5.1.1 IMPLANTAÇÃO / LOTE:

Dos 12 casos de estudo (ver tabela 4) seleccionados para esta 1ª fase com excepção de um, todos se situam nas zonas de ampliação a norte da cidade integradas no plano da Av. da Liberdade e das Avenidas Novas : são 3 na Av. da Liberdade (FICHAS 01, 04 e 12) , 4 na R. Alexandre Herculano (FICHAS 02, 08, 09 e 10), 1 na R. Anselmo Braamcamp (FICHA 07), 1 na Av. António Augusto Aguiar (FICHA 03) , 1 na Duque de Loulé (FICHA 11) e 1 na Mouzinho da Silveira (FICHA 06).

Para comprovar a relativa coesão das ruas em termos urbanísticos seria suficiente recorrer à data da deliberação da Câmara que lhes instituiu a toponímia: Av. Duque de Loulé, 1902; R. Alexandre Herculano, 1882; R. Braamcamp, 1887; Av. António Augusto Aguiar, 1902; Av. da Liberdade, 1879. Num espaço de 20 anos urbanizava-se a área a Norte do Rossio e os bairros adjacentes, sem com isto querer dizer que a construção tenha sido absolutamente simultânea; aliás basta observar o levantamento topográfico da cidade de Lisboa realizado entre 1904 e 1911 e coordenado pelo Eng. Silva Pinto para se verificar que, nesta área da cidade são muitos os lotes que se encontravam por edificar.

A estrutura urbana que daí emerge já foi explicada no capítulo precedente, pelo que se colocarão aqui apenas algumas considerações de ordem funcional que dela decorrem: as dimensões das ruas e das avenidas que integraram o plano desiganoado por “Avenidas Novas” são mais largas do que a generalidade dos arruamentos da capital o que implicou também uma alteração das medidas do lote urbano, que tende a corresponder às escalas do espaço público.

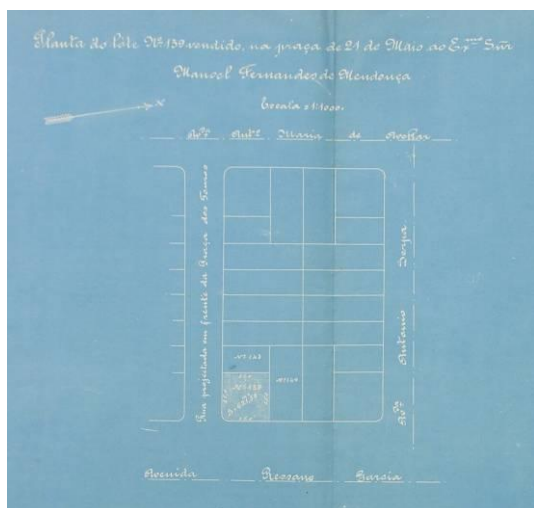


Imagem 159 - Planta de um quarteirão das Avenidas Novas – Ressano Gracia, António Serpa e “rua projectada em frente da Praça de Touros”

A estrutura gizada no plano de Ressano Garcia mantém o bloco quarteirão de forma rectangular em que o lado menor está sobre as Avenidas principais e é

fraccionado um pouco conforme os acidentes topográficos e as preexistências - 4 ou cinco vezes⁶⁸⁵ (com várias excepções).

Embora se tenha verificado alguma variabilidade nas medidas, elas configuram porém um padrão de parcela mais profunda que estreita, mas que nos cruzamentos é muitas vezes quadrada.

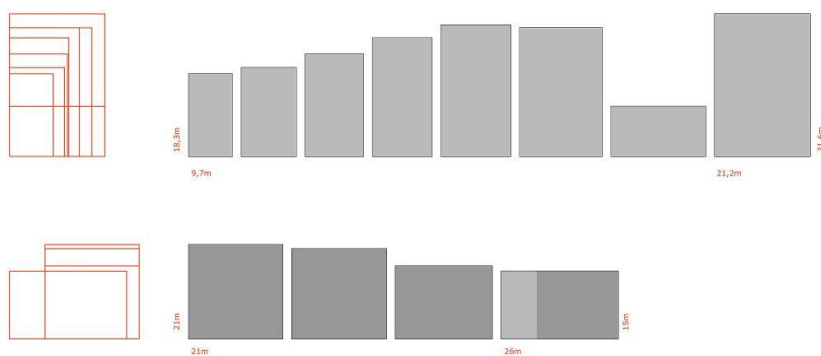
Esta forma de lote e a organização urbana daí decorrente vai condicionar claramente a configuração do edifício em dois aspectos: a manutenção de duas fachadas activas, a da frente e a posterior e interposição de saguões e pátios para ventilação dos inevitáveis compartimentos no interior⁶⁸⁶. Face a estas características de implantação presencia-se a divisão do piso em dois fogos divididos por linha de simetria central, quando não raras vezes este apenas suporta um único fogo.

Esta constituição genérica tem obviamente excepções, a mais óbvia aplica-se aos edifícios de esquina que fogem a estas restrições. Por outro lado não é rara a inclusão de um alçado lateral. Este logradouro sobre a empena iria condicionar a implantação do edifício vizinho e abrir sobre a rua uma passagem directa para o logradouro traseiro.

Nos edifícios de maior profundidade, (a partir de 25 m) utilizam-se saguões centrais e laterais ou pátios para ventilação das escadas e compartimentos menores, embora por vezes também se proceda à abertura da fachada lateral. As medidas de implantação do edifício no lote garantem uma proporção de 1:2 da frente em relação à profundidade, como se pode compreender através dos esquemas seguintes que ilustram a variação das implantações dos edifícios.

⁶⁸⁵ Tomando um exemplo concreto de um quarteirão regular de 84,1mX128m dividido na frente para a Av. da República em dois lotes de 17,05 X 39 m e com os quatro cruzamentos/esquinas com 25 X 25m

⁶⁸⁶ Esta situação é também comum porque a percentagem de ocupação do lote é bastante alta e deixando ao logradouro um espaço residual.



Esquema 1 – Implantações dos edifícios dos casos de estudo da 1ª série— em banda e de esquina.

Identificar as diferenças entre as obras construídas nas áreas de expansão burguesa da cidade e os edifícios implantados nas áreas urbanas consolidadas levou à análise de alguns edifícios fora do perímetro estabelecido e, em todas as séries, procurou-se estabelecer algum paralelismo entre as situações originadas pelo plano contemporâneo e outras localizações.

Na 1ª série esse contraponto foi criado por um prédio de habitação na R. Jardim do Regedor⁶⁸⁷, do arquitecto Alfredo de Ascensão Machado (1857-1926). Esta rua surge no século XIX seguindo a traçado da muralha que liga a R. das Portas de Santo Antão, antiga porta de entrada da cidade a norte, à Praça dos Restauradores. Na R. de S. José, prolongamento da R. de Santo Antão é ainda frequente que os edifícios apresentem uma configuração de frente estreita e com grande profundidade. No entanto aqui a ocupação não é típica: tem uma frente de 21 m para o R. Jardim do Regedor e uma vez que se divide por duas habitações distintas tem outra fachada “principal” para a Travessa do Forno. Com um lote em forma de L, constitui-se por duas casas, com três fogos por piso entradas e acessos verticais distintos e apartados.

⁶⁸⁷ A “R. Nova do Jardim do Regedor”, R. que segue, pouco mais ou menos, o traçado da desaparecida muralha, e no terreno cujos prédios se confundiu, mas que certamente, o ultimo vestígio da R. de que se trata (...), descrevendo a R. do Jardim do Regedor, lia-se no Itinerário Lisbonense, de 1818: É a segunda à esquerda na R. das portas de Santo Antão, vindo do Rossio, e termina no fim da R. do Príncipe, ou largo do Passeio Público”.

5.1.2 NÚMERO DE PISOS E ACESSOS

O número de pisos nos casos de estudo variam pouco, aliás a maioria apresenta seis pisos. Contudo não se pode deixar de fazer duas considerações no que diz respeito a esta configuração: a primeira refere-se à frequente introdução da “cave alta”, não totalmente subterrada, pelo que o rés-do-chão raramente está adstrito a funções comerciais. Esta organização adequa-se ao esquema compositivo mais comum neste período que divide o edifício em três ordens verticais: embasamento, pisos em elevação e coroamento com entablamento. – há uma correspondência geral entre a base com as caves e rés-do-chão, os pisos em número de três e o coroamento com os dois últimos pisos, incluindo o sótão.

A segunda consideração diz respeito à variação do pé-direito, que é mais generoso nos pisos intermédios e é igualmente uma expressão do partido compositivo adoptado de herança clássica na adopção do *bel-etage*.

Com apenas uma excepção todos os edifícios estudados apresentam dois acessos verticais. Um principal, outro secundário e por vezes ainda um acesso exterior pela fachada tardoz.

Do ponto de vista da localização esta oscila entre a posição central, quando serve dois fogos, e a lateral quando há apenas 1 fogo ou uma tipologia de *duplex*.

5.1.3 ORGANIZAÇÃO DOS FOGOS

Neste período a organização mais comum, prevê a existência de 1 a 2 fogos por piso, em simetria em relação a um eixo central.

Os fogos nos edifícios de gaveto apresentam soluções de circulação idêntica com corredor em forma de L de modo a servir as duas alas. Nos edifícios sem essa situação urbana excepcional predominam duas formas de circulação: ou através de corredor ou de um hall distributivo. A circulação ainda se faz por divisões comunicantes (*en enfilade*) mas é um circuito claramente secundário e destinado a separar a circulação de serviço da privada. No entanto é ainda

uma solução comum sobretudo para encadear os compartimentos de recepção.

A sala, o salão, por vezes a saleta constituem os principais compartimentos de recepção frequentemente encontrados neste período, mesmo nas habitações plurifamiliares. Surge ainda o escritório como espaço privado masculino e por vezes a sala de costura, com um estatuto de alguma ambiguidade : espaço privado feminino e de trabalho doméstico. A sala de jantar já está, na maior parte das vezes, situada perto da cozinha o que remete para a sua função eminentemente prática.

Os quartos, posicionam-se, dependendo da sua hierarquia no quadro familiar, sobre a fachada principal, ou a tardoz quando pertencem aos serviços. Ainda é possível observar o *toilette* como espaço de prolongamento dos quartos.

Os espaços de serviço, cozinha e copa, estão sempre sobre as traseiras, onde por vezes é adicionada uma varanda envidraçada – *vulgo marquise*

As casas de banho e os wc surgem junto às áreas de serviço mas têm sempre ventilação assegurada ou directamente pela fachada posterior ou pelos saguões/pátios.

Nos três edifícios de gaveto seleccionados a distribuição das divisões organiza-se por duas alas: uma compreende as peças de recepção e a outra os espaços íntimos, quartos e *toilettes*. O compartimento de esquina é destinado a sala⁶⁸⁸, mas sempre aproveitando para ampliar e destacar o cunhal elementos extraordinários na composição da fachada e que marcam este vértice, como varandas, *loggias* ou *bow/bay window*,

Nos edifícios em banda verifica-se a clara oposição entre as peças de recepção e íntimas que estão preferencialmente orientadas para a rua e a zona funcional dos serviços sobre o logradouro. Essa oposição criará também evidentes desequilíbrios entre o tratamento plástico da fachada da frente, inequivocamente “principal”, e a fachada posterior.

Já se referiu que os saguões e os pátios são elementos comuns (e regulamentados pelo RSEU) com funções de ventilação e iluminação de zonas do fogo intermédias, como a caixa de escada, w.c e pequenos quartos. Eles

⁶⁸⁸ Com uma excepção: é um quarto no prédio da Av. António Augusto Aguiar/R. Carlos Testa, um projecto de Miguel Ventura Terra de 1902.

surgem em quase metade dos casos de estudo em posições diversas: ao centro mas também laterais, compensando a profundidade de implantação.

5.1.4 FACHADAS

5.1.4.1 FACHADA PRINCIPAL – ELEMENTOS COMPOSITIVOS E ESTRUTURAIS

As fachadas “activas” nos edifícios correspondentes a esta 1ª série são, em geral, apenas duas, tendo em conta a sua inserção urbana. Porém, e como já foi referido, alguns projectistas “abrem” um alçado lateral⁶⁸⁹ para evitar o uso de saguões.

O carácter excepcional da situação de gaveto é geralmente assinalado com a inclusão na fachada de *bay/bow window* nos pisos intermédios ou através de outros elementos como *loggias* e *balcões*. Mas nos edifícios fechados em quarteirão também se usam vários dispositivos compositivos entre os quais as janelas de sacada e ainda as janelas projectadas que são utilizadas para prolongar os espaços de recepção.

As fachadas principais raramente se apresentam num único plano fazendo uso frequente de corpos salientes e reentrantes, embora a sua estrutura compositiva se organize segundo uma simetria que reflecte a disposição interna dos fogos.

No sistema hierárquico horizontal das fachadas, seguido pela generalidade dos projectistas: embasamento (*cave-rés-do-chão*), elevação com os pisos intermédios (1-3º andar) e coroamento (último andar e sótão) os andares são muitas vezes separados por faixas horizontais em ressalto ou friso azulejar.

A decoração é profusa, sobretudo associada às molduras em cantaria dos vãos de recorte diverso, cachorros e outros elementos de apoio das estruturas projectadas. As faixas verticais e horizontais que dividem os alçados acentuam a marcação dos alinhamentos vertical e horizontal dos vãos

A relação entre os nembos e os vãos obedece a uma regra de proporcionalidade de 1:2 ou de 1:1 (atendendo ao convencionado em tratados e manuais) e é possível encontrar uma grande variedade de formas e tipos de

⁶⁸⁹ Este recurso é um aspecto particular das obras de Ventura Terra (1866-1919) : Projectista de 5 dos 12 casos de estudo que elegemos, permitiu-nos perceber algumas constantes no seu trabalho que evidenciam a sua singularidade.

aberturas. Neste período em particular não é possível autonomizar o vão de janela da sua moldura decorativa: a pedra de peito, a ombreira e a verga constituem um enquadramento do vão essencial ao desenho da fachada. Mesmo a estrutura interna, o caixilho apresenta frequentemente um desenho que não é somente funcional mas essencialmente figurativo.

5.1.4.2 FACHADA POSTERIOR – ELEMENTOS COMPOSITIVOS E ESTRUTURAIS

A fachada posterior é, em contraste com a fachada da frente urbana, estritamente funcional. Para o logradouro situam-se as divisões de serviço, cozinha, por vezes sala de jantar e quartos destinados a criados. Quando a sala de jantar está sobre a fachada posterior há uma diferenciação no tratamento dos vãos: interpretamo-la como uma valorização desta divisão, ainda que, por questões de distribuição funcional, se situe frequentemente sobre este alçado.

No quadro dos casos de estudo observados, nota-se que sempre que a sala, ou casa de jantar como também é designada, se localiza sobre a fachada posterior, há uma distinção através dos vãos e janela ou pela inclusão de elementos exteriorizados que a destacam do pano de parede.

Assim o tratamento excepcional do vão com recurso a *bay window* ou *jardim de inverno* sobre a sala de jantar é frequente nas habitações que Ventura Terra projectou; mas outros autores preferem destacar este espaço com varandas envidraçadas/*marquises* de estrutura em ferro com algum ornamento do caixilho.

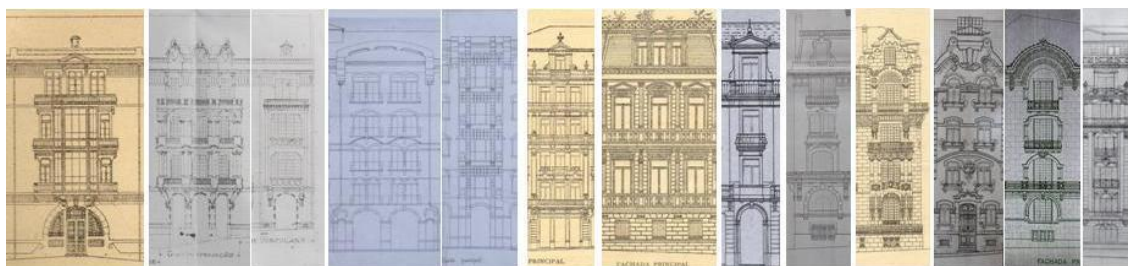
Aliás é de notar que se o ferro é ausente (visível) na fachada da frente é já usado com alguma desenvoltura na fachada posterior na estrutura das varandas e *marquises* e em alguns elementos decorativos associados aos apoios destas estruturas.

A hierarquia vertical descrita para a fachada da frente está aqui ausente, na realidade a diferenciação do piso nobre ao nível da fachada e do pé-direito, é eliminada, frisando-se a autonomia assumida em planta entre a zona pública e a de serviços. A fachada da frente é habitada pela família burguesa em desejada exclusão do espaço das traseiras e do espaço do logradouro

relegado para as manifestações menos mundanas da vida quotidiana e como bastidores das cenas de aparato.

Do ponto de vista formal é então bastante evidente que há uma fachada que se pode designar como principal e que corresponde, no interior, às divisões de carácter social e as divisões do logradouro, o espaço que resta do lote, fechado sobre o interior do quarteirão e por vezes inacessível através da rua.

5.1.5 VÃOS DE JANELA



Em relação aos vãos de janela ir-se-á certamente, e mediante o que foi atrás dito, concentrar a análise sobre a fachada urbana, uma vez que é nesta que se centra e é dirigido o maior esforço de *desenho*. A dualidade entre frente/traseira é, neste período, uma característica marcante dos edifícios de habitação plurifamiliar citadinos.

De um modo geral podemos afirmar que este período final do eclectismo tem uma importância particular no que diz respeito aos vãos de janela. Não se menciona apenas a diversidade formal e tipológica mas sobretudo o entendimento da importância das janelas como dispositivo interrelacional entre exterior e interior. E é também por esse facto que a fachada principal tem um papel fundamental, como fachada “comunicante”.

Não se pode deixar de referir novamente a importância do ornamento para a definição dos vãos: o enquadramento das cantarias, as saliências e reentrâncias no muro e mesmo internamente a divisão dos caixilhos fazem parte da identificação formal da janela definida nesta 1ª série.

5.1.5.1 FACHADA DA FRENTE URBANA

A vista das janelas sobre o urbano, para a avenida “verde” e iluminada, para o movimento dos transeuntes e dos vermelhos “americanos” e, reciprocamente, o olhar que se dirige aos edifícios, para os seus detalhes decorativos e para a diversidade de elementos compositivos, tem neste período o seu auge. Quando a atenção é focalizada sobre a fachada principal devemos considerar todos estes factores que lhe moldam a fisionomia.

O tipo de janelas utilizadas mais comumente, são certamente as de peito e, quanto à forma a rectangulares, com maior altura que largura, ainda que com proporções variáveis. As situações singulares sublinham-se na fachada com janelas de tipos diversos: sacadas, *bow ou bay windows*, janela geminada ou tripla, mas também através da adição de varandas, marquises, *loggias* ou jardins de inverno.

Acompanhando os casos de estudo percebe-se que essa variedade tipológica é comum, quer em situações de implantação em cruzamento de vias quer nas implantações de frente de quarteirão.



Imagem 160 - R. Alexandre Herculano, 15

Nas esquinas, a aresta de cruzamento das ruas é sempre assinalada, com a curvatura do ângulo recto. Nos vãos de janela origina situações de *bay* e *bow window* mas também de *loggias*; de qualquer modo, havendo sempre lugar a uma marcação através dos vãos de janela quer pela forma, quer pelo tipo.

Nos edifícios integrados na malha do quarteirão a qualificação dos vãos é em geral menos exuberante; e a singularidade tipológica dá lugar a um

enquadramento das janelas no conjunto, alinhadas verticalmente e horizontalmente, não deixando contudo de se marcar momentos compositivos importantes.

As situações são diversas pelo que se dará conta destas dividindo-as em dois grupos em consonância com o sistema de composição utilizado:

5.1.5.2 – COMPOSIÇÃO AXIAL COM CORPO CENTRAL E DUAS ALAS:

É uma solução de composição da fachada muito frequente quando a frente é suficientemente larga para ser dividida em três partes ou mesmo nos casos de edifícios de esquina. Caracteriza-se pela marcação de um corpo central ocupando geralmente metade da dimensão total da frente; sendo que cada uma das alas ocupa $\frac{1}{4}$ da largura.

O corpo central apresenta um conjunto de duas a três janelas alinhadas, embora possam não ter a mesma forma, e em que as que correspondem ao 1º e 2º andares, considerados os “andares nobres”, retêm algum tipo de destaque seja através de varanda seja pela inclusão de *loggias* ou *bow windows*.

Nos casos de estudo e no âmbito deste esquema compositivo há contudo algumas *diferenças* que é necessário esclarecer: o edifício de gaveto entre a R. Camilo Castelo Branco e a Av. Duque de Loulé (FICHA 11) apresenta uma esquina em *bow window* comum a todos os pisos elevados (4 pisos). Assumindo a Av. Duque de Loulé como frente urbana principal há uma duplicação do sistema compositivo para esta fachada, dando origem ao desenho de um outro corpo central de dois vãos geminados enquadrados superiormente por uma cimalha curva com ornamento floral em azulejo. A fachada para a R. Camilo Castelo Branco é notoriamente subalternizada e constitui o seguimento da composição axial de esquina.

Já os edifícios da R. Alexandre Herculano (FICHA 10) e da R. Braamcamp (FICHA 07) são exemplos típicos desta composição axial simétrica. O primeiro alinha quatro janelas por piso, duas ao centro e um em cada ala. As janelas centrais têm uma largura de 1,20 m e o dobro da altura enquanto as laterais são janelões de 2,5 m X 3,00 m.

O edifício da R. Braamcamp apresenta um esquema semelhante mas com três janelas ao centro e onde a distinção entre os corpos se faz pelo recuo do muro central “fechado” por uma *loggia*.



Imagem 161 – prédio da R. Alexandre Herculano, nº 23

Imagem 162 – Prédio na Av. Braamcamp, nº 84

Outro tipo de composição aparece definida nos edifícios da Av. da Liberdade (FICHA 04) e da R. Jardim do Regedor (FICHA 05) , projectos do já referido Ascensão Machado, embora para clientes diferentes e em zonas próximas mas de características morfológicas distintas. Aqui entram em acção as constantes de desenho particulares de alguns autores⁶⁹⁰: a composição é semelhante, com um Rrés-do-chão com um pé-direito bastante generoso que perfaz uma arcaria. Os andares superiores com janelas de sacada e varanda corrida. Aqui existe a composição central, mas a distinção entre os “corpos” é discreta, sendo marcada por duas colunas que enquadram as três janelas centrais até ao terceiro andar e pela decoração do elemento de cantaria sobre a janela.



Imagem 163 - Av. Duque de Loulé/Camilo Castelo Branco

⁶⁹⁰ Uma vez que nalguns casos de estudo os projectistas são comuns foi possível observar soluções compositivas e espaciais que se repetem nos vários edifícios que projectam.

No edifício da R. Jardim do Regedor a modéstia do orçamento apenas permitiu coroar a janela de centro com um pequeno frontão, onde as diferenças se pontuam na distinção dos pisos através das varandas, pontuais ou corridas e vergas rectas ou curvas das janelas. Este exemplo é um pouco à medida de uma ordem pombalina que também se servia dos elementos de cantaria enquadramentos do vão e das varandas para marcar as diferenças hierárquicas dos pisos e das localizações. De resto Ascensão Machado arquitecto do município de Lisboa, pauta-se por um desenho sóbrio, com pouca inventividade formal.



Imagem 164 - Av. da Liberdade e Largo Jardim do Regedor

5.1.5-3 COMPOSIÇÃO ASSIMÉTRICA DE DOIS CORPOS

Quase o oposto, do ponto de vista formal, são as obras de Ventura Terra nos edifícios que projectou para a R. Alexandre Herculano (FICHAS 08 E 09), incontidas na sua ornamentação, projectando o muro com uma plasticidade volumétrica única, onde a decoração aparece em comunhão com a estrutura espacial.



Imagem 165 - R. Alexandre Herculano, 25

Num edifício já próximo do Largo do Rato (FICHA 02), num lote irregular, a fachada de frente desenvolve uma solução de simetria em relação a um corpo central com *loggias* mas que está desviado do centro real (geométrico). Este dispositivo ilude a lateralidade da entrada principal que atende à distribuição interna de um fogo por piso. Torna-se evidente que se houvesse um alinhamento do corpo central da fachada com a entrada a distribuição lógica imporia dois fogos por piso. Por outro lado o descentramento da composição equilibra a fachada, aligeirando-a e introduzindo elementos de assimetria que quebram a grande extensão de frente de fachada.

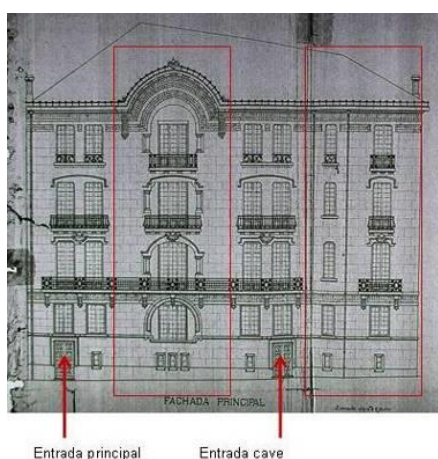


Imagem 166 – Prédio da R. Alexandre Herculano, 57

A composição assimétrica⁶⁹¹, é um recurso comum nas obras de Ventura Terra, utilizado mais livremente nas moradias unifamiliares mas também nos prédios de rendimento de características especiais, como são os construídos na R. Alexandre Herculano. Referimo-nos às habitações construídas originalmente para Tomás Quartín (FICHA 09) e para Silvestre de Almeida (FICHA 08). Em ambos os casos está-se perante habitações em *duplex* destinadas a membros da mesma família. Não deixam contudo de prever acessos autónomos numa escada de acesso comum.

No caso d nº 27 da R. Alexandre Herculano (FICHA 08)) têm-se três fogos divididos por seis pisos (cave e rés-do-chão; 1º e 2º andares e 3º e 4º andares) onde as frentes são ocupadas por salas e quartos alternadamente. No entanto

⁶⁹¹ O edifício surge dividido em dois corpos distintos mas sem que se estabeleça uma relação de simetria entre os elementos que os caracterizam.

as janelas não dão nota dessas diferenças, são alinhadas piso a piso e de dois tipos: geminadas de verga recta nos últimos andares, largas e de verga curva nos primeiros. Como se abre uma passagem lateral para o logradouro, o edifício tem um alçado lateral que possibilita a continuidade e o remate da cimalha e cornija

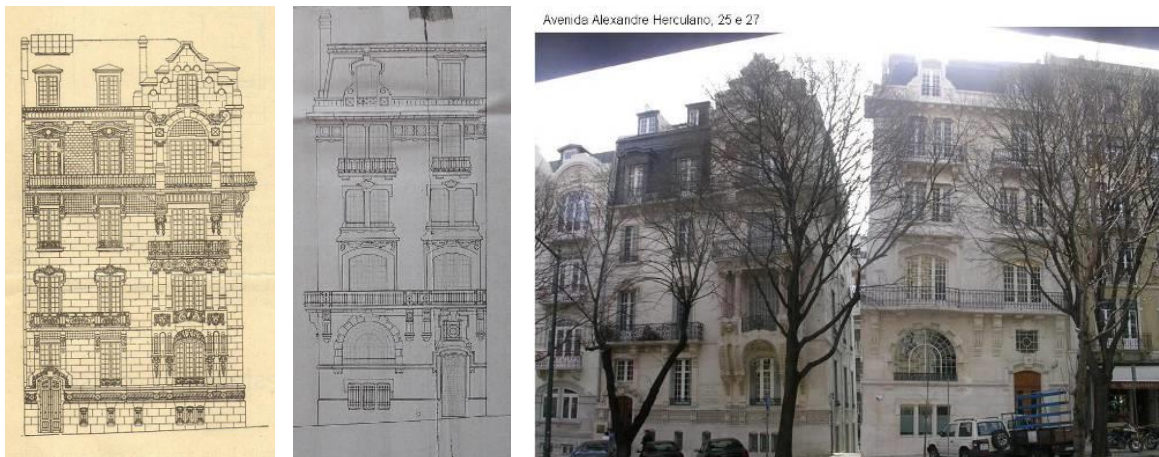


Imagem 167 – Fachada principal do prédio da R. Alexandre Herculano, 25

Imagem 168 - Fachada principal do prédio da R. Alexandre Herculano, 27

Imagem 169 – Fotografia (montagem) dos prédio da Alexandre Herculano, 25 e 27

O prédio projectado para Tomás Quartin na R. Alexandre Herculano, 25, é contíguo deste e foi construído um ano depois. Não se podem considerar formalmente independentes, na verdade parece ter sido encarada uma intenção de articulação entre os dois prédios de lotes vizinhos. Ambos possuem um alçado lateral onde partilham o espaço fronteiro. A composição de um parece completar-se no outro e vice-versa

Este prédio também funciona em *duplex* e a sala é marcada pelo volume saliente (1,10m) que forma uma *loggia*, balcão como designa o autor, no segundo andar. A fenestração é alinhada nos dois eixos mas diferente piso para piso.

A hipótese de dois edifícios contíguos funcionarem em conjunto não se reduz a este caso. De um modo mais literal, o mesmo acontece nos edifícios da R. Braamcamp (FICHA 07), desenhados por Artur Júlio Machado, idênticos entre si embora com proprietários diferentes.



Imagem 170 - R. Anselmo Braamcamp, 80-82 e 84-86

5.1.5.4. FACHADA POSTERIOR

A fachada posterior é, já se disse, claramente secundarizada em relação à fachada urbana. No entanto essa oposição manifesta-se em duas tendências, uma delas que terá maior continuidade nas décadas seguintes: a primeira delinea para o alçado posterior uma composição mais simples, mas mantendo elementos compositivos do mesmo tipo que utiliza para o alçado da frente. Apesar das diferenças conseguem-se reconhecer as características dos vãos nas suas dimensões, enquadramento, forma, etc.

É o caso dos prédios projectados por Ventura Terra na R. Alexandre Herculano, às quais nos referíamos atrás. No alçado posterior sobre a sala de jantar há uma *bay window* em pisos alternados e os outros vãos correspondentes à cozinha quarto e banho têm janelas singulares ou geminadas com marcação do lintel.



Imagem 171 - Fachada posterior
– R. Alexandre Herculano, 25 e 27

O prédio correspondente ao nº 25 da R. Alexandre Herculano tem ainda um jardim de inverno sobre o quarto na fachada posterior como forma de compensar a posição periférica do compartimento.

O mesmo acontece no prédio próximo do Largo do Rato, onde a fachada posterior oferece vãos de janela com um desenho de menor pormenor, mas de fisionomia idêntica aos expostos na fachada principal, e a sala de jantar abriga uma *bay window*.

Podemos ainda apreciar essa identidade entre fachada principal e posterior ainda que notoriamente distintas nos prédios da Av. da Liberdade e do Largo Jardim do Regedor.

Depois observa-se um caminho oposto traçado nos prédios da R. Braamcamp e Alexandre Herculano 23 (FICHA 10), o primeiro, já referido, é de Artur Júlio Machado, o segundo atribuído a Norte Júnior⁶⁹², autor que continuará a projectar até à década de 40, mantendo e acentuando o carácter simplificado de desenho do alçado posterior, que acabará por “contaminar” a fachada da frente.

Nos alçados posteriores destes prédios há uma uniformização do desenho através da interposição de uma varanda envidraçada entre as divisões do fogo e o logradouro, resultando numa grelha idêntica para todos os pisos sistema que se torna frequente nas décadas seguintes, com uma ou outra variação.

Os caracteres formais da fachada principal não estão aqui presentes e os materiais utilizados são também outros; sendo comumente utilizado o ferro tanto na estrutura deste espaço intermédio como nos elementos decorativos.



Imagem 172 - Alçado posterior do prédio da R. Alexandre Herculano 23 e Braamcamp, 84

Imagem 173 - Alçado posterior do prédio da R. Braamcamp, 84

Imagem 174 – Fotografia do Alçado posterior do prédio da R. Braamcamp, 84

⁶⁹² Quem assina o requerimento é o construtor Joaquim dos Santos Moreira

As fachadas de vários planos com saliências e reentrâncias decorativas em estuque e pedra e a utilização de elementos exteriorizados, são características da composição das fachadas que não têm expressão nas décadas seguintes, onde os elementos decorativos se tornam mais planos e alinhados com a superfície da fachada. Constitui exceção às fachadas deste tipo a reinvenção formal operada por Cassiano Branco nas suas obras até à década de 40, marcada pelo uso mais generalizado do betão armado como material de construção o que também modificaria a expressividade plástica dos alçados.

As soluções compositivas simplificam-se numa geometria linear mesmo que se utilizem esquemas semelhantes: a simetria axial e a distinção de três ordens horizontais permanecem como estratégias de composição do alçado.

A dicotomia entre alçado principal/posterior mantém-se mas com a crescente simplificação da fachada tardoz, tendência que já se prenunciava em alguns prédios da década anterior.

5.2 SÉRIE 1920-1940

As janelas que se reinventavam em novas formas e tipos nas duas primeiras décadas do século XX e que assumem a representação e projecção do espaço privado sobre e *para* o espaço público perdem importância face ao gradual esvaziamento simbólico e funcional dos espaços de recepção na casa.

Na realidade, embora muitas vezes se mantenham as designações funcionais dessas salas “debruçadas” sobre a rua – sala, saleta, salão, sala de fumo- são em menor número e em acentuada perda do significado que a burguesia lhes emprestara.

As janelas certamente funcionarão como elemento compositivo, mas sem outra estrutura, para além da lógica funcional, tornam-se simultaneamente mais dependentes da orgânica interna e menos da dinâmica própria da fachada.

Por outro lado os autores mais interessantes desta 2ª série irão tirar partido das potencialidades estruturais do betão armado pela possibilidade de permitir abrir maiores vãos, pelo que surgirão, em algumas obras os vãos contínuos, horizontal sobre a fachada.

Se no período eclético predomina o vão pontual e vertical acentuado por caracteres ornamentais/escultóricos, a janela horizontal, de tira, aparece na década de trinta, período de consolidação do emprego do betão armado. Seria contudo limitativo confinar o uso da janela horizontal ao emprego de um novo material. As capacidades técnicas só são efectivas/reais quando concretizadas, caso contrário não passam de possibilidades teóricas.

Não se ignora que o partido estético modernista se revê em Portugal na obra de alguns autores e, de algum modo, a preferência pela janela horizontal em repúdio pelo formato vertical representa simbolicamente essa ruptura entre “os modernos e os antigos” mais uma vez reiterada.

Nesta série de 20 anos observa-se um período de transição que instaura um breve período modernista em simultâneo com os últimos sinais de uma arquitectura finissecular.

Procurando caracterizar este período através dos casos de estudo cedo se percebeu que a constante analítica teria que ser mais flexível uma vez que não seria inteiramente possível separar as categorias da descrição arquitectónica do mesmo modo como se fez em relação à 1ª série.

REF.	ENDEREÇO	Nº OBRA	PROJECTISTA	DATA	REQUERENTE
13	Avenida da República, 49	3796	Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)	1923	Luiz Rau
14	Rua Alexandre Herculano, 43; Rua Rodrigo da Fonseca 25-29A	4562	Carlos Ramos (1897-1969)	1926	António José da Silva
15	Rua Alexandre Braga, 6-6D	45306	Luís Cristino da Silva (1896-1976)	1932	Construtora Amadeu Gaudêncio
16	Av. Defensores de Chaves, 14-14D	48246	Jacinto Robalo	1934	Manoel Ramos
17	Rua Fialho de Almeida, 4-4D	48961	Jacinto Robalo	1934	Joaquim Fernandes
18	Rua Rodrigo da Fonseca, 105	48479	??	1934	José Nascimento e José Costa
19	Avenida Casal Ribeiro, 26	49408	João Simões (1908-1995)	1935	Ricardo Covões
20	Rua Fialho de Almeida, 20	49163	Manuel Conceição Gomes	1935	Manuel Nunes Perna
21	Avenida da República, 88	49156	Cassiano Branco (1897-1970)	1935	Manuel Coimbra
22	Avenida da Alvares Cabral, 44	50194	Cassiano Branco (1897-1970)	1936	Augusto dos Santos
23	Avenida Alvares Cabral, 12-14	49931	Cassiano Branco (1897-1970)	1937	Maria Manuela Moldes
24	Avenida João XXI, 60	51186	Paulo Almeida Freitas	1937	José Gonçalves Almeida

Tabela 5 – Casos de estudo (1920-1940)

A década de vinte é representada nesta série pela obra de dois jovens arquitectos, Carlos Ramos (1897-1969) e Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), nascidos no mesmo ano mas que irão desenvolver percursos muito diversos.

Um dos primeiros⁶⁹³ projectos de Carlos Ramos em habitação plurifamiliar é na R. Rodrigo da Fonseca (1925-27) (FICHA 14) e enquadra-se, como outros projectos iniciais da sua autoria, na tradição *art déco*. Constitui, em conjunto com o prédio na Av. da República (FICHA 13) que Porfírio Pardal Monteiro projecta para Luiz Rau em 1920⁶⁹⁴, um anúncio das tendências arquitectónicas que se desenham para estas décadas

Não muito distante no tempo, mas inequivocamente de outra época, são as experiências de Cristino da Silva (1896-1976) em 1932 para a construtora

⁶⁹³ Projecta a agência Havas em 1921 e em 1922 desenha em colaboração com Cottineli Telmo e L.A. Cunha o pavilhão para a Exposição do Rio de Janeiro.

⁶⁹⁴ Este edifício ganha o prémio Valmor de 1923, data da sua conclusão.

Amadeu Gaudêncio na zona da Estefânia (FICHA 15) e de Cassiano Branco (1897-1970),⁶⁹⁵ na Av. Álvares Cabral. (FICHAS 22 e 23)

Esta cisão não é só do ponto de vista de desenho da fachada, mas igualmente na distribuição interna do fogo⁶⁹⁶, como na nomenclatura das divisões ou na expressão gráfica dos desenhos técnicos. Os materiais e sistemas construtivos reflectem essa mesma alteração, com a introdução do betão, ainda que hesitante num primeiro momento.

5.2.1. IMPLANTAÇÃO/LOTE

Mais uma vez pretendeu-se ancorar a maior parte dos casos de estudo a zonas de expansão da cidade ou a arruamentos recentes.

Um dos objectivos subjacentes à selecção das obras é que estas permitam estabelecer ligações entre as séries, cintadas por critérios cronológicos, à diversidade de soluções não necessariamente alinhadas com o espectro temporal convencional. Isto para reafirmar que esta periodização rígida é meramente um artifício que visa criar condições para a análise dos casos de estudo.

As Avenidas Novas continuam a ser na década de 20 um território privilegiado da nova construção lisboeta, seja porque a sua extensão ultrapassava as reais necessidades demográficas, seja porque, a política urbana do Estado Novo (1926) se pauta, até aos anos 50 por intervenções circunscritas no território da cidade com a definição de “bairros” tipologicamente padronizados.

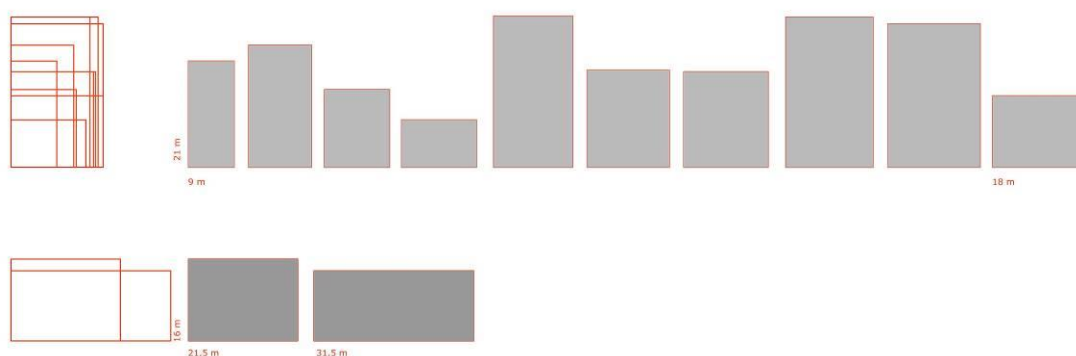
Foram escolhidas implantações enquadradas na malha urbana das Avenidas Novas: Av. da República, Av. Defensores de Chaves, Av. João XXI (prolongamento da Av. de Berna), Av. Casal Ribeiro, R. Alexandre Braga e R. Rodrigo da Fonseca e zonas adjacentes urbanizadas nos anos 30 como o troço entre a Av. António Augusto Aguiar (Alto do Parque) e a Praça de Espanha – R. Ressano Garcia, R. Fialho de Almeida e R. Ramalho Ortigão.

⁶⁹⁵ Entre 1924 e 1933 centra a sua actividade inicial no projecto de outras tipologias é só está particularmente activo nas encomendas de habitação a partir de 1933.

⁶⁹⁶ Há uma evolução no número de divisões que tende a ser menor assim como essa compressão se reflecte nas designações funcionais dos compartimentos, desaparecendo muitos aposentos com uma função social como a sala de bilhar ou de fumo. A própria expressão gráfica tende a simplificar-se uma vez que não só os pormenores decorativos são mais geométricos como a repetição standartizada de alguns elementos, como as portas e janelas minimiza o desenho dos mesmos.

Por outro localizaram-se edifícios noutras zonas da cidade intervencionadas com a abertura de novos arruamentos, caso da Av. Alvares Cabral que liga o Largo do Rato (então Praça do Brasil) ao Jardim da Estrela em 1910, onde se situam dois prédios de Cassiano Branco construídos na década de trinta.

Em relação às implantações há alguma constância em relação às situações anteriores; com lotes de maior profundidade do que largura, e com interposição de saguões ou passagens para assegurar a ventilação/iluminação de algumas divisões. No entanto nota-se alguma tendência para encurtar a profundidade da construção em relação ao período anterior e o R.G.C.U⁶⁹⁷ que entra em vigor a a partir de 1930 vai ainda obrigar a mínimos de profundidade para os logradouros de metade da altura do edifício ($1/3$ da altura do edifício em quarteirões parcialmente ocupados).



Esquema 2 - Implantações dos edifícios dos casos de estudo da 2ª série– em banda e de esquina.

5.2.2. NÚMERO DE PISOS E ACESSOS

O número de pisos é ainda, e até 1930, limitado pelo RSEU que determina a altura máxima dos prédios em relação à largura da rua - “A altura máxima de 20m (cinco andares) torna-se exclusiva das ruas de largura superior a 18 m; todavia, acima da cornija e no plano da parede da fachada, permite-se a construção de um andar recolhido.

⁶⁹⁷ Regulamento Geral da Construção Urbana

A partir de 1930 impõem-se que a altura máxima da fachada seja uma vez e meia (1,5) a largura da rua para uma altura máxima de 21 m (25 m em gavetos), disposição que contraria o regulamento anterior, mas que não altera substancialmente o perfil da construção em Lisboa, que em geral se mantém pelos cinco pisos. Contudo a proporção entre as dimensões da rua e a altura



Tabela 6 – Relação entre a altura dos edifícios e a largura da rua segundo o RSEU (1903) e o RGPU (1930)

dos edifícios que no RSEU se situava próxima dos 45° (prefigurando o quadrado) está, no RGPU, abaixo desse limite sobretudo nas ruas de menor largura.

A proporção do RSEU de aproximadamente 1:1 altera-se para 1:1.5 com excepções da imposição de um máximo de 21 m para a altura da fachada independentemente da largura da rua, mas é de novo reposta no RGEU (1951) que define a altura da edificação fixada a partir de um plano vertical perpendicular à fachada traçado a 45° a partir do alinhamento da edificação fronteira⁶⁹⁸.

⁶⁹⁸Artº 59 “A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45.º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior.” RGEU

O número de acessos ainda reflecte a dupla circulação da casa burguesa que só no final dos anos 60 se tornará menos presente. No entanto, embora se mantenham sinais de um uso burguês nos interiores domésticos, nos acessos e na organização funcional, introduzem e começam a impor-se outras vivências da casa que exigirão soluções diferentes.

Gradualmente a casa urbana de perfil “fachadista” dará lugar a uma maior informalidade de relações “imposta” pela redução dos compartimentos destinados à recepção. No entanto e variando evidentemente com o cliente, mantém-se firmemente a clara separação entre uma zona de serviços e a zona “familiar” e portanto da dupla circulação elaborada de modo mais ou menos complexo. As habitações de Lisboa continuam a prever o alojamento dos criados e a organização funcional dos fogos está refém deste “apartamento” de funções que tem como objectivo reduzir as zonas de atrito.

Deste modo é natural que se mantenham dois acessos verticais, um principal que se abre sobre a entrada do prédio e outro de serviço, discreta e sobre a fachada tardoz e da qual se acede directamente para a cozinha ou para um *hall* da zona de serviço.

5.2.3. ORGANIZAÇÃO DOS FOGOS

Dado que as relações entre as dimensões da frente e a profundidade se mantêm e as habitações ainda têm muitas divisões, o número de fogos por piso continua a ser de um a dois, geralmente em esquerdo/direito.

Em relação às soluções de circulação e, embora estejam condicionadas pela posição dos acessos, são ainda frequentes as circulações “enfilade” e o corredor está longe de se afirmar como dispositivo de circulação exclusivo.

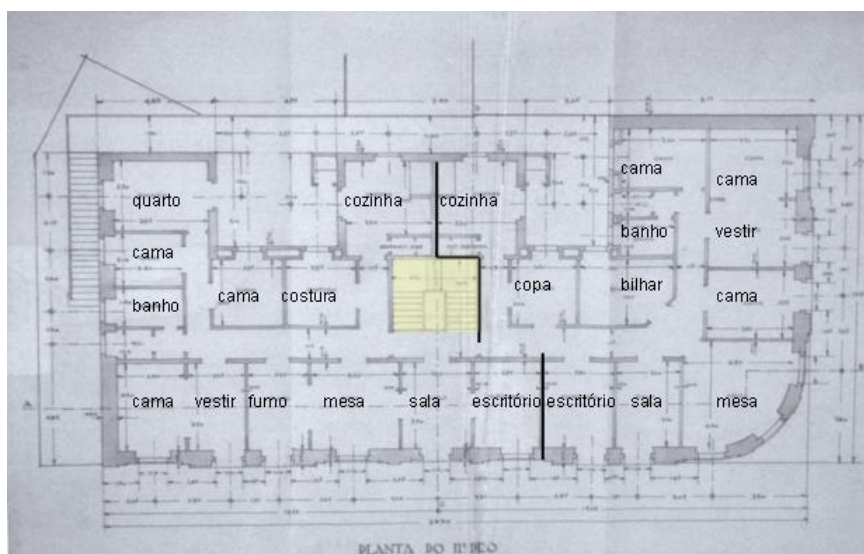
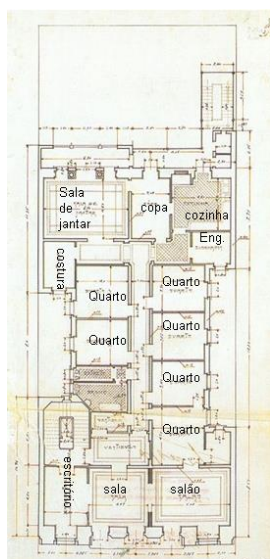
O promotor do segundo quartel do século XX, ao contrário do investidor das primeiras décadas do século, tem o imobiliário como uma das suas várias fontes de rendimento e tende a adequar as características do fogo às exigências daquele que considera ser o seu cliente-tipo. Assiste-se por isso a uma tentativa de **tipificação** da orgânica funcional do fogo e dos esquemas distributivos.

Alguns autores repetem esse esquema com pouco discernimento e o resultado é mais elucidativo sobre a consolidação de um determinado esquema e da sua repetição banal do que das pequenas alterações que foram tomando forma nestas décadas.

Consideraram-se os dois edifícios construídos na década de 20, um na R. Alexandre Herculano/Rodrigo da Fonseca (FICHA 14) de Carlos Ramos e outro na Av. da República (FICHA 13) de Pardal Monteiro como exemplos de uma arquitectura de transição que já anunciam, mantendo algumas características do período anterior, algumas mudanças que permitem classificá-los como objectos intermitentes

Imagem 175 – Planta do 1º andar do prédio da Av. República, 49

Imagem 176 - Planta do 1º andar do prédio da Av. Rodrigo Fonseca, 25-29



A sua distribuição espacial, conquanto tenham implantações muito diferentes, organiza-se segundo uma divisão tipológica que localiza as peças de recepção sobre a fachada principal e as de serviços a tardoz.

No 1º caso encontram-se 3 divisões designadas, sala salão e sala de jantar, embora esta última tenha um carácter mais recolhido; os quartos acolhem-se sobre a fachada lateral recuada em saguão para entrada de luz e o escritório e a sala de costura, em fachadas opostas localizam os espaços masculino e feminino, respectivamente, no interior do fogo.

Nos andares da R. Alexandre Herculano e porque se trata de um prédio de gaveto com uma frente extensa para a R. Rodrigo da Fonseca há vários compartimentos sobre as fachadas da frente inclusive os quartos (cama + vestir).

As peças de recepção constituem-se por quatro salas comunicantes: fumo, mesa, sala e escritório, que exprimem, pela sua designação a função que abrigam.

A sala de bilhar, como a de costura acolhem nos fogos as funções associadas ao género, diferenciação que se vai tornando pouco comum nesta década com excepção para o espaço do escritório.

As plantas seguintes (FICHAS 15 e 22) correspondem a projectos de Cristino da Silva e Cassiano Branco entre 1932 e 1936 e embora construídas com um intervalo de dez anos em relação aos primeiros exemplos constituem um quadro de relações quase oposto aquele que é assumido nos casos anteriores.

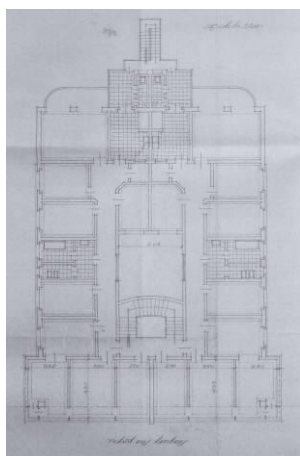
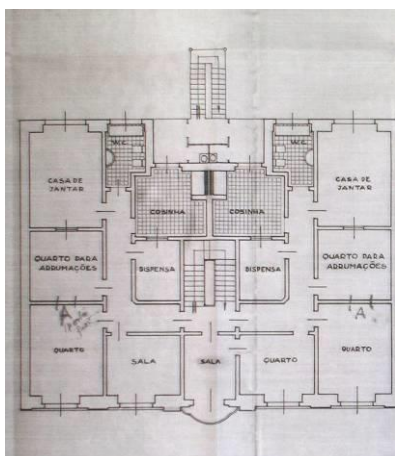


Imagem 177 – Excerto da planta do prédio da R. Alexandre Braga, 6

Imagem 178 – Planta do prédio da Av. Alvares Cabral, 44

Convém no entanto não esquecer aquilo que foi dito sobre os casos de estudo desta série: são os primeiros a referenciar de um modo sistemático a construção residencial no quadro das actividades de pendor especulativo⁶⁹⁹. Essa mudança, já notada, no perfil do promotor reverte igualmente para um outro perfil de uso da casa dirigido para um estrato social e económico previamente fixado.

Nas memórias descritivas que já têm uma argumentação eminentemente técnica, encontram-se menções à categoria dos fogos, por exemplo Augusto

⁶⁹⁹ Ver capítulo anterior

dos Santos, requerente do prédio da Av. Alvares Cabral (FICHA 22) exorta a CML a aprovar o projecto lamentando que o parecer prévio tenha considerado que as despensas poderiam ser utilizadas como quartos num prédio, escreve, de luxo e com áreas muito superiores às propostas no RGPU.

Por outro lado no prédio (FICHA 15) da construtora de Amadeu Gaudêncio (1890-1980), a memória descritiva refere que as habitações se destinam a “inquilinos de pouca família” justificando assim a pequena área dos fogos.

Ao contrário, os prédios da Av. da República e da R. Rodrigo da Fonseca/Alexandre Herculano são de proprietários de ocasião e não de promotores imobiliários. Mas apesar destas diferenças quando se comparam os fogos destinados a públicos idênticos as peças de recepção diminuem e são menos diversificadas funcionalmente: deixa-se de ter os salões e as saletas, as salas de fumo e as de bilhar, substituídas por duas designações funcionais mais abrangentes, a sala e o escritório. Esta mudança não é de superfície, não se limita a uma diferença terminológica mas encerra uma cisão de fundo entre o mundo burguês do início do século XX e os usos da casa da modernidade.

Em todo o caso mantém-se a polarização, já não tão acentuada contudo, entre as divisões da frente e as traseiras. Esbatendo-se as diferenças qualitativas entre as peças de recepção e as de serviço o desenho dos alçados reflectirá essa ordem interna.

A distribuição ensaiada no prédio da R. Alexandre Braga (FICHA 15) é das mais correntes nesta década: acesso central, duas a três divisões sobre a frente, uma divisão interior que comunica com as que lhe são adjacentes, e a tardoz a cozinha e a sala de jantar e, ao arrepio do articulado do RGPU, o novo regulamento de construção para Lisboa (RGPU, 1930) abre excepções em relação à iluminação/ventilação de divisões interiores desde que a sua função (e designação!) se limite aos compartimentos não habitáveis⁷⁰⁰.

Esta distribuição aparecerá, com alterações pouco significativas, em mais três casos de estudo desta série, configurando uma tipificação planimétrica ajustada às implantações tendencialmente quadradas.

⁷⁰⁰ Secção III, artº 119, nº 2 “Em cada habitação poderá ser dispensada a exigência, determinada neste artigo (*que os compartimentos das casas de habitação deverão ter pelo menos uma janela ou uma porta abrindo directamente para o exterior (...)*) para as despensas e para mais um compartimento apenas, não destinado a permanência diurna ou nocturna, desde que esse compartimento fique suficientemente iluminado com segunda luz pelas janelas ou portas dos compartimentos contíguos (...). RGPU, 1930, Typografia Nacional, p. 56

Nas implantações de maior profundidade há um maior número de divisões intermédias, geralmente quartos mas que são iluminadas/ventiladas por saguões ou por passagens nas fachadas laterais.

5.2.4. FACHADAS

A tendência apontada no fecho da 1ª série de uma simplificação do alçado posterior é aqui assumida com maior desenvoltura.

Encontram-se neste período três tendências: por um lado a solução de continuidade com a composição vertical tripartida do alçado e composição central; por outro começa a afirmar-se a composição horizontal do alçado – através da introdução de janelas de tira contínua, das paredes lisas com ênfase nas linhas horizontais e “motivos geométricos de feição abstracta”. A terceira corrente correspondente correspondente a “um primeiro Regionalismo, assente na citação literal de elementos retirados da tradição vernácula regional portuguesa e sua aplicação superficial, com elevada incorporação de trabalho artesanal”⁷⁰¹

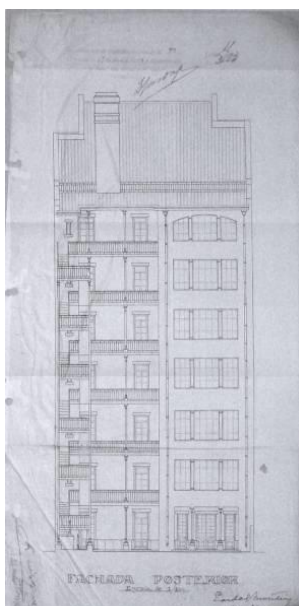
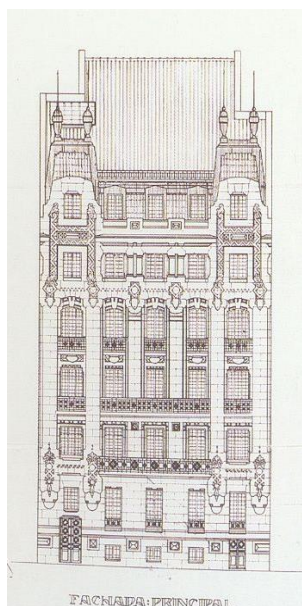


Imagem 179 – Alçado principal do prédio da Av. da República, 49

Imagem 180 - Alçado posterior do prédio da Av. da República, 49

Estas três correntes estão presentes nos exemplos seleccionados para esta série embora com fôlegos diferentes: enquanto o eclectismo sai lentamente de

⁷⁰¹ Ricardo Agarez - Património Arquitectónico: Habitação multifamiliar no século XX. (guia de inventário arquitectónico]. Igespar. Nov. 2010. p. 10. Documento em linha disponível em <http://www.igespar.pt/media/docs/2010/11/11/KIT02.pdf>

cena, vai-se afirmando o desenho modernista por vezes temperado de um regionalismo que, na nossa opinião, não é exactamente inaugural e se configura dentro da querela ideológica, que resiste à primeira República (1910), sobre a casa portuguesa⁷⁰² e a arquitectura “tradicionalista”⁷⁰³.

Colaborador de Ventura Terra⁷⁰⁴, arquitecto particularmente activo nas duas primeiras décadas do século XX e que falecia precocemente em 1919, Porfírio Pardal Monteiro é o autor do prédio para Luiz Rau na Av. da República. A composição arquitectónica do alçado principal desenvolve-se segundo uma divisão em três corpos: central e duas alas rematadas em torreões, acentuando a linha vertical.

Tal como os prédios descritos do período anterior apresenta um sistema de três planos: embasamento, elevação e coroamento, destacando-se os 3 pisos intermédios (centrais) no desenho/ornamentação e no interior através de um pé-direito mais folgado e com paredes de alvenaria mista.

Mas ao pensar que se está diante de um exemplar da arquitectura de feição ecléctica, breve se encontram sinais que abrem o objecto a outras soluções.

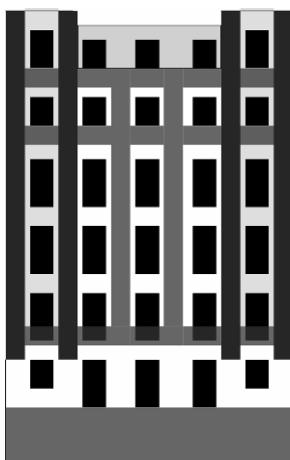


Imagem 182 fotografia – Av. da República, 49

Imagem 183 – Esquema compositivo Av. República, 49

⁷⁰². “A tentativa *graalesca* de identificação de uma arquitectura genuinamente portuguesa, lançada pelo aceso debate entre os partidários do manuelino e os defensores do românico, estes últimos com Joaquim de Vasconcelos à cabeça, extrapolaria de resto o âmbito da *história dos estilos (...)* Denunciando por um lado a filiação arqueológica e etnográfica dos estudos sobre a arte e a arquitectura portuguesas e, por outro, a fortíssima influência do pensamento teórico de Viollet-le-Duc em território nacional a transposição desse debate para o domínio da criação arquitectónica contemporânea alimentou, como se sabe, o vasto movimento a favor do *reaportuguesamento* da arquitectura e teve na questão da *casa portuguesa* o seu momento zenital” Joana Cunha Leal - A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho. P. 3-4 in Vinte e Um por Vinte Um. Revista da Escola Superior Artística do Porto – Arte e Identidade. – N. 2, pp. 73-85 [Consult. 21 Set. 2009] Disponível em http://unl-pt.academia.edu/JoanaCunhaLeal/Papers/102406/A_individualidade_de_Lisboa_e_o_tipo_de_casa_portuguesa_em_Julio_de_Castilho

⁷⁰³ Termo que é muitas vezes cunhado a projectos que apresentam elementos decorativos considerados tradicionais na arquitectura portuguesa.

⁷⁰⁴ “O jovem Porfírio fez, portanto o seu tirocinio com um dos arquitectos portugueses com maior produção e de maior projecção durante as primeiras décadas do século XX” João Vieira Caldas - P. Pardal Monteiro, p. 25

Os elementos que dividem a fachada, grossas pilastras com decoração plana avançam em relação ao pano de parede criando uma zona de sombra que uniformiza os vãos de janela, conquanto eles tenham ligeiras diferenças de piso para piso são, em forma e dimensão idênticos. Estas pilastras são lidas como elementos isolados que definem os limites dos corpos central e laterais e introduzindo uma escala colossal são muito importantes para a definição do alçado ensaiando, ao contrário dos exemplos ecléticos uma coesão através dos elementos estruturantes, sublinhando as características volumétricas gerais em oposição à unidade/individualidade formal dos elementos compositivos e decorativos.

Nos exemplos precedentes (série-00-20) há de facto um maior protagonismo das janelas/vãos como unidades formais, onde aqui funcionam como conjunto integrado na massa (muro de parede) apesar da descontinuidade do muro de parede, as saliências/reentrâncias deixam de ser pontuais para constituírem uma massa volumétrica que enforma/enquadra os elementos da fachada. Recorde-se que em 1929 Pardal Monteiro receberia outro prémio Valmor pela habitação unifamiliar na Av. 5 de Outubro mas cujo desenho se aproxima mais da decoração geometrizarante de influência *art déco* que marca muitas das suas obras iniciais.

Estas duas obras da década de 20 empregam uma alvenaria mista, embora na moradia seja também utilizado o betão armado em alguns elementos, todavia é em 1932 na casa que Porfírio Pardal Monteiro projecta para o seu pai, na Av. Marquês Sá da Bandeira 18-20, (1932-33) que é utilizada uma estrutura de betão armado num desenho decididamente modernista do qual se encontram traços na *Villa Gordin* (1929) de A. Perret (1874-1954) ou na *Maison Cohen* (1925) de H. Van de Velde.



Imagem 181 - Prédio na Av. Sá da Bandeira

Imagem 182 - *Villa Gordin*

Na transição da tradição ecléctica para a modernista de feição *Arte Déco* fixou-se o prédio construído em 1925 na R. Alexandre Herculano/R. Rodrigo da Fonseca (FICHA 14) projectado por Carlos Ramos, também um antigo colaborador de Ventura Terra. Este projecto é contemporâneo do prédio para escritórios da Agência Havas (1920-22) de “fachada plana com as pilastras

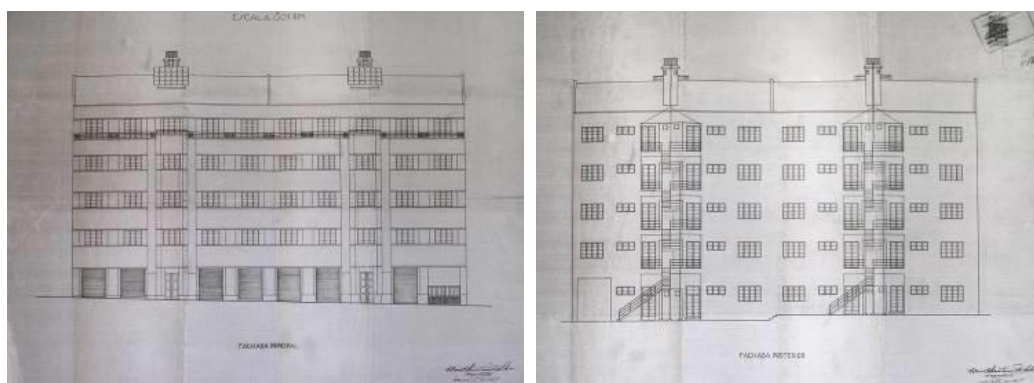
Imagem 183 - Rodrigo da Fonseca | Alexandre Herculano



verticais interrompendo vãos mais generosos”⁷⁰⁵ que Ramos desenha na R. do Ouro e do edifício da R. Garcia de Orta/R. S. Felix, “um prédio de rendimento, modesto mas bem desenhado”⁷⁰⁶

Na fachada principal, num exercício de composição típico dos edifícios de gaveto glosa o tema principal na esquina e no alçado da R. Rodrigo da Fonseca: um corpo de três janelas verticais de sacada e remate superior com friso decorado (com frontão na esquina) introduzindo a sintaxe *arte déco*.

As maiores alterações compositivas dão-se contudo só a partir dos anos 30, através das obras de Cristino da Silva, Cassiano Branco, Reis Camelo, Fernando Silva e Carlos Ramos, entre outros.



⁷⁰⁵ Portas, Nuno - A evolução da Arquitectura moderna em Portugal, p. 706 in Zevi, Bruno – História da Arquitectura Moderna, Editora Arcádia, Lisboa, 1973.

⁷⁰⁶ Portas, Nuno - A evolução da Arquitectura moderna em Portugal, p. 712 in Zevi, Bruno – História da Arquitectura Moderna, Editora Arcádia, Lisboa, 1973.

Imagem 184 - Alçado principal da R. Alexandre Braga, 6

Imagem 185 - Alçado posterior da R. Alexandre Braga, 6

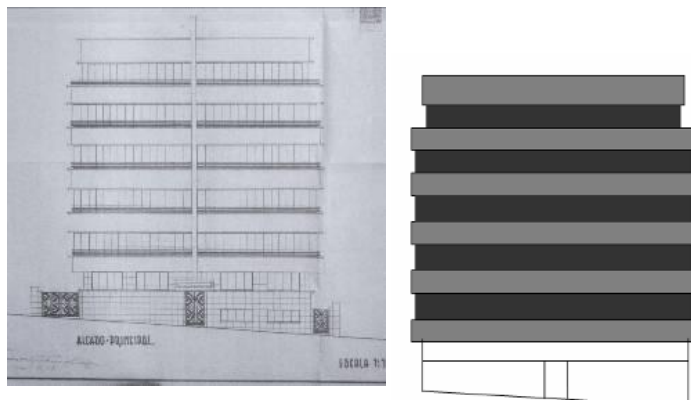


Imagem 186 - Alçado principal da Av. Álvares Cabral, 44

Imagem 187 – Esquema compositivo Alçado principal da Av. Álvares Cabral, 44

Com o edifício da R. Alexandre Braga encontramos a primeira referência directa, (nos casos de estudo) em memória descritiva assinada pelo construtor Amadeu Gaudêncio, da utilização de uma estrutura em betão armado com fundações e pilares em *beton*, num sistema porticado e em que se tira partido dos elementos estruturais (lintéis) para composição do alçado “todas as vergas dos vãos da fachada principal, serão constituídas por um lintel contínuo em ligação para as empenas” ⁷⁰⁷

É esse elemento horizontal contínuo que une os vãos de janela que se desenham mais largos do que altos, que marcam a linha horizontal divisória entre pisos. Este ritmo só é quebrado pelos corpos de varandas salientes que marcam verticalmente o alçado.

A forma das janelas é ainda rectangular mas transita de um formato “vertical”, em que a altura é maior do que a largura para o “horizontal” em que as proporções se invertem. Por outro lado deixando de existir uma diferença notória no pé-direito dos andares, (ainda que possam subsistir ligeiras diferenças) no exterior a fachada abandona a demarcação dos pisos nobres, que sustentava a composição tripartida do alçado.

No prédio que Cassiano Branco projecta em 1936 para a recém urbanizada Av. Álvares Cabral (FICHA 22), vai-se mais longe na ruptura com a definição clássica de parede e a fachada principal apresenta janelas contínuas com aros

⁷⁰⁷ Memória descritiva da obra

de ferro e vidro. Construído com paredes em alvenaria ordinária⁷⁰⁸ mas com lajes dos pavimentos e cobertura em cimento armado este projecto rompe com a janela tradicional.

O acento horizontal do alçado faz-se sobretudo através das janelas de tira (de altura < largura) ou com a redução da dimensão dos intervalos entre os vãos mas surgem igualmente outras soluções que expressam essa continuidade da linha horizontal.

Um dos mais interessantes aparece no prédio projectado por João Simões para a Av. Casal Ribeiro (FICHA 19) onde se prolonga o espaço das saletas com espaços

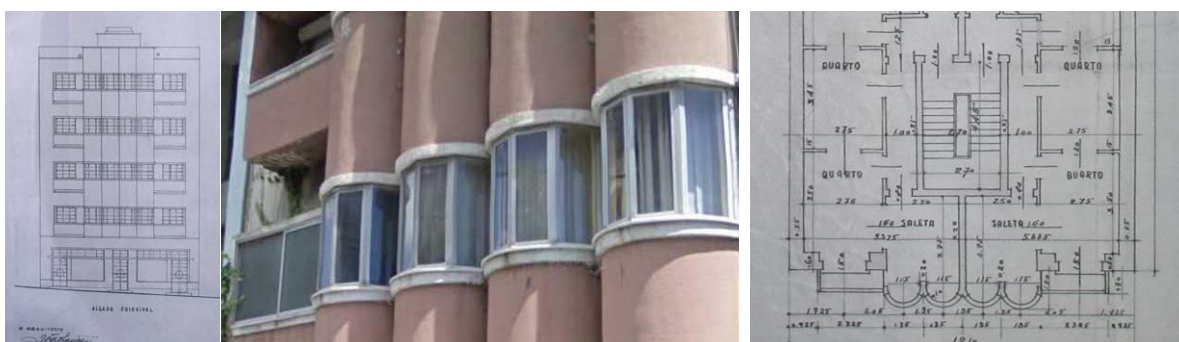


Imagem 188 - Alçado principal – Av. Casal Ribeiro, 26

Imagem 189 – Fotografia da fachada principal Av. Casal Ribeiro, 26

Imagem 190 – Excerto da planta Av. Casal Ribeiro, 26

semi-circulares com volumetria cilíndrica na fachada. São quatro cilindros intersectados a meio pelo pano de parede e vazados piso a piso por vãos de janela que “cortam” a afirmação vertical da estrutura tubular.

No nº 88 da Av. da República (FICHA 21), Cassiano Branco formulará outra composição com uma intenção expressiva ainda concentrada na marcação das linhas horizontais, através do vazamento da massa opaca, mas combinado com o jogo de sombra/luz proporcionada pelos recuos e saliências da superfície exigindo do muro um carácter plástico.

⁷⁰⁸ Executada por blocos de pedra irregular e por tijolos ou pedaços de tijolos ligados entre si por uma argamassa de cal e areia.

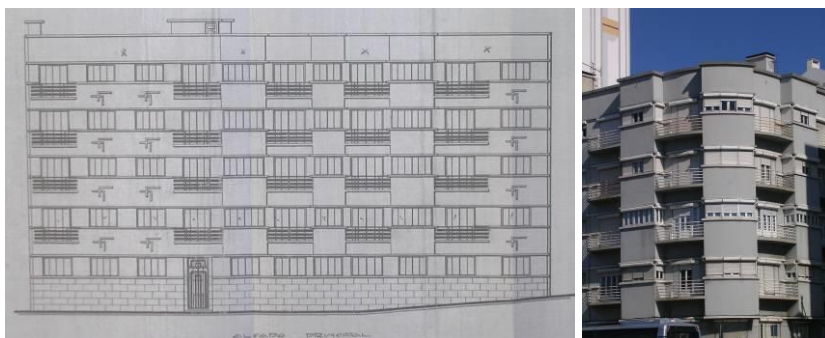


Imagem 191 – Alçado – Av. da República, 88

Imagem 192 - Fotografia – Av. da República, 88

5.2.5 ALÇADO POSTERIOR

Já referimos que a oposição entre os alçados da frente e posterior se mantém, mas que mercê da simplificação geométrica do alçado principal essa diferença acaba por se diluir. No entanto o carácter de “traseira” associado ao logradouro não se esbate e é mesmo acentuado com a mais frequente interposição de varandas envidraçadas/marqueses e escadas de serviço exteriores em ferro sobre o alçado posterior.

Em geral os alçados posteriores são não apenas secundarizados como padronizam uma segunda habitação dentro da habitação principal, remetida para as funções de serviços e para os serviços.

O esquematismo dos alçados posteriores é então bastante evidente, embora, sobretudo nas soluções de feição modernista se note uma tendência, que se prolongará para o período seguinte, de tratar as fachadas como um conjunto integrado numa volumetria e não como superfícies separadas e autónomas. Essa interpretação é particularmente clara no prédio da Av. Álvares Cabral de Cassiano Branco onde se percebe uma continuidade entre as fachadas da frente, lateral e tardo, onde as paredes não sofrem uma interrupção brusca no seu desenho antes ligando-se entre si num volume unicizado.

Esta nova forma de entender as fachadas rompe com a composição por partes e entronca na definição espacial da arquitectura ancorada ao conceito de *raum*⁷⁰⁹.

⁷⁰⁹ Espaço (conceito)– vide Alois riegel e schmarsow

«Les trois dimensions ne sont pas seulement le lieu de l'architecture, elles en sont aussi la matière, comme la pesanteur et l'équilibre. Le rapport qui les unit dans un édifice n'est jamais quelconque, il n'est pas fixe non plus. L'ordre des proportions intervient dans leur traitement, qui confère à la forme son originalité et modèle l'espace selon des convenances calculées. La lecture du plan, puis l'étude de l'élévation ne donnent qu'une idée fort imparfaite de ces relations. **Un édifice n'est pas une collection de surfaces, mais un ensemble de parties dont la longueur, la largeur et la profondeur s'accordent entre elles d'une certaine manière et constituent un solide inédit, comportant un volume interne et une masse extérieure.**» ⁷¹⁰

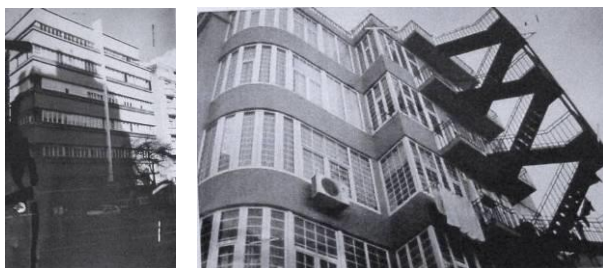
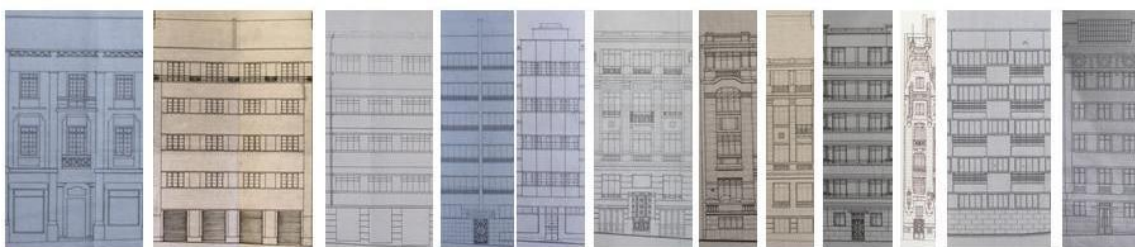


Imagem 193 - Fotografias da fachada da frente integrada no processo de obra

Imagem 194 - Fotografias da fachada posterior integrada no processo de obra

5.2.6. VÃOS DE JANELA



Como já foi referido ao longo da análise das obras desta série assiste-se à introdução de uma linguagem modernista que se afasta do eclectismo do início do século e permite a entrada de regionalismos, também de feição eclética, que informa alguns projectos destas décadas. No entanto observam-se caracteres dissonantes que inibem o uso da classificação de “modelo” para qualquer um dos casos de estudo e abre antes caminho para a instrumentalização da noção de sequência aberta.

É comum nos prédios de Cassiano Branco que a liberdade formal das fachadas se “oponha” à planimetria, obediente a uma orgânica funcional já em desuso -p. ex. com a circulação em *enfilade* ou a indiferenciação nas dimensões dos compartimentos.

⁷¹⁰ Focillon (1934) – *Vie des Formes*, pp. 24-25

Outros exemplos exteriores aos casos de estudo vêm confirmar que os tipos arquitectónicos articulam vários registos temporais materializados numa determinada forma e, muito raramente se configuram como “modelos”.

Onde se interpretam sinais da linguagem modernista logo se contradizem, sobretudo em planta, essas expectativas. Onde se encontram o uso extensivo do cimento armado como elemento estrutural muitas vezes se recorre a uma decoração de carácter ecléctico de estuque e cantaria.

Ao analisar os vãos de janela percebe-se que se constituem como elemento essencial para a compreensão da(s) ideia(s) de arquitectura subjacentes ao projecto. De algum modo as janelas são “objectos” que simultaneamente se podem definir como contentor e conteúdo, que contêm e que “formam” as relações entre volume interno e uma massa externa.

A partir deste conceito a importância das janelas para a leitura das contradições inerentes ao processo arquitectónico são óbvias, constituindo-se cada vez mais não como “buracos” na fachada mas a fachada como janela.

Já se referiu o papel das janelas como elementos de composição das fachadas e vale a pena reiterar que uma das alterações fundamentais ocorre na “substituição” dos vãos pontuais lidos como unidades formais autónomas dos edifícios eclécticos à utilização das janelas de tira (horizontais) – que diluem a noção de muro e retiram à janela o seu carácter “objectual”.

Ao analisar os alçados dos casos de estudo posicionam-se as janelas no seu conjunto, lidas como elementos de composição, mas percebe-se que elas também configuravam outras funções: a de vista, a de iluminação e a de ventilação eram cumpridas na janela vertical, muitas vezes de sacada ou tomando formas e tipos particulares para marcar compartimentos interiores ou topos urbanos. Da janela faziam parte integrante a decoração do aro exterior e interior, as cantarias de verga, a ombreira e o peitoril. Os tipos de janela como a *bow* ou *bay window*, e os elementos exteriorizados que avançavam sobre o vão como as *loggia* e jardins de inverno eram outros dispositivos que associados aos vãos marcavam a fachada e qualificavam o espaço interno. Em todo o caso as janelas colocavam-se como charneira entre o exterior e o interior e “interpretavam” essa relação entre o espaço privado e o público.

A estética da janela horizontal e corrida sobre o alçado embora derive de uma possibilidade técnica que retira às paredes exteriores a função resistente é essencialmente uma posição ideológica.

Em primeiro lugar a questão não da forma mas do “formato” : janela vertical/janela horizontal, em segundo a composição: janela pontual/janela corrida, que se estabeleceu como um dos dogmas formais da arquitectura moderna. Esta mudança envolve várias questões que foram analisadas no capítulo precedente.

Nesta série está-se em face do primeiro modernismo português, que se alinha com o movimento moderno europeu na adopção do betão armado como material de eleição, (com algumas contradições), na relação mais tensa entre muro e vão, chegando à desmaterialização da parede subsequente de um “novo” perfil relacional entre espaço privado e público.

A forma e dimensão dos vãos em relação à parede altera-se radicalmente. Se nos edifícios que se consideraram de transição essa mudança não é óbvia, a partir dos anos 30 alguns arquitectos como Cristino da Silva, Cassiano Branco, Reis Camelo, e mesmo Pardal Monteiro, usam janelas de peito de formato horizontal frequentemente agrupadas com um intervalo curto.

Nos projectos para habitação mas também noutras tipologias a composição com janelas de “tira” vulgariza-se a partir dos anos 30 e depois mais excepcionalmente nos anos 40/50 como é o caso do prémio Valmor de 1942 atribuído a Reis Camelo pelo prédio na R. da Imprensa ou o edifício da Sorel de Pardal Monteiro já nos anos 50 com uma composição idêntica de dois corpos contrastantes.



Imagem 195 - Veloso Reis Camelo, R. da Imprensa, Prémio Valmor de 1942

Imagem 196 – P. Pardal Monteiro, Edifício Sorel, R. Filipe Folque, 1953

Nos casos de estudo desta série são paradigmáticos os edifícios de Cristino da Silva de 1932, na R. Alexandre Braga (FICHA 15) (um ano depois do Liceu de Beja e sete do Capitólio) e de Cassiano Branco na Av. Alvares Cabral (FICHA 22) em 1934.

O primeiro funciona com uma estrutura de betão armado com lintel e peitoril saliente a unificarem a faixa das janelas, no segundo a diluição da parede vai mais longe através da continuidade do vão ao longo da fachada, apenas interrompido pelos caixilhos/prumos que dividem as janelas.

No projecto de Cassiano Branco a fachada desenha-se dividindo o protagonismo entre cheio/vazio numa equivalência entre muro e vão: “panos de parede até à altura dos peitoris, sendo a zona superior a estes preenchida para janelas contínuas com aros de ferro e vidro defendidas por gelosias”⁷¹¹



Imagem 197 – Fachada principal R. Alexandre Braga, 6;

Imagem 198 – Fachada principal Av. Alvares Cabral, 44

Imagem 199 – Fachada Principal Av. Alvares Cabral, 44

O vazamento dos cantos, na transição do plano entre os alçados principal e laterais aligeira o “peso” da fachada e confere-lhe profundidade.

Mas o que é importante reter é que a janela deixa de funcionar como elemento individual autónomo para se substituir/equivaler ao muro como superfície contínua de uma outra matéria, alternando os valores de opacidade da parede com os de transparência/reflexo do vidro. Perde o carácter de pontuação na fachada, de interrupção excepcional do muro para ganhar uma qualidade plástica sendo mais relevante a agregação das janelas na sua repetição

⁷¹¹ Memória descritiva do processo de obra 6436/DAG/PG/1936 assinada por Cassiano Branco

modular do que a variedade formal ou tipológica que caracterizava as janelas na arquitectura eclética.

A partir do momento em que se abandona a oposição entre muro e vão, a singularidade da janela deixa de depender do tipo e da forma e a decoração deixa de ser capital para a sua definição.

Embora não se possa afirmar que a decoração desapareça é verdade que neste período os elementos decorativos sofrem uma simplificação geométrica e volumétrica e são, na janela reduzidos à expressão do lintel, do peito ou das ombreiras de feição simples. O vão despojado do seu enquadramento acrescenta um valor decorativo à profundidade, aos valores de sombra/luz induzidos pelo recuo, alinhamento ou avanço da janela em relação ao pano de parede.

Já não é possível dissociar as janelas como conjunto da janela individual porque a superfície funciona como um todo moldável e que pode apresentar características diferentes de opacidade, transparência ou volumetria. Esta afirmação é naturalmente mais sentida na arquitectura moderna pois noutras filiações estilísticas não é tão clara.

Comparem-se alguns exemplos contidos nesta série com os da série precedente: Os prédios da Av República, 88 (FICHA 21) e Av. Álvares Cabral 44 (FICHA 22), foram projectados por Cassiano Branco em 1935 e 1936 respectivamente, mas pertencem, na obra do autor, a ensaios de diferentes características. O primeiro tornar-se-á modelo de muitos dos prédios de rendimento construídos em Lisboa na década de 30/40, o segundo será uma experiência relativamente isolada dentro do modernismo português mas que Cassiano Branco ainda há-de retomar com variações no prédio de 1937 da Av. dos Defensores de Chaves, 27 em que a continuidade dos vãos foi dinamizada pelos volumes reentrantes e salientes da fachada.

O tratamento da parede como forma plástica que pode ondular, tirando partido dos recuos e saliências que contribui para o dinamismo da fachada é apenas permitido pela introdução, na construção corrente, do betão armado mas que nos prédios de Cassiano nem sempre é totalmente assumida: se o imóvel da Av. Álvares Cabral funciona com uma estrutura de paredes de alvenaria com vigas e lages de betão armado, já o da Av. da República apenas emprega lage

de betão armado na cobertura, na cozinha e WC e nos terraços das varandas do alçado posterior.

A estrutura integral de betão armado é ainda relativamente rara nos prédios de habitação conquanto mais vulgarizada noutras tipologias.

Os vãos destes edifícios apresentam uma forma rectangular sobre a horizontal e são contínuos. A marcação das janelas é sublinhada pelo ressalto do peito e do lintel quer no prédio da Av. Álvares Cabral quer na Av. dos Defensores de Chaves. No prédio da Av. da República a continuidade das janelas não é tão evidente: os valores de claro/escuro da fachada induzidos pelas diferenças de profundidades da parede e a alternância entre janelas de peito e de sacada quebram essa continuidade onde simultaneamente se valorizam outros aspectos como o movimento da fachada e o contraste dos corpos verticais e das linhas horizontais.



Imagem 200 - 1. Av. da República, 88;

Imagem 201 - 2. Av. Defensores de Chaves, 27

Numa outra corrente os prédios da R. Fialho de Almeida (FICHAS 17 e 20) da R. Rodrigo da Fonseca (FICHA 18) e da Av. dos Defensores de Chaves (FICHA 16) tem em comum a opção por uma composição tripartida do alçado que alinha vãos, elementos decorativos e de estrutura simplificada.

Estas obras dos engenheiros Jacinto Robalo, Manuel Gomes e outro técnico não identificado (nº 44 CML) têm algumas semelhanças no esquema compositivo e na distribuição interna já que aproveitam do lote uma área quadrada para a edificação.



Imagem 202 - 3. R. Fialho de Almeida, 20;

Imagem 203 - R. Fialho de Almeida, 4;

Imagem 204. Av. dos Defensores de Chaves, 14;

Imagem 205. R. Rodrigo da Fonseca, 105

Os vãos, no seu conjunto, estão enquadrados numa composição de corpo central com duas alas (excepto no 1º caso onde a frente é curta) com janelas de peito, nembos reduzidos e marcados por grossas pilastras (que separam vãos). A decoração é simples, geometrizada e cingida aos intervalos entre pisos e as pilastras. As janelas são de peito, excepcionalmente de sacada a marcar o 1º e último andar que se encontra em geral recuado e acima da cimalha com balaustres. Este piso é rematado por uma faixa que emula o friso da arquitectura clássica dividido em métopa e triglifo aqui apenas referenciado com uma diferença de cor.

O prédio da R. Rodrigo da Fonseca (FICHA 18) embora utilize uma composição semelhante é ainda percorrido pela tradição pombalina dos vãos rectangulares e da regularidade nos intervalos entre vãos e nembos, mas marca com uma linha de ressalto contínua o peitoril e o lintel das janelas.

Estes exemplos atestam a diversidade de soluções neste período de alguma pujança do sector da construção civil e revelam o constraste que as experiências modernas de Cristino da Silva, Cassiano Branco e Carlos Ramos, entre outros, irão introduzir.

Já foi referido que não só a decoração é mais contida como mais concentrada e as janelas irão perder o seu enquadramento mais exuberante a favor de uma marcação simples das linhas horizontais, geralmente por ressalto do peitoril e do lintel.

No período anterior a decoração estava associada às janelas de tal modo que seria impossível definir a janela sem esse enquadramento: nas imagens seguintes (da série 1900-1920) observam-se os elementos decorativos numa quase simbiose com os vãos de janela: a primeira através do avanço de um balcão cujos suportes (cachorros) enquadram a janela inferior e define um volume que se destaca da fachada. No segundo caso, uma discreta moradia do mesmo autor (Ventura Terra) na R. Rosa Araújo são as persianas a protagonizar a sóbria decoração e, no terceiro exemplo uma *loggia* de formas curvas associa-se às janelas da esquina formando um conjunto inexpugnável.



Imagem 206 R. Alexandre Herculano, 25;

Imagem 207 . R. Rosa Araújo, 19;

Imagem 208. Av. Liberdade/R. Alexandre Herculano, 15

Embora o reforço em cantaria das vergas e peitoris não se limitasse a uma intenção estética pois ajudava a minimizar a fragilidade da interrupção do vão, os elementos exteriorizados (varandas, *loggias*, jardins de inverno) e a projecção das janelas em bow/bay window concentram grande parte do envolvimento decorativo da fachada “definindo” o seu estilo dentro da variedade permitida ao eclectismo.

5.2.7 VARANDAS E VARANDAS ENVIDRAÇADAS

A utilização de elementos exteriorizados para valorizar o vão e os espaços internos era pois, absolutamente essencial. Nesta série (20-40) é a varanda que protagoniza soluções de qualificação dos espaços internos e partido compositivo sendo rara a construção de outros elementos exteriorizados como *loggias* ou jardins de inverno bem como a projecção das janelas em bow/bay window. As varandas abertas no alçado da frente e fechadas no posterior são

os elementos que, integrando-se no espaço da fachada, redefinem a relação entre muro e vão.

Alguns prédios de Cassiano Branco que reflectem a sua influência formal como o caso do edifício na Av. João XXI (FICHA 24), utilizam no alçado da frente varandas “escavadas” no volume edificado configurando uma unidade entre a parede e os elementos em projecção.



Imagem 209 - Cortes de fachada da Av. República, 88 e R. Alexandre Braga, 6

Imagem 210 - Fotografia de prédio da Av. João XXI

Aliás é sobretudo através da obra de Cassiano Branco que a varanda se banaliza como elemento compositivo nos prédios de habitação plurifamiliar, já que esse recurso é pontualmente utilizado. Mesmo nos autores mais ligados à sintaxe moderna, (Cristino da Silva, Jorge Segurado, Carlos Ramos, Adelino Nunes) que ou seguem uma tradição “plana” no tratamento da parede, (como se nota em algumas obras de Ventura Terra a superfície da parede interrompida por vãos horizontais tendencialmente contínuos, ou nos exemplos em que se experimenta o jogo volumétrico, estes são em geral a composição de volumes “soltos” e sem a maleabilidade do muro que encontramos nas obras de Cassiano Branco.

5.3 SÉRIE 1940-1960

Esta série inicia-se com o evento da Exposição do Mundo Português (1940), e contém dois ciclos contrastantes: o primeiro, cujo fim foi marcado pela morte de Duarte Pacheco em 1943, e que fecha um período de encomenda do Estado liberto dos constrangimentos que se farão doravante sentir. O segundo

período, nos anos 50, coincide com as encomendas da CML para as novas áreas de expansão de Lisboa onde surgirão projectos de arquitectos como Jorge Segurado (1898-1990), Filipe Figueiredo, Faria da Costa (1906-1971), Formosinho Sanchez (1922-2004), Ruy Athouguia (1917-2006), Alberto Pessoa (1919-1985), Pires Martins (1914-2000), Joaquim Ferreira (1911-1966), -e que se traduzirão numa inevitável clivagem entre a arquitectura denominada “Português Suave” e as novas tendências reivindicadas no Congresso Nacional de Arquitectura de 1948.

REF.	ENDEREÇO	Nº OBRA	PROJECTISTA	DATA	REQUERENTE
25	Rua de São Marçal, 176	7425	Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)	1944-46	Joaquim Garcia
26	Praça das Águas Livres 8 A a 8 I e Rua Gorgel do Amaral, 1 e 1 A	17623	Nuno Teotónio Pereira (1922) e Bartolomeu Costa Cabral (1929)	1953-55	Companhia de Seguros Fidelidade
27	Avenida dos EUA, 92-92B e Avenida de Roma	27197	Filipe Nobre Figueiredo (1913-1990) e José de Almeida Segurado (1923-1987)	1954-56	CML (1953-4) Vendido em hasta pública a Manuel Furtado Cabeleira e outros em 1956
28	Avenida do Brasil, 112	34665	Jorge Segurado (1898-1990)	1958-64	Montepio Geral Associação de Socorros Mútuos
29	Avenida Elias Garcia 49-49C	33661	Artur Pires Martins (1922)	1959-60	Luiza de Albuquerque Corte Real
30	Avenida Frei Miguel Contreiras, 54-54E	35044	Ruy Jervis Athouguia (1917-2006) e Sebastião Formozinho Sanchez (1922-2004)	1960-1965	CML (1959-1965)

Tabela 7 Casos de estudo 1940-1965

O critério de escolha dos casos de estudo parte também da sua localização e neste caso foram privilegiadas implantações nas áreas da cidade que nos anos 50 conheciam um intensa urbanização e edificação promovida pelo plano da Av. Alferes Malheiro (Av. do Brasil). Por outro lado elegeram-se igualmente dois prédios na zona “consolidada” da cidade, R. de S. Marçal (FICHA 25) e Praça das Águas Livres (FICHA 26) nas imediações da Mãe de Água das Amoreiras. A localização não foi, nestes casos, o único factor a ter em conta, pesaram também as autorias: uma obra de Pardal Monteiro já no fim da sua carreira e outra de um arquitecto que se afirmava a partir dos anos 50 (formara-se em 1949), Teotónio Pereira através do paradigmático Bloco das Águas Livres.

Entre 1940 e 1960 podem-se definir dois períodos de urbanização ambos de iniciativa municipal que ancoram na tipologia da habitação colectiva. O primeiro é marcado pela urbanização do sítio de Alvalade (1945) com um plano de Faria da Costa, operação enquadrada por grandes eixos viários “o Campo Grande e a R. de Entrecampos, já edificados em toda a sua extensão limitam a área de intervenção a poente. A Av. Alferes Malheiro marcará a intervenção a norte. A via-férrea de cintura e o prolongamento da Av. Almirante Reis constituirão respectivamente as extremas sul e nascente do novo plano.”⁷¹²

Na sequência deste plano surgem os edifícios das “Estacas” (1949-1955), o conjunto de 20 blocos perpendiculares à Av. D. Rodrigo da Cunha (1948) e os blocos que conformam o cruzamento da Av. de Roma com a Av. dos EUA. (FICHA 27)

O segundo momento agrega as experiências de Olivais Norte (1955-58), e Sul (1960-61) e que por serem empreendimentos em larga escala se irão constituir como “um verdadeiro laboratório de experiências tipológicas e urbanísticas (...)”⁷¹³

A partir dos anos 60 assiste-se a uma progressiva terciarização das Avenidas Novas exigindo um reparcelamento dos lotes, esse factor associado à introdução de um novo conceito de habitação colectiva com a construção de novas tipologias agregativas em “blocos” e “torres” rompe com as dimensões mais comuns para o lote urbano e com a escala de intervenção na cidade.

“Os anos 60 marcam o início da ruptura e de uma crescente “modernização” apoiada numa matriz industrial: o território transforma-se com os grandes empreendimentos turísticos, a cidade internacionaliza-se com grandes edifícios de serviços e a escala de intervenção altera-se.”⁷¹⁴

5.3.1 IMPLANTAÇÃO/LOTE

Pelo que se infere do que atrás foi dito as implantações irão surgir em zonas distintas: as novas zonas de expansão permitirão a construção de conjuntos habitacionais, caso dos blocos da Av. do Brasil (FICHA 28), com uma implantação transversal à avenida e dos quatro edifícios que formam o

⁷¹² Margarida Souza Lobo – Planos de urbanização. A época de Duarte Pacheco., p.161

⁷¹³ Ana Tostões– Os Verdes Anos, FAUP, p. 76

⁷¹⁴ ibidem

cruzamento da Av. de Roma com a Av. dos E.U.A. (FICHA 27) com uma implantação numa linha N-S “para melhor insolação”⁷¹⁵.

Inicia-se neste período a construção de edifícios de habitação plurifamiliar isolados e perpendiculares ao alinhamento da rua rompendo com a polaridade entre as fachadas urbana e tardo e estabelecendo outros critérios que justificavam a posição dos compartimentos no fogo em relação às fachadas: a orientação solar, os ventos e a vista sobressaem na organização do fogo, pelo que a implantação do edifício se deduz da disposição considerada mais adequada à posição interna das divisões.

A profundidade dos edifícios diminuiu e a frente aumentou pelo que a necessidade de interpor pátios e saguões desaparece mesmo nos edifícios construídos em lote de quarteirão. O RGEU deixa de fazer menção a estes dispositivos e no artigo 71⁰⁷¹⁶ determina mesmo que à excepção de alguns compartimentos (vestíbulos, despensas, corredores) deve existir sempre iluminação e ventilação por vãos nas paredes em comunicação directa com o exterior.



Esquema 3 - Implantações dos edifícios dos casos de estudo da 3ª série– em banda e de esquina.

5.3.2 NÚMERO DE PISOS E ACESSOS

Mediante a introdução do RGEU em 1951 as alturas dos edifícios passam a depender não da largura das ruas mas da altura dos edifícios que lhe são fronteiros. Embora a legislação relativa aos planos de urbanização em 1944

⁷¹⁵ **Memoria descritiva**

⁷¹⁶ A actualização pelo DL 650/75 dá-lhe uma nova redacção: “Os compartimentos das habitações referidos no n.º 1 do artigo 66.º serão sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação directa com o exterior e cuja área total não será inferior a um décimo da área do compartimento com o mínimo de 1,08 m² medidos no tecto”

(DL nº 33921 de 5 de Setembro) e a divisão em zonas pelo PDRL (plano Director da Região de Lisboa) em 1959 estabelecem regras específicas para cada zona da cidade e façam depender das directrizes do ante-plano aprovado. Se de um modo geral a altura se arbitra pela relação com as construções existentes os edifícios estudados na Av do Brasil (FICHA 28), Av. dos EUA (FICHA 27) e Praça das Águas Livres (FICHA 26) não tendo edificações próximas puderam adequar o número de pisos às intenções do promotor com algumas condicionantes⁷¹⁷. Já nos edifícios da Av. Elias Garcia (FICHA 29) e da R. de S. Marçal (FICHA 25) há uma conformação pelas cérceas do quarteirão.

Os blocos de habitação com grande desenvolvimento de fachada, tornar-se-ão mais comuns pelo que os acessos serão necessariamente diversos. Mas mesmo nas habitações de dimensões mais modestas, e embora se mantenham entradas independentes para o fogo, os acessos verticais deixam de se dividir em principal e de serviço.

No edifício da R. de S. Marçal construído nos anos 40, ainda há dois acessos, o principal e, adjacente a este, mas no exterior, uma escada de serviço. Mas este é um caso de excepção. O prédio na Av. Elias Garcia tem apenas uma caixa de escadas que articula duas entradas para a habitação e situação idêntica se verifica nos prédios da Av. do Brasil, Av. dos EUA e Av. Frei Miguel Contreiras.

Já no Bloco das Águas Livres, pela sua extensão, procurará desenvolver um sistema de circulação principal e outro de serviço. O primeiro compreende os 4 elevadores que servem, cada, um par de fogos por andar. O sistema secundário é constituído pela galeria aberta situada a poente e completa-se com a torre de ascensores a norte e as escadas de emergência.

É portanto o edificio que apresenta uma maior complexidade num sistema de acessos que, em geral tendem a manter a dupla circulação no interior do fogo mas a reduzir o número de acessos verticais.

⁷¹⁷ Impostas p. ex. pelo tráfego aéreo (Av. do Brasil) e pelos regulamentos camarários de 1955 e 1962....

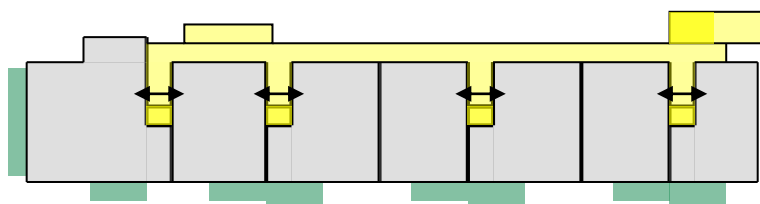
5.3.3 ORGANIZAÇÃO DOS FOGOS

O aumento do número de fogos por piso será uma consequência imediata das tipologias em banda/bloco que ampliam a área de implantação do piso possibilitando a organização de vários fogos no mesmo plano.

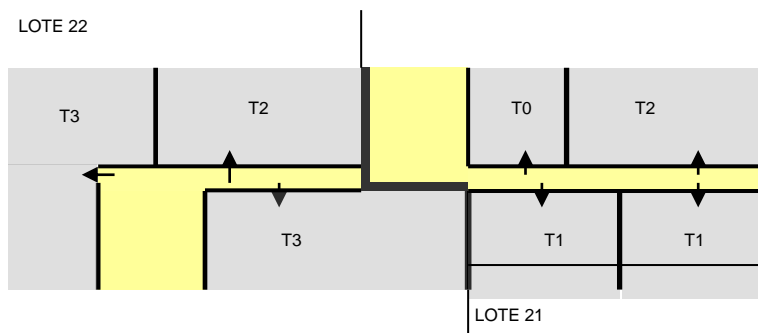
Nos casos de estudo analisados e como já foi referido há uma maior diversidade da tipologia dos fogos. A organização de vários fogos no mesmo piso permitirá diferentes dimensões e formas de organização, como o *duplex* que no início do século se referenciava a situações de excepção (vejam-se as habitações na R. Alexandre Herculano de Ventura Terra para Thomas Quartin (FICHA 08) e para Silvestre de Almeida (FICHA 09) destinadas a distribuir os andares por membros da mesma família). O bloco das Amoreiras (Águas Livres) divide-se em fogos de várias dimensões no mesmo piso e na Av. Elias Garcia, opta-se por um fogo por piso mas com um número de divisões e áreas muito inferiores às que em regra lhes antecederam.

Em suma, não apenas se diversificaram as tipologias do fogo, como, em geral, se diminuíram os compartimentos destinados à sociabilidade e ao “serviço” e todos os dispositivos a este associados.

No entanto verificamos que apenas o Bloco das Águas Livres e o conjunto da Av. dos EUA abandonam o duplo acesso ao fogo e tentam uma integração da área de serviços na habitação. Os outros exemplos continuam a autonomizar e isolar a zona de serviços da casa mantendo não só o duplo acesso (a partir do patamar da escadas) como a circulação interna independente.



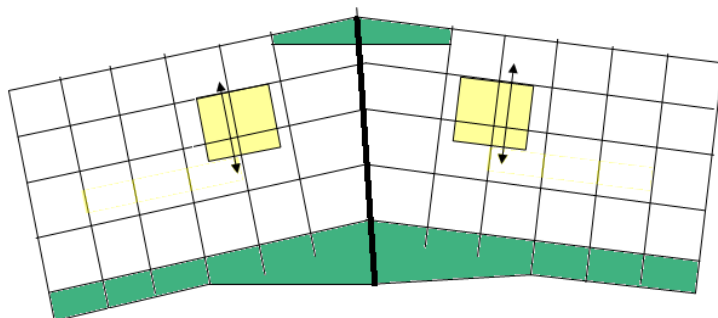
Esquema 4 – planta do Bloco das Águas Livres



Esquema 5 – Planta do edifício no cruzamento da Av. dos EUA/Av. de Roma

A divisão do piso em dois fogos simétricos ao eixo central, típica nos anos 30/40, encontra nesta série outras soluções, como no edifício da Av. Frei Miguel Contreiras quando em simultâneo outras formas de agregação se ensaiam.

Esquema 6 – Planta do edifício na Av. Frei Miguel Contreiras



Mantendo-se ainda assim uma divisão do fogo entre zona íntima, de serviços e social, esta última quase sempre posicionada para a frente de rua, com excepção dos prédios que pela sua implantação, recusam essa dicotomia, explicitando antes critérios de orientação solar e ventilação para o posicionamento das divisões. Tal é o caso do conjunto de edifícios⁷¹⁸ que Jorge Segurado⁷¹⁹ desenha transversalmente à Av. do Brasil e do Bloco das Águas Livres. O primeiro posiciona a poente as divisões de estar e quartos, para nascente a zona de serviços e sala de jantar, no segundo caso, a sala e um

⁷¹⁸ EM 1920 na Alemanha e alguns anos mais cedo na Holanda crescem as preocupações com a quantidade de sol que cada casa deve receber e que levaram à redacção de legislação rígida destinada à habitação social de acordo com os princípios da ZEILEBAU (edifícios em linha) que se constituíam como blocos idênticos alinhados por linhas paralelas para uma máxima implantação solar. Os blocos eram geralmente alinhados N-S para que as janelas ficassem a E-O.

⁷¹⁹ É muito provável que Jorge Segurado conhecesse estas experiências do norte da Europa, não só de modo indirecto (revistas) como directamente quando foi à Alemanha em 1931.

quarto a nascente e a cozinha e outro quarto a poente com uma intencional eliminação das “zonas mortas ou de carácter sumptuoso (casa de jantar, sala de visitas) atendendo sobretudo à comodidade do viver quotidiano”⁷²⁰

No edifício da Av. Elias Garcia observa-se uma compressão da área de habitação que no entanto é compensada pelo prolongamento através de varandas abertas e envidraçadas adicionadas ao volume da edificação. Sobre a fachada da avenida posiciona-se a sala com uma varanda envidraçada em contínuo e, sobre o pano de parede mais recuado situa-se a zona de serviços que se mantém relativamente autonomizada em relação à casa.

Nos edifícios da Av. dos EUA com sete fogos por piso de tipologias diversas as orientações fazem-se no sentido nascente-poente. Com as casas de banho interiores a periferia do edifício pode ser preenchida com as divisões principais.

5.3.4 FACHADAS

Embora diferentes expressões e linguagens se ensaiem no início do século é o movimento moderno e a sua figura tutelar, Le Corbusier, que se impõe entre as correntes racionalistas. Com a publicação dos “Cinq points d’une architecture nouvelle”⁷²¹ (1926) foram cristalizados os princípios da arquitectura moderna. Desenha-se outra relação do edifício com o meio; ao *piano rustico, nobile e corona aedifici* sucedem a **construção sobre pilotis, le plant libre, la façade libre, la fenêtré bandeau e le toit-terrasse**.⁷²²

Na medida em que a **planta livre** se institui interdependente do sistema estrutural, a fachada livre e a janela “corrida” fazem parte desse sistema integral codificado. A planta livre requer que tanto as janelas como as portas (vãos) possam ser colocados onde são necessárias pressupondo uma **“separação entre os elementos estruturais e os definidores dos espaço”** ⁷²³

As experiências da arquitectura moderna protagonizadas pelos seus principais obreiros não tiveram apenas uma repercussão local e temporalmente

⁷²⁰ Da memória descritiva : processo 36094/DAG/PG/1963

⁷²¹ Le Corbusier e Pierre Jeanneret, 1927

⁷²² **Norberg schulz**

⁷²³ Idem

delimitada, mas surgiram metamorfoseadas, na Europa como na América, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) por uma geração de arquitectos que banaliza mas simultaneamente reinventa a sintaxe modernista.

“Existem algumas características fundamentais que foram, para além de qualquer dúvida, criadas ou apropriadas pelo movimento moderno e cuja génese remonta às primeiras décadas do século XX, mas cujos frutos mais consistentes aparecem mais tarde, dos dois lados do Atlântico muito a propósito da reconstrução e desenvolvimento do pós-guerra”⁷²⁴

As experiências e os textos panfletários da arquitectura moderna europeia das primeiras décadas do século XX e a influência por via dos periódicos⁷²⁵, da arquitectura brasileira dos anos 50, de Lúcio Costa (1902-1998) Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) ou Oscar Niemeyer (1907-) compõem o quadro de referências dos arquitectos portugueses neste período e balizam algumas intervenções que se analisam nos casos de estudo.

Em simultâneo outra tendência se desenha. Referimo-nos ao “segundo regionalismo correspondente ao endurecimento de uma visão nacionalista sobre o papel cultural da arquitectura e sua extensão ao campo da habitação multifamiliar em contexto urbano – evocação sistemática da imagem arquetípica da casa, volume elementar simétrico com cobertura telhada de quatro águas e vãos bem marcados sobre eixos reconhecíveis, únicas aberturas em sólidos massivos (...)”

Entre os casos de estudo seleccionados focamo-nos naquelas intervenções claramente influenciadas pelos princípios e léxico modernos, por se entender que a corrente “regionalista” embora coexista nas áreas de expansão da cidade sobretudo no núcleo Alvalade/Areeiro traduz uma continuidade anacrónica que não traz alterações notórias no que diz respeito às janelas ou à relação entre o muro e o vão.

Nesta perspectiva as implantações que se observam para os casos de estudo são em boa parte devedoras deste esforço de “monumentalização” “objectualização” da habitação urbana, implantando-a isoladamente mediante a melhor orientação solar e afastamento em relação às vias de circulação automóvel.

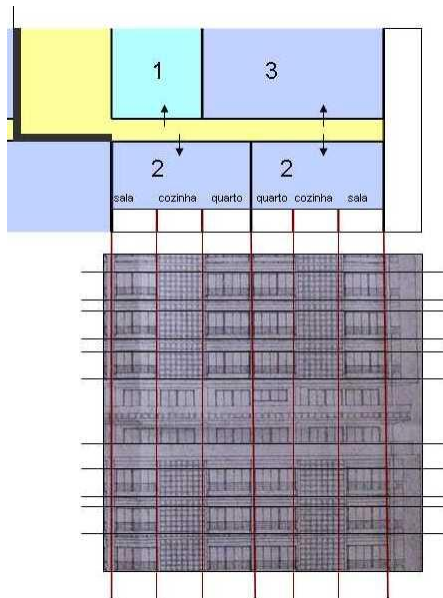
⁷²⁴ Ricardo Agarez – O Moderno revisitado - Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950, p. 83

⁷²⁵ Binário (1958-1976) e Arquitectura (1957-1974)

Assim sendo as fachadas afastam-se de uma designação valorativa de “principal” e “traseira” remetendo-se para uma designação funcional que evoca os pontos cardeais: sul, norte, poente e nascente.

José Segurado no conjunto da Av. do Brasil como Filipe Figueiredo e Jorge Segurado no cruzamento da Av. dos EUA ou Teotónio Pereira no Bloco das Águas Livres utilizam essa terminologia abstracta. Primeiro, porque de facto há uma certa indiferenciação no desenho das fachadas, (ausência de dualidade) depois porque a “entrada principal” usualmente marcada no edifício torna-se um momento arquitectónico discreto e por último, não indiferente à própria implantação escolhida, fora da unidade que o quarteirão lhe conferia, a dicotomia entre fachada da rua/frente urbana e fachada do logradouro perde sentido. Claro que a distinção entre os compartimentos no interior é válida, já não segundo o critério frente/tardoz, mas a um nível funcional escolhendo as orientações mais favoráveis a determinadas actividades da casa, o que significou, quase sempre uma preferência pela orientação nascente/poente, podendo considerá-las como as fachadas “activas” uma vez que o sentido norte/sul conforma apenas os topos (empenas) dos edifícios). Embora na Av. dos EUA estes topos N-S também estejam preenchidos com varandas tal como os restantes alçados.

Estes prédios apresentam outras características em comum, mas enquanto as fachadas nascente e poente nas construções da Av. do Brasil e Bloco das Águas Livres apresentam algumas diferenças em função dos compartimentos internos. No conjunto da Av. dos EUA, as fachadas são idênticas, também derivado da sua organização interna que contém vários fogos por piso: todas as divisões têm uma varanda incorporada no volume e a da cozinha é fechada com uma grelha.



Esquema 7 – Planta e Alçado do edifício do cruzamento da Av. dos EUA/Av. de Roma

A utilização da grelha para proteger varandas ou galerias, como no caso do Bloco das Águas livres ou a caixa de escadas como no prédio projectado por Jorge Segurado, é um recurso muito comum a partir dos anos 50 e poderá ter surgido a partir da influência da arquitectura brasileira moderna onde a “busca de uma brasilidade é percebida pela utilização de elementos e materiais da arquitectura tradicional brasileira, aplicados dentro de uma linguagem moderna”⁷²⁶

As varandas, levadas pelos portugueses para o Brasil (eventualmente por via oriental) são elementos característicos que podem aparecer abertos sobre a fachada ou integrados na volumetria (entalados na designação brasileira) mas que também ao nível do preenchimento fazem alusão aos muxarabiês de origem moura com o seu fechamento em cerâmica vazada”⁷²⁷.

Mas também não deve ser posto de lado o conhecimento que o levantamento da arquitectura popular⁷²⁸ em Portugal, trabalho coordenado por Keil do Amaral e realizado por várias equipas entre 1955-1960. Publicado em 1961 ofereceu um panorama sobre a arquitectura vernacular portuguesa e a influência que esta exerceu nas soluções modernas.

⁷²⁶ Helena Brandão e Ângela Martins - Varandas nas moradias brasileiras: do período de colonização a meados, p. 18 in Revista Tempo de Conquista [em linha] RTC nº 1, Março 2007 [consult. 22.09.2010] disponível em http://www.revista.tempoconquista.nom.br/attachments/File/HELENA_LAC_.pdf

⁷²⁷ Idem, p. 19

⁷²⁸ Sindicato Nacional dos Arquitectos . (Ed.). - Arquitectura Popular em Portugal. SNA, Lisboa, 1961. 2 vols.

A introdução de varandas quer projectadas, quer integradas na estrutura bem como os filtros, em grelha contínua, criam alguma variação nas fachadas das habitações plurifamiliares, uma vez que nas janelas se reduzem as diferenças, uniformizando o seu desenho, formato e dimensão independentemente da divisão que servem.

Assim sendo as diferenças qualitativas recaem sobre os elementos exteriorizados e nas formas de fechamento que são também uma forma de decoração da fachada.



Imagem 211 – Prédio da Av. do Brasil,

Imagem 212 – Prédio da Av. EUA-Roma

Imagem 213 – Galeria Interior – Bloco das Águas Livres

Por outro lado a composição tripartida do alçado (sobretudo o principal) é substituída por novas formas de articulação entre o edifício e o meio. Entre o solo/terreno e a construção define-se um espaço intermédio, que destaca o edifício do solo. A elevação através de pilares foi a solução adoptada em alguns casos como no Bairro das Estacas. Mas o modo como se formalizou esse destaque teve várias soluções: nos prédios da Av. do Brasil, como nos conjuntos da Av. dos EUA e Av. Frei Miguel Contreiras, um espaço pontuado pelos pilares/suportes verticais vazado de modo a permitir a passagem (para o logradouro) mas parcialmente fechado na zona dos acessos ou preenchido por lojas. No Bloco das Águas Livres optou-se por se construir um pódio, com um desnível vencido através de uma rampa, e que se destina às entradas, acessos, garagens e lojas, lavandaria e serviços do imóvel.

Este “elevar” do piso térreo tem como consequência a desmaterialização do *piano rústico*. Libertando o edifício do solo, o sistema de relações no qual se apoiava a tripartição exige uma outra articulação. O coroamento toma então

uma expressão em que se procura uma maior continuidade que inclui a possibilidade de “habitar” neste espaço de fronteira. No edifício das Águas Livres o andar recuado é destinado a *ateliers* para artistas plásticos; na Av. do Brasil é usado como espaço de serviços de lavagem e secagem de roupas; e no edifício da Av. dos E.U.A. destina-se também a *ateliers*. Os pisos intermédios (e o *piano nobile* que na habitação plurifamiliar já tinha sofrido grandes metamorfoses, mantendo-se por vezes como mera figura compositiva), são todos iguais, mesma fenestração, pé-direito, e organizados pela própria modulação da estrutura

Enquanto os remates, articulações verticais do edifício com o terreno/céu tendem a uma eterização, nos pisos intermédios assiste-se igualmente à tentativa de desmaterializar o plano, quer através da fenestração contínua (ou apenas interrompidas pelos suportes), quer revelando a *descontinuidade* da parede, usando-a não como *superfície* mas trabalhando o seu carácter *espacial* com varandas e formas de fechamento/filtros diversos, materiais reflectores, texturas diversas, envidraçados, etc

A relação convencional entre muro e vão é alargada, as janelas têm um desenho rigoroso, e diversificam-se sobretudo no modo como se “abrem” para o espaço e integram sistemas de protecção (estores, palas, varandas projectadas) que procuram minimizar os efeitos (excesso de insolação) das grandes superfícies envidraçadas

Quanto aos edifícios incluídos na trama urbana, na Av. Elias Garcia, R. de S. Marçal e Av. Frei Miguel Contreiras, deparamos com soluções diferentes que revelam as sensibilidades dos autores face ao contexto particular em que trabalham.

O edifício de Artur Pires Martins (FICHA 29) obedecendo a um lote com características particulares, estreito e profundo, tem duas fachadas limitadas pela lógica do quarteirão, mas o seu desenho cria na fachada principal (ainda é assim designada embora quase dez anos mais tarde, numa encomenda para os Olivais Sul, Pires Martins adopte a referência aos pontos cardeais) duas composições distintas, uma frente envidraçada para a sala, e, num pano de parede mais recuado, pontuam pequenas janelas correspondentes à área de serviço. A fachada traseira é tratada com amplas varandas e janelas de sacada.

Na freguesia de S. Mamede, na R. de S. Marçal (FICHA 25), o pequeno edifício de Pardal Monteiro encontra-se numa situação excepcional no cruzamento de duas ruas, com uma fachada que experimenta alguma monumentalidade para a R. de S. Marçal, explorando a maior visibilidade e importância desta rua.

Por último surge o exemplo algo paradoxal do prédio de Rui Athouguia e Formosinho Sanchez, numa rua perpendicular à Av. de Roma (FICHA 30), sobranceiro à linha de comboio. Paradoxal porque embora feche o quarteirão não o faz de forma linear (não é uma solução típica) e, por isso, a sua fachada principal se recua e inflecte em relação à rua, um espaço côncavo que “abriga” e marca o eixo central, uma parede que divide os dois fogos. Enquanto na e fachada traseira a convexidade do ângulo e o maior fechamento da fachada denuncia o seu lado reservado e menos visível.

A composição é simétrica a partir de um eixo vertical que é também o vértice do ângulo. Nessa zona central a linha da varanda forma um ângulo contrário aumentando a área da varanda e criando uma zona de tensão entre os dois corpos.



Imagem 214 – vista área do prédio da Av. Frei Miguel Contreiras

Imagem 215 – Fachada Principal do prédio da Av. Frei Miguel Contreiras

Imagem 216 - Fachada Posterior do prédio da Av. Frei Miguel Contreiras

5.3.5 VÃOS DE JANELA



Na série precedente destacou-se a presença das janelas de formato horizontal e de “tira”, bem como, nas obras de Cassiano Branco o uso “plástico” da

varanda na composição do alçado e como meio de qualificar o espaço interno. A partir dos anos 50 a varanda torna-se elemento essencial que permite criar um espaço de mediação/filtro entre o interior e exterior, ao mesmo tempo que funciona como elemento compositivo.

Nos cortes transversais sobre os edifícios que constituem os casos de estudo percebe-se a importância desse espaço projectado ou incorporado no volume permitindo manter o pano de parede recuado em relação ao perímetro do prédio. São as formas de protecção e fechamento, através de materiais e texturas diversas, destes elementos exteriorizados que se constituem como formas de composição nos alçados.

As varandas, situadas por vezes sobre os dois alçados, prolongam o espaço interno, como as *bow windows* faziam no início do século XX. Mas ao invés destes dispositivos não se configuram como elementos excepcionais.

A articulação material do muro entre nembo e vão ou cheio/vazio adquire uma maior ambivalência, alterada pela introdução de planos de fechamento com características diversas, opacos, translúcidos, transparentes ou blocos perfurados, grelhas e outros elementos que tornaram menos evidente a relação entre a parede e oco.

As janelas que servem as varandas incluem outros modos de abertura, a “de correr”, torna-se então bastante popular porque permite que a folha da janela não ocupe espaço quando aberta, mas sobretudo por assegurar uma maior fluidez entre os espaços que opõe/divide.

É notório que neste período, como já se antevia, a caracterização das janelas já não possa obedecer a um critério de descrição particularizada dos seus elementos constituintes, a moldura e os caixilhos, pois há uma gradual perda de importância das suas características figurativas substituídas pelo efeito decorativo que as formas de fechamento adquirem.

A própria janela perde alguma importância: já não é uma fragilidade no muro, é possível abrir grandes vãos, mas face à exposição dos elementos salientes, sobretudo as varandas, as janelas interiorizam-se e não são visíveis do exterior.

A estrutura porticada definida por pilares, vigas e lages é um esqueleto interno, que retira à parede a função resistente. Este conjunto solidário é evidente nos

cortes transversais que aqui se apresentam dos prédios que constituem os casos de estudo para este período. Percebe-se que é a própria estrutura que se estabelece como forma dominante, revelando que a solidariedade da estrutural tradicional⁷²⁹ passava para um “esqueleto” bidimensional, onde as paredes funcionavam apenas como superfícies de fecho.

O vão não se abre no muro, mas está contido no próprio sistema estrutural, na sua unidade mínima, o pórtico que se repete indefinidamente, embora possa conter algumas variações. A parede torna-se uma superfície mais ou menos flexível de fechamento que pode apresentar várias formas, materiais e revestimentos, ser mais ou menos opaca, perfurada, ou mesmo transparente, substituindo-se em muitos aspectos à janela.

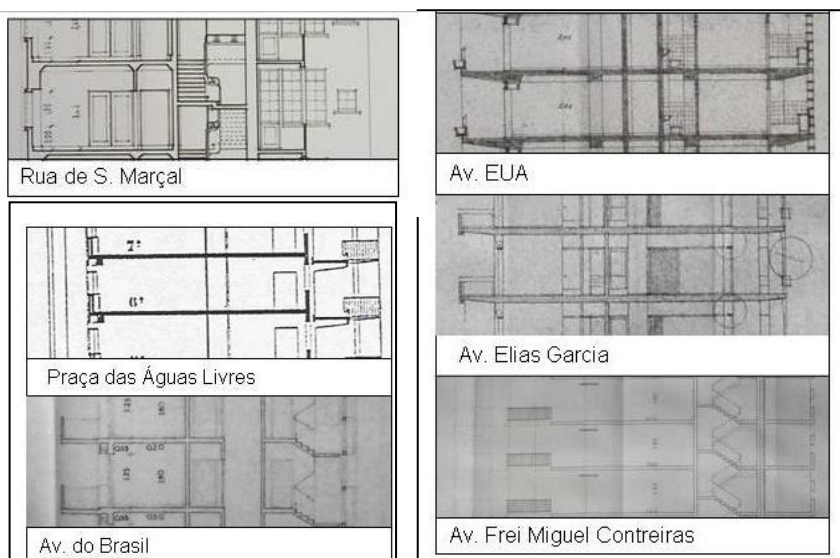


Imagem 217 - Cortes transversais – edifícios da 3ª série

Imagem 218 - Cortes transversais – edifícios da 3ª série

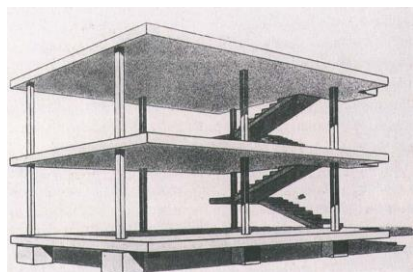


Imagem 219 - Maison Domino, Le Corbusier, 1914

⁷²⁹ “O sistema em alvenaria tradicional era concebido como uma estrutura tridimensional composta de elementos resistentes ligados entre si e com as fundações, capazes de resistir a ações verticais e horizontais. Eram por isso previstos sistemas que assegurassem a boa ligação entre os diferentes elementos em elevação: entre abobadas e pés-direitos e entre paredes contíguas e paralelas” João Mascarenhas Mateus -Técnicas tradicionais de construção de alvenarias. p. 105

6. NOTAS FINAIS

Na introdução a este trabalho referiu-se a importância de alguns autores para a construção da metodologia aqui aplicada, em particular os conceitos que o historiador, George Kubler (1912-1996) havia exposto na sua obra em “The Shape of Time” (1961). Nesse estudo, o autor defendia uma visão não linear do tempo histórico, introduzindo a temporalidade como conceito operativo na seriação dos objectos, argumentando que caracterização estilística impunha o espaço sobre o tempo e *negava a duração mantendo a ilusão que eventos sucessivos são eventos similares*.

“As an art historian, I am overly familiar with the notion of style, which is another way of imposing space upon time and of denying duration under the illusion that successive events are similar events.”

G. Kubler, retomava de certo modo as investigações de H. Focillon (1881-1943) de quem foi discípulo e que escreveu em 1934 “La Vie des Formes”. No último capítulo deste livro, “*Les formes dans le temps*”, Focillon interrogava-se precisamente sobre : “Quelle est la place de la forme dans le temps, et comment s’y comporte-t-elle ? Dans quelle mesure est-elle temps et dans quelle mesure ne l’est-elle pas ?”⁷³⁰

Em resposta concluía que se a obra de arte é o resultado de uma série de experiências e não um resultado “instantâneo”, para se falar da vida das formas deve-se evocar necessariamente a ideia de sucessão. O acto de organizar essa cronologia em intervalos/períodos é já interpretar os “acontecimentos”.

“L’organisation du temps pour l’historien repose, comme notre vie même, sur la chronologie. Ce n’est pas tout de savoir que les faits se succèdent, ils se succèdent à de certains intervalles. Et ces intervalles mêmes n’autorisent pas seulement une mise en place, mais déjà, sous certaines réserves, une interprétation.”

É a partir desta ideia de sequência e de intervalos temporais e dos conceitos de “idade sistemática” em contraponto com a “idade cronológica” que Kubler

⁷³⁰ Henry Focillon – La Vie des Formes, p. 56

constrói uma metodologia de classificação dos objectos, que se apresenta como alternativa à narrativa histórica baseada no “estilo”⁷³¹ e na “biografia”⁷³².

“L’histoire est généralement un conflit de précocités, d’actualités et de retards. (...) L’histoire de l’art nous montre, juxtaposées dans le même moment, des survivances et des anticipations, des formes lentes, retardataires, contemporaines”

A classificação temporal dos objectos tinha um sentido particular no âmbito do trabalho de Kubler⁷³³. O autor procurava então definir as interferências e as migrações das formas de arte originadas nas civilizações coloniais através da introdução de conceitos como as classes suspensas⁷³⁴ e as classes extensivas⁷³⁵.

Os seus contributos configuravam uma nova leitura da História, mais particularmente na História de Arte, isto apesar de se ter dedicado sobretudo ao estudo da Arquitectura⁷³⁶ ibero-americana. No entanto, e durante muito tempo a História da Arquitectura permaneceu nas Academias um campo simultaneamente subordinado à História de Arte e à prática da Arquitectura (projecto).⁷³⁷

A autonomia disciplinar que a História da Arquitectura recentemente alcançou implicou também um afastamento em relação às metodologias tradicionais comuns à História de Arte: “the hagiographic monograph dedicated to the

⁷³¹ “I conclude that the idea of style is best adapted to the description of synchronous situations involving groups of related events. But style is a notion unsuitable to diachronous durations, because of the composite nature of every imaginable class as a bundle of durations, each having widely different systematic ages.” George Kubler – *Style and representation of historical time*. Annals of the New York Academy of Sciences. Volume 138, *Interdisciplinary Perspectives of Time* (pp. 849–855), February 1967

⁷³² A vida de um artista é acertadamente uma unidade de estudo em qualquer série biográfica. Porém fazer dela a principal unidade de estudo em História de Arte é como discutir as vias férreas de um país em termos das experiências de um único viajante (...) George Kubler – *A Forma do Tempo*, p. 18

⁷³³ dirigido ao estudo da arquitectura ibero-americana dos séculos XVI ao XVIII.

⁷³⁴ “Depois da negligência, a conquista é outra grande ocasião em que ocorrem classes incompletas, quando o vencedor destrói as instituições nativas e as substitui por extensões das suas próprias instituições.” George Kubler – *A Forma do Tempo*, p. 147

⁷³⁵ Estas classes ocorrem quando as invenções e descobertas realizadas na sociedade conquistadora passam para a colónia (...). *idem*, p. 148

⁷³⁶ Entre as obras de George Kubler destaquem-se : *Portuguese plain architecture; between spices and diamonds, 1521-1706* (1972); *Art and architecture in Spain and Portugal and their American dominions, 1500 to 1800* (1959) e *Building the Escorial* (1982)

⁷³⁷ “Architectural history is not art history. Of course, the origin of architectural history as it is practised in the academy today lie both in art history and in practice of architecture itself. Architectural history has long been suspended as a sort of stepchild between the two”. Nancy Stieber – *Space, time and architectural history*, P. 171 in *Rethinking Architectural Historiography* (ed. Dana Arnold, Elvan Altan Ergut and Belgin Turan Ozkaya)

individual architect, the nationalistic defining of styles, the polemical justification of particular movements in architecture” para se encontrar/redefinir/ nas relações “between objects, their makers, their users, and the relationship of all of those to social process”⁷³⁸

A mudança afirmava-se igualmente através nos novos temas emergentes : endereçados a “problemas” e não a “estilos”, iriam exigir a construção de outras metodologias de análise que não dependessem exclusivamente da narrativa biográfica (hagiografia) ou estilística.

“The discipline has been transforming itself into the cultural history of the built environment, embracing question that arise from a curiosity about the relationship between culture, society, and designs (...)

Neste trabalho e independentemente das estratégias e dos instrumentos analíticos seguidos que se ajustaram às problemáticas que o estudo encerra, seguimos a metodologia proposta por G. Kubler para a periodização dos casos de estudo. Considerou-se um modo de classificação serial segundo as formas em intervalos temporais significativos. Se o tempo não é contínuo (o tempo biológico) são os objectos que legitimam (provam materialmente) o espaço/tempo e não o contrário.

Esta forma de classificação dos objectos realça o contexto preterindo a sua individualidade, uma vez que as soluções aparecem enquadradas num largo grupo de respostas ao mesmo problema.

Estas reflexões correspondem a dois argumentos que aqui se completam: uma referente à leitura diacrónica dos casos de estudo seriados pondo em relação as suas características, e revelando eventuais variantes e/ou continuidades. A outra que enquadra os exemplos no contexto sociocultural à qual os capítulos terceiro e quarto aludem, e que coteja a redefinição do espaço doméstico, com os novos padrões de conforto, as inovações técnicas, os sistemas construtivos e as afectações do espaço, ao longo da periodização proposta.

⁷³⁸ Idem, pp. 171-172

A análise sincrónica pode ainda ter lugar na comparação de obras dos mesmos autores, dentro de uma mesma série ou mesmo em séries diferentes, aproximando-se da “biografia”. Esta análise pode ter relevância quando se identificam num autor caracteres que configuram um “estilo” mas é sobretudo pertinente para verificar a influência exercida por alguns autores/escolas.

Neste sentido tornaram-se operativos, na leitura dos casos de estudo, alguns conceitos relativos ao funcionamento interno das séries: a existência de séries, que embora ocorram no mesmo tempo cronológico pertencem a idades sistemáticas distintas⁷³⁹ e o mesmo se aplica aos objectos que as contêm. Uma parte do objecto pode revelar-se inovadora dentro do quadro de soluções contemporâneas, e extremamente convencional em outros aspectos. As séries são sempre consideradas como intervalos abertos no sentido em que os seus objectos constituem “soluções” a problemas que poderão ter um carácter recorrente.

Quando uma série é substituída por outra, não termina exactamente nesse momento todo um conjunto de objectos, conceitos, enunciados e soluções da série precedente, pois a transformação das relações que levou à sua substituição não se estende necessariamente a todos os elementos que caracterizam uma série. Assim não é a obra/objecto nem o autor o recorte pertinente da série mas sim uma linha que define “tipos e regras de práticas discursivas que atravessam as obras individuais, e, às vezes, as comandam inteiramente”⁷⁴⁰

Os casos de estudo inventariados para as três séries (1900-1920; 1920-1940 e 1940-1965) configuram situações diversas, justificadas nos critérios que foram expostos na introdução a este trabalho.

Nesse sentido iremos reconsiderar a janela no espaço doméstico equacionada numa matriz plural que se investe na relação entre a janela, as suas funções físicas (conforto térmico, ventilação) “disciplinares” (composição, desenho) e

⁷³⁹ diferentes “traços ou aspectos cada um dos quais com a sua idade” p.136

⁷⁴⁰ Foucault, Michel, “A Arqueologia do Saber”, Rio de Janeiro, forense-universitária, 1987, 3ª ed. p.160

sociais – (ver e ser visto, pôr em relação interior e exterior), referenciada aos diferentes modos de habitar que se podem inscrever no século XX.

Alguns autores como J.A. França ou Ana Tostões defendem que o século XIX português se estende até aos anos 20 do século XX. Esta primeira série, de 1900 a 1920, inicia-se e termina, embora com sinais inequívocos de mudança, sob a égide do eclectismo oitocentista,.

Mas se noutros países o início formal do século é coincidente com as primeiras experiências artísticas da *avant garde*⁷⁴¹, em Portugal há um claro prolongamento das formas oitocentistas, que se desvanecem no 1º modernismo português dos anos 20.

A academia de Belas Artes de Lisboa e do Porto legitimam um discurso formal eclético e *beaux-arts*, onde surgem pontualmente os apelos à tradição nacional. Essa natureza da academia portuguesa manifesta-se na relevância da disciplina de Desenho alicerçada na cópia de alguns modelos da arquitectura clássica ou classicista.

Ainda em 1900 - A exposição internacional de Paris de 1900, celebra a arquitectura do ferro com a torre de Eiffel. O concurso para o pavilhão de Portugal é ganho por Ventura Terra (1864-1919) *formado e informado* na escola parisiense e que obtivera o diploma de arquitecto de 1º classe do governo francês contra o jovem Raul Lino (1879-1974). Configura-se aqui um antagonismo formal e ético evidente entre estes dois arquitectos, pese embora uma diferença fundamental: é que se o tradicionalismo de Lino ainda tacteia; ainda procura quando no início do século *regressa* à pátria após longa estadia em Inglaterra e Alemanha; Ventura, pelo contrário é um arquitecto maduro quando se estabelece definitivamente em Portugal precisamente para coordenar o seu projecto mais simbólico: as Cortes de Lisboa.

De facto, e apesar do apoio que vai granjeando, as duas primeiras décadas do século XX são para Lino de “preparação”⁷⁴² mas para Ventura de plenitude⁷⁴³.

⁷⁴¹ Uma menção ao modernismo “Con lo que rompe la arquitectura moderna es con la herencia de la ciudad ochocentista y esa ruptura es, a su vez un intento de recomponer los vínculos con la tradición positivista de la construcción de la ciudad.” MARTI-ARIS, Carlos – “Las formas de la residencia en la ciudad moderna” p. 13

⁷⁴² Com esta ideia não queremos obliar a importante obra de Lino neste período nomeadamente a casa Monsalvat (1901) a casa dos Patudos (1904) ou do Cipreste (1912) mas de facto nestas primeiras obras

Não devemos pois encarar estas duas décadas como polarizadas entre dois protagonistas de compasso diferente. Depois porque o tradicionalismo na arquitectura, fora da sensibilidade de Lino, foi quase sempre a aplicação ecléctica de um pretenso vocabulário especificamente português *que se pretendeu desmontar aquando do inquérito à arquitectura popular*. E portanto, nestas duas décadas, alinha-se pacificamente com o eclectismo e revivalismo das estruturas formais finisseculares.

É evidente que em 1910 se dá uma viragem política em Portugal, a República sucede à Monarquia, mas não será esse acontecimento que trará grandes alterações na arquitectura portuguesa, aliás se algo muda será a natureza da encomenda pública.

Assim, embora aos arquitectos seja pedido que participem nos mais importantes projectos para a capital, um pouco à semelhança do que tinha acontecido desde o início do século, a encomenda privada possui outro ritmo, dependente de duas ordens de objectivos: a dos proprietários e a dos promotores imobiliários. Se aos primeiros se reconhece alguma diversidade no que diz respeito ao gosto e necessidade objectivas que ajudam a compor o programa da habitação, aos segundos não se reconhece (e até 1930) grande alcance representando apenas uma fracção minoritária do mercado de habitação.

Mas que características sobressaem então nestas duas décadas? É de facto a sobrevivência do vocabulário eclético que se evoca constantemente.

As janelas da 1ª série, inscrevem-se então num período formalmente referenciado a um eclectismo tardio (em relação a uma periodização externa da historiografia europeia). As categorias de janela reportam-se neste período à duas vertentes: à manutenção de uma ordem compositiva herdada da matriz pombalina⁷⁴⁴, e outra que se inscreve no eclectismo finissecular. As diferenças

Lino dispõe de um vocabulário mais aberto sendo que mais tarde é a obra teórica a que terá maior desenvolvimento, nomeadamente na inscrição do tema da casa portuguesa, a integração da natureza ou na firme oposição ao modernismo.

⁷⁴³ Claro que também nos é possível ser tão categóricos porque MVT morre prematuramente em 1919 enquanto Lino viverá até 1974.

⁷⁴⁴ "(...) introduz um cânone de qualidade na arquitectura lisboeta ao propor fachadas guarnecidas com cantaria divulgando e vulgarizando uma linguagem clássica de embasamentos, pilastras, frisos, cornijas.(...)" Maria Helena Ribeiro Santos - Arquitectura pombalina, temas e variações, p.36 in Lisboa : conhecer, pensar, fazer cidade. - Lisboa : Câmara Municipal. Urbanismo. Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Departamento de Informação Urbana, 2001.

não são apenas na *imagem* adoptada, mas sobretudo na relação que se estabelece com o espaço público. Em acelerada transformação desde meados do século XX a cidade constitui-se como paisagem adquirindo um estatuto valorizado e os balcões e as janelas são repensados para procurar as vistas sobre a natureza artificial mas percebida como benéfica porque simultaneamente permite arejar e ventilar os espaços interiores. Neste período o emprego de novos materiais e técnicas de construção permite, em paralelo traduzir essa relação. As janelas descerram o espaço interno, desvelando-o através de vários dispositivos de variável permeabilidade que se afirmam neste período.

Ver de dentro para fora, é exercer um controle privado sobre o público: *é a noção de controlo das fronteiras entre o espaço privado e o público que nos permite entender as permutas “visuais” provocadas pela cultura da janela*

A janela passa a incorporar o domínio público no espaço privado como simultaneamente projecta o interior para a rua.

A figuração das janelas, o seu valor expressivo não passa apenas pela forma, sendo afirmadas como elementos que materializam a fronteira entre público e privado, o modo como expressam essa dicotomia entre os dois espaços é importante. A janela do início do século XX utiliza um sistema simbólico/signífico através do tipo, da forma mas também dos elementos que definem o vão, a moldura e os caixilhos.

As diferenças registadas entre esta 1ª série e a seguinte podem-se endereçar a dois tipos de considerações: de ordem económica social e de ordem ontológica.

As sequências formais que se desenham afastam-se, sobretudo por influência externa, da linguagem ecléctica, para se alinharem/filiarem na corrente estética do modernismo, mas evidenciam também um quadro de hesitações, marcadas na obra dos autores. Tendo em conta que a prática projectual era, nessa época, como hoje, dependente do tirocínio profissional, as “escolas” quer no

sentido institucional quer electivo, constituíam um meio privilegiado de transmitir modelos.

E se a academia perpetuava o ensino de feição *beaux-arts*, alguns architectos, através dos estágios em ateliers adicionavam a essa matriz formativa, um outro quadro de referências.

Na caracterização que foi realizada no capítulo anterior mencionamos que as características das janelas na série de 20-40 mantinham por um lado algumas afinidades com a série precedente, por outro rompiam com a elaboração formal que a janela compreendia. Estas mudanças têm dois sentidos distintos: o primeiro que reflecte uma simplificação das formas decorativas e ornamentais não tem, no caso português, tanto a ver como uma pressão ideológica mas com as consequências inevitáveis decorrentes das alterações aos modos de produção: a introdução da standardização e da pré-fabricação, foi pouco a pouco corroendo as estruturas socioeconómicas tradicionais baseadas na produção artesanal, na qual se apoiava parte da actividade da construção civil como a marcenaria como a serralharia ou o trabalho em cantaria.

A gradual simplificação da ornamentação e nas janelas a simplificação dos caixilhos e das molduras também advém desta circunstância. Mas as alterações técnicas/tecnológicas actuavam em sincronia com outras exigências: é certo que já havia desde meados do século XIX a possibilidade técnica de realizar grandes vãos envidraçados combinando a tecnologia do vidro com a do ferro, mas na arquitectura domestica é uso do betão armado que definirá as designadas janelas de tira, em contraponto com a abertura de vão tradicional. Já se escreveu, noutra parte deste trabalho, as várias implicações desta mudança: essencialmente ela configura simultaneamente uma possibilidade técnica que traduz a resposta formal a um problema ontológico: como materializar na habitação a fluidez entre o espaço interior e o exterior que se enquadrava no imperativo ideológico da transparência como projecto moderno, num sentido literal mas também moral.

Nesta série estamos em face do primeiro modernismo português, que se alinha com o movimento moderno europeu na adopção do B.A. como material de eleição, (com algumas contradições), na relação mais tensa entre muro e vão,

chegando á desmaterialização da parede subsequente de um “novo” perfil relacional entre espaço privado e público.

Já referimos o papel das janelas como elementos de composição das fachadas e vale a pena reiterar que uma das alterações fundamentais ocorre na “substituição” dos vãos pontuais lidos como unidades formais autónoma dos edifícios ecléticos à utilização das janelas de tira (horizontais) – que diluem a noção de muro e retiram à janela o seu carácter “objectual”.

A estética da janela horizontal e corrida sobre o alçado embora derive de uma possibilidade técnica que retira às paredes exteriores a função resistente é essencialmente uma posição ideológica.

A janela deixa de funcionar como elemento individual autónomo para se substituir e equivaler ao muro como superfície contínua de uma outra matéria, alternando os valores de opacidade da parede com os de transparência e reflexo do vidro. Perde o carácter de pontuação na fachada, de interrupção excepcional do muro para ganhar uma qualidade plástica onde é mais relevante a agregação das janelas na sua repetição modular do que a variedade formal ou tipológica que caracterizava as janelas na arquitectura eclética.

A terceira série que se inicia nos anos 40, reflecte o amadurecimento das propostas modernistas. Os profissionais activos nestas décadas tomam consciência de uma realidade plural, os projectos as obras, a prática dos seus pares na Europa, mas também no Brasil, onde o modernismo se reinventa na construção da nova capital, Brasília, descobre-se nas revistas da especialidade que continuam a exercer sobre os arquitectos o “fascínio da imagem”. Da componente iconográfica, que substitui a representação bidimensional dos desenhos técnicos pela fotografia dependeu muito a própria *sensorialidade* da arquitectura desta série.

A janela tem um lugar particular neste projecto: a transparência e a permeabilidade entre os espaços deixou de se considerar, porque a relação entre o interior e o exterior passa agora por outras mutações: tal como as *bow*

windows, balcões, *loggias* prefiguravam no início do século um desejo de pôr em relação duas realidades antagônicas, e de “domesticação” do espaço público. As varandas, têm neste período o ensejo de mediar, mas entendem o muro como um “espaço” intermédio, que pode oferece várias “transparências” ou intensidades com o fechamento dos vãos em grelha, perfurados com materiais e texturas diversas. A pesquisa sobre as relações entre o espaço público e o privado, deixa de ser fundamental. A habitação torna-se um “objecto” auto-referencial, e as janelas são elas próprias metaforicamente assumidas pelo ecrã unívoco da televisão e por outros dispositivos de *interface plano* que se distanciam do valores tectónicos e diluem a noção de janela como quadro, moldura e elemento relacional dinâmico entre dois espaços.

As janelas não deixaram contudo de exercer a sua “função” como afirmação material das fronteiras entre público e privado, mas a *natureza dúbia dessa afirmação*, cada vez mais dependente das novas tecnologias para configurar, e controlar essas fronteiras é que define os modos como a materializa.

Bibliografia

I- Fontes

- 1.1 – Fontes impressas*
 - 1.1.1 Diplomas legais*
 - 1.1.2 Publicações periódicas*
- 1.2 - Processos de obra*
- 1.3 - Cartografia*

II – Estudos

- 2.1 – Dicionários e enciclopédias*
- 2.2 - Enquadramento Metodológico*

3. Arquitectura e Urbanismo

- 3.1. - Estudos históricos*
- 3.2 - Arquitectura doméstica*
- 3.3 - Técnicas, Construção e Tecnologia*

4. Janela e paisagem

1. FONTES IMPRESSAS

1.1.1 Diplomas legais

Por ordem cronológica

Decreto-lei de 31 de Dezembro de 1864 - Plano Geral de Melhoramentos das Cidades do Reino (Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa - Portaria de 24 de Maio de 1865)

Decreto de 14 de Fevereiro de 1903 - Regulamento de Salubridade e Edificações urbanas - RSEU

Circulaire ministérielle du 30 mai 1903. Annexe VIII – Règlements sanitaires communaux (articles 1,2 et 3 de la Loi du 15 Février 1902) disponível em <http://s2.e-monsite.com/2009/11/02/821648circulaire-1903-pdf.pdf>

Decreto de 6 de junho de 1895 - (cumpre o estipulado no Artº 51 do Decreto 14 de Abril de 1891) - Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para a segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civis.

Lei (176) de 29 de Julho de 1912 - Permite a expropriação de terrenos para a construção de bairros económicos.

Decreto nº 902 de 30 de Setembro de 1914. - Determina “as várias providências para o desenvolvimento da construção de edifícios na cidade de Lisboa

Decreto nº 1079, de 21 de Novembro de 1914 – Determina o “congelamento” de rendas

Decreto n.º 4137, de 24 de Abril de 1918 —Programa dos Bairros de casas económicas.

Decreto n.º 4440, de 12 de Julho de 1918 — Regulamenta a construção e venda das casas económicas.

Decreto n.º 4499, de 27 de Junho de 1918 – Regulamenta a matéria do arrendamento urbano, tentando pôr fim à multiplicidade de diplomas existentes na matéria.

Decreto n.º 5411, de 17 de Abril de 1919 - Reúne a legislação referente ao arrendamento de prédios rústicos e urbanos.

Lei n.º 1670 de 15 de Setembro de 1924 - Autoriza as Câmara Municipais a “embargarem quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas pelos particulares se licença da respectiva CM ou com inobservância de prescrições constantes de licença por este concebida”

Decreto n.º 16 055, de 12 de Outubro de 1928 - Legislação sobre casas económicas

Decreto n.º 16 085, de 26 de Outubro de 1928 - Regulamento sobre a construção e venda das casas económicas.

Postura aprovada em sessão da Câmara Municipal de Lisboa em 28 de Agosto de 1930. Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa - RGCU

Decreto-lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933 — Nova legislação sobre casas económicas.

Decreto-lei 24802, de 21/12/1934 - Estabelece o quadro legal para o planeamento urbano municipal, obrigando os municípios a elaborar os seus respectivos planos permitindo-lhes, para tal, a apropriação do solo necessário à urbanização.

Decreto n.º 28:797 1 de Julho de 1938 - Estabelece o regime excepcional de Expropriações por utilidade pública à execução de obras e melhoramentos

Decreto-lei n.º 28 912, de 12 de Agosto de 1938 — Lançamento do programa das casas económicas

Decreto-lei n.º 33921, de 5 de Setembro de 1941 - Que reúne e melhora a legislação relacionada com os levantamentos topográficos e os Planos de Urbanização

Decreto-lei n.º 35931, de 4 de Novembro de 1946 - Que determina que os anteplos de urbanização, devidamente aprovados pelo ministro da tutela com parecer do Conselho Superior das Obras Públicas, deveriam ser obrigatoriamente respeitados em todos os actos de gestão territorial, tais como as edificações, reedificações, no traçar de novos arruamentos, nas áreas das sedes de conselho e demais localidades ou zonas abrangidas.

Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948.- Este diploma veio tratar de assuntos variados, com relevo para a expropriação por utilidade pública e para o direito de superfície

Decreto-lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951 - Regulamento Geral das Edificações Urbanas- RGEU.

Decreto-lei nº 46027 de 13 de Novembro de 1964 -. Expropriações por utilidade publica

Decreto lei nº 576/70 – Lei dos Solos

Decreto-lei nº 794/76 de 5 de Novembro - Lei dos Solos (revoga a anterior)

1.1.2 Publicações Periódicas

“A Construção Moderna” - Revista Quinzenal Ilustrada Sob a Direcção de um grupo de Constructores - Collaborada por Distinctos Technicos da Especialidade Lisboa, (1900-1919). Lisboa : M. Collares.

“A architectura portugueza” : revista mensal de construção e de architectura pratica. dir. Mario Collares. (1908- 1958). Lisboa : M. Collares. [anos consultados: 1908-1932]

Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes, Lisboa (1900-1905)

“Arquitectura” : revista mensal. Grupo Editor de Arquitectura, ed.; Costa, Francisco. Lisboa : [s.n.], 1927 (Lisboa : Imp. Libânio da Silva)

- Arquitectura : revista de arte e construção, a partir da 2a série, ano 19, nº. 1 (Fev. 1946)

- Architectura : arquitectura, planeamento, design, artes plásticas, a partir do nº. 108 (Março - Abril 1969)

- Architectura : arquitectura, planeamento, design, construção, equipamento, a partir do nº. 129 (Abril 1974)

Nºs consultados:

Arquitectura . - Lisboa . - A. 24, 2a série, n. 43 (Agosto 1952)

Arquitectura . - Lisboa . - A. 24, 2a série, nº. 45 (Nov. 1952)

Arquitectura . - Lisboa . - S. 2, a. 27, nº. 53 (Nov.-Dez.1954)

Arquitectura . - Lisboa . - n.º. 64 (Jan. - Fev. 1959)

Arquitectura . - Lisboa . - n.º. 65 (Junho 1959)

Arquitectura . - Lisboa . - n.º. 67 (Abril 1960)

Arquitectura . - Lisboa n.º 81 (Março de 1964)

Arquitectura . - Lisboa . - n.º. 91 (Jan. - Fev. 1966)

Arquitectura . - Lisboa , n.º 95 (Jan-Fev. de 1967)

“Binário” : arquitectura, construção, equipamento Tainha, Manuel, 1922-, dir.; Tainha, Jovito, dir.; Palmares, A., ed. (1958-1976). Lisboa : Sociedade Industrial de Tipografia

Nºs consultados:

Binário . - Lisboa . - N. 2 (Maio 1958)

Binário . - Lisboa . - N. 50 (Nov. 1962)

1.2 - Processos de obra

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Intermédio - Processos de Obra

O 27103 - Avenida da Liberdade 146-148

O 24865 - Rua Alexandre Herculano, 57

O 38146 - Rua Alexandre Herculano, 25

O 35891 - Rua Alexandre Herculano, 27/27

O 43079 - Rua Mouzinho da Silveira, 12-12A

O 4647 - Rua Braamcamp,84-86

O 12742 - Avenida da Liberdade,163-169

O 20461 - Rua Jardim do Regedor,13-25

O 20926 - Avenida Duque de Loulé, 111-119

O 6626 - Rua Alexandre Herculano, 23

O 8711 - Avenida da Liberdade 231-257/ Alexandre Herculano 15

O 9197 - Av. António Augusto Aguiar, 124, Carlos Testa, 18

O 16604 - Rua do Arco do Chafariz das Terras, nº 1-1ª

O 16832 – Av. Duque de Ávila, 24-24B

- O 5767** – Av. da República, 97-97-C
- O 20665** - Avenida Duque de Loulé, 104
- O 48961** - Rua Fialho de Almeida, 4-4D
- O 49163** - Rua Fialho de Almeida, 20
- O 45306** - Rua Alexandre Braga, 6-6D
- O 48246** - Av. Defensores de Chaves, 14-14D
- O 48479** - Rua Rodrigo da Fonseca, 105
- O 49408** - Avenida Casal Ribeiro, 26
- O 49931** - Avenida Alvares Cabral, 12-14
- O 49156** - Avenida da República, 88
- O 51186** - Avenida João XXI, 60
- O 3796** - Avenida da República, 49
- O 50194** - Avenida da Alvares Cabral, 44
- O 4562** - Rua Alexandre Herculano, 43; Rua Rodrigo da Fonseca 25-29A
- O 7425** - Rua de São Marçal, 176
- O 17623** - Praça das Águas Livres 8 A a 8 I e Rua Gorgel do Amaral, 1 e 1 A
- O 27197** - Avenida dos EUA, 92-92B e Avenida de Roma
- O 34665** - Avenida do Brasil, 112
- O 33661** - Avenida Elias Garcia 49-49C
- O 35044** - Avenida Frei Miguel Contreiras, 54-54E
- O 41609** - Alameda das Linhas de Torres
- O 55028** - Rua General Silva Freire, 18-20

1.3 - Cartografia

Atlas da carta topográfica de Lisboa, levantada em 1856, 1857 e 1858, por ordem régia, sob a direcção do conselheiro Filipe Folque, brigadeiro graduado do Exército e director-geral dos Trabalhos Geodésicos, Corográficos e Hidrográficos do Reino, por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Documentos reproduzidos no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme (mf. n.º B-001/96/R).

Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911 sob a direcção de, Júlio António Vieira da Silva Pinto (1860-?) e Alberto de Sá Correia, (1874-1937). Documento reproduzido no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme (mf. n.º B-21/96).

Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856-1858. Lisboa : CML- Departamento de Património Cultural do Arquivo Municipal de Lisboa, 2000.

Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911. **Conjunto documental, composto por 249 plantas, dirigido pelo Eng.º Silva Pinto que nos permite um maior conhecimento da cidade de Lisboa no início do séc. XX. Textos e Investigação:** Lurdes Vaz e Jorge Mangorrinha. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 2005

2.1 - Dicionários

An Encyclopaedia of the history of technology. Edited by Ian McNeil. London, New York : Routledge, 1990.

ASSUMPÇÃO, Tomás Lino de - **Diccionario dos termos d'architectura, suas definições e noções historicas.** Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, s.d..

BLUTEAU, Raphael - **Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico.....** (8 vol.). (1712-1728), p. 11 [em linha] [consult. 12.11.2010] disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain - **Dictionnaire des symboles – mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres.** Paris : Robert Laffont, 1969.

P

COSTA, Manuel Freitas - **Dicionário de termos médicos.** Porto : Porto Editora, 2005

Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, ed. Denis Diderot and Jean le Rond D'Alembert. University of Chicago : ARTFL Encyclopédie Projet (Spring 2010 Edition), Robert Morrissey (ed), <http://encyclopedia.uchicago.edu/>.

Encyclopedia of the city. ed. By Roger W. Caves. Rotledge, London, N.Y, 2005

Illustrated dictionary of historic architecture, Cyril M. Harris (ed)

QUINCY, M. Quatremere de - **Encyclopédie méthodique. Architecture. T. 2, [Colossal-Mutules]** Tome premier [-troisième]. A Paris, chez Panckoucke, libraire, hôtel de Thou, rue des Poitevins. A Liège, chez Plomteux, imprimeur des Etats. M. DCC. LXXXVIII.. A Paris, chez Henri Agasse, imprimeur-libraire, rue des Poitevins, n° 18. An IX. - A Paris, chez Mme veuve Agasse, imprimeur-libraire, rue des Poitevins, n° 6. M. DCCCXXV, 1788-1825. Bibliothèque nationale de France. <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40964281m>

LITTRÉ, Emile - **Dictionnaire de la langue française (Le Littré) (1863-1872)** ; 2e édition revue et augmentée (1873-1877) [em linha] disponível em <http://francois.gannaz.free.fr/Littré/accueil.php>

PEDREIRINHO, José Manuel - **Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade**. Lisboa : ed. Afrontamento, 1994.

RODRIGUES, Francisco Assis - **Diccionario tecnico e historico de pintura, esculptura , architectura e gravura**. Lisboa : Impr. Nacional, 1875

RODRIGUES, Maria João; SOUSA, Pedro Fialho, BONIFÁCIO, Horácio - **Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura**. [S.l.] : Quimera, 1990

SILVA Jorge Henrique Pais; CALADO Margarida - **Dicionário de termos de Arte e Arquitectura**. Barcarena : Editorial Presença, 2005

2.2 - Enquadramento Metodológico

CERTEAU, Michel de— **L' invention du Quotidien**. (1 vol.) Arts de Faire. Paris : Gallimard, 1990.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre – **L' invention du Quotidien** (2 vol). Habiter, cuisiner. Paris : Gallimard, 1994

FOUCAULT, Michel - **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 3ª ed, 1987.

GENNETE, Gerard - **L'Oeuvre de L'Art- Immanence et Transcedence**. Paris : Editions du Seuil, 1994.

GOODMAN, Nelson - **Modos de Fazer Mundos**. Lisboa : Ed. Asa, 1995.

KUBLER, George - **A Forma do Tempo**. Lisboa : Vega, 1998.

LEFEBVRE, Henri - **Introduction à la Modernité**. Paris : Minuit, 1962.

PÉROUSE DE MONTCLOS Jean-Marie (diL), **Le guide du patrimoine, architectures en région Centre**, Paris, Hachette /CNMHS./Conseil régional du Centre, 1988

QUINTAIS, Luís— **Franz Piechowski ou a analítica do arquivo**. Lisboa: Cotovia. 2006

Rethinking Architecture- a Reader in Cultural Theory. Editor Neil LEACH. Londres : Routeledge, 1999.

Rethinking Architectural Historiography. Ed. Dana Arnold, Elvan Altan Ergut and Belgin Turan Ozkaya. New York : Routledge, 2006.

Simmel on culture : selected writings (edited by David Frisby and Mike Featherstone). London : Sage, [2006

Theorinzing New Agenda for Architecture-an Antology of Architectural Theory 1965-1995, editor Kate NESBITT, Princeton Architectural Press, 1996.

3. Arquitectura e Urbanismo

3.1. - Estudos históricos

A Sétima Colina- Roteiro Histórico-Artístico - coord. TOSTÕES, Ana; FRANÇA, J-A. Lisboa : Livros Horizonte, cop. 1994

ALBERTI, Leon-Battista - De la Statue e de la Peinture-traites de Leon-Battista Alberti traduits du latin en français par Claudus Popelin, Paris, 1869,

Álvaro Machado: primeiro professor de arquitectura do IST: exposição do espólio doado. [DEPARTAMENTO DE ENG. CIVIL E ARQUITECTURA IST - ed. lit.]; texto Maria Teresa Ruano Pera, João Vieira Caldas ; fot. Jorge Barreto. Lisboa : IST, 2002.

ALMEIDA, Pedro Vieira de, FERNANDES, José Manuel - A Arquitectura Moderna. in «História de Arte em Portugal». Lisboa : Ed. Alfa, 1986. vol. XIV.

AMARAL, Francisco Keil - **Lisboa, cidade em transformação**. Lisboa : Publicações Europa-América, 1965.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira - **Arquitectura Neo-Medieval 1780-1924**. Lisboa : F.C. Gulbenkian : textos Universitários de C. S. e Humanas da F. C. S. : Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

ARGAN, G. C. – **L'âge du Baroque**. Genève: Skira, 1994

Arquitectura Civil I - Textos escolhidos da revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Artigos de José Wasth RODRIGUES, L.L. VAUTIER, Luis SAIA, Paulo T. BARRETO, Robert C. SMITH., São Paulo : FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

Arquitectura Popular em Portugal. SNA, Sindicato Nacional dos Arquitectos . (Ed.). Lisboa, 1961. 2 vols.

D'AVILER, Augustin-Charles – **Cours d'Architecture**. Publications Montpellier3, editions de l'Espérou : Aubenas d'Ardeche, 2002.

AYMONINO, Carlo – **O significado das cidades**. Lisboa : Presença, 1984

BARATA, Ana Martins - **Lisboa «caes da Europa» : realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)**. Lisboa : Colibri : Univ. Nova de Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, IHA/Estudos de Arte Contemporânea, 2010

BARATA, Ana Martins – “A discussão estética acerca da qualidade arquitectónica das construções da Capital nas primeiras décadas do século XX”. ArteTeoria, nº 10, 2007

BAUER, G, ROUX J. M - **La rurbanisation ou la ville éparpillée**. Paris: Éditions du Seuil., 1976

BAIRRADA, Eduardo Martins - **Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919) um filho adoptivo de Alexandre Herculano na arte de construir: notas de fixação biográfica**. Lisboa : [s.n.], 1981.

BECKER, Annette (Ed); TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried; **Arquitectura do séc. XX: Portugal**. Munchen : Presten 1997.

BENEVOLO, Leonardo – **A cidade na história da Europa**. Ed. Presença, Lisboa, 1995

BLONDEL, Jacques François - **Cours d'architecture ou Traité de la decoration, distribution et construction des batiments, contenant les leçons donnees em 1750 et les annés suivantes**.(tomo III), Desaint, 1771

BOYER, M. Christine - **The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments**. Cambridge, Massachusetts : MIT Press, 1996

CABESTAN, Jean-François - **La conquête du plain-pied : l'immeuble à Paris au XVIIIe siècle**. Paris : Picard, 2004

CARITA, Helder - **Bairro Alto- Tipologia e Modos Arquitectónicos**. 2ª ed. Lisboa : C.M.L. 1994.

Carlos Ramos - Catálogo da Exposição retrospectiva da sua obra, Lisboa : F.C.G., 1986.

CARPO, Mario - **Architecture in the Age of Printing - orality, writing, typography and printed images in the history of architectural theory**. Cambridge : The MIT Press, 2001

CARS (des) Jean, PINON Pierre, **Paris Haussmann**. Paris : Picard, 1991

CARVALHO, António Cardoso Pinho de - O arquitecto Marques da Silva e a Arquitectura do Norte do País na primeira metade do século XX. Porto : FAUP, 1997. 3 Vol. . Dissertação de Doutoramento.

CARVALHO, João Lino de - **Considerações sobre a hygiene da habitação : construção moderna**. Lisboa : Typ. de Papelaria Pacheco, 1898.

Cassiano Branco/ Uma obra para o futuro - (coord. Rosário BOMMEVILLE, Elisio SUMAVIELLE, Henrique CAYATTE) Lisboa : ed. ASA, 1991.

CELESTE, Patrick – «l'immeuble et son interieur» in «Extenso» nº 9, novembro, 1985, (pp. 63-88)

CHEMETOV Paul et MARREY Bemard - **Architectures, Paris, 1848-1914**. Paris: Dunod, 1980

CHOAY Françoise - **L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie**. Paris : coll. Points Essais, ,Seuil, 1965

CHOMBART DE LAUWE, Paul Henry - **Des hommes et des villes**. Paris : Payot, 1965

CLAVAL, Paul – **La Logique des Villes essai d'urbanologie**. Paris : LITEC, 1981

COHEN, J-L - **Scènes de la Vie Future- L'Architecture Europeéene et la Tentation da l'Amerique 1893-1960**. Paris : Flammarion, 1995

COLOMINA, Beatriz – Privacy and Publicity : **Architecture and mass media**. Massachusetts : MIT Press, 1994

COMMENT, Bernard - **Le XIXe siècle des panoramas**. Paris: Adam Biro, 1993

CORBIN, Alain - **The foul and the fragrant. Odor and the French Social Imagination**. [s.l.] : Harvard University Press, 1988

CORREIA, Graça - **Ruy d'Athouguia – a modernidade em aberto**. Lisboa : Caleidoscópio, 2004.

COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa : Livros Horizonte : Faculdade de Arquitectura, cop. 2002.

COSTA, Lucília Verdelho - **Ernesto Korrodi, 1889-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património**. Lisboa : Ed. Estampa, 1997.

COUTINHO, Bárbara dos Santos - Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção : a procura do compromisso entre o modernismo e a tradição. Lisboa : Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado.

CROIZÉ, Jean claude; FREY, Jean-Pierre; PINON, Pierre – **Researches sur la typologie et les types architecturaux**. Paris : L'Hamattan, 1991.

Desenho de Arquitectura. colab. Associação dos Arquitectos Portugueses ; textos de Bernardo José Ferrão [et al.]. Porto : ESBAP, 1987. Exposição integrada nas Comemorações do 75º Aniversário da Universidade do Porto e realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa, Maio de 1987.

Desenho Projecto de Desenho. Ed. M.C. Instituto de Arte contemporânea. [s.l.] IAC, 2002

DESWARTE, Sylvie, LEMOINE, Bertrand - **L'architecture et les ingénieurs, deux siècles de construction**. Paris : Moniteur, 1980.

DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos - A construção de uma identidade profissional: a associação dos engenheiros civis portugueses (1869-1937). Lisboa : Universidade Nova, 1994. Dissertação de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Do Saldanha ao Campo Grande. Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa (Coord. Inês VIEGAS; Ana CAESSA, Miguel MARTINS). Lisboa : C.M.L., Departamento de Património Cultural/ Arquivo Municipal, 1999

DURAND, JNL - Précis des leçons d'architecture données a l'École Polytechnique, par J. N. L. Durand, architecte et professeur d'architecture. Premier (second) volume contenant trente-deux planches.- A Paris: chez l'auteur, a l'Ecole Polytechnique, 1802 (1809).2 vol.

ÉPRON, Jean Pierre – **Compreende l'eclectisme**. Paris : Norma, 1997

EVANS, Robin - **Translations from drawing to building**. Massachusetts : The MIT Press, 1997

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, M. Lurdes – **Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940**. Lisboa : C.M.L., 1991.

FERNANDES, José Manuel, JANEIRO, M. Lurdes, TOSTÕES, A.- **Arquitectura do princípio de século em Lisboa (1900-1925)**. Lisboa : C.M.L., 1991

FERNANDES, José Manuel, - **Arquitectura Modernista em Portugal**. Lisboa : Gradiva, 1993.

FERNANDES, Mário Gonçalves - **Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: 1852-1926**. Porto : FAUP Publicações, 2005

FERNANDEZ, Sérgio – **Percurso – Arquitectura portuguesa 1930-74**. 2ª ed. Porto : FAUP, 1988

FERREIRA, Fátima Cordeiro G. (coord.) - **Mestre José Luiz Monteiro na arquitectura da transição do século**. textos Fátima Cordeiro G. Ferreira, Maria Augusta Adrego Maia; arranjo gráfico Pedro Silva Dias; fotografia Manuel José Palma. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1990.

FERREIRA, Victor Matias – **A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da metrópole**. Lisboa : D. Quixote, 1987.

Fernando Távora. ed. Luiz Trigueiros. Lisboa : Blau,1992.

FIGUEIREDO, Rute Maria Pinto - Arquitectura e discurso crítico em Portugal: 1893-1918. Lisboa : Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002. dissertação de Mestrado.

Figures de la ville et construction des savoirs :architecture, urbanisme, géographie.(direction de Frédéric POUSIN.) Paris: CNRS,2005

FRANÇA, José Augusto - **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura**. 2º ed. Lisboa : Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1989.

FRANÇA, José Augusto - **O Modernismo na Arte portuguesa**. 2º ed. Lisboa : Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1983.

FRANÇA, José Augusto - **A Arte em Portugal no século XX: (1911-1961)**. 3ª Edição; Lisboa : Bertrand, 1991.

GAUDÊNCIO, Helena Alexandra Lopes – Rozendo Carvalheira – alguns aspectos da sua vida e obra. Lisboa : Universidade Lusíada, 2001. Dissertação de Mestrado.

GUARDA, Israel Vindeirinho - Formas urbanas : a construção da cidade de Lisboa entre 1888 e 1958. Lisboa : [s.n.], 2006. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à FCSH da UNL

GALVÃO, Andreia Maria Bianchi Aires de Carvalho - A caminho da modernidade : a travessia portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como um exemplo de complexidade e contradição na arquitectura (1920-1940). Lisboa : [s.n.], 2003. (Dissertações e Dissertações Lusíada).

GEORGE, Pedro Conceição Silva – O Terciário e a Construção da Cidade. Lisboa : Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1993. Dissertação de Doutoramento.

GIEDION, Sigfried - **Space, Time & Architecture: the growth of a new tradition**. [s.l.] : Harvard University Press, 2008 (1º ed. 1941))

GOMES, Maria Marques Calado de Albuquerque - A Cultura Arquitectónica em Portugal- 1880-1920 Tradição e Inovação. Lisboa : Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2003. 3 volumes. Dissertação de Doutoramento.

GONÇALVES, Fernando - **Evolução histórica do direito do urbanismo em Portugal (1851 - 1988)**. Lisboa : Lnec, 1989

GONÇALVES, Iria - **Um olhar sobre a cidade medieval e Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média :o exemplo de Lisboa**. Porto : [s.n.], 1986. - p. 155-172 ; 30 cm. - Sep. de: Estudos Medievais, n.º 7

GRAVAGNUOLO, Benedetto - **História del urbanismo en europa 1750-1960**. Madrid : Akal Ediciones, 1998

GUILLÉN, Mauro - **The Taylorized beauty of the mechanical : scientific management and the rise of modernist architecture**. Princeton University Press, 2006

Habiter la ville : XVe-XXe siècles : Actes de la table ronde. Maurice Garden, Yves Lequin, dir. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 1984

HALL, Peter, 1932 - **Ciudades del mañana. Historia del urbanismo en el siglo XX**. Barcelona : Ediciones del Serbal, 1996.

HARVEY, David - **The Urban Experience**. Baltimore : The Johns Hopkins University Press, 1989.

HARVEY, David - **Paris, capital de la modernidad**. Madrid : AKAL, 2006

HEITOR, Teresa Valsassina – **A vulnerabilidade do espaço em Chelas : uma abordagem sintáctica**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

HEYMANS, Vicent - **Les dimensions de l'ordinaire: la maison particulière entre mitoyens à Bruxelles : fin XIXème-début XXème siècle**. Paris : L'Harmattan, 1998

HITCHCOCK, Henry-Russel - **Modern Architecture. Romanticism and reintegration**. Nova Iorque : Hacker Art Books, 1970.

Images et Imaginaires D'Architecture- Dessin. Peinture. Photographie. Arts graphiques. Théâtre. Cinéma en Europe aux XIX et XX Siècles. Paris : Centre Georges Pompidou, 1989.

J. Marques da Silva, arquitecto, 1869-1947. Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses.. [et al.]. [S.l. : s.n.], 1986. Catálogo de exposição

JACQUES, Annie - **Les Dessins d'Architecture du XIX.eme siècle**. Paris : Biblioteque de l'image, 1992.

JUNGMAN, Jean-Paul - **En l'image Architecture de la Representation et son Empreinte Utopique**. Paris : Les Editions de La Villette, 1996.

KOSTOF, Spiro – **The city assembled – the elements of urban form trough history**. London : Thames and Hudson, 2004.

KOSTOF, Spiro – **The city shaped : urban patterns and meanings through history**. London : Thames and Hudson, 1999.

KOSTOF, Spiro - **Historia de la Arquitectura**. Madrid : Alianza editorial, 1988.

KRUFT, Hanno-Walter - **A History of Architectural theory from Vitruvius to the present**. Princeton Architectural Press, 1994.

La ville de l'âge industriel : le cycle haussmannien. Dir. Maurice AGULHON Paris : Éd. du Seuil, 1998

LAMAS, José M. Ressano Garcia – **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa : FCG, 2ª ed. 2000.

LAVEDAN, Pierre – **Histoire de l'Urbanisme à Paris**. Paris : Hachette, 1993. 1ª ed. 1975.

LE CORBUSIER – **oeuvre complete 1939-1956**. publiée par W. Boesiger. Les editions d'architecture zurich. Problemes de l'ensoleillement. Le brise soleil.

LE CORBUSIER – **Maneiras de pensar o urbanismo**. Maia: Publicações Europa-América, 1969.

LE CORBUSIER - **Vers une architecture**, Paris, Crés, 1923 ; rééd Flammarion, (LE CORBUSIER - **Toward an Architecture**)

LEAL, Joana Cunha - Giuseppe Cinatti (1808-1879): Percurso e Obra. - Lisboa: FCSH-UNL, 1996 (dissertação de Mestrado)

LEAL, Joana Cunha – Arquitetura Privada, Política e Factos Urbanos em Lisboa: UNL-FCSH, 2005 (dissertação de Doutoramento)

LEMOINE, Bertrand e Rewirand, Philippe - **Le Architecture des années 30**.

LEONARD, Jacques – **Archives du corps. La santé au XIXe siècle**. Ouest France Université, 1986.

Lisboa : conhecer, pensar, fazer cidade. - Lisboa : Câmara Municipal. Urbanismo. Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Departamento de Informação Urbana, 2001

LISBOA, Maria Helena - **Engenheiros na Cidade de Lisboa- urbanismo e Arquitectura 1850-1930**. Lisboa : Livros Horizonte, 2002.

LISBOA, Maria Helena - **As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)**. Lisboa : Edições Colibri, 2007

LOBO, Margarida Souza – **Planos de urbanização a época de Duarte Pacheco**. Porto : FAUP Publicações, 1995

LOUPIAC, Claude, MENGUIN, Christine - **L'Architecture Moderne en France (1880-1940)**. dir. Gérard MONNIER. Paris: Picard, 1997. vol. I.

LOYER, François – **Paris XIX siècle. L'Immeuble et la Rue**. Paris : Hazan, 1987

Luís Cristino da Silva [arquitecto] - Catálogo da exposição, Lisboa : F.C.G./C.A.M. 1998

MADARIAGA, Inés Sánchez – **Introducción el urbanismo – conceptos y métodos de la planificación urbana**. Alianza editorial, Madrid, 1999

MADUREIRA, Nuno Luís – **Lisboa 1740-1830- Cidade: Espaço e Quotidiano**. Lisboa : Livros Horizonte, 1992

MAIA, Maria Augusta - Cassiano Branco: Um Tempo, Uma Obra 1897-1970. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

MANGIN, David; PANNERAI, Philippe – **Project Urbain**. Marselha : Ed. Parenthèses, 1999.

MARCHAND, Bernard – **Paris, Histoire d'une ville XIXe-XXe siècle**, Paris : Éd. du Seuil, 1993.

MARCUS, Sharon - **Apartment stories: city and home in nineteenth-century Paris and London**. Berkeley: U Cal Press, 1999

MARQUES, Maria da Conceição Oliveira – Introdução ao estudo do desenvolvimento Urbano de Lisboa 1879-1939. Faculdade de Letras de Lisboa, 1967. Dissertação de Mestrado.

MARTÍ ARÍS, Carlos - **Las variaciones de la identidad. ensayo sobre el tipo en arquitectura**. Barcelona: Colegio de Arquitectos, 1993

MARTI-ARIS, Carlos - **La Cimbra y el Arco**. Barcelona : Fundación Caja de Arquitectos, 2005

MASCARENHAS, Jorge Moradji Dias – A Study of the design and Construction of building in the pombaline quarter of Lisbon. Glamorgan : University of Glamorgan, dep. of civil engineering and building, Pontypridd, Mid Glamorgan, UK, July 1996. PhD Thesis

MELO, Vasco –**Máquinas na Paisagem - A arquitectura dos funiculares e comboios de cremalheira na Suíça**. Porto : Dafne, 2008.

MENDES, Elsa Carneiro - A obra do Arquitecto Rosendo Carvalheira, 1863-1919. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado.

MESQUITA, Marieta Dá – “Fontes para a História da Arquitectura Contemporânea Portuguesa -um primeiro olhar sobre a construção moderna”. in GEHA, Lisboa :

Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Ano 2, nº 2-3 (Mar.-Out. 1999).

MESQUITA, Marieta Dá – “As Casas de Muitos Andares nos Estados Unidos ou a Escola de Chicago Vista por um Engenheiro Português em 1900”. Jornal dos Arquitectos, nº 205, Março/Abril de 2002.

MESQUITA, Marieta Dá – “O bairro do Arco do Cego : paradigmas e contradições”. Artitextos. Lisboa : CEFA ; CIAUD, 2006.

MIDDLETON, Robin, (dir.) - **The Beaux-Arts and Nineteenth- Century French Architecture**. Londres : Thames and Hudson, 1984

MIDDLETON, Robin e WATKIN, David - **Neoclassical and 19th century architecture**. Londres : Academy editions, 1980. 2 vol.

MIGNOT, Claude - **L’architecture au XIX.^{eme} siècle**. Friburgo: ed. Moniteur/Office du Livre e Thames and Hudson, 1983.

Miguel Ventura Terra. A Arquitectura enquanto Projecto de Vida. Catálogo coordenado por Ana Isabel Ribeiro e Maria de Lurdes Rufino, textos de Ana Isabel Ribeiro e Raquel Henriques da Silva, Câmara Municipal de Esposende, 2006.

MILHEIRO, Ana Vaz - O Gótico e os Sistemas de desenho presentes na arquitectura oitocentista – produções teóricas europeias e recensão portuguesa manifesta na obra escrita de Possidónio da Silva. Lisboa : Faculdade Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1998. Dissertação de Mestrado.

MOITA, Irisalva (ed) - **O Livro de Lisboa**. Lisboa : Livros Horizonte, 1994.

MONTANER, Josep Maria - **Después del Movimiento Moderno- Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX**. Barcelona : Gustavo Gili, 1993.

MONTANER, Josep Maria - **A modernidade superada. Arquitectura, arte e pensamento do século XX**. Barcelona : Gustavo Gili, 2001.

MONTENEGRO, Augusto Miranda - **A higiene das habitações**. Lisboa : Imprensa Nacional, 1901.

MONTENEGRO, Augusto Miranda - **Bairros operários e saneamento urbano**. Lisboa, Typ. Universal, 1903.

MONTENEGRO, Augusto Miranda - **As condições da habitação e a saúde pública**. Lisboa : Typ. Universal, 1904

MONTEZ, Paulino – **A estética de Lisboa**. Lisboa : 1935

NORBERG-SCHULZ, Christian - **Meaning in Western Architecture**. Londres : Studio Vista, 1980.

NUNES, Paulo Manuel Simões - A construção moderna e a cultura arquitectónica no início de novecentos em Portugal. Lisboa : Universidade de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado.

NUNES, João Pedro Silva – **À escala humana : planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)**. Lisboa : CML, 2007

ORTA, Alexandra Cristina - Ventura Terra. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992. Dissertação de Mestrado.

Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvio: Trad. (versão francesa de Perrault) Maria Helena RUA. Lisboa : ICIST, 1998.

PANNERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles – **Formes urbains de l'îlot à la barre**. Marselha : Ed. Parenthèses, 2004 (3ª ed.)

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean-Charles; DEMORGON, Marcelle – **Analyse Urbaine**. Paris : Editions Parenthèses, 1999.

PEVSNER, Nicolaus - **Os Pioneiros do Design Moderno**. Lisboa : Ulisseia, 1962.

PEVSNER, Nicolaus - **História de las tipologias arquitectónicas**. Barcelona : Ed. G.G., 1980.

PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis - Porfírio Pardo Monteiro (1897-1957): a obra do arquitecto. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 1998. Dissertação de Mestrado

PAIXÃO, Maria da Conceição Ludovice - Norte Júnior: Obras Arquitectónicas. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985. Dissertação de Mestrado

PEDREIRINHO, José Manuel - **História do Prémio Valmor**. Lisboa : Dom Quixote, 1988.

PERDIGÃO, Maria José Araújo Lima - O arquitecto Miguel Ventura Terra: vida e obra. Lisboa : Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988. Dissertação de Mestrado.

PICON, Antoine - **Architectes et ingenieurs au siècle des lumières**. Marseille : Editions Parentheses, 1988

PORTAS, Nuno – **A cidade como Arquitectura**. Lisboa : Livros Horizonte, 1969.

PORTAS, Nuno - **A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal**. prefácio in ZEVI, Bruno, «História da Arquitectura Moderna». Lisboa : Ed. Arcádia, 1973 vol. II.

PROVIDÊNCIA, Paulo – **A Cabana do Higienista**. Coimbra : Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2000.

RAGOT Gilles (dir.), **Archives d'architecture du XX' siècle**. Liege: Mardaga, 1991

RECHT, Roland - **Le Dessin d'Architecture**. Paris : Adam Biro, 1995

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – **Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa: 1863-1953**. Porto : FAUP, 2002.

RIBEIRO, Irene - Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura. Porto : FAUP, 1994

RIBEIRO, Orlando - **Opúsculos geográficos**, V volume – Temas urbanos, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação. 1995

RIGGEN, Antonio - **Luis Barragán – Escritos y conversaciones**. El Croquis editorial, Madrid, 2000.

RODOLFO, João de Sousa – **Luis Cristino da Silva e a arquitetura moderna em Portugal**. Lisboa : Dom Quixote, 2002.

RODRIGUES, Maria João Madeira - **Tradição, Transição e Mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista**. Lisboa : Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 3ª série, nº 84, 1978.

RODRIGUES, Maria João Madeira – **O plano de extensão de Lisboa no último quartel do século XIX in Arquitectura-Lisboa e as Avenidas** (1ª parte) ano II (4ª série) nº 138 Outubro 1980.

ROTH, Leland - **Entender la Arquitectura - sus elementos, história y significado**. 2ª ed. Barcelona : G.G., 2000.

SALGUEIRO, Teresa Barata – **A Cidade em Portugal – uma Geografia Urbana**. Lisboa : ed. Afrontamento, 1ª ed 1992, 2ª ed. 1999.

SALGUEIRO, Teresa Barata; GARCIA, João Carlos - **Lisboa nos fins do século XIX : geografia de uma transição**. In: Livro de homenagem a Orlando Ribeiro. Lisboa : Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de Estudos Geográficos, 1984-1988. - Vol. 2

SALGUEIRO, Teresa Barata - **Os transportes no desenvolvimento das cidades portuguesas**. Lisboa : Universidade Católica Portuguesa, 1987. - p. 113-144 ; 24 cm. - Sep. Povos e culturas, nº 2, 1987.

SANTANA, Francisco (recolha e índices) – **Lisboa na segunda metade do século XVIII – plantas e descrições das suas freguesias**. s/l : s/d

SANBRICIO, Carlos – **Madrid, Vivienda y urbanismo 1900-1960**. Madrid : Akal, 2004

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. – “Para a análise das ideologias burguesas. I – Os costumes do «bom-tom»”. Análise Social, Vol. XIII (1.º), 1977 (n.º 49).

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos – **A Baixa Pombalina- Passado e Futuro**. Lisboa : Livros Horizonte, 2000.

SARAIVA, Tiago - **Ciencia y Ciudad. Madrid y Lisboa (1851-1900)**. Ayuntamiento de Madrid: Area de Gobierno de las Artes, Madrid, 2005.

SARTI, Raffaella - **Habitar, Comer e vestir na Europa Moderna**. Lisboa : Estampa, 2001.

SEQUEIRA, José da Costa - **Nocões theoricas de architectura civil**, Seguidas de um breve tractado das Cinco Ordens. Lisboa : Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica, 1989

SILVA, Álvaro Ferreira – “Ideais oitocentistas de modernização urbana – o embelezamento como projecto (1858-1891)” in **Cidade e Metrópole – Centralidades e Marginalidades**. Oeiras, 2001, pp. 39-51.

SILVA, Álvaro Ferreira da – “A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)” Análise Social, vol. xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.º), p. 618

SILVA, Álvaro Ferreira da – “Modos de Fazer a Cidade A Mão Visível na expansão Urbana”. Penélope - Fazer e Desfazer a História», nº 13, "Lisboa - Cidade, Corte, Capital e Metrópole", 1994, pp. 121-146

SILVA, Augusto Vieira da – **Notícia Histórica sobre o Levantamento da Planta Topográfica de Lisboa**. Lisboa : Typographia do Commercio, 1914.

SILVA, Carlos Nunes da - **Política urbana em Lisboa, 1926-1974**. Lisboa : Livros Horizonte, 1994

SILVA, Carlos Nunes da – “Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX”. Análise Social, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 655-575

SILVA, Raquel Henriques - As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930. Lisboa, 1986 - Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à FCSH da UNL, 1986.

SILVA, Raquel Henriques - **L'évolution de L'architecture à Lisbonne au XIX.^{eme} siècle”** in **Le XIX.^{eme} siècle au Portugal. Histoire- Société-Culture-** Actas do Colóquio, Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

SILVA, Raquel Henriques - **Do Passeio Público às Avenidas Novas, Imagens e Factos da Lisboa Oitocentista**. in «Revista de História Económica e Social», nº 23, Lisboa: Maio/Agosto, 1988.

SILVA, Maria Raquel Henriques da - Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura 1777-1874. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997. Dissertação de Doutoramento.

SILVA, Raquel Henriques da, FERNANDES, José Manuel – **Lisboa de Ressano Garcia (1874-1909)**. Lisboa : FCG, 1989.

SIZA, Álvaro - **Uma questão de medida** Entrevistas com Dominique Machabert e Laurent Beaudouin. Lisboa : Ed. Caleidoscópio, 2009.

SOLÀ-MORALES, Ignasi - **Diferencias- Topografia de la Arquitectura Contemporánea**. Barcelona : G.G., 1995.

SUMMERSON, John - **El Language Clássico de la Arquitectura- de L. B. Alberti a le Corbusier**. Barcelona : Gustavo Gili, 1984.

TAFURI Manfredo et DAL CO Francesco. **Modern architecture**. New York : Rizzoli, 1986

TAFURI, Manfredo - **Teorias e História da Arquitectura**. Lisboa : Ed. Presença, 2ª edição, 1988.

TAVARES, André - **Arquitectura antituberculose, Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e a Suíça**. Porto : FAUP publicações, 2005.

TAVERNOR, Robert - **On Alberti and the Art of Building**. New Haven : Yale University Press, 1998.

THÜS-EVENSEN, Thomas - **Archetypes in Architecture**. Oslo : Norwegian University Press, 1994.

TOJAL, Alexandre Arménio - Malaquias Ferreira Leal - Arquitecto da cidade na primeira metade de Oitocentos: O Exercício do poder regulador sobre a arquitectura privada em Lisboa, (Dissertação de Mestrado em História da Arte), Universidade Lusíada, Lisboa, maio de 2003.

TOSTÕES, Ana Cristina - **Os Verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50**. Porto : FAUP, 2.^a edição, 1997

TOSTÕES, Ana Cristina - **Arquitectura Portuguesa do século XIX. Ecletismo, revivalismo e a Casa portuguesa** - in Pereira, Paulo (dir.) «História da Arte Portuguesa», Lisboa : Círculo de Leitores, 1995. Vol.III.

TRAGANOU, Jilly; MITRAŠINOVIĆ, Miodrag - **Travel, Space, Architecture**. London : Ashgate Publishing, Ltd., 2009

TZONIS, A. LEFAIVRE, L., - **Classical Architecture - The Poetics of Order**. Massachusetts : The MIT Press, 1994

WAGNER, Otto - **Modern architecture - a guide book for his students to this field of art**. Santa Monica: Getty Center for the History of Art and the Humanities, 1988.

WÖLFFLIN, Heinrich - **Conceptos Fundamentales de la Historia del Arte**. Madrid : Espasa Calpe, 1999.

VIGARELLO, Georges - **O Limpo e o Sujo – A higiene do Corpo desde a Idade Média**. Lisboa : Fragmentos, 1988.

VIGARELLO, Georges - **Histoire des pratiques de santé le sante et le malsian depuis le moyen agê**. Paris : Éd. du Seuil, cop. 1999

VENTURI, Robert – **Complejidad y contradicción en la Arquitectura**. Barcelona : Gustavo Gili, 1992

VIOLLET-LE-DUC, Eugene - **Entretiens sur l'architecture**. par M. Viollet-le-Duc arch. Du gouvernement , Paris, ^a Morel et C.ie, Lib.Edit, 1863-1872, Paris : Pierre Mardaga, 1986.

VIOLLET- LE--DUC, Eugene - **L'Architecture Raisonnés**. Paris : Hermann, Editeurs des Sciences et des Arts, 1990.

VON MEISS, Pierre - **The Elements of Architecture – From form to place**. London : E & FN Spon, 1997

ZEVI, Bruno – **A linguagem Moderna da Arquitectura**. Lisboa : Editora Arcádia, 1970.

VIEGAS, Inês Morais (coord.) - **José Luís Monteiro : marcos de um percurso**. textos Fátima Ferreira [et al.]; trad. Ana Maria Loureiro ; design gráfico Margarida Aires Barros Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa. Pelouro da Cultura. Departamento de Património Cultural. Divisão de Arquivos, 1998 .

3.2 Arquitectura doméstica

AGAREZ, Ricardo - **O moderno revisitado : Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950**, Lisboa, C.M.L.; 2009

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.) - **História da Vida Privada**. 4º e 5º volume, Lisboa : Afrontamento, 1990

ARROZ, Ana Paula de Almeida Casimiro - Casas, Ambientes e Arquitectos do movimento moderno na área de Lisboa. Lisboa :. Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa, 1998.Dissertação de Mestrado.

BARREIRA, João - **A Habitação em Portugal**. in exposição Nacional do Rio de Janeiro. Participação portuguesa. Notas sobre Portugal, vol. II, Lisboa : Imprensa Nacional, 1909.

BERMUDES, Adães - **Projecto e Organização duma sociedade promotora de habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas**. Lisboa : 1897

BERTRAND, Michel - **Architecture de l'Habitat Urbain- la Maison, le Quartier, le Ville**. Paris : Dunot.

BUEHR, Walter. **Home sweet home in the nineteenth century**. New York, Crowell, 1965.

CABIDO, José - Reflexões sobre o interior doméstico. As mentalidades e o espaço, Lisboa : Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 1994/5. Dissertação de Doutoramento.

CALDAS, João Vieira - **A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII**. Porto : FAUP, 1999.

CALADO, Maria (Coordenação) - **Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo**. Lisboa : Contexto ed., 1993.

CALLADO, José Carlos Pereira Lucas – Interactivity in housing design – an approach for a model. A comparative analysis of the “Avenidas Novas”, “Alvalade” and “Olivais Norte” districts-Lisbon. University of Newcastle upon Tyne. Ph D thesis

CENTENO, Yvette K. et. Al - **O Imaginário da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ACARTE, 1989.

DEFFONTAINES, Pierre – **L’homme et sa Maison**. Gallimard, Paris, 1972.

DUNCAN, James (ed) – **Housing and Identity: cross cultural perspectives**. Londres : James S. Duncan , 1981

ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE, Anne – **L’Invention de l’habitation Moderne: Paris, 1988-1914: architectes de la vié privée**, suite.

ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE, Anne, PERROT, Michelle (introduction) – **Architectures de la vie privée: maisons et mentalités: XVII^e –XIX^e siècles.** Bruxelas : AAM, 1989.

Espaces domestiques – construire, habiter, représenter. Sous la direction de Béatrice Collignon et Jean-François Staszak. Actes du colloque international sur les espaces domestiques qui s'est tenu du 17 au 20 septembre 2002 à L'institut de géographie de Paris. Bréal éditions Rosny-sous-Bois, 2003

FERNANDES, Francisco Barata – **Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade.** Porto : FAUP, 1999.

FONTOURA, Maria Inês Lamy – Um Olhar Sobre a Habitação Corrente da Cidade de Lisboa do Século XX. Dissertação de Mestrado em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura. FA-UTL, 2008.

FRAMPTON, Kenneth - **The Poetics of Space in the Late Modern Dwelling.** Lausanne : Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne, 1996.

Il Progetto Domestico. La casa dell'uomo: archetipi e prototipi. (coord. Georges Teyssot) Milão: Electa, 1986

LEMOS, C. A. C. **Alvenaria burguesa.** 2a. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

LINO, Raul - **Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples.** Lisboa : ed. Cotovia, 2001.

MOLEY, Christian –**Regard sur L' immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970).** Le moniteur : Paris, 1999.

MOLEY, Christian - **L'Architecture du Logement – Cultures et Logiques d'une norme héritée.** Paris: Anthropos, 1998

MOORE, C; ALLEN, G. A.; LYNDON, D., - **La Casa, Forma y Diseño.** Barcelona : Gustavo Gili, 1976.

MOTA, Nelson – **A arquitectura do quotidiano – público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX.** Coimbra: Edarq, 2010.

PEREIRA, Nuno Teotónio - **Evolução das formas de habitação plurifamiliar na cidade de Lisboa.** Lisboa : Ed. do autor policopiada, 1979.

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene - **Prédios e Vilas de Lisboa.** Lisboa : Livros Horizonte, 1995.

RAMOS, Rui - **A Casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português.** Porto, FAUP Publicações, 2010

RAMOS, Tânia - Organização espacial e vocabulário construtivo do alojamento em Lisboa. Lisboa : Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Universidade de São Paulo, 1992. Dissertação de Doutoramento.

RAMOS, Tânia Beisl; MATOS, Madalena Cunha - "O Bloco de habitação colectiva no Brasil e em Portugal". Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, Vol. 12, nº13, Dez. 2005.

RODRIGUES, Inês Lima – **Quando Habitação colectiva era moderna. Desde Portugal a outros territórios de expressão portuguesa. 1940-1974.** Trabalho desenvolvido no âmbito da Dissertação de doctorado. Departamento de projectos arquitectónicos. ESTAB.UPC. jan. 2009.

ROUX, Simone – **La Maison dans l'Histoire.** Paris : Albin Michel, 1976.

RYBCSYNSKY, Witold - **La Casa, Historia de una Idea.** Barcelona : Nerea, 1986.

RYKWERT, Joseph - **La Casa de Adán en el Paraíso.** Barcelona : Gustavo Gili, 1994.

SILVA, Álvaro Ferreira – **A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)** in *Análise Social*, vol. xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.º)

SILVA, Isabel Maria Rodrigues da – Prédios de rendimento da Avenida Ressano Garcia 1889-1926: caracterização construtiva. Lisboa : Instituto Superior Técnico, 2000. Dissertação de Mestrado.

VAZ, Lilian Fessler - **Habitação colectiva no Rio de Janeiro, século XIX e XX.** Rio de Janeiro : 7Letras, 2002.

TEIXEIRA, Manuel - **Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto.** Lisboa : F.C.G., 1996.

3.3- Técnicas, Construção e Tecnologia

ABALOS, Inaki; HERREROS, Juan - **Técnica y arquitectura en la ciudad contemporánea** : 1950-1990

Architectural Technology up to Scientific Revolution - The Art and Structure of Large Scale Buildings. Coord. Robert MARK, MIT, Massachussets, 1993.

Construir avec les bétons., collection techniques de conception, sous la direction de CIMBETON, Paris : Le Moniteur, 2000.

ÁBALOS, Inaki; HERREROS, Juan - **Técnica y arquitectura en la ciudad contemporánea- 1950-2000.** Barcelona : Nerea (3ª ed),. 2000.

BRANCO, Fernando Castelo - **Subsídios para o estudo da casa portuguesa : o uso de vidraças dos séculos XVI e XVII.** Lisboa : [s.n.], 1979

DUPIRE, A.; HAMBURGER, B.; PAUL, J.-C.; SAVIGNAT, J.-M.; THIEBAUT, A. - **Deux essais sur la construction.** Liège : Pierre Mardaga, 1981.

CUSTÓDIO, Jorge –**A problemática do fabrico da vidraça em Portugal entre os séculos XV e XIX**

FERREIRA, Carlos Antero – Betão Aparente – Introdução à história e à tecnologia. Dissertação expressamente elaborada para o concurso de provas públicas para o

provimento de um lugar de professor do 4º grupo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Lisboa, 1967

FERREIRA, Carlos Antero - **Betão : a idade da descoberta**. Lisboa, Passado e Presente, 1989

GONZÁLEZ, José Luis; CASALS, Albert; FALCONES, Alejandro - **Claves del construir arquitectónico**. Tomo I, Barcelona : Gustavo Gili (2ª ed.), 2002.

GONZÁLEZ, José Luis; CASALS, Albert; FALCONES, Alejandro - **Elementos del exterior, la estructura y la compartimentación**. Tomo II, Barcelona : Gustavo Gili, 2001.

GONZÁLEZ, José Luis; CASALS, Albert; FALCONES, Alejandro **Elementos de las instalaciones y la envolvente**. Tomo III, Barcelona : Gustavo Gili, 2001.

HARTOONIAN, Gevork - **Ontology of Construction- On Nihilism of Technology in Theories of Modern Architecture**. Cambridge : University Press, 1994.

L'Idée Constructive en Architecture, Edição dirigida por Xavier MALVERTI, Paris : 1987.

MATEUS, João Mascarenhas - **Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias**. Lisboa : Livros Horizonte, 2000.

PINHO, Fernando F.S.- **Paredes de Edifícios Antigos em Portugal**. Lisboa : LNEC, 2000.

SEGURADO, J.E.dos Santos - **Acabamentos das construções**. Lisboa : Livraria Bertrand, s.d. (1915).

SEGURADO, J.E.dos Santos - **Cimento Armado**. Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa : Livraria Bertrand, s.d. (1923).

SEGURADO, J.E.dos Santos - **Materiais de Construção**. Biblioteca de Instrução profissional, Lisboa e Paris : Aillaud e Livraria Bertrand, s.d.

SEGURADO, J.E.dos Santos - **Edificações**. Lisboa : Livraria Bertrand, 1938.

SILVA, Eduardo Augusto - **Elementos de Arquitectura**. Lisboa : Biblioteca de Instrução e Educação Profissional, s.d.

SOROA Y FERNANDEZ, Jose M. de; CASTRO, Carlos F. – **Manual del constructor y formulario**. Madrid : libreria editorial de bailly-baillière e hijos, 3º ed. 1907.

VIEGAS, João Carlos - **Ventilação natural de edifícios de habitação**. Lisboa : LNEC, 4ª ed., 2001.

VILLALBA, Antonio Castro - **Historia de la Construcción Arquitectónica**. Barcelona : UCP, 1995.

4. Janela e Paisagem

BAILLIEU, Amanda – **Contemporary Windows**. Mitchell Beazley, 2003)

BARIDON, Michel - **Les jardins paysagistes-jardiniers-poètes**. Paris : Robert Laffont, 2002.

BERGER, John - **Modos de Ver**. Barcelona : Gustavo Gili, 2º edição, 1975.

BEGUIN, François - **Le paysage**. Paris : Éditions Flammarion, 1995.

BENJAMIN, Walter - **A modernidade**. Lisboa : Assírio & Alvim, 2006

BERMAN, Marshall - **Tudo o Que é Sólido se Dissolve no Ar**. Lisboa : Edições 70, 1989.

BERQUE Augustin.- **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Champ Vallon (Pays-paysages), 1994.

BUCK-MORSS, Susan; MCCARTHY, Thomas - **The dialectics of seeing : Walter Benjamin and the Arcades Project**. Cambridge, London : The MIT Press, 1991

CAUQUELIN, Anne – **L' invention du Paysage**. Paris : PUF, 2004.

CAUQUELIN, Anne – **La ville la nuit**. Paris : Puf, 1977.

CHENET-FAUGUERAS, Françoise – «L'invention du Paysage Urbain». Romantisme, Année 1994, Vol. 24, Numéro 83.

CORDEIRO, Graça Índias e VIDAL, Frédéric (org.) - **A rua- espaço tempo e sociabilidade**. Lisboa : Livros Horizonte, 2008

CRARY, Jonathan - **Techniques of the observer - on vision and modernity in the nineteenth century**. Cambridge [Massachusetts] ; London : MIT Press, 1992.

CRARY, Jonathan - **Suspensions of perception attention, spectacle and modern culture** Cambridge : MIT Press, 2001.

DAMISCH, Hubert - **L'Origine de la perspective**. Paris : Flammarion, 1987.

DEBRAY, Régis - **Vie et mort de l'image. Une histoire du regard en occident**. Paris : Gallimard, 1992.

DELUMEAU, Jean – **Uma historia do paraíso – o jardim das delícias**. Lisboa : Terramar, 1994

FRIEDBERG, Anne– **The Virtual Window - From Alberti to Microsoft**. Cambridge, Massachusetts : MIT Press, 2006

GEIST, Johann Friedrich - **Arcades - The History of a Building Type**. Cambridge, Massachussets MIT Press,1985.

Images of the street: planning, identity and control in public space. Ed. por Nicholas R. Fyfe. Routledge, London e NY, 1998?

JACOB, Michael - **Le Paysage**. Gollion: Infolio, 2008.

JORGE, Luis Antônio – **Desenho da Janela**. 1a.. ed. São Paulo: ANNABLUME editora.comunicação, 1995.

Light Construction. (Ed. Terence RILEY). NY : MoMA, 1995.

MARCEL, (Odile) (sob a direcção de) - **Composer le paysage. Constructions et crises de l'espace (1789-1992).** Seyssel : Éditions du Champ Vallon, 1989.

MARREY, Bernard; MONNET, Jean-Pierre - **La grande histoire des serres & des jardins d'hiver : France 1780-1900.** [S.l.] : Graphite, [s.d.]

MESQUITA, Marieta Dá – “Do Passeio Público à Estrela”. Jornal dos Arquitectos, n.º 206,. Maio/Julho de 2002

Mort du paysage? Philosophie et esthetique du paysage- (direction- François Dagognet). Mâcon : Champ Vallon, 1989.

PICON, Antoine –**Anxious Landsapes: From the Ruin to Rust.** Grey Room 01, Fall 2000, pp. 64-83.

ROGER Alain.- **Court traité du paysage.** Paris : Gallimard, 1998.

ROWE, Colin; SLUTZKY, Robert – «Transparency: Literal and Phenomenal» in *Perspecta*, Vol. 8. (1963), (pp. 45-54)

SANSOT, Pierre – **Poétique de la ville.** Paris : Klincksieck, 1973

SCHIVELBUSCH, Wolfgang - **The Railway Journey: the industrialization of time and space in the 19th century,**

SENNETT, Richard – **Flesh and Stone. the body and the city in western civilization.** New York : W. W. Norton & Company, 1996

SENNETT, Richard – **The Conscience of the eye.** New York : W.W. Norton, 1992.

SENNETT, Richard– **O declínio do homem público – as tiranias da intimidade.** São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

STAROBINSKI, Jean - Fenêtres - de Rousseau à Baudelaire. In: **L'Idée de la Ville. Actes du Colloque International de Lyon.** Lyon: Editions de Champ Vallon, 1984. p. 181 (pp. 179-187)

STURKEN, Marita; CARTWRIGHTt, Lisa - **Practices of looking – an introduction to visual culture.** NY/Oxford : Oxford university press, 2009. (2^o ed.)

The Architecture of the Window. Ed. Vittorio LAMPUGNANI, Tadahiro YOSHIDA - Japão : A+U Publishing, 1995.

VARNEDOE, Kirk; DISTEL, Anne - **Gustave Caillebotte : urban impressionist.** Réunion des Musées Nationaux : Musée d'Orsay Chicago : The Art Institute New York London Paris : Abbeville Press, cop. 1995

WAJCMAN, Gérard – **Fenêtre –Chroniques du regard et de l'intime.** Editions Verdier: Paris, 2004